



(Re)pensar as Relações Internacionais: abordagens marxistas

Luiz Felipe Osório
Thomaz Delgado De David
Ana Elisi Carbone Anversa (Orgs.)

Publicação:

redemarx.org

Apoio:

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

 **UFRJ**  **PEPI**
Pós-Graduação em
Economia Política
Internacional

cpda

Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade | UFRRJ

Luiz Felipe Osório
Thomaz Delgado De David
Ana Elisi Carbone Anversa (Orgs.)

**(RE)PENSAR AS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
abordagens marxistas**

1ª Edição
RedeMarx
Santa Maria – 2023

Corpo Editorial

Maria Beatriz Oliveira da Silva

Thomaz Delgado De David

Igor Mendes Bueno

Juliana Vargas Palar

Giovano José Felipin

Ana Elisi Carbone Anversa

Produção Editorial:
RedeMarx – Rede de Pesquisadores Marxistas

Apoio:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (CNPq)
Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(CPDA/UFRRJ)

Diagramação, projeto gráfico e capa:
Thomaz Delgado De David

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

(Re)pensar as Relações Internacionais: abordagens marxistas [livro eletrônico] /
Organização Luiz Felipe Osório, Thomaz Delgado De David, Ana Elisi Carbone
Anversa. --

1. ed. -- Santa Maria, RS: RedeMarx, 2023.

Bibliografia

ISBN: 978-65-00-67621-1

1. Economia 2. Marxismo 3. Política internacional 4. Relações internacionais -
Aspectos políticos

I. Osório, Luiz Felipe. II. David, Thomaz Delgado De. III. Anversa, Ana Elisi
Carbone.

23-152606

CDD-327.101

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais:

Geopolítica : Política internacional 327.101

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

SUMÁRIO

Prefácio.....	1
<i>Carlos Eduardo Martins</i> <i>Luiz Felipe Osório</i>	
1. Os interesses por trás da exclusão das teorias marxistas da disciplina de Relações Internacionais	5
<i>Clara Scheidt</i>	
2. Teoria imperialista e as suas influências no realismo das Relações Internacionais.....	15
<i>Felipe Garcia Barros</i> <i>Josemar Ricardo Camenha Cardoso Quinguaia</i>	
3. Teoria Marxista de la Dependencia: creación heroica.....	25
<i>Lourdes Eddy Flores Bordais</i>	
4. Desindustrialização periférica	56
<i>Daniel Senna Dias</i>	
5. O neo-desenvolvimentismo é uma alternativa para os trabalhadores na Argentina? Apontamentos sobre a superexploração do trabalho nos governos Kirchner (2003 – 2015)	83
<i>Ricardo Grião da Silva</i>	
6. Entre fragilidades e viabilidades: a inserção de Cabo Verde no Sistema-Mundo	98
<i>Mariana Herreira Gonçalves Pertile</i>	
7. A Revolução Iraquiana de 1958: a aliança entre o Movimento dos Oficiais Livres e o Partido Comunista Iraquiano	112
<i>Paulo Barata Gondim</i>	
8. Revoluções coloridas à luz do materialismo histórico	126
<i>Mateus Mendes</i>	

9. Guerra na Ucrânia: conflito inter-imperialista?.....	154
<i>Chantal Liégeois</i>	
10. A paz entre as grandes potências: uma análise crítica sobre a “comunidade de segurança” em Robert Jervis	171
<i>Ricardo Gomes</i>	
Posfácio	181
<i>Maria Beatriz Oliveira da Silva</i>	

PREFÁCIO

Carlos Eduardo Martins¹

Luiz Felipe Osório²

Em um contexto de seguidas e aceleradas transformações e impactos do capitalismo global do século XXI, é fundamental repensar as relações internacionais. A crise do imperialismo sob liderança estadunidense vai ficando cada vez mais indisfarçável, demonstrando fortes sinais de aprofundamento e, ao mesmo tempo, atizando a concorrência e as iniciativas soberanas das nações pelo globo. Para citar fatos mais recentes, não bastasse a expulsão das forças militares do Afeganistão após uma trágica ocupação de duas décadas, os Estados Unidos e seu bloco aliado travam uma guerra por procuração contra a Rússia, tendo como intermediária a Ucrânia. A despeito de sanções econômicas e de injeções polpudas de dinheiro e de armamentos, eles vão amargando derrotas, ficando em uma posição muito vulnerável. Ademais, a quebra de importantes bancos no centro do capitalismo chama a atenção para os pés de barro da economia financeirizada, sem qualquer lastro material de riqueza, agravando e reverberando efeitos nefastos nas variadas formações sociais mundo afora.

Nesse sentido, esta publicação emerge justamente para, em meio ao turbilhão vigente, tentar apontar pistas para a compreensão dos acontecimentos por quem está no olho do furacão. Ela é parte de um importante projeto interinstitucional, já tradicional, ou seja, uma continuação sob outros moldes de iniciativas já empreendidas no passado, que, agora, envolve entidades, como UFRRJ, UFSM, UFRJ e Unila, contando com o apoio decisivo do CNPq para sua realização, cujo título não poderia ser mais oportuno como “Transformações e impactos do capitalismo global no século XXI: crises, conflitos e direitos emergentes”.

Dentro desse amplo esquadro, especificamente, este livro recebe o título “(Re)pensar as relações internacionais”, que, não obstante sua aparente generalidade, traz consigo uma tarefa premente e nem sempre óbvia, dados os contornos decisivos que o panorama hodierno vem tomando para o futuro. Isso porque, em uma miríade de assuntos, estamos vivendo

¹ Professor de Ciência Política do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) e do curso de Relações Internacionais, ambos da UFRRJ.

momentos de ruptura ou de inflexão. Aliás, a reflexão sobre os rumos internacionais acontece, hoje, a partir de novas ferramentas teóricas, como, por exemplo, o notável resgate do imperialismo como categoria política e teórica central para o debate sobre o mundo contemporâneo. Junto com o conceito, pois lhe são imanentes, as abordagens marxistas também voltam a ganhar espaço, o que fica demonstrado em uma série de publicações recentes³. Antes isoladas, elas começam a formar um corpo importante que permite franquear novos horizontes de análise. É nesse diapasão que este volume se insere.

Ele é, mormente, um pouco mais. É fruto de um esforço coletivo que vai além do livro, é resultado de uma parceria entre estes dois prefaciadores, Carlos Eduardo Martins e Luiz Felipe Osório, oportunizada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nele, com o decisivo apoio do coordenador Ricardo Zortéa Vieira, oferecemos pela primeira vez em sua grade curricular a disciplina Relações Internacionais e Marxismo no período equivalente ao segundo semestre de 2020, que foi do final de novembro até o início de março de 2021. Apesar de todas as dificuldades e incertezas que o período pandêmico trouxe, como, por exemplo, a realização da disciplina remotamente, a experiência foi bem-sucedida, tendo promovido excelentes debates entre os alunos, além de ter resultado em um produto concreto, uma publicação de um livro que compila todos os artigos de conclusão do curso dos participantes da época. Em 2022, pela Editora Phillos Academy, ele ganhou o nome de *Questões Contemporâneas Internacionais: imperialismo e dependência na Economia Política Internacional*.

O êxito da empreitada confirmou-se no ano seguinte, quando a mesma disciplina foi oferecida pela segunda vez no Programa, agora, de setembro de 2021 a janeiro de 2022, ainda sob as restrições de saúde pública da pandemia, ou seja, pela via remota. Com um pouco mais de traquejo com a excepcional dinâmica, da mesma maneira como no primeiro ciclo, tentou-se aproveitar o ensejo para concomitantemente às aulas convidar especialistas renomados no Brasil e no exterior para ministrar palestras e falas que puxavam os debates. Assim, depois de uma aula de apresentação da disciplina e da construção de consensos e compromissos com a turma, veio a primeira aula de conteúdo, a partir do marxismo como teoria das Relações

³ Cabe aqui citar algumas obras recentemente publicadas como exemplos: BUGIATO, Caio (org.). *Marxismo e Relações Internacionais*. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021; PRESTES, Ana e PAUTASSO, Diego (org.). *Teorias das Relações Internacionais: contribuições marxistas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2021; OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018; FURNO, Juliane. *Imperialismo: uma introdução econômica*. Rio de Janeiro: Da Vinci Editora, 2022; BERTONHA, João Fábio. *Imperialismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

Internacionais, ministrada por mim, Luiz Felipe Osório. A segunda, sobre o método em Marx, foi conduzida por Luiz Ismael Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A terceira relativa ao debate pioneiro e aos autores clássicos do imperialismo, por Marcelo Pereira Fernandes, da UFRRJ. A quarta foi sobre a atualidade do marxismo latino-americano, com Luiz Bernardo Pericás, da USP, repetindo a experiência do ano anterior. A quinta foi comandada por mim, Carlos Eduardo Martins, abordando as teorias marxistas da dependência. A sexta, sobre as teorias do sistema-mundo, foi capitaneada por Pedro Vieira, da UFSC. A sétima, que envolveu as concepções do imperialismo contemporâneo, foi desenvolvida por Marina Scotelaro, da PUC-Minas e UNIFEMM. A oitava, sob a batuta de Antônio Carlos Mazzeo, da PUC-SP e USP, contou com uma discussão sobre fascismo, colonialismo e imperialismo. A nova teve Taylisi Leite, da UFPA, apresentando os cânones da nova crítica do valor e os debates em torno do valor-trabalho. A décima abordou os BRICS e a nova geopolítica mundial, a partir da visão de Ana Garcia, da PUC-Rio e UFRRJ. Por fim, uma última aula de revisão e conclusão encerrou o trajeto da disciplina.

Portanto, depois de posições e debates tão profícuos, os alunos participantes do curso desenvolveram suas reflexões em formato de artigo científico, cada qual sobre o tema escolhido. Seguindo os passos anteriores, eles foram adaptados para capítulos de livros e compilados nesta publicação a partir da respectiva configuração. No primeiro capítulo, virá a explicação dos interesses por trás da exclusão das teorias marxistas da disciplina de Relações Internacionais, de Clara Scheidt. No segundo, a teoria imperialista e as suas influências no realismo das Relações Internacionais, de Felipe Garcia Barros e de Josemar Ricardo Camenha Cardoso Quinguaia. No terceiro, sob a mirada peruana, a teoria marxista de la dependencia: creación heroica, de Lourdes Eddy Flores Bordais. No quarto, a desindustrialização periférica, de Daniel Senna Dias. No quinto, a indagação sobre se neo-desenvolvimentismo é uma alternativa para os trabalhadores na Argentina? Apontamentos sobre a superexploração do trabalho nos governos Kirchner (2003 –2015), de Ricardo Grião da Silva. No sexto, a perspectiva entre fragilidades e viabilidades: a inserção de Cabo Verde no Sistema-Mundo XX, de Mariana Herreira Gonçalves Pertile. No sétimo, a explanação da Revolução Iraquiana de 1958: a Aliança entre o Movimento dos Oficiais Livres e o Partido Comunista Iraquiano, de Paulo Barata Gondim. No oitavo, um ensaio sobre as revoluções coloridas à luz do materialismo histórico, de Mateus Mendes. No nono, um artigo revisitado e renovado, atinente à atualidade, sobre a guerra na Ucrânia: conflito interimperialista?, de Chantal Liégeois. E, por fim, no

décimo, uma discussão teórica sobre paz entre as grandes potências: uma análise crítica sobre a “comunidade de segurança” em Robert Jervis, de Ricardo Gomes.

De questões teóricas a aspectos da prática internacional, o livro foi pensado e organizado com o devido cuidado de se revelar plural dentro de uma unidade da crítica, com autores das mais distintas formações, desde aqueles que estão no programa até os que vieram de outras instituições para acompanhar os debates. No entanto, nada disso seria possível, se não fosse o empenho de determinadas pessoas na concretização desta obra. Vinculados tanto ao oferecimento da disciplina quanto, e principalmente, ao projeto que abriga esta publicação, estão Thomaz Delgado de David e Ana Elisi Anversa, os quais merecem os agradecimentos pela cuidadosa edição, sistematização e organização da obra. Um trabalho árduo fala muito sobre os dois, mas, fundamentalmente, sobre a rede que representam e colaboram ativamente, a RedeMarx, responsável pelo trabalho editorial e pela publicação e sediada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), liderada pela generosa e competente professora Maria Beatriz Oliveira da Silva. Sem esse compromisso e esse empenho que já se manifestam há tempos, inclusive com outras publicações de referência e excelência na área⁴, a extensão dessa rede para o Rio de Janeiro demonstra a capilaridade e a essencialidade de suas ideias. Por isso, todo o périplo deste livro é finalizado com as palavras de Bia Oliveira em um brilhante posfácio, o qual indica os caminhos do estudo crítico.

Em suma, mais do que pavimentar o caminho para os debates do livro, este prefácio tem como objetivo apresentar aos interessados todo o trajeto percorrido desta obra, enfatizando o esforço coletivo aqui contido, o qual contou com o empenho e participação, em maior ou menor medida, de todos os nomes citados anteriormente, a quem agradecemos imensamente por permitirem estarmos na segunda publicação dos resultados do curso de Marxismo e Relações Internacionais, agora, com um viés distinto e específico que incentiva a (re)pensar esse objeto de estudo, o qual o leitor poderá conferir nas próximas páginas. Boa leitura!

Rio de Janeiro e Niterói, março de 2023.

⁴ DAVID, Thomaz Delgado de e SILVA, Maria Beatriz Oliveira da (org.) *Marxismo, Direito e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

1. OS INTERESSES POR TRÁS DA EXCLUSÃO DAS TEORIAS MARXISTAS DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Clara Scheidt¹

INTRODUÇÃO

A curiosa questão da disciplina das Relações Internacionais excluir as contribuições marxistas do seu currículo é bastante intrigante, afinal é uma disciplina da seara das ciências humanas, que por sua vez utilizam frequentemente as teorias marxistas. Concordando ou não com o teórico alemão é fundamental que um dos maiores sociólogos, pensadores e teóricos do século XIX e muito debatido nos tempos atuais, seja apresentado aos novos cientistas de todas as ciências que envolvam questões sociais e econômicas.

A disciplina das Relações Internacionais se expande mais significativamente depois da Guerra Fria e ascensão da globalização financeira pelas universidades da América Latina, trazendo para esses espaços acadêmicos periféricos grande influência dos teóricos liberais anglo-saxões (Osório, 2019, p. 73)². Que por sua vez insistem em analisar as relações internacionais sem considerar os interesses das elites locais e internacionais, contribuindo para a manutenção das mesmas.

O valor do intelectual das relações internacionais está muito vinculado ao quanto de conhecimento produzido pelos anglo-saxões ele foi capaz de acumular, como consequência temos o menosprezo e desconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos intelectuais fora desse círculo. O que prejudica o desenvolvimento particular da ciência em cada país, bem como uma dependência intelectual (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 52)³.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduada e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Luiz Felipe Osório: Professor de relações internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

³ Williams Gonçalves: Professor do Programa de Pós-Graduação em relações internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Leonardo Monteiro: professor de Relações Internacionais e do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

A principal justificativa dada pela academia das relações internacionais para excluir Marx do debate e da pesquisa, é que ele não teria desenvolvido um material específico a respeito das relações internacionais. O que foi contestado por diversos autores que serão abordados ao longo deste artigo.

Os teóricos clássicos dessa disciplina - Hobbes, Kant, Locke - interpretam o meio internacional como anárquico (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 59), ou seja, não caberia uma análise de luta de classes. Porém já faz tempo que os países se dividem hierarquicamente de acordo com suas economias e poderio militar, desde metrópole e colônia, passando por primeiro, segundo e terceiro mundo até a atual divisão entre centro, periferia e semiperiferia (Taylor; Flint, 2002, p. 21-22)⁴.

O presente trabalho busca reiterar a importância das teorias marxistas, com o intuito do aprimoramento da disciplina das relações internacionais na academia brasileira, que carece de teorias e análises desvinculadas da ótica anglo-saxã e próprias da realidade da região sul-americana, propondo assim a valorização das produções acadêmicas nacionais.

As teorias marxistas contribuem para melhor entendimento de quem são os indivíduos que compõem os governos e porque muitas vezes são membros de uma mesma família que se perpetuam por décadas nos postos do poder político, cabe ainda apontar (porém não será o foco do artigo) que na maioria das vezes se trata de pessoas brancas, homens, casados com mulheres e seguindo uma determinada religião predominante.

As teorias desenvolvidas por Marx nos convidam a uma análise profunda a respeito da sociedade nacional e as decisões diplomáticas tomadas pela elite de cada país. Em dois momentos diferentes podemos analisar a hierarquia de classes, tanto no âmbito nacional: onde a elite local usa do seu poder para satisfazer as suas necessidades e manter seus privilégios, em detrimento das classes médias e dos mais pobres; como no âmbito internacional: onde as elites dos países centrais subjugam as elites dos países semiperiféricos e periféricos, o objetivo segue sendo o mesmo, manutenção do *status quo*.

O artigo se divide em três partes. Na primeira será abordada a exclusão das teorias marxistas na academia em prol das teorias anglo-saxãs de cunho liberal, sendo apresentado argumentos de especialistas da área, comprovando que embora Marx não tenha desenvolvido estudos diretamente relacionados ao tema das relações internacionais, o que ele produziu já é

⁴ Peter Taylor: Geógrafo e professor na Universidade Northumbria. Colin Flynt: professor do departamento de ciência política na Universidade do Estado de Utah.

suficiente para ser explorado pelos teóricos do assunto, pois estudar sobre o capital/capitalismo é estudar política e economia internacional, já que é no âmbito internacional que o capital consegue se expressar de forma mais genuína (Osório, 2019, p. 72).

Na segunda parte será tratada a importância da teoria da luta de classes para o estudo das relações internacionais, tanto para a compreensão do porquê determinados líderes políticos fazem alianças com uns países e não com outros, demonstrando assim que os países são governados pelas suas elites locais, o que em grande parte prejudica a maioria da população.

Assim será desenvolvida baseada em Marx como as escolhas diplomáticas dos países refletem os interesses da classe dominante. O Estado, em particular os capitalistas, não está baseado em princípios pró população/pró trabalhador, mas sim em favor de manter a burguesia e seus privilégios a salvo, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Na terceira parte o foco será dado ainda sobre a teoria da luta de classes, como é correspondente o acúmulo de capital de um país com o poderio sobre os demais. Assim como no âmbito nacional de um país capitalista quem tem mais dinheiro tem mais poder e influência, no meio internacional isso também se repete.

A estratificação no cenário internacional se dá por meio de vários blocos econômicos: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), dentre outros. Receberá destaque a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Marx voltou toda a sua pesquisa para o trabalhador, sua produção e meio de subsistência, o que ficou conhecido como o materialismo histórico, por isso será dada ênfase a DIT.

1. A EXCLUSÃO DAS TEORIAS MARXISTAS DA DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Todas as vezes que se opta por uma teoria ou teórico ou narrativa em detrimento de outra devemos ficar atentos, pesquisar sobre quem são os indivíduos por trás, em que época e contexto histórico viveram, qual a situação financeira que eles se desenvolveram, se foram patrocinados e etc. Tal pesquisa é necessária, pois só assim poderemos entender melhor porque estes foram privilegiados e tem suas teorias reverberadas nos centros acadêmicos ao mesmo tempo em que outros não tem a mesma sorte.

No caso da disciplina das relações internacionais observa-se que as teorias dos estudiosos anglo-saxões têm preferência em detrimento de outros. Os autores considerados clássicos dessa disciplina são Locke, Kant e Hobbes, todos da Europa Ocidental, pertencentes às suas respectivas elites locais e com teorias favoráveis ao capital. A teoria mais conhecida defendida por esses estudiosos é a de que os países vivem no meio internacional um estado de anarquia, já que não há uma lei soberana sobre eles e nem um líder em comum (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 59). Essa ideia da anarquia global esconde os atores que determinam diversos fatores pertinentes ao meio internacional, bem como as ações das elites internacionais, tal discurso as protege.

A afirmação da anarquia esconde o fato de que este conflito, incoerente na superfície, é produto de fatores que podem ser definidos e percebidos, mesmo se eles não podem ser controlados como gostariam os principais atores. Além disso, para o marxismo, o mais importante determinante não é a anarquia do sistema de Estados, mas a do mercado e do próprio capitalismo. (Halliday, 2007, p.81)⁵

Marx não só ficou excluído de ser um dos autores clássicos, ou seja, não é considerado imprescindível para a compreensão dos assuntos tratados na disciplina, como ficou anos de lado no debate acadêmico das relações internacionais. Os estudiosos que excluíram Marx alegaram que este não havia escrito sobre uma ideia de nação e que também não tinha desenvolvido estudos a respeito da relação entre os Estados.

[...] em seus pouco mais de 70 anos de existência como disciplina acadêmica, as relações internacionais foram marcadas por três grandes debates teóricos que acabaram definindo a literatura e os posteriores programas de pesquisa. Até agora, o marxismo não se encaixa confortavelmente em nenhum dos três. (Halliday, 2007, p. 64).

A inclusão com mais destaque das teorias marxistas na disciplina de relações internacionais é defendida por dois principais motivos: primeiro pelo fato de Marx ser o principal teórico que escreveu sobre o capitalismo, sua expansão e consequências. Além da disciplina estar baseada em fluxos de produtos e fluxos de capital. Onde o estudo do materialismo histórico é conveniente para o aprofundamento do tema.

[...] as relações internacionais alicerçam-se e desdobram-se em um contexto político-econômico muito específico, aquele moldado pelas relações sociais capitalistas concretas. [...]

⁵ Fred Halliday (1946-2010): escritor e acadêmico.

[...] o marxismo é a ciência internacionalista por essência, aquela capaz de captar a plenitude do capitalismo, modo de produção que somente se perfaz totalmente em âmbito internacional.

[...] a tendência expansiva do capital foi ressaltada ao longo de seus escritos. “A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital” (Marx, 2011:332). (Osório, 2019, p. 72-73-74).

A segunda razão pela qual as teorias marxistas merecem mais destaque na disciplina é o fato dela tratar da relação entre os Estados e estes representarem os interesses da classe dominante. Não há anarquia entre os Estados e não é possível estudar Estado sem considerar a desigualdade entre as classes bem como suas lutas, uma para conservar sua posição e a outra por mais justiça e poder político-econômico.

Aceitar a ideia de um Estado soberano o qual estaria acima dos interesses das classes que compõem a sociedade implica em aceitar as relações de alienação que estão na base do sistema capitalista. Identificamos assim o que Marx pensou a respeito do Estado: ele resulta dos interesses das classes dominantes, particularmente os da nobreza e da burguesia, para impor sua dominação. (Vigevani *et al*, 2011, p. 114)⁶.

O interesse dessas classes dominantes de se perpetuarem, manter o *status quo* e guiar as posturas internacionais de seus países de acordo seus interesses próprios e particulares. Não há na interpretação de Marx um Estado que seja neutro as classes sociais e que não sofra interferência direta da nobreza e burguesia, assim como também não há um Estado que defenda os interesses da população e dos trabalhadores, em particular os capitalistas.

2. A HEGEMONIA DE UM ESTADO CORRESPONDE A HEGEMONIA DE UMA ELITE

As relações internacionais e a postura política internacional de um país começam no interior do Estado Nação. É nesse pequeno centro que as disputas sociais se apresentam, um grupo ao dominar os demais acaba conquistando posições chaves na política desse país. Esse grupo social que encabeça a política costuma ter bases materiais bastante significativas. Preenchendo esses dois requisitos básicos se torna hegemonia – possuir posses e representação política – tal grupo conquista o posto de hegemonia nacional. Segundo Vigevani *et al*. “A hegemonia global começa com a expansão de uma hegemonia estabelecida no âmbito nacional.”.

⁶ Tullo Vegivani: Professor de ciência política na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Assim como, segundo Marx, o capitalista é o proprietário dos meios de produção, a elite capitalista se legitima no poder político por meio do Estado. A elite nacional dos Estados Modernos está sustentada em bases sólidas, na economia e na política, então passa a se expandir sobre os demais por meio do imperialismo, subjugando as elites locais. Dividindo assim o mundo hierarquicamente de acordo com poder econômico e político de cada país.

Para Marx, ao assumir a representação da nação, a burguesia legitima a sua dominação mediante o controle político e ideológico do Estado (Marx e Engels, 1967). (Vigevani *et al*, 2011, p. 115).

A deficiência das relações internacionais está em utilizar o Estado como ponto de partida para a pesquisa como se ele fosse algo dado, preexistente as disputas sociais ou neutro em relação a elas. Os primeiros estudiosos dessa disciplina encaravam o Estado “como uma premissa não problemática, porém, países não são unidades ‘naturais’, mas sim criações humanas.” (Gonçalves; Monteiro, 2015, p. 61).

Vale ressaltar a partir dessa afirmação, que o Estado por ter sido criado por homens pode por meio deles mudar completamente toda a sua estrutura e até mesmo deixar de existir. O Estado está impregnado de interesses e armadilhas para manter aqueles que o criaram sempre no poder. Por isso Marx defendia a revolução.

Marx já alertava sobre o Estado ser mais uma ferramenta de afirmação e controle usado pela burguesia. Ele era cético em relação a imparcialidade das decisões tomadas por parte do Estado e da sua possível representação do povo.

[...] para Marx o Estado não é mais uma entidade soberana, regida por valores universais, sejam eles econômicos, sociais, políticos, ou se se quiser, éticos. Assim, as relações internacionais não se dão no interesse de Estados, como representantes de toda a Nação, senão que no interesse da classe de proprietários do capital – o capitalista —, a burguesia nacional que se apropria do Estado. Os entendimentos, as alianças, ou as rivalidades, os conflitos nas relações internacionais não expressam, para Marx, os verdadeiros interesses das sociedades nacionais como um todo. Isto pelo simples fato de que não existe uma sociedade nacional no sentido próprio do termo. Qualquer sociedade nacional, sob o regime capitalista, está dividida entre os interesses antagônicos do capital, de um lado, e do trabalho, de outro. [...]
 [...] Marx pretende demonstrar que os conflitos internacionais são sempre disputas de poder com vistas à exploração, à obtenção de vantagens econômicas, mesmo quando suas alegações tenham sido de ordem moral ou religiosa. (Trein, 2009 p.89-90)⁷.

⁷ Franklin Trein: Filósofo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim como no início da formação de cada Estado e território eram colocados os interesses particulares dos fundadores/conquistadores, segue sendo até hoje, cada acordo internacional assinado, aliança de cooperação mútua selada, está implícito os interesses particulares dos executores. Os estados capitalistas, que são os responsáveis pela integração entre os países em volta da mercadoria, são guiados por seus líderes para o caminho mais lucrativo.

O objetivo não é fazer aliança com países que compartilham as mesmas ideologias ou buscar a paz entre as nações, o capitalismo embora esteja mais presente em países livres e democráticos mantém bons laços com ditadores. A dificuldade para o capitalismo são os países de economia socialista/comunistas, com esses ele não consegue atingir seus objetivos financeiros – lucro e acumulação. Inicia-se então uma ofensiva dos países capitalistas contra os socialistas, exemplo disso é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que é um dos raros acordos não econômicos entre os países, a cooperação desse bloco é militar. (Costa, 2006)⁸.

3. A HIERARQUIA ENTRE OS PAÍSES A PARTIR DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Ao contrário do que os autores clássicos das relações internacionais defendiam, os países além de não viverem uma inteira anarquia (pois não possuem as mesmas condições materiais e representatividade política) encontram-se hierarquizados. Para demonstrar tal hierarquização utilizarei a Divisão Internacional de Trabalho (DIT).

A DIT é a melhor expressão de que alguns países têm mais valor que outros, a partir do produto que exportam. Desde o relacionamento comercial entre metrópole e colônia, os países europeus vendiam produtos manufaturados e mais caros que as colônias. Com a independência dessas últimas o quadro internacional não modificou muito, pois os países com elevado avanço tecnológico seguem sendo os europeus, porém agora acompanhados dos Estados Unidos e de alguns poucos asiáticos, como Japão e os tigres asiáticos⁹.

A questão da DIT não revela apenas que os países possuem estágios distintos de industrialização e produtos que são precificados de acordo com a tecnologia neles utilizada,

⁸ Rogério Costa: professor do Curso de Relações Internacionais da Unisul

⁹ Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan.

afinal é por essa diferente industrialização que os países são divididos em centro e periferia. Mas também aponta a dependência dos países periféricos em relação aos de centro, que ainda sofrem a influência destes para permanecerem dependentes.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 1973, p. 4).

Tal afirmação de Marini¹⁰ nos mostra o caráter dominante que os países pertencentes ao centro – capitalistas – exercem sobre os da América Latina e os demais que se enquadram como semiperiferia e periferia. Sendo assim não há uma igualdade entre os países, logo, seria impossível um cenário anárquico no âmbito internacional. Para pesquisar as relações entre os países é necessário considerar suas assimetrias de poder.

Marini ainda revela como os países do centro presam por essa dependência, criando novos mecanismos para que essa subordinação seja mantida e quando necessário refazem essas relações de poder, criam novos mecanismos com o propósito de que os periféricos permaneçam nesta condição. Impossibilitando mobilidade de um país periférico para o status de centro. Essa relação remete as classes sociais dentro dos países capitalistas, onde se vende a ideia de mobilidade social (em especial a partir da meritocracia), mas as condições reais para que ela seja alcançada são alteradas frequentemente para que não se materialize. O que nos direciona a luta de classes de Marx.

A pesquisadora Liana Carleial¹¹ faz uma boa leitura e análise sobre o texto de Marini que trata essa desigualdade entre os países e as consequências para os que estão na base dessa pirâmide, ou seja, os países produtores e exportadores de matérias-primas (os agroexportadores). Consequências estas que recaem sobre os trabalhadores.

Para Marini (2000), está claro que a questão não se esgota apenas na mera atuação da lei do valor, mas também na possibilidade concreta de transgredi-la. Ou seja, quando países produzem bens que os demais não produzem, é possível que as transações sejam realizadas, transgredindo a lei do valor e dando origem ao intercâmbio desigual. De modo também muito inovador, Marini (2000) vai considerar que a presença de trocas desiguais (transações realizadas em condições de divergência entre preços e valores) não vai ensejar uma busca pela equivalência nas trocas, mas, fundamentalmente, vai procurar compensar essa perda de renda, internamente ao país

¹⁰ Ruy Mauro Marini (1932-1997). Cientista social, professor universitário e escritor.

¹¹ Liana Carleial: professora de economia na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

exportador de bens primários, por meio de um mecanismo de superexploração dos trabalhadores. (Carleial, 2010, p. 134).

Seguindo o texto de Cardeal, ela defende que Marini relaciona a super acumulação de capital nos países centrais a exploração do trabalhador e não ao aumento da capacidade de produção dos trabalhadores, que deveria acontecer de acordo com os avanços tecnológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das exposições feitas ao longo do texto é possível afirmar que não há uma relação anárquica entre os países no âmbito internacional e que quem cunhou tal ideia no passado e ainda a defende na atualidade está cooperando para a permanência do *status quo* estabelecido até aqui. As elites internacionais estão localizadas nas antigas metrópoles, nos países de centro, no norte global onde estão os Estados mais ricos, tecnológicos e melhor armados militarmente.

Essas elites fazem parte dos dirigentes dos Estados, afim de garantir que seus interesses de política interna e externa sejam atendidos e para impedir que uma mobilidade social ocorra nos seus países, bem como dificultar as condições dos países periféricos e semiperiféricos para que eles continuem dependentes do centro e abastecendo-os com produtos agrícolas e matérias-primas. A melhor expressão dessa hierarquia entre os países se encontra na DIT.

Assuntos que envolvem o trabalhador e o proprietário, uma classe limitando a outra a servi-la para acúmulo de riqueza, dificuldades por parte dos trabalhadores de modificarem sua situação de exploração e subserviência, ocorrem tanto no meio nacional como no internacional. Essas relações foram muito caras a Karl Marx, que dedicou toda a sua trajetória para revelar tais explorações e apresentar uma alternativa ao modo de produção, distribuição e acumulação.

Por tanto as leituras das suas obras não podem ficar de fora de nenhuma disciplina social que tenha como objetivo pesquisar as relações criadas pelos humanos entorno do capital. Ainda mais uma disciplina que se expande acompanhando a ampliação do capital pelo globo, que se direciona para compreender as tomadas de decisões dos países capitalistas. Afinal Marx escreveu não apenas sobre relações entre pessoas, mas as relações que ocorrem entorno do capital, sua produção e acumulação, e é para ampliar isso que os países criam alianças. E só para reforçar, é a partir do critério de quantidade de capital que os países se hierarquizam.

REFERÊNCIAS

- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. **Sociologias**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ano 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 126-157. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/HG3c7qBQctJR9Vd6vpHfKVm/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- COSTA, Rogério Santos. Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan): Histórico, Características, Objetivos, Funcionamento e Influência na Segurança Coletiva. **Relações Internacionais no Mundo Atual**. Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual, vol. 1, n. 4, 2006. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/235>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- GONÇALVES, Williams; MONTEIRO, Leonardo Valente. O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das Relações Internacionais. **Revista Século XXI**. Porto Alegre: Revista de Relações Internacionais/ESPM-Sul, v. 6, n.1, jan./jun. 2015, p. 51-68. Disponível em: <https://docplayer.com.br/70304406-V-6-no1-jan-jun-2015.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- HALLIDAY, Fred. Um Encontro Necessário: O Materialismo Histórico e as Relações Internacionais. In: ____. **Repensando as Relações Internacionais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007, p. 61-86.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. Marxismo e Relações Internacionais: Uma Relação Possível. **1991 Revista de Estudos Internacionais**. Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba, vol. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/revesint/article/view/24609/23849>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973, 43 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.
- TAYLOR, Peter; FLINT, Colin. **Geografia Política: Economía-mundo, Estado-nación y localidade**. Madrid: Trama editorial, 2002. 450 p.
- TRAIN, Franklin. Relações Internacionais: uma Introdução ao seu Estudo. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio (SESC), v. 3, n. 9, jan./abr. 2009, p. 76-113.
- VIGEVANI, Tullo, *et al.* A Contribuição Marxista Para o Estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**. São Paulo: CEDEG, 83: 111-143, 2011, p. 111-143. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/QwBSP5snq7Vyz6z7jSXxfDF/?lang=pt#:~:text=O%20emprego%20do%20m%C3%A9todo%20marxista%20tem%20como%20pressuposto%20a%20desconstru%C3%A7%C3%A3o,s%C3%A9culo%20XXI%20%E2%80%93%20ao%20liberalismo>. Acesso em: 22 fev. 2022.

2. TEORIA IMPERIALISTA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO REALISMO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Felipe Garcia Barros¹

Josemar Ricardo Camenha Cardoso Quinguaia²

INTRODUÇÃO

O presente texto surge na ideia basilar de realizar aproximações entre a teoria imperialista de Lenin e a teoria realista de Carr. Com o intuito de demonstrar as influências da teoria Leninista consagrada através da sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* lançada em 1916 na construção de uma das mais importantes obras do campo científico na área das relações internacionais *Vinte anos de crise, 1919-1939*, de Edward Carr elaboramos um texto dividido em três seções que apresenta de modo sucinto pontos relevantes de ambas as teorias e relaciona pontos convergentes .

O texto é subdividido em três tópicos, o primeiro explicando a crítica realista de Carr a Utopia e seu sistema Realista de análise do sistema internacional, já neste momento alguns pontos de aproximação serão indicados entre Carr e o nascente modelo soviético. O segundo tópico tratará da teoria imperialista de Lenin e o terceiro, versará sobre como a teoria imperialista e o realismo em muitos pontos convergem.

1. REALISMO E UTOPIA EM CARR

A política internacional passou no século XX por uma transição de uma ciência das elites para algo do interesse popular, o aumento da quantidade de conflitos e seu impacto nas camadas populares gerou uma forte conscientização das massas. Que por sua vez puderam expressar seus anseios nos movimentos operários. Entretanto, a sociedade de forma geral ainda via as questões de guerra como negócio para soldados e política internacional para diplomatas.

¹ Doutorando e Mestre em Economia Política Internacional - Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional pela UFRJ (PEPI-UFRJ). Currículo na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3415043628240105>.

² Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Candido Mendes. Pós-Graduado em Finanças e Gestão Corporativa na mesma instituição.

Edward Carr identifica então a Primeira Guerra como um momento decisivo em que todos foram afetados pelo conflito.

Carr tem em seu trabalho mais importante para as Relações Internacionais o livro Vinte anos de crise, onde reconhecem-se duas maneiras de atuar no meio internacional: uma idealista ou utópica e outra de pensamento realista. Carr passa então a montar uma crítica a este pensamento utópico, que dominava a intelectualidade e a diplomacia nos países centrais no pós Guerra. Assim é estabelecida a base do realismo nas Relações Internacionais.

Carr partiu do desejo de evitar um novo conflito tão destrutivo que viria a nascer da visão utópica pela implementação desta política internacional. Enquanto, os políticos do pós-guerra esbanjavam o desejo por tornar realidade seus anseios pela paz, simultaneamente eram ignorantes da factibilidade de seu projeto. O realismo, por outro lado, surge então da maturidade de analisar o que é ao invés do que deveria ser. Para Carr, o pensamento é uma forma de ação política e sua ciência é a ciência do que deveria ser não apenas do já estabelecido. Nesse sentido a utopia representa algo primitivo. A utopia política, por mais desejável que seja, é apenas alcançável por uma sólida base de realidade.

Carr vê o impacto do raciocínio no desejo, para tornar a política internacional em uma ciência madura. Desta forma, o realismo surgirá com o mote de adaptar a inexorável força da realidade, pautando as ações dentro do possível. Ainda assim, o realismo acaba por desenvolver tendências reativas e estéreis. Para Carr apenas na utopia pode-se encontrar o “objetivo” que movimenta a vontade.

O pensamento utópico não combina objetivos a serem atingidos com observação e análise, diferente do pensamento realista, em que tal combinação (impacto do raciocínio sobre o desejo) marca o fim do estágio primitivo e avança para um pensamento científico (o Realismo). (BUGIATO, 2019)

Assim, verifica-se a dicotomia entre utopia e realidade e entre teoria e prática. Por um lado, o utópico lutará para teoria se tornar uma norma e conseqüentemente enquadrar a prática, o realista contrariamente terá na teoria apenas a descrição da prática política. O que torna a diferenciação entre utopia e realidade é um fator determinante, a primeira sendo ingênua e a segunda estéril. Sua grande distinção ocorre na relação teoria-prática, em que o utópico torna a sua teoria em norma e força a prática a ajustar-se, por outro lado, o realista terá a codificação da prática como modo de agir. Por isso, torna-se necessário formar uma síntese entre ambas (CARR, 2001)

Partindo do que é necessário no pensamento utópico e que tanto incomodavam a Carr, prossegue com a sua crítica realista e a conseqüente síntese entre ambas, que gerará o realismo mais maduro. O ideário liberal acredita que o interesse do indivíduo e o interesse da comunidade coincidem. A chamada Harmonia de Interesses, por essa doutrina haverá uma confluência entre os interesses do indivíduo, sociedade. De tal maneira que quando o indivíduo persegue a seus próprios interesses seus efeitos refletirão positivamente em sua sociedade e assim para outras. Ademais, quando os interesses de sua sociedade se realizam, o indivíduo também é afetado positivamente. Desta maneira, o que se via de vantajoso ao indivíduo se extravasar em tese à nação.

O que era verdade sobre os indivíduos, presumiu-se que fosse igualmente verdade para as nações. Assim como os indivíduos, visando a seu próprio bem, inconscientemente promovem o bem de toda a sociedade, as nações servem a humanidade ao servirem a si próprias. O comércio universal livre justificava-se em termos de que o interesse econômico máximo de cada nação identificava-se com o interesse econômico máximo do mundo inteiro. (CARR, 2001, p. 62)

Neste caso, como os interesses das partes coincidem, não é necessário a atuação de um terceiro agente, ou seja, se os interesses do indivíduo e da comunidade coincidem, o Estado é dispensável. Esta máxima liberal para os indivíduos foi então transferida para as nações. Logo quando uma nação segue seus interesses ela conseqüentemente serve à humanidade. Fato que tem sua maior realização no campo econômico em que o comércio internacional se torna uma ferramenta para a humanidade. Assim, como as nações desejam a maximização dos seus interesses econômicos, a paz passa a ser uma necessidade, a fim de diminuir os distúrbios ao comércio.

O que se nos defronta na política internacional de hoje é, portanto, nada menos do que a completa falência da concepção de moral que dominou o pensamento político e econômico durante um século e meio. Internacionalmente, não é mais possível deduzir a virtude através do raciocínio correto, porque não se pode mais seriamente crer que todo estado, ao buscar o maior bem para o mundo inteiro, esteja visando ao maior bem para seus próprios cidadãos, e vice-versa. A síntese da moral e da razão, pelo menos sob a forma crua do liberalismo do século dezenove, é insustentável. O real significado da atual crise internacional é o colapso de toda a estrutura utópica, baseada no conceito da harmonia de interesses. A geração atual terá de ser reconstruída a partir das bases. (CARR, 2001, p. 83)

Enquanto, por um lado, os acordos de paz da Primeira Guerra tiveram os princípios liberais como guia. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, vinte anos depois, foi o abalo crítico

ao ideário, então claramente utópico, da ciência da política internacional e seu consequente descrédito.

Nesse contexto, o ideário realista é o contraponto ao utópico. Carr enxerga uma longa linhagem de pensadores que irão fundamentar a concepção política do realismo, como Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Hegel e mesmo Karl Marx. Conforme Carr, Marx fez a principal contribuição ao realismo moderno nos últimos cinquenta anos (CARR, 2001).

...os princípios da escola histórica têm sido aplicados à análise do pensamento e foram lançados os fundamentos de uma nova ciência, principalmente por pensadores alemães, sob o nome de "sociologia do conhecimento". O realista pôde, então, demonstrar que as teorias intelectuais e os padrões éticos dos utópicos, longe de serem a expressão de princípios absolutos e apriorísticos, são historicamente condicionados, sendo tanto frutos dos interesses e circunstâncias, como armas forjadas para a defesa de interesses. (CARR, 2001, p. 90-91)

Carr enxerga uma grande importância na casualidade histórica, esse pensamento se originou em Hegel ao propor uma filosofia histórica em uma regular sucessão no pensamento (Zeitgeist). Esta ideia, no entanto, se fundamentava em uma abstração metafísica, sendo em pouco tempo substituída por uma força motriz concreta. Marx nesse aspecto inova com uma concepção econômica da história. Marx, curiosamente, não propunha apenas uma análise determinista da história, mas em algo flexível fluindo em direção a uma "meta inevitável".

Ademais, contrariamente à doutrina da harmonia dos utópicos, os realistas propõem a doutrina do interesse nacional. Esta irá ver os interesses conflitantes atuando. O que é bom para um não necessariamente será bom ao outro, em oposição à visão utópica de que aquilo que é bom para um é bom para todos.

Pode-se assim sintetizar a crítica de Carr aos utópicos e de sua doutrina de harmonia de interesses. Primeiramente, os utópicos abundam em abstracionismo, seu caráter é aparentemente universal e leva a uma harmonia através das políticas liberais, nas palavras de Carr, um artifício moral. Tais políticas, entretanto, servem a outro propósito, ao de dominação de um grupo sobre outros, o que irá promover interesses particulares no plano nacional e no internacional. Tal fato coloca Carr junto aos marxistas ao indicar o imperativo liberal como a filosofia política e a doutrina econômica escolhida pelas classes dominantes para controlar os Estados liberais.

Mas um outro ponto requer menção. A supremacia, dentro da comunidade, do grupo privilegiado pode ser, c freqüentemente é, tão esmagadora que, de fato, em certo sentido seus interesses são os da comunidade, uma vez que seu bem estar

necessariamente traz consigo algumas medidas de bem-estar para outros membros da comunidade, e seu colapso poderia levar ao colapso da comunidade como um todo. Assim sendo, portanto, a pretensa harmonia natural de interesses tenha alguma realidade, ela é criada pelo poder dominante do grupo privilegiado, e é uma excelente ilustração da máxima de Maquiavel de que a moral é produto do poder. (CARR, 2001, p. 106)

Após as severas críticas de Carr à ideologia utópica, se faz necessário apresentar a sua contra parte: o realismo. Tendo como base um legado histórico, Carr aponta três conceitos basilares a esta visão política. Primeiramente, como já mencionado, a história é uma sequência de causa e efeito, conforme as ideias Hegelianas e Marxistas, e elas podem ser analisadas e compreendidas, mas não dirigidas pela imaginação. Segundo ponto é a inter-relação teoria-prática, para os realistas a prática será a fundamentação do pensamento teórico e não o contrário. Por fim, a política não é uma função da ética, mas sim a ética o é da política (CARR, 2001). Entretanto, o realismo como já concebido "historicamente" não deve representar o fim do pensamento e da dialética, mas sim o seu fomentador. Carr divide o pensamento realista em dois. O primeiro denominado por Bugiati de o realismo consistente ou completo, enquanto o segundo será o realismo utópico.

Assim o realismo completo será caracterizado por excluir quatro princípios: um objetivo finito, em é o ato de tornar o pensamento em ação, nesse contexto ao pensar em tão longo prazo afasta seus contemporâneos centrados em um tempo finito e determinado; o apelo emocional, quando não se assume objetivos finito se perde a possibilidade de formar a conexão e dificulta a mobilização de para a causa; O direito de julgamento moral, este princípio para os realistas o agente não será julgado por sua capacidade em atingir os objetivos finitos, sem ele não haverá um “dever ser”; Campo de ação, como os fatores são deterministas a ação humana tem sua ação independente tolhida nas ação na realidade. O segundo tipo de realismo, o realismo utópico, portanto, irá incorporar os quatro elementos supracitados, de natureza utópica. Tal fato, então, coloca o realismo utópico como uma síntese entre o realismo e a utopia, em uma clássica relação dialética.

Vemos assim, como o realismo em sua Gênese surge mesclado de ideias compartilhadas com o marxismo, em particular sua natureza dialética. O marxismo em Carr, se apresenta não de forma antagônica, mas como uma profunda inspiração para o aprofundamento de suas ideias. Borba de Sá aborda mais profundamente esta relação.

Assim, se era verdade que os marxistas estavam ao lado dos liberais antes da guerra, também é verdade que, após o conflito, suas posições sobre a política internacional

estavam bem mais próximas das do Realismo. Não apenas, mas também, pelo fato do “pai do Realismo”, Edward Carr, apresentar-se como um admirador do marxismo e da Revolução Soviética de 1917, sobre a qual escreveu uma série de livros. Mas, principalmente, pelo fato do “fundador” do Realismo de RI estar se utilizando das lições políticas centrais do marxismo para formular sua teoria realista de Relações Internacionais: buscar análises baseadas na história e não em abstrações filosóficas; estudar o mundo como ele de fato se apresenta e não como gostaríamos que fosse; agir para transformar a História e não apenas explicá-la, sempre que as estruturas sociais permitirem; mesclar utopia e razão, assim como voluntarismo e consciência das limitações históricas estruturais; equilibrar teoria e prática. Em suma, aquilo que os marxistas consideram condição sine qua non para a sua práxis política: Realismo no diagnóstico, aliado à ação transformadora como fim. Ou, nas palavras do filósofo marxista Antonio Gramsci (2000), aliando “o pessimismo da razão, com o otimismo da vontade” (BORBA DE SÁ, 2013, p. 8).

2. A TEORIA DO IMPERIALISMO DE LÊNIN

Em busca de compreensão sobre o motivo das constantes tensões entre as grandes potências mundiais Lênin procurou a partir de 1912 através de seus estudos um entendimento aprofundado sobre a “caracterização dos múltiplos processos que relacionam as leis de movimento do capitalismo monopolista ao fenômeno do imperialismo” Junior (2011).

Na sua obra *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, Lenin procura através de um arcabouço científico conjunto da área das relações internacionais e da economia abordar as contradições do capitalismo e a necessidade de uma revolução de cunho socialista como forma de reverter os devastadores efeitos do progresso capitalista.

Lênin começa sua abordagem apresentando a tendência decrescente das taxas de lucros e a abundância de capitais que ocorre nas nações que capitalistas monopolistas em estado avançado de desenvolvimento, para ele estes dois fenômenos ocorrem primeiramente pelas dificuldades de absorção das taxas de lucro da produção como novos investimentos, facto que muda a composição orgânica do capital e aumento do capital financeiro que acaba sendo absorvido pelos bancos. O autor aponta também que o desenvolvimento de organizações sindicalistas que pressionam os aumentos salariais e melhorias das condições trabalhistas dificulta a capacidade de expansão do exército industrial. Como forma de ultrapassar estes “entraves” ao desenvolvimento as nações capitalistas tenderiam a buscar no exterior ambientes menos desenvolvidos, em que tais condições não se verificavam, maiores taxas de lucro mediante a exportação de capital, anexação territorial e controles de mercados. A este processo resultante do desenvolvimento capitalista que promovia incessantemente a exportação de capitais, Lenin chamou de ‘Imperialismo’.

Lênin define o imperialismo como um fenômeno do desenvolvimento capitalista, cujos traços fundamentais são os seguintes: 1) forte tendência à centralização da produção em trustes e em cartéis, que resultam em grandes monopólios, desempenhando um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário e do capital industrial, que cria, baseado neste capital financeiro, uma poderosa oligarquia (burguesia) financeira; 3) a exportação de capitais adquire uma importância decisiva, diferentemente da exportação de mercadorias; 4) as grandes potências capitalistas partilham o mundo entre si, criando esferas de influência e ocupando territórios; 5) para efetivação da divisão territorial do mundo, é travada uma luta intensa entre as grandes potências, uma luta intercapitalista. O que não exclui novas partilhas (MARIUTTI, 2013, p. 31).

A visão de Lênin aborda crucialmente o fato de que o aumento do poder e o controle financeiro agrava as desigualdades da economia mundial em vez de amenizá-las e através desta visão o autor relaciona temas como, guerra, desenvolvimento e outros assuntos pertinentes às relações internacionais.

3. LENIN E CARR

Deve-se agora observar a relação entre o pensamento de Carr e Lenin a fim de apreciar suas aproximações e diferenças. Nos pontos anteriores muito já foi apontado nas inter-relações de ideias de ambos os autores, mas agora de forma mais sistemática será mostrado como esses pensamentos dialogam.

Marx cria a concepção do Estado como um instrumento para que as classes dominantes protejam a si e a seus interesses. Tal fato coloca o Estado moderno como o protetor da propriedade privada, ou seja, apenas a formalização oficial da burguesia. Assim a propriedade privada é curiosamente sua própria antítese, tendo o trabalhador como seu algoz. Logo o Estado será a expressão máxima desta contradição. No momento em que se findar tal contradição pelo fim da propriedade privada a sociedade não será mais dividida e o Estado perderá por consequência a sua razão de ser. O que faz que Marx veja o Estado como um substituto para o coletivismo. Isso faz com que o Estado marxista tenha duas manifestações: No longo prazo o Estado é algo nocivo por ser produto da contradição e um instrumento de dominação. Mas no curto prazo, será defendido que o Estado é algo temporariamente útil a fim de instaurar a ditadura do proletariado. Nesse sentido percebe-se certa aproximação ambos enxergam nas políticas liberais vigente uma dominação por parte de um grupo sobre outro. A doutrina da Harmonia de Interesse, em particular, se apresenta como esse instrumento. Afinal, por que os interesses de um grupo particular representariam os interesses da sociedade em geral? E o sucesso deste grupo realmente se extravasaria para os demais? Neste caso tanto Carr quanto

Lenin terão uma visão severamente crítica. Carr, no entanto, não chegará a um projeto ideal como o proposto por Marx, permanecendo na dialética de evolução do processo em curso de forma mais crítica.

Outro ponto da doutrina marxista muito importante a Lênin é a divisão da sociedade em duas: os dominadores e os dominados. Engels apontava o Estado como a força manifesta da sociedade, mas que se punha acima dela e se tornava alienada de sua criadora, tendo na burocracia um fator de tensão. Uma vez que tais pessoas apesar de serem proletários trabalham em uma lógica acima da dos demais trabalhadores e frequentemente com interesses conflitantes a eles. Lenin a partir daí formou a tese de trocar a burocracia por trabalhadores se auto administrando.

From this angle Lenin approached the old problem of bureaucracy. The evil of the state as something, (...) He appears to have thought of bureaucracy as specifically bourgeois. (...) Bureaucracy and the standing army were described in *State and Revolution* as "the two most characteristic institutions" of the bourgeois period of "centralized state power"; in capitalist conditions even party and trade union officials "show a tendency to be perverted into bureaucrats, i.e. privileged persons divorced from the masses and standing above the masses ". In the April theses, issued immediately on his return to Petrograd, Lenin demanded "abolition of the police, the army, the bureaucracy " In *State and Revolution* he invoked the example of ancient democracy, where the citizens themselves were administrators (CARR, 1960, p. 245).

Além disso, Carr verá três pontos em que o Estado exerce seu poder e autoridade. Esses três pontos são o poder militar, econômico e a opinião pública. O poder militar em particular é bastante relevante por ser uma tarefa indissociável do Estado, esta ferramenta é inclusive vista por muitos pensadores como um prolongamento da própria política e diplomacia. Esta ideia é até mesmo compartilhada por Lenin e Internacional Comunista. Ambos também concordam na inexorável transformação do nacionalismo em imperialismo. (BUGIATO,2019)

O ponto seguinte a ser analisado é o poder econômico. Relativo a este, novamente se identifica uma relação profunda e por vezes indistinta com o Estado, a economia é fomentada pelo aparato estatal e é uma parceira do poder militar. Apesar disso, os utópicos liberais defendem sua separação. Neste ponto, como Carr e Lênin novamente serão duros, podendo inclusive ver a relação entre as classes dominantes no Estado, o Estado em si e os interesses capitalistas. Assim, para concluir seu objetivo de projetar poder em favor de suas classes dominantes de um Estado se fará presente até as últimas consequências, indo do nacionalismo até o imperialismo.

“No primeiro, a exportação de investimento produtivo ou especulativo para o exterior em busca de maiores taxas de lucro é promovida por investidores privados que gozam de amparo governamental ou apoio diplomático. (...) acompanhada de canhões. No segundo, é impossível saber se o poder é usado para adquirir mercados ou se estes são buscados para estabelecer e fortalecer, mas a luta por mercados foi prática recorrente no entre-guerras, que culminou no confronto mundial” (BUGIATO, 2019, p. 10).

Por fim, o poder sobre a opinião, que será atrelado aos anteriores, vai ser a propaganda moderna, sendo oriunda de um processo estatal. Neste aspecto as ferramentas de rádio, cinema e imprensa serão meios de massa para promover a persuasão, tendo inclusive a forma de uma indústria em si como o monopólio, a padronização e a produção em massa. Sendo concentrado em uma elite dominante, que conforme Carr e Lenin exerce um papel preponderante no exercício das funções estatais.

CONCLUSÃO

Através das análises feitas das teorias de ambos os escritores foi possível descrever ao longo do texto algumas aproximações entre as teorias e observar a influência de Lênin na teoria realista principalmente na forma como ambos autores abordam determinados assuntos. Carr já propunha uma crítica às utopias que se provaram incapazes de lidar com os desafios surgidos com o fim da Primeira Guerra. Enquanto Lenin, similarmente, se encontrava na posição de implementar um modelo até então teórico na sociedade russa. Tal fato implicava em diversos desafios comuns aos apontados por Carr e que Lênin já envisionava em seus escritos.

Num panorama analítico mais interno e relacionado dinâmica das sociedades a ideia das divisões de classes e a percepção que as classes dominantes ou burguesas tinham relações privilegiadas com a classe política é convergente, num olhar mais global, ou num plano internacional era unânime para os teóricos as relações competitivas com potencial de confronto. As várias considerações acima apresentadas demonstram e evidenciam um encontro não apenas temporal mas também intelectual entre Carr e Lenin e entre a teoria imperialista e a teoria realista. Lenin enriquece o marxismo com sua teoria imperialista ao colocar a questão do sistema internacional como um fator de enquadramento. Algo que Carr certamente concordaria, uma vez que ancora mais fortemente a teoria na práxis. Tal fato torna-se ainda mais notório ao observar escritos posteriores de Carr sobre a Revolução Russa e como esta não configurou um mero experimento utópico.

REFERÊNCIAS

BUGIATO, C. E. H. Carr, Karl Marx e V. I. Lenin: aproximações realistas. **Revista Urutágu**a, n. 37, p. 205-221, 2019. Acesso: 05 fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/42038>.

BORBA DE SÁ, Miguel. **A presença oculta do marxismo nos “grandes debates” de Relações Internacionais**: o caso do primeiro debate. In: Anais do 4º Encontro da ABRI, Belo Horizonte, 2013. Acesso: 05 fev 2022 Disponível em: http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=873.

CARR, E. **Vinte anos de crise**. Brasília, DF. Editora da UnB: IPRI, 2001.

CARR, E. **The Bolshevik Revolution 1917 - 1923 Vol I**. Londres. Ed MacMillan, 1960.

JUNIOR, P. A. S., Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In. LENIN, **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas. Ed Unicamp. 2011.

LENIN, V. I., **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas. Ed Unicamp. 2011.

MARIUTTI, E. B. Interpretações clássicas do imperialismo. **Textos para discussão**. Unicamp, 2013. Acesso: 27 fev 2022 Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>.

3. TEORIA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA: CREACIÓN HEROICA¹

Lourdes Eddy Flores Bordais²

Lo que se pretende demostrar en mi ensayo es, primero, que la producción capitalista, al desarrollar la fuerza productiva del trabajo no suprime sino acentúa, la mayor explotación del trabajador, y segundo, que las combinaciones de formas de explotación capitalista se llevan a cabo de manera desigual en el conjunto del sistema, engendrando formaciones sociales distintas según el predominio de una forma determinada.

(Ruy Mauro Marini – En torno a “Dialéctica de la dependencia”)

1. INTRODUCCIÓN

¿Por qué es necesario rescatar el legado teórico-práctico de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) hoy? ¿Por qué la urgencia de una teoría radicalmente crítica de la explotación capitalista? ¿Qué buscamos en la TMD y hacia dónde nos orientamos?

¿Qué realidad deseamos transformar a partir de ella?

1.1 Contextualización histórica y contemporánea del extractivismo en el Perú³

Nuestro acercamiento a la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) se da en el momento reflexivo sobre la realidad social conforme ella se nos presenta en la actualidad. Realidad que viene conectada a un largo proceso histórico en el que el Perú, y América Latina en general, se fueron articulando al circuito económico mundial y definiendo en ese proceso los signos de la dependencia de sus pueblos. Sin Latinoamérica, convertida en territorio de explotación de la tierra y de la fuerza de trabajo, el desarrollo económico y la expansión capitalista en Europa, y luego en Estados Unidos, no habrían sido posibles.

¹ Trabajo de conclusión de la Especialización en Relaciones Internacionales Contemporáneas en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana – UNILA, bajo la orientación Roberta Traspadini.

² Graduada en Economía Ciencia Política y Sociología (UNILA), Magíster en Sociología (UFSCar) y Doctoranda en Economía Política Internacional (PEPI / UFRJ). E-mail: lourdesfloresbordais@gmail.com

³ La autora de este trabajo, nacida y criada en la ciudad minera de Cerro de Pasco, en los Andes Centrales del Perú, posee investigaciones relacionadas a la procesualidad histórica de la explotación minera y la lucha de clases en el Perú, contando con trabajos como: “Después del “Redoble por Rancas”: Tierra, minería y memoria de un pueblo” [2018] y “Mariátegui, los comunistas y el movimiento sindical minero en el Perú (1928-1931)” [2015], publicado como libro en el año 2021 por la Editorial Ande – Lima, Perú.

Así, el bienestar económico de las potencias imperialistas, con sus contradicciones internas, necesitó la práctica violenta y continuada del sometimiento de las poblaciones que habitaban y habitan esta región. Libres, formalmente, de las amarras de los imperios coloniales, las jóvenes repúblicas definieron su lugar en la división internacional del trabajo y lo hicieron transfiriendo el valor generado por la explotación de su fuerza de trabajo. La violencia, el despojo, el aprovechamiento desmedido de la naturaleza, etc. han sido una constante histórica a pesar de los varios intentos de subvertir las relaciones sociales fundadas en la mercantilización de la vida y en la promoción reiterativa de la escasez y de los bienes ficticios. Como no existe producción de mercancías sin el control de la tierra y de los territorios, la explotación, la expoliación y la expropiación fueron las reglas en la vida de nuestros pueblos.

La actualidad referida es la actualidad de la radicalización del extractivismo que funciona, primero, como principio de extracción del ser social, quebrando nuestras ontologías, aquellas respecto a la condición de ser y de pertenecer a un medio. La realidad extractivista aparenta ser novedosa y en la academia contemporánea se ha tendido a confundir la originalidad del fenómeno con el grado que este alcanza. El extractivismo está presente desde la prehistoria del capitalismo. Como demostró Marx, posibilitó la llamada “acumulación originaria”, se esforzó por desvincular al indígena de su tierra, de los vínculos materiales y espirituales que los unían. Si los españoles conservaron, en algún grado, las tierras comunales para facilitar la recolección de tributos mientras se interesaban por la explotación de los indígenas en las minas; la República vino a privatizar la tierra, los nobles coloniales las heredaron bajo la forma de haciendas; la ley en el Estado moderno peruano se orientó a definir tajantemente dichas posesiones. Si algo había quedado de las Comunidades Indígenas a inicios del siglo XX, éstas se debilitaron ante la violencia con que operó el imperialismo estadounidense especialmente en los Andes centrales del Perú, allí los campesinos experimentaron una de las más grandes transgresiones a sus sociabilidades locales.

Los huecos dejados por el extractivismo están llenos de historias de saqueo y violencia continuas contra los campesinos, los obreros mineros, los pequeños comerciantes y sus familias. Cerro de Pasco, como otros pueblos sometidos a la lógica de valorización de valor, son ejemplos vivos de la procesualidad histórica del capitalismo, de la naturaleza de su producción destructora. Estas historias de violencia no se quedan en la figura de una “minería de siglo pasado”. Cerro de Pasco y la Sierra Central del Perú no son los malos ejemplos de la falta de protección estatal ante la irresponsabilidad de las empresas; al contrario, devela la forma-contenido del extractivismo, de la dependencia en el Perú.

Es por el hecho de que la ideología burguesa intenta ocultar los problemas fundamentales del capitalismo dependiente peruano y su núcleo, el padrón de reproducción de capital minero, el despojo de las comunidades campesinas, la contaminación a gran escala y la represión de las ontologías sociales de los muchos pueblos que conforman el territorio nacional que es necesario recurrir a una teoría crítica que se enfrente a las terminologías fetichistas y fetichizantes de la economía vulgar. El marxismo y la teoría marxista de la dependencia, como aporte latinoamericano al pensamiento crítico, son necesarios pues los problemas que buscaron enfrentar aún no han sido resueltos.

Según el 24° Reporte del Observatorio de Conflictos Mineros en el Perú, hasta el primer semestre del 2019, más del 14% del territorio peruano estaba concesionado a la explotación minera. En algunas regiones estas concesiones llegan a ocupar gran parte del territorio como en Apurímac (47.5%), Moquegua (53.7%), Tacna (38.8%), etc. Los conflictos mineros son los principales conflictos sociales en el Perú por la práctica reiterada de las empresas mineras y del Estado peruano de negar la participación de la sociedad civil (pobladores locales, Comunidades Campesinas, Pueblos Indígenas, etc.) en los procesos decisivos de asuntos concernientes a sus territorios. Dentro de los conflictos producidos por la actividad minera los más resaltantes son los que tienen que ver con conflictos socioambientales (64.7%), lo que entra en contradicción directa con la figura de una minería “responsable”.

Como hemos demostrado en trabajos anteriores (FLORES, 2015, 2018 y 2021), la propia contaminación ambiental no aparece como una “externalidad” de la producción minera sino configura su propio mecanismo de reproducción. Posibilita el desplazamiento de poblaciones por la contaminación y contribuye a la precarización del ambiente de sus trabajos, especialmente agrícolas, además de ahorrar los costos de subsanación ambiental. Este hecho ha contribuido a infertilizar los terrenos agrícolas y a mantener altos niveles de contaminación de personas por metales pesados en diversas regiones. Los conflictos sociales que destacan en la actualidad son precisamente los que enfrentan a los campesinos con las grandes empresas mineras, como sucede en Cajamarca, Apurímac y Arequipa, en ellas destacan las luchas emprendidas por los campesinos en defensa del agua y de los terrenos agrícolas con lemas como “Agua sí, mina no” o “Agro sí, mina no”, por estas razones son constantemente amedrentados por el Estado y las grandes compañías mineras. Vale recordar que actualmente las regiones de Arequipa y Apurímac se encuentran militarizadas.

Ante este contexto, la TMD, como crítica de la explotación capitalista, de las

ilusiones desarrollistas, de la división internacional de trabajo (que ha profundizado el lugar del Perú como país exportador de materias primas en plena era de las “revoluciones tecnológicas”), señala caminos fecundos para el desarrollo del pensamiento crítico y de la construcción de otros horizontes sociales.

Se presenta como contrasentido del progreso/barbarie capitalista, otorga movimiento a la historia petrificada por el discurso burgués, desmiente la ideología del progreso capitalista en nuestras regiones, etc. De ahí que el rescate de sus aportes en un momento de profundización neoliberal en Latinoamérica sea imprescindible pues también se enfrenta al aparente sinsentido de la modernidad capitalista.

1.2 ¿Por qué la TMD?

Cuando José Carlos Mariátegui (1928) escribió que el socialismo sería una “creación heroica” de las masas organizadas y no “calco y copia” de otros procesos, más que buscar una “originalidad a ultranza”, ratificaba firmemente su adhesión al materialismo histórico, pues hacía referencia a que todo proceso revolucionario surge de las condiciones concretas del contexto económico y político de una formación social y del nivel de conciencia de clase de su población trabajadora. De ahí que tal originalidad tenga por fundamento la explotación de los recursos teóricos y prácticos para hacer posible la superación de las condiciones impuestas por el modo de producción capitalista.

Esa originalidad creativa, que responde a las características históricas del capitalismo en diferentes momentos, también la encontramos en la interpretación marxista de las formaciones económicas de América Latina que inician intelectuales brasileños en las décadas de 1960 y 1970 con mayor intensidad. Entre ellos se encuentran: Theotonio Dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, además de los chilenos Orlando Caputo y Roberto Pizarro, entre otros, y que prosiguen hasta la actualidad, una serie de intelectuales latinoamericanos comprometidos con el estudio y la transformación de las situaciones y condiciones que frenan el desarrollo integral y autónomo de los pueblos de América Latina y de otros en la misma condición de dependencia.

El surgimiento de la TMD está relacionado orgánicamente a la lucha de clases en América Latina en las décadas de 1960 y 1970, donde se presencia una profunda crisis del capitalismo y la evidente crecida de los movimientos populares en la región que buscaron ser oprimidos por la persecución política y el terrorismo de Estado impulsado por las dictaduras.

Ante el contexto mundial en crisis y sus consecuencias económicas y políticas para la región, estos intelectuales extrajeron de sus contextos las contradicciones generales y particulares del capitalismo, sin reservas, pero también si falta de rigurosidad científica. En general, la “teoría de la dependencia”⁴ nace en un momento álgido de la lucha de clases en América Latina, contraponiéndose - específicamente en su versión marxista- al avance del imperialismo a nivel mundial. Con el método de Marx, el materialismo histórico-dialéctico concebido como filosofía de la praxis o teoría de la acción revolucionaria (TRASPADINI, 2016), se enfrenta al pensamiento social desarrollado en los países hegemónicos para justificar el avance del capitalismo, corrientes que, reemplazando la vieja oposición barbarie-civilización por la de desarrollo-subdesarrollo, intentan legitimar la intervención imperialista en, los países pobres.

Por ello, el objetivo de este texto es brindar una interpretación general de los apuntes fundamentales de los principales representantes de la TMD, buscando presentar su particular análisis del capitalismo latinoamericano, de sus formaciones sociales, así como las categorías analíticas que proponen y explicitar con base en ello la relevancia de ese abordaje para las teorías de las Relaciones Internacionales contemporáneas enraizadas en las particularidades de América Latina. Para ello se inicia justificando la importancia de su rescate en el contexto latinoamericano actual, luego se sigue con un abordaje general de tres de las lecturas más importantes -no igualmente difundidas- sobre el desarrollo/subdesarrollo en la región: el estructuralismo cepalino, la lectura interdependentista de Fernando Henrique Cardoso (TRASPADINI, 2014) y la Teoría Marxista de la dependencia, para colocarlos en posterior debate y observar las críticas de la TMD a las otras dos formulaciones. Finalmente, se presenta algunas de las categorías más importantes de la TMD y sus avances teóricos en la actualidad.

Creemos que esta línea interpretativa brinda potentes herramientas para pensar no solo los lugares de la región en las relaciones internacionales sino la configuración interna de sus países, configuración que aparece condicionada por el movimiento del capital a nivel mundial. La TMD brinda rigurosos elementos analíticos vigentes hasta la actualidad, los cuales son necesarios estudiar para avanzar en la interpretación de nuestra realidad contemporánea y buscar transformarla.

⁴ En los debates en torno al desarrollo y a la dependencia en la década de 1960 también se destacaron figuras como André Gunder Frank, Agustín Cueva, entre otros. Quienes, desde una mirada crítica de los centros del capitalismo mundial, ofrecieron importantes aportes al pensamiento social latinoamericano. Aunque reconocemos la influencia que tuvieron del marxismo, su gran importancia en la teoría social y su constante diálogo con los teóricos marxistas de la dependencia, por los límites de este trabajo, no se profundizará en sus aportes.

Este artículo introductorio que condensa, pero no agota, las posibilidades teóricas y prácticas abiertas por la reflexión crítica de la TMD, surge en un momento de radicalización de la superexplotación de la fuerza de trabajo en la región por la implementación de políticas neoliberales a cada vez más ámbitos de la vida social. Las políticas privatistas priorizan antes al capital que a la vida integral de los trabajadores. De la misma forma, el extractivismo -cada vez más exacerbado- coloca en serio peligro la continuidad de la vida natural. Hoy más que nunca la fórmula luxemburguiana de “socialismo o barbarie”⁵ debería tomarse en cuenta por los que poseen una conciencia mínima del peligro global al que nos enfrenta el capital y su lógica de producción destructiva.

Este texto también adopta una perspectiva de justicia histórica con la producción teórica marxista latinoamericana que el discurso burgués -tanto en la teoría como en la práctica- buscó ocultar y que ahora intenta dar por desfasado, como si el marxismo fuera una pieza acabada que ya no encaja más en este tiempo “posmoderno”. Por otro lado, dentro del propio pensamiento crítico latinoamericano, como las vertientes poscoloniales y decoloniales, se ha tendido a omitir los aportes de la TMD o, en el peor de los casos, a encajonarlos en el baúl de lo que se considera inauténtico. El desconocimiento, o más bien la negación, del método marxiano materialista-dialéctico⁶ resulta ser una vía cómoda para rehuir al debate científico y, sobre todo, a la propia realidad que grita lo que no se consigue resolver en las batallas de las ideas. Así, el rescate de la TMD para explicar las formas de operar del capitalismo en la región latinoamericana no solo se realiza por fines teóricos sino, sobre todo, porque ella misma es resultado de la lucha de clases aquí, surgió como respuesta a los caminos burgueses de reformar al capitalismo e intentar hacerlo viable, incluso cuando eso significaba profundizar la dependencia de nuestros pueblos, demostrando sus limitaciones y las nuevas características del capitalismo posterior a la Segunda Guerra Mundial.

Actualmente, nuestro tiempo histórico, que es el de la embestida ultraconservadora en la región latinoamericana, no solo tiene como causa las fallas o insuficiencias de las izquierdas sino el propio desarrollo del capitalismo, que necesita ampliar zonas y elementos de extracción de valor para proseguir su función acumulativa. Si el neoliberalismo había surgido como reacción al desarrollismo y al nacional-populismo, su radicalización actual – que recurre principalmente a las fuerzas policiales y militares además del uso de los aparatos

⁵ Rosa Luxemburgo, “La crisis de la Socialdemocracia” [1916].

⁶ Karl Marx, “Contribución a la crítica de la economía Política” [1859].

burgueses que el discurso politológico de la “transición democrática” había sobrevalorado-busca finiquitar a la clase trabajadora como clase articulada con objetivos comunes. No se trata solo de la atomización espacial de los sujetos, que originalmente son seres sociales, por las nuevas formas de organización productiva decurrentes del desarrollo tecnológico subsumido por la operatividad del capital, sino de un intento de su atomización en el terreno de la propia consciencia. Ante este contexto, ejemplificado al iniciar este trabajo con el extractivismo minero en el Perú, urge volver a Marx, al estudio de la Teoría Marxistadel Valor y a la Teoría Marxista de la Dependencia, para avanzar consecuentemente en la lucha contra el modo de producción capitalista que es, no moralmente, sino materialmente incompatible con la vida.

2. TRES LECTURAS SOBRE EL DESARROLLO / SUBDESARROLLO EN AMÉRICA LATINA

Las décadas de los sesenta y setenta del siglo XX en América Latina estuvieron marcadas por un intenso debate intelectual. Desde lecturas diversas se intentaban brindar caracterizaciones y proyecciones del acontecer regional en relación a la economía y política mundiales. Entre estas preocupaciones fundamentales se encontraba la cuestión del subdesarrollo, que ya venía siendo fuertemente cuestionada por los movimientos populares en el entonces llamado “tercer mundo”. La miseria en la que vivía gran parte de la población mundial fue motivo principal de la escalada de revoluciones especialmente en las regiones más atrasadas del planeta, que experimentaban un gran crecimiento poblacional; según Hobsbawm (1998), este hecho unido a la crisis en los países centrales posterior a la Segunda Guerra Mundial, otorgó las bases para un cuestionamiento mayor de los antiguos imperios y - en general- del sistema capitalista.

Si durante la Guerra Fría se había experimentado una paz relativa entre los dos bloques hegemónicos que disputaban cuál sería el proyecto general de sociedad a nivel mundial: la Unión Soviética y Estados Unidos, fue en el tercer mundo donde se revigorizó la lucha anticolonialista y antiimperialista. En África, por ejemplo, el movimiento anticolonialista logró la conformación de decenas de países independientes; en Cuba, el triunfo de la Revolución instauró un régimen socialista que se orientó a la rápida democratización de la tierra y de las condiciones integrales de vida. Antes, en 1910, la Revolución Mexicana ya había abierto las posibilidades de edificar otros proyectos sociales verdaderamente

democráticos y populares en la región, su herencia sigue siendo retomada por los movimientos campesinos e indígenas en la lucha por la tierra y por la vida.

Como se advirtió, era un tiempo donde se enfrentaban dos proyectos de sociedad, dos proyectos civilizatorios. Con el crecimiento del comunismo en el mundo, a partir del triunfo de la Revolución Soviética en 1917, la humanidad se encontraba delante de una posibilidad real de ir más allá del capital, aquella relación social moderna que se expandía a nivel global amenazando toda forma de vida. Como señala Bolívar Echeverría (1986), el comunismo aparecía como un proyecto de contrasentido que se oponía a la modernidad capitalista, lo hacía con propio discurso y propias entidades sociopolíticas. El discurso crítico de Marx, retomado y metabolizado por diversas poblaciones en el mundo, contribuyó a dotar de sentido a las relaciones sociales capitalistas que aparecían como un conjunto caótico de interacciones mercantiles y financieras que se iban mundializando conforme Estados Unidos ocupaba el lugar de la potencia más poderosa del planeta, la que debía instaurar un nuevo orden.

En América Latina se venía cuestionando, desde los movimientos populares influenciados en su mayoría por el discurso crítico comunista, la situación de las masas trabajadoras que vivían en total precarización. Ya en el terreno de la teoría social, como sostiene Traspadini (2014), las discusiones sobre el desarrollo se canalizaron en tres grandes interpretaciones: 1) la estructuralista, cuya expresión institucionalizada era la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), 2) la marxista y 3) la interdependista, éstas últimas -a pesar de sus enormes diferencias- son agrupadas generalmente en la llamada “Teoría de la dependencia”. En lo que sigue, expondremos estas tres interpretaciones sobre el subdesarrollo latinoamericano y las salidas que plantean para superar esta condición.

2.1 La visión cepalina

La CEPAL había surgido en 1948 como órgano regional de las Naciones Unidas para el desarrollo del tercer mundo dentro del orden mundial capitalista. Personajes como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aldo Ferrer y Aníbal Pinto fueron responsables de una rica teorización sobre las condiciones que mantenían a América Latina en el atraso. A pesar de su relación institucional con un órgano vinculado a los intereses de Estados Unidos, los intelectuales latinoamericanos de la primera etapa de la CEPAL, también conocida como “regionalismo cerrado”, fueron académicos comprometidos con el desarrollo económico de la

región, aunque muchas de sus ideas, como veremos, aparecían limitadas al funcionamiento del modo de producción capitalista, y por ser así, no daban solución real al problema del subdesarrollo.

Con la publicación del llamado “manifiesto de la CEPAL” -el ensayo titulado “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”, escrito en 1948 por Raúl Prebisch- aparecían las primeras reflexiones estructuradas sobre la moderna economía latinoamericana en el contexto de ascensión hegemónica estadounidense. Este texto otorgó las bases para el desenvolvimiento de la teoría del desarrollo; allí se presentó un análisis general de cómo se insertaba América Latina en la economía mundial. Sin embargo, el surgimiento de la CEPAL debe entenderse como una apropiación regional, sin dejar de ser crítica, de la idea de desarrollo conforme ésta era proyectada desde las instituciones internacionales que surgieron con el tratado de Breton Woods para regular la internalización del capital.

De ahí que el nacional desarrollismo cepalino bebiera de la fuente de las categorías que usaban estas instituciones, aunque le imprimieran sus propias marcas y propusieran otras para el estudio de la economía latinoamericana. Un mérito esencial de la teoría cepalina fue el de someter a dura crítica la teoría ricardiana de las ventajas comparativas, según la cual cada país debería concentrar su producción en aquellas mercancías donde los costos de productividad fueran menores en relación a los otros países. Para esta visión clásica, la ventaja individual estaba asociada a la ventaja universal, pues potencializaría las ganancias en relación a las ventajas naturales de producción dado que tornarían más eficientes a los llamados factores de producción.

De esta mirada resulta que los países deberían buscar especializarse en la venta internacional de determinados productos, de ahí que sería necesaria una división internacional entre países industrializados y países agrícolas. La teoría de las ventajas comparativas fue defendida por corrientes económicas liberales a fines del siglo XIX e inicios del XX; no obstante, ésta mostraba sus limitaciones frente a la realidad, pues la tendencia era a la deterioración de los precios de los productos primarios frente a los industrializados, haciendo que las economías especializadas en la exportación de productos primarios alcanzaran escasos índices de crecimientos comparados a las potencias industrializadas. O sea, mientras se valorizan más los bienes industrializados (debido a que la composición de los factores de producción, en el lenguaje de los economistas clásicos, era cada vez más especializada) los productos agrícolas mantienen un nivel básico de precios. Además, los ofertantes de bienes

industrializados son pocos en comparación con los países agrícolas; lo que contribuiría a ampliar las desigualdades y los niveles de dependencia técnica.

Para Raúl Prebisch, las teorías económicas clásicas tenían una visión limitada del beneficio “colectivo” de la división internacional del trabajo. Así, refiere:

Si por colectividad sólo se entiende el conjunto de los grandes países industriales, es bien cierto que el fruto del progreso técnico se distribuye gradualmente entre todos los grupos y clases sociales. Pero si el concepto de colectividad también se extiende a la periferia de la economía mundial, aquella generalización lleva en sí un grave error. Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países. (PREBISCH, 2012, p. 6)

La diferencia en la apropiación de los beneficios de la producción mundial, por las diferencias en el valor agregado de los productos, se traduce en una diferenciación en la distribución de la riqueza social, este hecho en los países periféricos disminuye su capacidad de ahorro. Para Prebisch, la salida latinoamericana al subdesarrollo y a su condición periférica sería la industrialización, la cual seguiría un método de endogenización progresiva de la técnica. Para que ello fuese posible deberían combinarse el comercio internacional de materias primas y el aumento interno de la productividad industrial.

El contexto mundial entre guerras había incentivado mayores exportaciones desde América Latina; sin embargo, las divisas obtenidas por ellas resultaban ser insuficientes para satisfacer sus demandas por bienes de capital y, al mismo tiempo, cumplir con los pagos por servicios financieros internacionales. Otro hecho que colaboraba al relativo crecimiento económico en la región, como resultado del proceso modernizador, fue el aumento de productividad por la inclusión de mano de obra no calificada en la esfera industrial. De ahí que el nacional desarrollismo cepalino creyera que al ampliarse este sector también se podrían mejorar las condiciones de vida de las masas trabajadoras, pues se elevarían los salarios reales.

Así, persiste un objetivo autárquico en esta visión, se percibe que el crecimiento a largo plazo no debería depender de las exportaciones de materias primas, como tradicionalmente había sido definido por la división internacional del trabajo, y sí de la producción interna industrializada. Esta mirada sostiene, correctamente, que con la expansión capitalista se evidenció una disparidad en el crecimiento económico del centro y de la periferia, este hecho no se debería sólo a la disparidad en los precios de los productos sino también al rebajamiento del nivel de vida de las poblaciones en la periferia y, sobre todo, a la presión por rebajamiento de costos en el sector primario. De esta forma, “los grandes centros

industriales no sólo retienen para sí el fruto de la aplicación de las innovaciones técnicas a su propia economía, sino que están asimismo en posición favorable para captar una parte del que surge en el progreso técnico de la periferia” (PREBISCH, 2012, p. 20)

La salida planteada por la CEPAL para la superación del subdesarrollo regional fue conocida como Industrialización por Substitución de Importaciones (ISI), política económica que tendría al Estado como impulsor y gestor del desarrollo, se trata del planteamiento de un modelo *hacia adentro* que combinaba proteccionismo, endogenización de la técnica, ahorro interno, planificación económica estatal y progresiva independencia del capital extranjero. La ISI se orientaría a transformar las estructuras internas por medio de mecanismos que contribuirían a desarrollar una economía mixta y que a su vez promoverían el desarrollo tecnológico. La idea era sustituir progresivamente bienes de consumo primario por bienes de consumo durables y de producción, este paradigma de desarrollo tuvo su auge entre los años cuarenta y cincuenta en la región latinoamericana. En algunos países como Brasil, México y Argentina ya se habían experimentado reformas estructurales con el nacional populismo de la década del treinta; sin embargo, las importaciones no crecieron como se tiende a exagerar⁷. Un modelo de “desarrollo hacia adentro” solo se convertirá en política de Estado una década después, esto se debió al desarrollo de un pensamiento crítico de la división internacional del trabajo y a las posibilidades que brindaba el contexto pos Segunda Guerra Mundial.

Durante y posterior a la ISI, se observaron grandes limitaciones para la continuidad de tal política; la elección por un desarrollo interno o guiado por la continuidad de las exportaciones de materias primas también tuvieron muchos contrastes en los diferentes países. Las burguesías nacionales de aquellos países que tenían una relativa base industrial como Argentina, Chile, Colombia, México y Uruguay se mostraron a favor de tal política entrando en constante conflicto con la oligarquía latifundista; otros países, sobre todo de América Central, Paraguay, Bolivia y Perú se resistieron a adoptarla o la adoptaron por un corto periodo de tiempo, en ambos grupos los problemas fundamentales fueron crisis en las balanzas de pagos y presiones inflacionarias (BULMER-THOMAS, 2010).

⁷ Aunque los países de América Latina pudieron beneficiarse de la crisis de 1929 para ampliar su oferta exportable de bienes primarios y obtener ingresos para financiar su industrialización, no se puede sobreestimar los cambios estructurales en la década del treinta pues había obstáculos internos, especialmente de infraestructura, y externos, sobre todo debido al proteccionismo económico en los países centrales, que frenaban esta tendencia. Si bien en la década del treinta creció el PBI real de las economías latinoamericanas, el responsable por este crecimiento solo fue el sector manufacturero en Argentina.

La ISI no se tradujo en mejor distribución de los ingresos, esta será una de las críticas más recurrentes al proceso, ni en independencia externa, pues muchos de ellos financiaron su industrialización recurriendo a préstamos del Fondo Monetario Internacional (FMI), organismo que los acababa presionando para mantener una tasa de cambio fija y para desproteger sus mercados a través de cambios en sus políticas arancelarias. La industrialización, conforme iba superando etapas, requería cada vez más recursos que no podían ser cubiertos por las exportaciones primarias ni mucho menos por las industriales, que aún eran pocas, esta situación condujo a un reiterado desequilibrio en la balanza de pagos.

Teóricos importantes de la CEPAL quedaron decepcionados de que la ISI no cumpliera con sus objetivos de reducir las desigualdades sociales ni pudiera enfrentarse de manera sostenida al problema del subdesarrollo. Por ejemplo, Celso Furtado (1966) afirma que la industrialización en América Latina había sido incapaz de crear un proletariado al modelo europeo, consumidor e individuo activo del proceso; por el contrario, aquí existirían condicionantes internas producto del mantenimiento de estructuras sociales arcaicas y de la limitada absorción de los trabajadores rurales en el sector industrial. El debate acerca de los problemas del subdesarrollo y de las posibilidades de su superación se extendió a las décadas del sesenta y setenta del siglo XX, allí surgieron interpretaciones críticas a la concepción histórico-estructural de la CEPAL.

2.2 Fernando Henrique Cardoso y la Inter-dependencia

Las teorías de la dependencia en América Latina surgieron como respuesta a la visión cepalina sobre la dialéctica desarrollo-subdesarrollo regional, sobre sus causas y consecuencias. Es necesario reiterar que las lecturas sobre la dependencia son muy heterogéneas; no obstante, como señala Martins (2011), es posible distinguir en ellas dos vertientes predominantes: una weberiana y otra marxista, diferencia teórica que se amplía en el terreno de la praxis. En estas dos líneas interpretativas la propia dependencia adquiere significados antagónicos y las respuestas a la situación que definen también se encuentran muy distantes entre sí.

Igualmente, ambas se enfrentan de diferente modo al estructuralismo cepalino: Mientras la lectura weberiana, cuyo representante principal fue Fernando Henrique Cardoso (FHC), negaba la posibilidad del desarrollo autónomo regional defendido por la CEPAL y encontraba en la integración subordinada al capital monopólico la salida al subdesarrollo; la

lectura marxista de la dependencia, estudiando las nuevas formas de acumulación de capital posterior a la Segunda Guerra Mundial, observaba una tendencia a la profundización del subdesarrollo y de las desigualdades sociales, optando por la vía de la revolución socialista para la superación de las contradicciones sociales.

De acuerdo con Traspadini (2014), ya en las décadas de 1960 y 1970, las propuestas de FHC para el desarrollo regional y específicamente brasileño, más que ser críticas a las desigualdades en las relaciones comerciales internacionales, como la CEPAL, resultaron ubicándose en franca oposición a la mirada cepalina pues omitían cualquier alternativa de desarrollo autónomo regional. El desarrollo se lograría, de acuerdo con FHC, mediante la efectucción de un conjunto de mecanismos de articulación subordinada al capitalismo internacional, lo cual -más que ser un camino a la superación de la dependencia- reforzaba la idea de una “interdependencia” vía reestructuración estatal y la aplicación de un conjunto de medidas económicas liberales. De ahí que la propia definición de dependencia fuera trastocada, pues esta no sería una situación *sui generis* provocada por la expansión del capitalismo imperialista a los países periféricos sino una situación paralela y concomitante a la expansión global capitalista que podría beneficiarse articulándose subordinadamente a ella; es decir, colocando en práctica una gestión política racional de acuerdo al carácter del capitalismo en cada país.

Desde luego, Cardoso (1967, 1971), al adoptar la visión weberiana del capitalismo y su funcionamiento institucional, vale decir, la ampliación de la burocratización en la gestión articulada de lo político y lo económico; no sólo adopta su método de conocimiento, si acaso, sino su propia concepción del ser. Así, una ontología liberal implícita sobre el individuo, aquel cuyo carácter “natural” es la elección racional en un juego de competencia desmedida, parece ser otra de sus enormes distancias con la visión marxista de la dependencia. Resulta sintomático que la gestión política principal del desarrollo estaría a cargo del empresariado nacional, es decir, aquella figura altamente racional que haría coincidir sus intereses de clase con las de un país.

Para Cardoso (1967), el fracaso de la visión cepalina se tornaba evidente en los años sesenta al no haber modificado las relaciones asimétricas en la economía internacional e, internamente, por no haber logrado el desarrollo y la integración de zonas altamente distintas como las urbanas y rurales. Esto se debería a la ausencia de un estudio riguroso de la configuración sociopolítica de los estados nacionales. De ahí que el desarrollo, despojándose de su determinación económica, pase a ser considerado como un

resultado de la interacción de grupos sociales que tienen interés y valores distintos, la oposición de los cuales constituye la sustancia misma de la dinámica del sistema socioeconómico y cuya significación en la estructura social y política se va alterando en la medida en que las distintas clases y grupos sociales logran imponer sus intereses, su fuerza y su autoridad al conjunto de la sociedad. (CARDOSO y FALETTO, 1967, p. 11)

Cardoso (1967), más que impulsar la discusión de la dependencia latinoamericana desde el eje del desarrollo económico regional, como lo hacía la CEPAL, se centra en la discusión de la composición de la clase burguesa en América Latina, y especialmente en Brasil. Justamente una de sus principales críticas a la teoría cepalina es haber realizado una caracterización general regional desde el aspecto económico sin tener en cuenta las características internas de estos países y su heterogénea composición de clases. Según FHC, no se trata de una sustitución del análisis económico por el sociológico sino de una integración de los mismos, que reformule las posibilidades de desarrollo ante el contexto global. Esto se debe a que el autor observa, en los cambios que experimentaba el capitalismo mundial, configuraciones nuevas en la relación centro-periferia que los tenderían a interrelacionar más dentro de una economía completamente global.

Por otro lado, las propuestas de desarrollo en América Latina no deberían seguir pautas inspiradas en otros contextos sociales como EUA y Europa sino unas que surjan del carácter del subdesarrollo en cada uno de los países que la conforman. La situación histórico-estructural de una sociedad estaría definida por condicionantes internas y externas; no obstante, su análisis le otorga privilegio a los mecanismos de significación que, finalmente, se desprenden de la actuación política de ciertos agentes. Se moviliza, para estos fines, una teoría de la acción social que procura explicar el fenómeno de la dependencia señalando que con ésta sería posible trascender el modelo “simplista” de oposición centro-periferia. De ahí que el recurso a un análisis “histórico-particular” no solo aparece para distinguir “desarrollo” de “subdesarrollo” sino para justificar un cierto recurso a la historia del propio capitalismo, que ahora aparece como modelo económico necesariamente expansivo al que sería necesario que nos adaptemos racionalmente.

Así, para esta lectura de la dependencia, la transnacionalización del capital abrió las posibilidades de desarrollo integrado de los países subdesarrollados con los desarrollados bajo formas asociativas entre las burguesías nacionales y extranjeras. Los límites para la superación de la dependencia estarían en la fragilidad de las estructuras políticas y sociales internas, en

las que destacan las disputas al interior de las clases burguesas nacionales.

2.3 La Teoría Marxista de la Dependencia (TMD)

De manera antagónica, el análisis marxista de la dependencia se inspira en las reflexiones teórico críticas de Marx y Engels; las discusiones sobre el imperialismo, especialmente de Lenin; los análisis sobre la situación colonial y nacional de Lenin y de Rosa Luxemburgo; los alcances estratégico-tácticos de Mao Tse Tung; los estudios del “subdesarrollo” de Paul Baran, etc. (BAMBIRRA, 1978). Cada uno de los teóricos de la TMD ampliará estas discusiones generales e interpretará la situación latinoamericana a la luz sus aportes.

En el caso de los marxistas brasileños, como se advirtió, se trata de intelectuales que sufrieron persecución política por la dictadura en su país, dado que a inicios de la década de 1960, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra y Theotonio Dos Santos habían contribuido a formar la “Organización Revolucionaria Marxista Política Operaria (ORM-Polop)”, organización que nació opuesta al reformismo del Partido Comunista Brasileño que militaba por una alianza entre la clase trabajadora y la burguesía nacional. La interpretación económica de Brasil que realizaban estos intelectuales ya aparecía distanciada de las lecturas etapistas, pues se aceptaba que Brasil era un país plenamente integrado al capitalismo y que la nueva fase del capitalismo a nivel mundial sometía a las economías pobres al imperio del capital monopólico en articulación con las propias burguesías locales. En este sentido, no cabía a las masas empobrecidas más salida que la vía socialista.

La Revolución Cubana fue de gran inspiración para el movimiento. Se ratificaba con las experiencias revolucionarias la salida socialista a la situación de la clase obrera en América Latina; no obstante, la forma de organización obrera para la revolución socialista debería observar las condiciones concretas de cada formación social. No era lo mismo un país con fuerzas productivas atrasadas como Cuba que un país cuyo eje de acumulación capitalista pasaba ser la industria como sucedía en Brasil desde la década de 1930.

Según Vania Bambirra (1978), durante los años sesenta Chile se convirtió en un gran centro difusor de lecturas sobre la dependencia, los intelectuales que las desarrollaron provenían de diferentes corrientes teóricas como el estructural- funcionalismo, el weberianismo y el marxismo, este último se desarrolló especialmente en el Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), donde se concentrarían los más grandes representantes de lo que

posteriormente se conoció como Teoría Marxista de la Dependencia: Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio Dos Santos, todos ellos brasileños exiliados en Chile por la dictadura militar que se vivía en su país desde 1964, además de los chilenos Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Sergio Ramos, etc.

El CESO, fundado en 1965 en la Universidad de Chile, fue una institución que acogió a diversos intelectuales expulsados por las dictaduras en América Latina. Al siguiente año de su creación llegaron ahí Theotonio Dos Santos y Vania Bambirra, el primero abriría una línea interpretativa de los países que la bibliografía de la época señalaba como “periféricos” o “tercermundistas” con la categoría “dependencia”. Ya en los primeros trabajos⁸ de Dos Santos, esta categoría demostraba tener un gran poder explicativo pues movilizaba factores económicos, políticos, sociales y culturales sin desmerecer sus grados de determinación en la configuración estructural dependiente. Para Dos Santos, la dependencia explica la condición de subdesarrollo regional porque surgía y se alimentaba de las formas desiguales de articulación y subordinación en el capitalismo, lo cual iba configurando una dinámica geopolítica que antagonizaba a los países de capitalismo central y a los dependientes.

El salto cualitativo consiste en la necesidad de estudiar al desarrollo capitalista de manera relacional. Ya no se trata de observar lo que nos falta para llegar a ser como los países de capitalismo central sino de explicar nuestra condición justamente en el contexto histórico en que, concomitantemente, el desarrollo de unos pasó a ser el subdesarrollo de otros. De los debates dentro del CESO surgieron textos importantes como *Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales* (1971) de Orlando Caputo y Roberto Pizarro y *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1972) escrito por Vania Bambirra, etc. En el primero, los autores se esforzaron por demostrar que la dependencia no sólo era la “variable externa” que se tenía que agregar a los estudios del subdesarrollo sino que ésta era resultado del propio desarrollo global capitalista. Por consiguiente, todo proceso de acumulación en los países centrales es resultado de la explotación de los países dependientes, esta comprensión de la dependencia se hará extensiva al estudio de las relaciones económicas internacionales y sus peculiaridades en América Latina.

Más allá de la crítica de la economía ortodoxa, se ocupan de la crítica al desarrollismo. Para los autores, los desarrollistas de la CEPAL no habían superado a la teoría

⁸ “Concentración tecnológica, excedente e inversión en el capitalismo contemporáneo” (1975), “Imperialismo y dependencia” (1978a)”, “Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano” (1978b), etc.

ortodoxa ni al keynesianismo y, por lo tanto, no habían sido capaces de superar sus limitaciones teóricas: “El desarrollismo se permite criticar algunos postulados, levantar uno que otro supuesto ortodoxo y, por tanto, mantener en definitiva la lógica interna de los modelos criticados” (CAPUTO y PIZARRO, 1971, p.61). Es decir, no podrían entender la complejidad de las relaciones económicas internacionales con un lente analítico que omitiera la naturaleza de la explotación capitalista a nivel mundial y las consecuencias económicas y sociales de las formas de acumulación a nivel global.

Además, el keynesianismo no sería posible en América Latina porque la configuración económica y de clases era distinta a la EUA o Europa; por el contrario, estas políticas desarrollistas se presentaban como interés de las burguesías nacionales, no como proyecto a largo plazo, sino como interés coyuntural, mientras garantizaran sus propios beneficios. De ahí que en el periodo de la posguerra se articularan sin reservas al imperialismo.

Vania Bambirra contribuye al estudio de la dependencia latinoamericana desde su mirada marxista-leninista; priorizando la importancia del estudio de las formaciones sociales para su transformación. La necesidad del “análisis concreto de la situación concreta” incentivó a la autora a crear una serie de tipologías del *capitalismo dependiente* latinoamericano que expuso en extensión en su obra ya citada y que retomaremos posteriormente. También, existe en esta marxista brasileña una constante preocupación por los resultados estratégico-tácticos del estudio de la dependencia en América Latina, la teoría se vuelve auxiliar de la práctica revolucionaria y, a su vez, se corresponde a ella de manera dialéctica.

En 1974, iniciada la dictadura militar en Chile, Dos Santos viajó a México como exilado político, allá se incorporó al Instituto de Investigaciones Económicas en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). El golpe también había expulsado a Vania Bambirra, quien tuvo que vivir cinco meses en Panamá antes de llegar a México, donde fue contratada por el Instituto de Investigaciones Sociales también en la UNAM. Ambos continuaron sus investigaciones sobre la dependencia latinoamericana y los desafíos de la izquierda ante el contexto dictatorial en América Latina. Para los teóricos marxistas de la dependencia, la respuesta siempre fue clara: el socialismo tendría que ser una vía ineludible para superar las condiciones deplorables a las que era sometida la masa trabajadora. En México ambos continuaron estudiando las lecturas clásicas del marxismo, producto del cual publicaron “*La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*” (1980).

Por su parte, Ruy Mauro Marini, después del golpe de 1964 en Brasil, sufrió una fuerte persecución política por los militares, lo que le obligó a solicitar asilo político a la

embajada de México en Brasil. Estando en México se encontró con diversos intelectuales y dirigentes políticos marxistas, y se incorporó al Centro de Estudios Internacionales (CEI) de El Colegio de México, donde prosiguió sus investigaciones, publicando artículos para diversas revistas científicas y de propaganda obrera. Años más tarde, como exilado en Chile, trabajó junto a Theotonio Dos Santos y Vania Bambirra, además de otros intelectuales latinoamericanos en su misma condición de exilados y dictó una serie de cursos sobre marxismo, metodología científica y sociología latinoamericana en la Universidad de Chile mientras daba continuidad a sus investigaciones personales y a su labor propagandística. De su gran producción intelectual destacan: “*Subdesarrollo y revolución*” (1969), “*Dialéctica de la dependencia*” (1973), “*El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*” (1976) y decenas de artículos dedicados a profundizar aspectos de estas obras y de la coyuntura internacional.

De entre los intelectuales marxistas de la dependencia, Marini es el que estudiará de manera más detenida *El Capital*, extrayendo de su concienzudo estudio de la teoría del valor de Marx importantes pistas analíticas para abordar el capitalismo latinoamericano. Su conocimiento profundo de esta obra, le permitirá contar con los elementos teóricos neurálgicos del discurso crítico de Marx para avanzar en su estudio del desarrollo del capitalismo posterior a la Segunda Guerra Mundial, donde el capital monopólico se comenzaba a expandir de manera vertiginosa a los países dependientes, subordinando así los avances limitados del desarrollismo económico que había impulsado el nacional populismo en países como México, Argentina y Brasil. Conforme desarrollaba estos estudios y se adentraba en el debate intelectual de la época, donde el pensamiento desarrollista gozaba de gran influencia, Marini se convertía en un crítico severo de esta corriente teórica y de la lectura de FHC sobre la dependencia.

De acuerdo con Marini (1973), si bien en el siglo XVI América Latina ya se desarrolla en consonancia con la dinámica del capital comercial internacional tuvo que esperar hasta el siglo XIX, cuando ya ocurridas las independencias en la mayoría de los países de la región y la expansión de las fuerzas productivas en Europa se incrementaba de manera vertiginosa, para consolidar su lugar específico en la división internacional del trabajo y, por lo tanto, en el capitalismo internacional. Para este autor, la dependencia surge como una “relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1973, p. 18). Dicha relación de subordinación se vuelve condición fundamental para la expansión capitalista a nivel

mundial; de esta forma, desarrollo y subdesarrollo son partes de un mismo proceso. Pero, ¿cuál es el contenido del desarrollo de los países centrales? Para Marini la condición de América Latina sobrepasa el hecho de ser una “proveedora de materias primas”, como formalmente creía la corriente desarrollista, para Marini lo que está en juego, y constituye el fundamento de la riqueza en los países centrales, es la transferencia de valor. Si la fuerza de trabajo es el único medio de producción que crea riqueza, es en base a las modificaciones en su intensidad, a su jornada diaria, al rebajamiento de los costos para su reproducción, al rebajamiento de los salarios, etc. que se expandirán o retraerán los beneficios para las burguesías locales e internacionales.

Lo que Marini demuestra es que el llamado “intercambio desigual” solo puede gestarse dentro de la esfera de la producción, lo que permite rechazar las interpretaciones que observaban en las relaciones comerciales internacionales posibles salidas al subdesarrollo o espacio de repartición equitativa del producto de la riqueza generada a nivel mundial. La mercancía, al final, es la forma, su contenido son las relaciones sociales de producción que la hicieron posible. De esta forma, Marini da un salto cualitativo respecto a las otras lecturas del subdesarrollo, demuestra el germen de la reproducción de las relaciones de dependencia y, por lo tanto, niega dialécticamente las interpretaciones que, cerradas a las posibilidades coyunturales de desarrollo nacional, no observan las leyes y tendencias del capitalismo global-local. Así, las precarias condiciones de vida de la población trabajadora latinoamericana no son resultados de la subsistencia de relaciones “semifeudales”, de la falta de ahorro, de las desigualdades comerciales, etc. sino del propio desarrollo capitalista a nivel global que tiene como fundamento la valorización del valor y las relaciones sociales mediadas por el valor de cambio. De ahí que, en convicción compartida con los otros teóricos de la TMD, defienda que la superación de las desigualdades será solo posible con la superación del modo de producción capitalista.

En lo que sigue del trabajo pasaremos a abordar detenidamente las categorías de los teóricos de la TMD que dan cuenta de la realidad en movimiento del capitalismo dependiente latinoamericano, bien como presentaremos sus aportes para los estudios contemporáneos de la realidad económica, política y social de los países de la región.

3. CATEGORÍAS Y AVANCES TEÓRICOS DE LA TMD

Para Dos Santos (1967), la dependencia es una categoría analítica que explica las condicionantes que tienen las economías no industrializadas o periféricas en su desarrollo histórico. No solo se trata de estudiar variables externas que contribuyen al mantenimiento de su situación de “atrasado” sino la combinación de estas y las determinantes internas de sus formaciones sociales para la reproducción de la dependencia. Dado que la dependencia también se internaliza y coloca en funcionamiento instituciones políticas y sociales que garantizan la reproducción de capital a escala local y mundial.

La TMD afirma que una de las concreciones histórica del modo de producción capitalista fue el capitalismo dependiente. De acuerdo con Ruy Mauro Marini (1973), las relaciones de dependencia en América Latina, aunque tienen su origen en la colonia, no se confunden con ella. No son fruto de una mera continuidad histórica. La definición clara de la dependencia entre naciones más y menos desarrolladas solo se dio cuando estas se enfrentaron en condición de países formalmente independientes, ello coincidió con la expansión industrial inglesa en el siglo XIX. Como la vasta literatura de la historia económica señala, las independencias latinoamericanas fueron de interés de la hegemonía inglesa en ascensión pues representaban mercados potenciales para sus manufacturas y fuentes de materias primas y productos agrícolas para solventar su crecimiento económico y poblacional. Según Marini, esto iba delineando la división internacional del trabajo en donde los niveles de productividad en los países con progresivo desarrollo industrial, especialmente Inglaterra, crecían exponencialmente mientras las economías latinoamericanas dependían de la demanda externa de sus bienes primarios.

Sin embargo, la originalidad del análisis de Marini (1973) radica en que, relacionando las fases productiva y circulatoria de los ciclos económicos del capital en las relaciones comerciales entre los países latinoamericanos y los industrializados, percibe la importancia central de los primeros en la expansión productiva de los segundos. Así,

Lo que importa considerar aquí es que las funciones que cumple América Latina en la economía capitalista mundial trascienden la mera respuesta a los requerimientos físicos inducidos por la acumulación en los países industriales. Más allá de facilitar el crecimiento cuantitativo de éstos, la participación de América Latina en el mercado mundial contribuirá a que el eje de acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa. (MARINI, 1973, p. 23)

Este descubrimiento permite superar la visión cepalina sobre el desarrollo de las economías industrializadas por el intercambio desigual, medido en precios, en el mercado internacional. La función de América Latina en dicho proceso, según Marini, fue que ésta permitió que su crecimiento dependiera antes de la productividad del trabajo que de la explotación directa de sus trabajadores. Contrariamente, este proceso solo sería posible mediante mayores niveles de explotación de la fuerza de trabajo en nuestros países. Principalmente las exportaciones de bienes de consumos primarios de las economías latinoamericanas permitieron rebajar el valor de la fuerza de trabajo en las economías industrializadas, esto es, reducir su valor real. Así, todo aumento de productividad allí significaba mayores cuotas de plusvalía.

Lo anterior también implica que el valor del capital variable; o sea, de la fuerza de trabajo, se rebaja en relación al capital constante, lo que hace que la tasa de ganancia del capitalista disminuya, pues ésta también depende del capital variable. Esta característica del modo de producción capitalista buscará ser contrarrestado o contenido por el recurso a la mayor extracción de plusvalía de los trabajadores y/o por el rebajamiento de precios en el capital constante. De ahí que, de acuerdo con Marini, ello explique la oferta internacional de materias primas industriales a menores precios a fin de continuar garantizando mayores cuotas de ganancia para los capitalistas; no obstante, ello ocurre con la mayor depreciación de los productos primarios vía aumento de la productividad en los países no industrializados. Esta reflexión abre camino para la explicación de la *transferencia de valor* expresado como *intercambio desigual*, categorías que la TMD usará en sus estudios de las relaciones sociales y económicas concretas que sustentan la condición de dependencia.

Se parte de la teoría marxista del valor para evaluar las consecuencias de la expansión cuantitativa y cualitativa del modo de producción capitalista y las características que adquiere en el capitalismo dependiente. De acuerdo con la teoría marxista del valor, el intercambio de mercancía sería un intercambio de equivalentes, valor que se mide según el trabajo socialmente necesario para su producción. No obstante, la manifestación práctica de estos intercambios abriría otras posibilidades para la transgresión de la ley del valor. Por ejemplo, Marini observa que en las economías desarrolladas la creciente productividad permitía la apropiación de ganancias extraordinarias, pues el rebajamiento de costos de producción de algunas empresas no iba acompañado del rebajamiento de precios de sus productos en el mercado. La otra forma de la transgresión de la ley del valor ocurría en las transacciones internacionales entre las distintas esferas de producción como manufacturas y materias primas.

De acuerdo con Marini (1973):

el mero hecho de que unas produzcan bienes que las demás no producen, o no lo pueden hacer con la misma facilidad, permite que las primeras eludan la ley del valor, es decir, vendan sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual. Esto implica que las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad. (MARINI, 1973, p. 34 y 45).

Como advertimos, no se trata solo de la diferenciación de precios sino de la *transferencia de valor* producto de más trabajo en nuestra región. A parte de existir un enfrentamiento desigual de mercancías en el mercado internacional, se transfiere a los países industrializados valor producido en América Latina, pues sus economías no reciben el equivalente en precios de lo que en realidad producen. Por otro lado, ceden más del valor cuando las economías industrializadas colocan para sus mercancías precios muchísimos más altos que el verdadero costo de su producción en virtud de su mayor productividad.

Ya en su libro *Subdesarrollo y Revolución*, Marini (1969) presenta su primera constatación sobre el subdesarrollo latinoamericano. Aquí aparece la concepción fundante de la TMD respecto a que este está vinculado directamente al desarrollo del capitalismo en general. Marini, actualizando las interpretaciones de las formaciones sociales latinoamericanas, observa el movimiento que dan sus economías al integrarse al capital monopolista posterior a la Segunda Guerra Mundial. Si bien esta lectura ya estaba presente entre los teóricos dependentistas, Marini sitúa el centro de su atención en las particularidades de esta integración, que resulta de formas específicas de relaciones comerciales, productivas y de acumulación de capital, cuya base se encuentra en una forma particular de acumulación de plusvalía proveniente de la *superexplotación* del trabajo. Es así que la *superexplotación* - como elemento esencial para la acumulación en los países dependientes - se vuelve el núcleo explicativo de la reproducción de la dependencia, no por casualidad histórica sino por las necesidades del capitalismo en general y de las burguesías locales para reproducirse en cuanto tales.

La *superexplotación* del trabajo es aplicada como mecanismo de compensación de las desigualdades en el sistema de intercambio internacional, sirve para que las burguesías locales contrarresten las pérdidas de plusvalía. Marini (1973) señala que no es en el propio mercado internacional; o sea, en el espacio de circulación de las mercancías, donde las burguesías buscan recuperar la plusvalía y la transferencia de valor, sino en el ámbito interno

de producción: superexplotando a la clase trabajadora. La categoría *superexplotación* señala la combinación de tres mecanismos de explotación de la fuerza de trabajo: prolongación de las jornadas de trabajo, mayor intensidad en la realización del trabajo y la reducción del fondo de consumo de los trabajadores más allá de su límite normal:

Prolongar la jornada de trabajo quiere decir aumentar las horas de trabajo excedente, ello contribuye a ampliar la generación de plusvalía absoluta; ya el aumento de la intensidad en el trabajo refiere a la generación de plusvalía relativa, esto puede lograrse aumentando el ritmo de desprendimiento de fuerza física y mental de los trabajadores para que en el mismo periodo de tiempo produzcan más valor. En los países dependientes el aumento de la plusvalía relativa no necesariamente va acompañado de la introducción de máquinas más especializadas, antes bien, corre por la cuenta del mayor desgaste del cuerpo físico de los trabajadores. El tercer mecanismo con el que opera la *superexplotación* del trabajo es el de convertir una parte del fondo destinado a la reproducción de la fuerza de trabajo -esto es, al fondo destinado al consumo de los trabajadores y sus familias- en fondo de acumulación, ello se logra pagando a los trabajadores salarios muy por debajo del valor de su fuerza de trabajo. Una diferencia esencial con la lectura cepalina es que, para Marini, los mecanismos de la *superexplotación* no requieren siquiera la existencia del intercambio desigual para operar, sino una simple vinculación al mercado mundial pues de lo que se trata en el capitalismo es de la pugna por mayores niveles de apropiación del trabajo excedente.

Como subraya Bambirra (1978), la visión marxista de la dependencia no niega la existencia de las burguesías nacionales en América Latina en cuanto clase sino que

en la medida en que las burguesías en nuestro continente se han asociado como clase al capital extranjero, tuvieron que abdicar de sus proyectos propios de *desarrollo nacional autónomo*. En este sentido, y sólo en este, no pueden tener un proyecto nacional, *no pueden defender los intereses de la nación independientemente de los intereses del capital extranjero, pues ellas están asociadas a éste en calidad de socias menores*". (BAMBIRRA, 1978, p. 25)

Así, los teóricos de la TMD afirman que en la fase imperialista del modo de producción capitalista y, especialmente, posterior a la Segunda Guerra Mundial, la tendencia de asociación de las burguesías nacionales con el capital transnacional ha ido creciendo, lo que contribuyó a profundizar las condiciones de dependencia sobre las bases de la *superexplotación* de la fuerza de trabajo. El estudio de los gobiernos nacional-populistas, especialmente en Brasil, les permite percibir que el subdesarrollo está vinculado al

funcionamiento mismo del sistema capitalista, a su expansión en los países centrales y no a errores y falencias de las burguesías nacionales, elemento que se retomó en su crítica al desarrollismo cepalino.

El *capitalismo dependiente*, específicamente con la intervención imperialista, adquirió diversos matices en los distintos países de América Latina. Uno de los más grandes aportes de Vania Bambirra será la esquematización de las estructuras dependientes en la región de acuerdo a las esferas de acumulación de capital, al desarrollo de las fuerzas productivas y a las alianzas interclasistas en la reproducción de la dependencia. Para Bambirra (1999), la *situación de dependencia* como *situación condicionante* genera -cuando se torna concreta para las distintas formaciones sociales- diversas *estructuras dependientes* que, en el caso de América Latina, podrían agruparse en tres tipos:

- Tipo A: Está conformado por los países que iniciaron su industrialización antes de la posguerra como Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguay y Colombia. En ellos se presencia desde fines del siglo XIX el mayor dinamismo regional en la industria manufacturera. No obstante, la desnacionalización industrial es provocada por la penetración del capital monopólico en la segunda mitad del siglo XX, lo cual verifica la tendencia a la internacionalización y a la concentración del capital. Estas economías tienen por función recibir el excedente económico generado por la expansión productiva especialmente en Estados Unidos, absorber maquinaria obsoleta y ser mercados de manufacturas. Las experiencias de los países agrupados en este primer tipo de capitalismo dependiente expresarían el fracaso de las utopías nacionalistas.

- Tipo B: Los países de Tipo B son aquellos cuya industrialización fue resultado de la integración monopólica. Fueron en estos países donde el nacionalismo pequeñoburgués fomentó las relaciones con el capital extranjero para impulsar algún grado de industrialización. La entrada de capitales posterior a la Segunda Guerra Mundial fue posible porque la base económica tradicional de estos países, los enclaves mineros y agroexportadores, estuvieron en manos de las oligarquías nacionales aliadas a las burguesías extranjeras y, por otro lado, se debió a las presiones recibidas por sus endeudamientos. Lo común a estos países es que toda industria manufacturera se realiza bajo control del capital extranjero, sufren presiones

monopólicas en sus mercados, parten del bajo desarrollo de sus fuerzas productivas, sus industrias absorben poca fuerza de trabajo, etc. Entre estos países se encuentran: Perú, Venezuela, Ecuador, Costa Rica, Guatemala, Bolivia, El Salvador, Panamá, Honduras, Nicaragua, República Dominicana y Cuba (industrialización posterior a la Revolución).

- Tipo C: Son países que no poseen industrias diversificadas (por lo menos hasta el siglo XX), se caracterizan por una estructura agroexportadora que vincula oligarquías nacionales con el capital extranjero. Aquí pertenecen Paraguay, Haití y Panamá.

En general, se observa que el marxismo es interpretado de manera creativa para el estudio de la dinámica capitalista en América Latina, las constataciones a las que llegarán los teóricos de la TMD responden a un análisis serio de su inserción - especialmente en la fase imperialista- en el capitalismo global.

Otro aporte, ya a nivel de la organización popular y partidaria, es que avanzan en el estudio de las problemáticas centrales de las formaciones económicas dependientes abriendo otras posibilidades de intervención teórico-práctica más allá de los planteamientos de las izquierdas ortodoxas y reformistas. Como señala Bambirra (1978), problemáticas concernientes al subdesarrollo latinoamericano ya eran estudiadas por los desarrollistas como consecuencias de las disparidades en la economía internacional; sin embargo, no dieron una respuesta política a la lucha de clases en la región, no trataron de temas como: “las contradicciones del *capitalismo dependiente*, de la estrategia revolucionaria, del papel de la hegemonía proletaria en la lucha antiimperialista, en fin, de la revolución socialista en América Latina” (p. 23).

Como afirman Dos Santos y Bambirra (1980), la disputa por el poder no debió ser una cuestión desatendida en las estrategias y tácticas socialistas. Todo movimiento popular debe gestarse en su propio seno y desconfiar del reformismo y de las alianzas con sectores de la burguesía, pues las condiciones estructurales determinan intereses opuestos. Tanto Dos Santos como Bambirra y Marini, estudiaron los cambios que generaba la expansión del capitalismo monopólico en América Latina. Cuestiones importantes como la radicalización de la inversión imperialista, el mayor control tecnológico por parte de los países centrales, el fracaso de los desarrollismos y las posibilidades de transición, fueron abordadas siempre a la luz de la lucha de clases. También, la explicación de la TMD sobre cómo funciona la ley del

valor y cómo se da su trasgresión en las economías latinoamericanas constituye un magno aporte para repensar la producción y reproducción del capital en nuestros países. Implica definir la dinámica global en relación dialéctica con nuestras formaciones sociales, observar sus tendencias a partir de los cambios experimentados en el sistema capitalista mundial, descubrir los mecanismos institucionales que se adoptan para la reproducción de la dependencia, etc. y colocar su conocimiento al servicio de los movimientos populares que surjan a contrapelo de la historia.

Actualmente, continuadores y una nueva generación de intelectuales, especialmente en México y Brasil, busca retomar la herencia teórica de la TMD para avanzar en distintas investigaciones, ya sea en estudios sobre la condición estructural de América Latina en la actualidad o de casos específicos. Entre ellos destacan: Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo, Jaime Osorio, Adrián Sotelo Valencia, Roberta Traspadini, Marisa Amaral, Marina Machado, Mathias Luce, Fernando Prado, Maíra Bichir, Juliana Guanais, Gil Felix, Carla Ferreira, etc.

Entre estos estudios destacan: 1) La retomada de los debates sobre la dependencia, pues la ideología desarrollista regresa de la mano del neoliberalismo buscando viabilizar proyectos económicos en favor del capital transnacional (MARTINS, 2011). 2) El rescate de la vida y obra de Ruy Mauro Marini (TRASPADINI, 2011) y la herencia teórica de la TMD (PRADO, 2011; LUCE, 2018).

3) También existen avances teóricos como el de la noción del *patrón de reproducción del capital* desarrollado por Jaime Osorio (2004), esta categoría nos permite adentrarnos en las formas en que opera la producción y reproducción del capital en las distintas formaciones sociales a partir de sus ejes de acumulación. Asimismo, trabajos como los de Carcanholo (2013, 2017) buscan precisar el contenido teórico de la categoría *superexplotación* y los de Félix (2018, 2019) que abren una agenda de investigación sobre los impactos de la *superexplotación* en el ámbito de la circulación de la fuerza de trabajo. 4) Trabajos que relacionan la cuestión agraria (TRASPADINI, 2018a) y la educación (TRASPADINI, 2018b) con la reproducción de la dependencia latinoamericana. La TMD también participa en los llamados estudios sobre el mundo del trabajo, son importantes los textos de Sotelo (2012) sobre el trabajo superexplotado y precario en el siglo XXI y los de Guanais (2018a, 2018b) sobre los pagos por producción, intensificación del trabajo y la *superexplotación* en casos concretos como los de la agroindustria cañera en Brasil.

CONSIDERACIONES FINALES

Con la TMD comprendemos a América Latina como una particularidad concreta en el sistema económico global, con propias tendencias internas, pero no emancipadas de las relaciones sociales de explotación en el capitalismo mundializado. La dependencia continúa siendo el eje de articulación de las economías latinoamericanas con las economías industrializadas; de forma que cualquier mejora económica dentro del modo de producción capitalista no significaría la superación de esta relación sino la profundización de sus vínculos de dependencia. Existe una explicación clave sobre este hecho: dado que la división internacional del trabajo especializó a las economías latinoamericanas, toda pérdida de las burguesías locales por el intercambio desigual en el mercado internacional buscaría ser compensado con mayores niveles de explotación de la fuerza de trabajo en nuestros países. Observamos, también, que existe una separación abismal entre las estructuras productivas nacionales y las verdaderas necesidades de las masas trabajadoras en América Latina.

Como demuestran los trabajos actuales de la TMD, en el capitalismo financiero las economías latinoamericanas se tornaron más vulnerables y dependientes. El papel de la región como exportadora de commodities, de materias primas, etc. incrementa los niveles de transferencia de valor por la desigualdad en el intercambio de mercancías en un mercado internacional cada vez más especializado. Aún más, como ya fue sustentado, las tasas de ganancia de las burguesías locales buscan ser recuperados vía *superexplotación* de la fuerza de trabajo. Incluso la incorporación de tecnologías que incrementan la productividad en el sector productivo solo contribuye a rebajar el valor de la fuerza de trabajo y a ampliar los niveles de desempleo. Sin embargo, aún son necesarias mayores investigaciones que verifiquen estas tendencias y los grados que alcanzan para cada caso en particular de los países latinoamericanos en la actualidad.

Los principales medios para la reproducción de la dependencia son económicos. No obstante, especialmente en tiempos de crisis, como la del 2008 o la que viven actualmente países como Argentina o Brasil, las burguesías usan medios coercitivos para asegurar sus cuotas de ganancias. La resolución de las crisis se carga sobre el lomo de la clase trabajadora mediante despidos masivos, flexibilización de las relaciones de trabajo, precarización de las condiciones de vida, ajustes fiscales, eliminación o privatización de la seguridad social, etc. En condiciones “normales” de “crecimiento económico” las amarras de la dependencia parecen tornarse invisibles al punto de que el discurso burgués, que alienta la profundización

de los mecanismos de reproducción del capital en las distintas formaciones sociales, puede adquirir algún grado de consenso en la sociedad civil, especialmente en las clases medias. A pesar de ello, no pueden detenerla la lucha de clases, pues son los trabajadores los que tienen que enfrentarse diariamente a condiciones de trabajo cada vez más precarizadas, como tampoco pueden frenar las contradicciones internas del modo de producción capitalista que genera crisis cíclicas, lo que también contribuye a intensificar la protesta social.

La TMD guarda así, un potencial analítico aún poco explorado por su falta de difusión en las instituciones académicas que, guiadas en su mayoría por corrientes teóricas ahistóricas y faltos de criticidad, no señalan más caminos que la reproducción de la dependencia. Los estudiantes latinoamericanos debemos apropiarnos de los ricos debates teóricos generados al interior de nuestros países especialmente en contextos álgidos de la lucha de clases, como lo fueron los años sesenta, setenta y ochenta del siglo XX, antes de que el neoliberalismo y la persecución fascistoide buscaran barrer con todo vestigio del pensamiento crítico latinoamericano. Y debemos hacerlo no solo para valorarlos teóricamente sino para criticarlos y llenar sus posibles vacíos a la luz de las contradicciones de nuestra época.

Un trabajo así, de parte de la intelectualidad crítica proveniente o identificada con un proyecto con sello de clase muy bien definido, ampliaría el conocimiento de las relaciones económicas internacionales, del capitalismo transnacionalizado, de las dinámicas del capital financiero y sus implicancias en la vida de las masas trabajadoras. Así como delimitaría el lugar que ocupa América Latina en la actual división internacional del trabajo, que mantiene la integración entre burguesías locales y transnacionales para viabilizar patrones de especialización productiva para la exportación. No es por casualidad que los grandes problemas de la región estén vinculados a la intensificación del extractivismo y la destrucción de la naturaleza, ambas se muestran como condiciones fundamentales para la *superexplotación* del trabajo y para la *transferencia de valor*; en fin, para la generación de la escasez reiterativa que la ideología burguesa señala como “natural”.

BIBLIOGRAFÍA

24° Reporte del Observatorio de Conflictos Mineros (primer semestre del 2019), Lima: OCM, 2019. Disponible en: <http://conflictosmineros.org.pe/wpcontent/uploads/2019/07/Revista-Informe-de-Conflictos-Mineros-24.pdf>. Acceso: 08/09/2019.

BAMBIRRA, Vania y DOS SANTOS, Theotonio. **La estrategia y la táctica socialistas**

de Marx y Engels a Lenin. Tomo II, CDX: Era, 1980.

BAMBIRRA, Vania. “**Teoría de la dependencia: una anticrítica**”, 1978. Disponible en: <<http://www.rebellion.org/docs/55078.pdf>> Acceso: 20/08/2019.

BAMBIRRA, Vania. **El capitalismo dependiente latinoamericano**, 15° ed. CDX: Siglo XXI, 1999 [1972].

BULMER-THOMAS, Víctor. **La historia económica de América Latina desde la Independencia**, 2° ed. CDX: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CAPUTO, Orlando y PIZARRO, Roberto. “Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales”. **Cuadernos de Estudios Socioeconómicos**, CESO, Santiago de Chile: 1971, n. 12-13.

CARCANHOLO, Marcelo. “(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: Niemeyer Almeida Filho (Org.). **Desenvolvimento e dependência**. Brasília: IPEA, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis**. Una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARDOSO, Fernando y FALETTO, Enzo. “Dependencia y desarrollo en América Latina: Ensayo de interpretación sociológica”, **Documentos Teóricos**, Instituto de Estudios Peruanos, Lima: 1967, n. 1.

CARDOSO, Fernando. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro**. São Paulo: Zahar Editores, 1971.

DOS SANTOS, Theotonio. “El nuevo carácter de la dependencia”. **Cuadernos de Estudios Socioeconómicos**, CESO, Santiago de Chile: 1967.

DOS SANTOS, Theotonio. “Concentración Tecnológica, Excedente e Inversión”. **Problemas del Desarrollo**, n. 22, 1975, pp. 31-58.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. CDX: Era, 1978a.

DOS SANTOS, Theotonio. *Socialismo o fascismo*. **El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. CDX: Edicol, 1978b.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **El discurso crítico de Marx**. México: Ediciones Era, 1986.

FELIX, Gil. Circulación y superexplotación del trabajo. In: **Sociología del Trabajo**, Madrid: 2018, n. 92, pp. 87-105.

FELIX, Gil. **Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação**. Riode Janeiro: Lamparina/FAPESP, 2019.

FLORES, Lourdes. **Después del “Redoble por Rancas”**: Tierra, minería y memoria de un pueblo. Dissertação de mestrado apresentado à Universidade Federal de São Carlos - PPGS, São Carlos, 2018.

FLORES, Lourdes. **Mariátegui, los comunistas y el Movimiento Sindical Minero en el Perú (1928-1932)**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA), Foz de Iguaçu, 2015.

FLORES, Lourdes. **Mariátegui, los comunistas y los mineros del Centro**. Lima: Editorial Ande, 2021.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. São Paulo: Outras Expressões/FAPESP, 2018a.

GUANAIS, Juliana Biondi. Salario por pieza y superexplotación del trabajo. In: **Sociología del Trabajo**, Madrid: 2018b, n. 92, pp. 67-85.

HOBBSAWM, Eric. **Historia del Siglo XX**, 1ºed. Buenos Aires: Crítica, 1998.

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência - Problemas e categorias**. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **La crisis de la Socialdemocracia**. Madrid: Fundación de Estudios Socialistas Federico Engels, 2006 [1916]. Disponible <https://fundacionfedericoengels.net/images/PDF/La_crisis_de_la_socialdemocracia.pdf> Acceso: 10/08/2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Aniversario y balance”. **Amauta**, Lima, Año III, n. 17, setiembre de 1928. Disponible en: <<https://www.marxists.org/espanol/mariategui/1928/sep/aniv.htm>>. Acceso: 01/08/2019.

MARINI, Ruy. **Dialéctica de la dependência**. CDX: Era, 1973.

MARINI, Ruy. **El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile**. CDX: Era, 1976.

MARINI, Ruy. **Subdesarrollo y revolución**. CDX: Siglo XXI, 1969.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Sao Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía Política**. CDX: Siglo XXI, 1980 [1859].

OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar: Reproducción del capital y**

dependencia. CDX: Miguel Angel Porrúa, 2004.

PRADO, Fernando. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro: v. 29, n.2, 2011, pp. 68-94.

PREBISCH, Raúl. “**El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**”. Repositorio de la CEPAL, 2012 [1948]. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/4/prebisch_desarrollo_problemas.pdf> Acceso: 10/09/2019.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Los rumbos del trabajo**. Superexplotación y precariedad social en el siglo XXI. CDX: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

TRASPADINI, Roberta y STEDILE, Joao Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta. “A dialética da dependência contemporânea: a educação como mercadoria”. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 8, 2018, pp. 17-42.

TRASPADINI, Roberta. “Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente”. **Revista direito e práxis**, v. 9, 2018, pp. 1-23.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese de Doutorado em Educação apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA

*Daniel Senna Dias*¹

INTRODUÇÃO

Dentro da literatura do pensamento econômico acerca do tema da desindustrialização não se pensa o fenômeno a partir da teoria do valor, portanto, a partir do processo de acumulação de capital. O ponto de partida para a reflexão sobre o papel da América Latina nas chamadas Cadeia de Valor, o *modus operandi* da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), deve ser uma interpretação de como acontece a integração de forma desigual e combinada do capitalismo contemporâneo. Na perspectiva da Teoria Marxista da dependência (TMD), o mundo está separado hierarquicamente entre formações econômico-sociais² em situação dependente e formações imperialistas (centrais). O modo de produção capitalista requer o estabelecimento do sistema mundial capitalista a todas as regiões do globo, ou seja, o mercado mundial. E é no âmbito do mercado mundial onde ocorrem as relações de hierarquia entre países dependentes e imperialistas, dentro de uma DIT, países cujo as forças produtivas se constituíram previamente em relação aos dependentes, na época do capitalismo industrial, dominaram as nações débeis, atribuindo o que deveriam produzir de acordo com a necessidade da sua acumulação de capital.

É a partir da inserção latina-americana na DIT como fornecedores primários para dar continuidade a acumulação central que se entende a categoria de dependência. Por dependência, Marini (2005a) explica como sendo:

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005a, p. 134-135)

¹ Graduado em economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em economia pelo programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU). Doutorando em economia pelo programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ).

² Conceito que nos remete à consolidação do capitalismo em unidades político-econômico e territoriais limitadas (os países).

Ainda segundo Dos Santos (1970), a dependência é gestada por condicionantes historicamente construídas. A dependência deve ser compreendida como uma dialética entre externo e interno, das transformações que ocorrem na economia mundial (externo) e como são internalizadas de maneira a moldar as estruturas econômicas internas. O tipo de dependência muda de acordo com o modo de inserção internacional, que por sua vez irá influenciar no modo de reprodução do capital. Durante final do século XIX até a segunda década do século XX, a inserção brasileira era primário exportadora com o tipo de dependência financeiro industrial; de 1950 até início de 1980, a inserção, além de manter o papel primário exportador, foi o destino do capital estrangeiro tendo em vista o desenvolvimento industrial para captar o mercado interno, nesse período predominou a dependência tecnológica-industrial; de meados de 1980 até a atualidade a dependência pode ser caracterizada como neoliberal-financeira e tecnológica, onde o país se tornou uma plataforma de valorização financeira juntamente com a retomada do papel primário exportador, sob efeitos de desindustrialização (ALMEIDA FILHO e ARAÚJO, 2013).

Sendo assim, a integração da América Latina ao mercado mundial no final do século XIX como fornecedora primária caracterizou a primeira fase da dependência. Os autores da TMD explicam que por serem dependentes as economias periféricas têm parte do excedente de mais-valor produzido expropriado pelas economias centrais em decorrência da integração desigual e combinada ao mercado mundial (MARINI, 2005b). Essa modalidade de transferência de valor da periferia ao centro se dá pela divisão desigual da taxa de lucro a nível mundial, onde capitais de maiores composições orgânicas localizados no centro do capitalismo se apropriam de uma parcela maior de mais valor (via deterioração dos termos de troca). Mas podem existir outras formas de transferência, como: pagamentos de serviços da dívida; remessas de lucros, *royalties* e dividendos.

A transferência de valor ocorre na circulação, pois, pelas economias periféricas estarem suscetíveis a expropriação de parte de seu mais-valor, elas precisam utilizar mecanismos de compensação. Visto que o avanço tecnológico é monopolizado pelas nações imperialistas, os capitais situados na periferia do capitalismo recaem em sua produção mais sobre o trabalho. A superexploração é entendida como uma consequência do desdobramento do capitalismo mundial e que constitui um elemento estrutural das formações econômica-sociais dependentes. A superexploração é melhor compreendida como sendo a elevação do grau de exploração sem que houvesse necessidade de passar pelo aumento da produtividade (MARINI, 2005b).

Existem três maneiras combinadas ou não dessa exploração redobrada sobre o trabalho listados por Marini (2005a): remuneração abaixo de seu valor, prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Luce (2013) acrescenta um novo mecanismo relacionado ao elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração. Por fim, esse mecanismo de compensação representa a apropriação de parte do fundo de vida do trabalhador para a acumulação de capital. Portanto, a superexploração é o desgaste prematuro da força de trabalho ao ponto de ela não conseguir reproduzir-se como tal.

Quando Marini (2005a) escreveu sua obra clássica *dialética da dependência* em 1973, o autor tinha em vista o modo como o capitalismo mundial se desdobrava nas partes periféricas do globo. O capitalismo latino-americano configura-se como um capitalismo *sui generis*, pois nessas regiões, devido ao desenvolvimento desigual e combinado dentro de uma dinâmica imperialista, se constitui um tipo de capitalismo com elementos únicos que influenciam na formação econômico-política e social dos países. Nesse sentido, a teoria escolhida para este trabalho em nível intermediário de análise entre um nível mais da acumulação de capital a nível mundial e um mais concreto correspondente à formação econômico-social das nações dependentes.

Por último, mas não menos importante, trazemos uma breve discussão sobre o conceito de Estado dependente, segundo Osorio (2019). O Estado é, em última instância, o comitê político da burguesia, porém ele é mais. O Estado é fundamentalmente a condensação das relações de poder. Enfim, o aparelho estatal e a sociedade civil representam o centro do poder e estão em intensa disputa inter e intra as classes e frações de classe por sua hegemonia (no sentido gramsciano). Sobre o Estado em formações econômico sociais dependentes, por se tratar de um tipo de capitalismo *sui generis*, apresentará uma constituição única. Em suma, num primeiro aspecto, os Estados dependentes são subsoberanos pois as burguesias locais optam pela subordinação/associação ao imperialismo, sendo esta uma condição de sobrevivência para as burguesias mais débeis. O segundo aspecto: o Estado na periferia age para manter a vigência da superexploração da força de trabalho, seja por meio de coerção e/ou consenso.

O objetivo do artigo é demonstrar que a desindustrialização é um fenômeno oriundo da complexificação do desenvolvimento capitalismo, cujas economias latino-americanas assumem o papel de primário exportadoras. Essa função é consequência da reorganização da nova DIT, quando um novo imperativo se faz presente para a acumulação de capital. Também é efeito dessa complexificação encontra-se o traço distintivo da financeirização, onde, além desse perfil exportador de commodities, essas nações dependentes inserem-se no circuito

financeiro mundial de forma subordinada. Consequentemente, há reverberações sobre a dinâmica econômica interna.

Assim, além desta introdução, contamos com uma seção acerca da categoria de padrão de reprodução do capital (PRC, a partir de então) e a apresentação qualificação feita por Osorio (2012b) de um novo PRC especializado e exportador primário, focando na questão da desindustrialização. A segunda seção corresponde a uma revisão teórica do conceito de financeirização e a configuração do capitalismo contemporâneo com alguns elementos históricos e teóricos. Na terceira seção fazemos uma investigação do novo PRC sob os efeitos da inserção subordinada da América Latina no circuito financeiro. Para nós, como hipótese, defendemos que o fenômeno da desindustrialização possui como fonte a realocação de parte da cadeia produtiva para outras regiões do mundo e a financeirização.

1. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO ATUAL PADRÃO REPRODUÇÃO DO CAPITAL LATINO-AMERICANO

A categoria de PRC visa buscar o nexó teórico entre as leis que regem o capitalismo dependente e as formações econômico-sociais ou, em outras palavras, a dupla articulação entre a situação dependente e a estrutura econômica desses países. Marini tratou mais detidamente acerca do tema entre as décadas de 1970 e 1980. No próprio *dialética* já havia um corpo teórico daquilo que seria o ciclo da economia dependente, mas seria posteriormente, no Ciclo da economia dependente (MARINI, 2012 [1979]) e *Plusavalía Extraordinária y acumulación de capital* (MARINI, 1979) que surge discussões mais aprofundadas. O último lançamento relevante do autor sobre o tema foi em 1982, em *El patrón de reproducción del capital em Chile* (MARINI, 1982). A categoria ainda careceria de precisão teórica e coube a Jaime Osorio fazer o acabamento teórico.

Definição designada por Osorio (2012a) para a categoria,

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem de suas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específico (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (OSORIO, 2012a, p.40-41)

A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou históricos-concretos (formações econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios. (OSORIO, 2012a, p.40-41).

Os tipos de PRC estabelecidos no Brasil (por extensão a América Latina) acompanham o seguinte desdobramento: muda-se o tipo de padrão de acumulação global, o tipo de dinâmica imperialista³, as relações de dependência e, conseqüentemente o perfil da reprodução do capital internamente na periferia. Osorio (2012a) coloca três diferentes padrões com fases de transição⁴ entre um e outro. São eles: agromineiro exportador, que abrange o período da dependência até a segunda década do século XX; o industrializante, compreendido entre a segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970, subdividido na fase autônoma e internalizada (de 1930 até 1940) e a fase marcada pela associação ao capital estrangeiro (após 1950); por fim, o atual, padrão primário exportador de especialização produtiva que começa em 1980.

Como mencionado, as transformações no sistema mundial capitalista desencadeiam mudanças nas relações de dependência e, por conseguinte, impactam nas estruturas internas dos países. Logo, o capital em seu ciclo baseia-se em setores chaves que produzem valores de uso característicos daquele PRC. Logo, no padrão agromineiro, o eixo dinâmico da economia eram os setores exportadores primários. No industrializante, a região passou por um intenso processo de industrialização⁵, que impulsionou uma mudança qualitativa na estrutura produtiva mantendo a condição dependente⁶. Sobre o atual PRC, algumas considerações de acordo com Osorio (2012b). O novo padrão guarda significativas semelhanças no referente aos valores de uso produzidos no agromineiro exportador do início do século XX, porém diferencia-se deste último pelas maiores elaborações tecnológicas utilizadas na produção. A

³ Inclusive, precisamos fazer uma breve nota sobre a relação das teorias de imperialismo com a dependência. Segundo Amaral (2012), a teoria do imperialismo e dependência estão interligadas, mudanças na configuração da dinâmica imperialista acompanham mudanças nas relações de dependência.

⁴ Por fase de transição entendemos que quando um padrão vai perdendo sua força, porém o próximo não possui força suficiente para ser dominante.

⁵ Para um maior aprofundamento sobre o processo de industrialização latino-americana sob a perspectiva da TMD, indicamos a obra clássica de Vânia Bambirra (2013) *o capitalismo dependente latino-americano*.

⁶ Chamada por Bambirra (2013) de transformações modernizadoras.

condição exportadora vem do fato de que os setores eixos das economias produzem mercadorias para serem realizadas prioritariamente no mercado externo. O aumento expressivo do fluxo de comércio internacional das economias latino-americanas a partir de 2000 e o tipo de bem exportado conformam a inserção primário-exportadora e o lugar da América Latina no mercado mundial.

O capital estrangeiro foi um dos atores privilegiados na reconfiguração do mundo periférico a partir dos anos 1980. Destacamos três movimentos, primeiro o capital estrangeiro foi atraído pelas privatizações em larga escala efetuadas na década de 1990. Em segundo, o IED dessa vez se instala na periferia ou na linha final das cadeias produtivas, a de montagem, cujo valor agregado é menor e gera pouco dinamismo econômico (atividades maquiladoras, por exemplo) ou nos setores produtores de commodities. Em terceiro, outras formas de valorização do capital são engendradas a partir de 1980 e intensificadas nos anos seguintes. Estamos nos referindo ao capital estrangeiro atuando como bancário-financeiro e se apropriando de juros decorrentes do mercado de dívida pública (OSORIO, 2012b). Veremos mais à frente o protagonismo central do capital estrangeiro no equilíbrio do balanço de pagamentos e na atividade econômica interna.

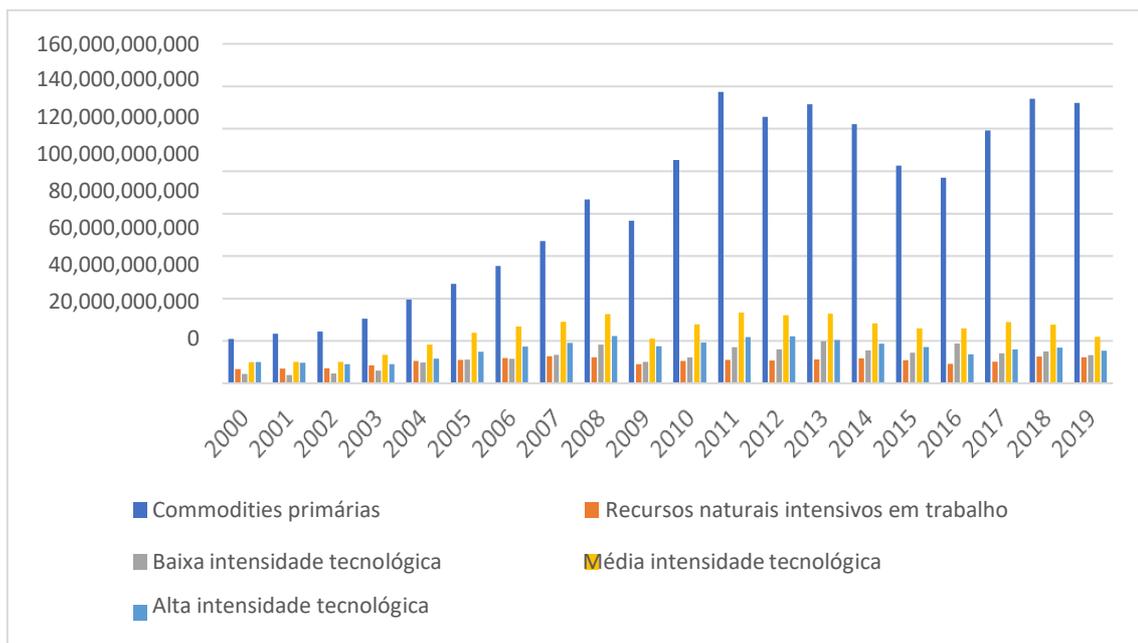
A noção de padrão de reprodução do capital nos permite articular a condição exportadora e a condição de vida da classe trabalhadora, o que explica o fato da América Latina registrar altas taxas de crescimento econômico ao mesmo tempo que também registrava a deterioração da vida e do trabalho da maior parte da população (OSORIO, 2012b). Para explicar isso, primeiro precisamos voltar ao ciclo bipartido da economia dependente. A mercadoria aqui produzida não se destina ao mercado interno, mas ao externo. Por isso, o mercado interno não é um fator preponderante ao desenvolvimento capitalista periférico⁴³. Isso ocorre, pois, os valores de uso da produção são majoritariamente de bens de uso industrial e de matérias-primas e o nível de salário médio não é compatível pelo preço que é exportado.

Em segundo, também relacionado ao primeiro, as economias dependentes fundamentam sua produção sob a superexploração da força de trabalho. Assim os capitais atuantes dessa economia, para se manterem competitivos no mercado internacional, precisam deteriorar as condições de vida dos trabalhadores. A consequência disso recai sobre o fundo de consumo dos trabalhadores. Chamamos isso, anteriormente, de divórcio da capacidade produtiva e das necessidades da maioria da população. Acaba que uma minoria da população que vive de apropriação de mais-valor, renda ou salários elevados é

responsável por parte considerável do consumo. Essa disparidade entre as camadas sociais é a tão conhecida desigualdade social típica de sociedades dependentes (OSORIO, 2012b).

Partimos neste momento para uma análise qualitativa dos dados para demonstrar o reflexo da estrutura produtiva a partir da inserção externa brasileira, usando a evolução das exportações das últimas décadas. Os anos 2000 viriam para mostrar um retorno do desenvolvimento calcado nas exportações primárias, levando ao Osorio (2012b) a afirmar que o período de industrialização foi uma excepcionalidade na história da região. O gráfico 1 demonstra o crescimento considerável dos bens de commodities primárias a partir de 2000, sendo o período correspondente ao chamado *boom* das commodities. O aumento das exportações é explicado, em parte, pelo aumento da demanda internacional, principalmente da China. Conhecido como “efeito China”, a demanda chinesa por esse tipo de bem aumentou tanto sobre o comércio externo brasileiro que no ano de 2000 o volume total das exportações brasileiras era de 1,11 bilhão de dólares e no ano de 2019 foi para 63,43 bilhões (Atlas da complexidade econômica, 2021), cerca de 27% das exportações brasileiras são destinadas à China. Tal tendência denota a importância da economia chinesa, não só para o Brasil, mas para toda a América Latina, como uma região essencial para o suprimento de bens primários.

Gráfico 1 – Evolução das exportações de commodities em US\$ bilhões



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos pelo atlas da complexidade econômica (2020).

A especialização produtiva em bens de baixa intensidade tecnológica, principalmente depois do baixo dinamismo da economia brasileira após 2011, levou a autores do campo da heterodoxia do pensamento econômico a conceituarem o fenômeno da desindustrialização como Feijó e Oreiro (2010) a perda da importância da indústria manufatureira na geração ou, sob ótica do produto, a perda da participação da indústria no PIB. Além dessa interpretação, Arend (2013) acrescenta que a desindustrialização também é originária do deslocamento de parte da cadeia produtiva para países do Leste asiático. Enquanto que a América Latina se insere na CGVs como supridora de bens primários. Ainda segundo esse autor, os países, enquanto uma parte do mundo desloca o setor de dinâmico da economia para fora do setor industrial, outra parte se industrializa avançando para a fronteira tecnológica atual, a microeletrônica.

De acordo com o relatório realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), segundo o qual a participação da indústria no PIB brasileiro sofreu uma retração de 21,4% para 12,6%, entre 1970 e 2017. O trabalho também faz parte de uma perspectiva internacionalista, pois foram reunidos trinta países que detinham noventa por cento do parque industrial do planeta⁷, de 1970 a 2017. Todos os índices do relatório mostram o Brasil passando por uma retração da indústria manufatureira na participação do PIB muito mais intensa e acelerada que qualquer outro dos trinta países. Em 2017, o país possuía o nono maior parque industrial do mundo, com 1,86%, pertencente à fatia brasileira, porém já teve uma participação maior. Por outro lado, os países do Leste asiático, desde os anos 2000, ganharam a fama pelo protagonismo na produção industrial, principalmente a China. Todavia, num passado não tão distante, a situação era diferente.

O Brasil, no começo da década de 1980, era dono de 4,0% da produção industrial mundial e na mesma época China, Coreia do Sul e Índia não somavam o mesmo percentual (IEDI, 2019). O crescimento real acumulado do valor adicionado manufatureiro entre os trinta países listados de 1980 até 2017, o Brasil teve a pior participação com 1,24%, enquanto China (44,69%), Coreia do Sul (18,01%), Indonésia (13,17%), Índia (12,70%), Malásia (12,54%) estão entre as que mais cresceram. Entre 1980 e 2017, a indústria de transformação brasileira cresceu 24%, em grande contraste com o aumento desse tipo de indústria na economia mundial, na qual houve uma elevação de 204% e se excluir a China a indústria de transformação mundial elevou-se em 135%.

⁷ São os países: China, EUA, Japão, Alemanha, Índia, Coreia do sul, Itália, França, Brasil, Indonésia, Reino Unido, Rússia, México, Turquia, Espanha, Canadá, Suíça, Tailândia, Polónia, Irlanda, Holanda, Austrália, Malásia, Arabia Saudita, Áustria, Suécia, Bélgica, Ira, Filipinas, Argentina.

Fica evidente a existência da desindustrialização, porém, neste momento retomando ao nosso arcabouço teórico, nos opomos a forma pela qual os economistas heterodoxos enxergam o fenômeno. Para esses Feijó e Oreiro (2010), a desindustrialização em países periféricos é caracterizada como precoce, porque o processo se deu sem que se tenha atingido um nível *per capita* de renda alta. Ao contrário do que aconteceu em economias centrais, onde ocorreu uma mudança do setor industrial para o setor de serviços com alto nível de renda, assim chamada de desindustrialização madura.

O que não seria diferente, pois eles não trabalham com as mesmas categorias e método do materialismo histórico. Onde queremos chegar, a desindustrialização, para nós, é um traço consequente da atual fase do capitalismo. Devido ao seu desenvolvimento, lembrando que o desenvolvimento aqui é aumento de suas complexidades, engendrou novas configurações e novos rearranjos na DIT e, portanto, novos ditamos para a acumulação de capital. Não parece uma questão de ser uma economia madura ou precoce, mas sim de um imperativo da acumulação de capital a nível mundial que concedeu ao Brasil, por extensão a América Latina, a função de primário exportadora. Entretanto existe uma outra dimensão que merece ser considerada o capitalismo contemporâneo possui como uma de suas características principais a financeirização, como a financeirização impactou no processo de desindustrialização das economias dependentes é uma pergunta norte para este artigo. E para respondê-la, precisamos compreender esse traço fundamental.

2. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

As transformações ocorridas após a crise estrutural do capitalismo durante as décadas de 1960 e 1970 engendraram nova configuração no mercado mundial. Tais mudanças são fruto do desenvolvimento das complexidades da acumulação de capital, tendo em vista a reverter a tendência da queda da taxa de lucro dos capitais situados nas economias centrais, sobretudo dos Estados Unidos. Dentre as mudanças destacamos duas: a reestruturação produtiva com deslocamento de partes da produção para os países periféricos em busca de utilizar os menores custos com a força de trabalho e os ganhos obtidos através da especulação financeira e fictícia (CHESNAIS, 2013).

O fenômeno da financeirização, como argumentam muitos autores marxistas⁸, é a marca do capitalismo contemporâneo, sendo a sobreposição da lógica fictícia sobre as demais. O advento da revolução nos meios de comunicação abriu o campo de possibilidades da acumulação de capital. Com a velocidade das informações, a maior integração do globo em tempo real possibilitou a diminuição do tempo de rotação do ciclo do capital industrial e ao fazer isso houve ganhos de mais-valor, aumentando a massa de mais-valor. Além do mais, abriu um mundo de oportunidades para especulação financeira e fictícia.

Antes é preciso fazer as devidas mediações entre a categoria em sua forma mais abstrata tratada por Marx (2017) no livro III do Capital e como ela assume o protagonismo da acumulação de capital atualmente. Primeiro, quando Marx (2017) tratou do ciclo do capital industrial no livro II do capital, cujo o objetivo, em um nível maior de abstração, era compreender o capital que se autovaloriza em movimento, o autor argumentou que o capital assume três formas: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria e a totalidade posta em movimento é o capital industrial[2]. Visto isso, em um nível menor de abstração do livro III da mesma obra, o autor alemão explicou que há desdobramentos das formas que na aparência se apresentam como autônomas. Então, temos o capital-mercadoria se dividindo em capital de mercadoria e capital da mercadoria dinheiro. A autonomização das formas cria uma funcionalidade (e disfuncionalidades) para o ciclo ao permitir a maior rotação do ciclo do capital industrial e assim a geração de uma maior massa de mais-valor. Todas as formas autonomizadas ajudam ao capital-produtivo a gerar mais-valor, ao passo que também requerem uma parcela desse mais-valor. Destarte, com a complexificação das relações capitalistas surge a figura do capital bancário, este capital possui a funcionalidade concentrar o crédito (capital monetário) para financiar a produção do capitalista produtivo, ao conceder crédito, esse capital funciona como capital portador de juros. O capital portador de juros é um desdobramento dialético do capital bancário. O capital portador de juros possui um último desdobramento, o capital fictício. Diferentemente de seu par, o capital fictício não possui vínculo direto com a produção, assumindo um caráter meramente especulativo.

O capital fictício aparece como o capital que autovaloriza por si só, apenas através da especulação, este capital é parecido com o capital portador de juros, pois seus ganhos são os juros, este entendido como a parcela do lucro produzida pelo capitalista ativo destinado ao dono da mercadoria capital. Entretanto, a sua fonte de valorização é a especulação, ou seja, a

⁸ (CARCANHOLO e NAKATANI, 2013); (HARVEY, 2008); (CHESNAIS, 2003); (AMARAL, 2012) e outros.

promessa de obtenção de lucros futuros aos donos do capital fictício. Sem qualquer ligação aparente, mesmo que na essência tenha, com a produção do mais valor. E, embora leve o nome de fictício, esse capital carrega uma contradição inerente. Porque ele é real do ponto de vista de quem possui a propriedade daquela promessa de ganho, mas é fictício do ponto de vista da totalidade, da sociedade. É uma promessa que pode se realizar ou não, a esse tipo de ganho no capitalismo contemporâneo Carcanholo e Sabadini (2013) chamam de lucros fictícios.

Como os juros são uma forma de apropriação específica numa magnitude menor do que o total da mais-valia, o fato de que a constituição do capital na forma de ações que renda uma forma de mais-valia e não a integralidade, esses integrantes do proprietário da mercadoria capital se contentam com isso. Nesse sentido, não vão participar da taxa média de lucro. Quanto maior for a proporção do capital total que se constitui nesses moldes, menor tende a ser a redução na taxa média de lucro. Assim, isso é uma contra tendência à lei da queda da taxa de lucro. Como os juros são a categoria, que na aparência, correspondem à apropriação de lucro, em forma de juros, por quem é o detentor da mercadoria capital, todo mundo que detém um juro aparece como proprietário de um detentor de capital seja de fato ou não. Na forma de capital fictício, uma das formas do capital bancário é justamente o depósito de todas as classes sociais e que os bancos pagam um juro por esse depósito. O capital fictício é um desdobramento último do fetiche do capital. Antes, o D-D' parecia o último estágio, o simples fato de ser dinheiro gerava mais dinheiro, as formas de mercadoria e produção estavam escondidas. A lógica do capital fictício é mistificar a própria forma dinheiro, porque ele constitui a base de uma apropriação futura. A partir da capitalização, permite-se a sua monetização, sua transformação em D. É a inversão completa da lógica do capital.

Reconhecemos que qualquer tipo de sintetização não será suficiente para explicar a crise estrutural dos anos 1960-1970 como um todo, no entanto, vamos fazer o esforço de resgatar alguns fatos marcantes necessários para fazer as devidas mediações necessárias e possíveis a partir de elementos históricos. Os Estados Unidos assumiram a hegemonia do bloco capitalista e a reprodução da sociedade burguesa estadunidense passou a ser dominante no mundo. O Estado também assumiu um papel central quando foi responsável por garantir essa reprodução, tão como prezar pelo bem-estar e o pleno emprego. No plano do mercado mundial, os EUA assumiram a posição de detentores da riqueza e responsáveis pela conversibilidade do dólar, que se tornou uma moeda mundial, em ouro de acordo com o tratado de Bretton Woods. Cabia aos estadunidenses o fortalecimento do bloco capitalista, então vultuosos planos foram

aplicados nas economias arrasadas pela grande guerra, como, por exemplo, nas economias alemã e japonesa (GASPAR, 2015).

Assim ficaram conhecidos os trinta anos gloriosos do capitalismo, onde a economia mundial cresceu consideravelmente. Entretanto, os meados de 1960 e em 1970 mostravam o esgotamento do regime de acumulação fordista, os países arrasados da guerra conseguiram se reestruturar e até economias do terceiro mundo concorriam com a hegemonia dos EUA, o mundo vivia uma crise de sobreacumulação de capital (CARCANHOLO e BARUCO, 2011) e, enquanto o setor produtivo apresentava taxas decrescentes de lucro, o setor financeiro surgia altamente dinâmico impulsionado pelas revoluções tecnológicas.

A forma fictícia sempre existiu, porém depois das mudanças de 1970, o capital fictício assume o controle da acumulação capitalista (AMARAL, 2012). Lapavitsas (2009) elenca três motivos para o surgimento do padrão de acumulação financeirizado: (i) a presença persistente da tendência da queda da taxa de lucro na década de 1970, somado a baixa produtividade; (ii) a revolução tecnológica ocorrida no período que pressionou por mudanças na esfera da produção para fazer frente ao crescimento da especulação na esfera financeira; sendo que (i) e (ii) foram fatores contribuintes ao aumento da taxa de desemprego; e, por fim, (iii) as empresas transnacionais oriundas da integração monopólica dominaram a produção e o comércio mundial. O autor também argumenta que há uma assimetria entre a esfera financeira e fictícia em relação à esfera produtiva, as revoluções nos meios de comunicação diminuíram o tempo de rotação do capital e por diminuir o tempo de rotação do capital o capital pôde fazer o que sempre fez em um período de tempo menor, assim apropriando de uma maior taxa de mais-valor. O advento da terceira revolução industrial com avanço da microeletrônica proporcionou um dinamismo no setor financeiro, enquanto o setor produtivo apresentava uma persistente queda na taxa de lucro, o setor financeiro mantinha-se dinâmico.

Então, podemos compreender que devido à crise estrutural assinalada, o advento da microeletrônica e a consequente dinamização do setor financeiro impôs uma nova modalidade de acumulação de capital sob a lógica financeira e fictícia. Por isso, Chesnais (2003) argumenta que o atual regime de acumulação exige a mundialização e a integração desigual e combinada da nova lógica. Por exemplo, nesse momento se faz necessária o fortalecimento das instituições financeiras como árbitras do receituário de políticas econômicas a serem usadas pelos países. É de fundamental importância que as economias implementem uma série de desregulamentações no sentido de desobstruir o movimento de “autovalorização” desse capital. Paralelamente, aumenta-se a intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho

pela própria lógica de valorização fictícia, pois como esse capital opera de maneira a trazer uma apropriação de mais-valor futuro para o presente, o capital produtivo precisa intensificar os mecanismos de exploração da força de trabalho para acompanhar o ritmo da especulação.

Em chave de leitura complementar, Harvey (2008) defende que a crise de 1960-1970 inaugurou um regime de acumulação flexível, cujo a principal característica desse regime seria o alto desenvolvimento das finanças, o deslocamento produtivo de parte da produção para países onde as empresas transnacionais poderiam se beneficiar do custo menor da força de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas nos países centrais. As transformações na produção tinham em vista corrigir a assimetria entre a esfera da circulação e produção, significa dizer que para acompanhar o ritmo especulativo da esfera financeira precisaria de uma maior exploração sobre a força de trabalho. É nesse sentido que o capital fictício precisa se desvincular do capitalismo baseado no fordismo do paradigma keynesiano que preconizava o pleno emprego.

Lapavitsas (2011) reúne alguns aspectos característicos do capitalismo contemporâneo que mostram esse domínio do fictício sobre o real. O primeiro deles é o autofinanciamento dos investimentos a partir da venda e compra de ações entre as empresas sem intermediação bancária. O surgimento desse tipo de operação diminuiu os custos de circulação e aumentou a margem de lucro. O aspecto central ressaltado pelo autor é a lógica financeira no comando das atividades produtivas, isto é, o capital industrial subordinado à lógica fictícia. No segundo aspecto, as instituições financeiras privadas direcionaram-se para os indivíduos e famílias através da oferta de crédito e do gradativo vínculo em endividamentos com os bancos. O que leva ao terceiro aspecto, a contínua oferta de serviços financeiros (seguros, aplicações financeiras, planos de saúde e etc.), que envolve as pessoas numa espiral de dívidas em que seus rendimentos são fatiados pelos bancos, o qual o autor denominou de expropriação dos rendimentos do trabalho. É dessa forma que eles compensam as perdas que tiveram no passado com o fim dos empréstimos concedidos às empresas, mas que neste momento concentram-se nos indivíduos e famílias. Esta forma de expropriação é chamada por Lapavitsas (2011) de expropriação financeira dos rendimentos do trabalho e possibilita a lucratividade sem que se tenha que adentrar no processo produtivo.

O aparato ideológico por trás das transformações necessárias para a superação da crise, como a financeirização, a reestruturação produtiva e a flexibilização das leis trabalhistas, é chamado de neoliberalismo. Esta ideologia consiste num aparato ideológico por detrás da nova fase do capitalismo. Sob inspiração do liberalismo clássico, mesmo que a versão clássica tenha

surgido em contexto completamente diferenciado do atual, o neoliberalismo prega, dentre tantos ditames, um suposto “Estado mínimo”. Significa dizer que seria responsabilidade das forças de mercado trazer o bem-estar social e ótima alocação dos recursos na economia. Seria indiferente se a política econômica for heterodoxa ou ortodoxa, portanto, que siga os três objetivos chaves para o crescimento e desenvolvimento (CARCANHOLO e BARUCO, 2011). O primeiro é prezar pela estabilização macroeconômica (controle da inflação e das contas públicas). No segundo, o Estado deve efetuar reformas estruturais pró-mercado para construir o ambiente macro econômico que promova a livre mobilidade de capitais. E a terceira consiste na retomada dos investimentos privados garantidores de um novo processo de crescimento e desenvolvimento.

Para Carcanholo e Baruco (2011) o Estado não é mínimo, mas sim máximo, ele pode ser mínimo para os trabalhadores, porém é máximo em garantir a lucratividade dos capitalistas. O Estado se coloca como grande articulador do movimento de valorização fictícia, seja para empreender reformas e/ou efetuar políticas de austeridade, seja para aprofundar elementos de coerção em momentos de efervescência da luta de classes. Fato é que a promessa de crescimento econômico não se concretizou, quando comparado aos “anos gloriosos” do pós guerra, o mundo cresceu menos, além do mais a desigualdade social aumentou.

No que concerne aos movimentos históricos, alguns elementos devem ser destacados diante disso, primeiro a conta financeira passou a ser crucial para o equilíbrio da balança de pagamentos, o que Chesnais (2003) chamou como começo da dominação financeira. O segundo movimento corresponde à movimentação de um volume de dólares fora do controle do FED, primeiramente conhecido como eurodólares. Era, assim, o início de praças financeiras (*offshores*) cujo único objetivo era especulação. Não tardou para que os dólares sobressalentes no mercado fossem administrados por outras economias, surgindo também o mercado de capitais controlado pelos países produtores de petróleo (petrodólares). As primeiras vítimas desses capitais ávidos por valorização foram os países do terceiro mundo, principalmente a América Latina onde ocorriam os processos industrializantes e estes dólares vieram como empréstimos para dar continuidade a seus projetos.

Os anos da década de 1980 inauguraram uma nova etapa nas economias periféricas de crises, instabilidade político-social e o fim de regimes autoritários. A América Latina ingressou de vez no capitalismo financeirizado, rompia-se projetos de industrialização até mesmo no Brasil, onde a industrialização mais avançou. A região como um todo mergulhou em uma espiral da dívida externa, isso aconteceu principalmente por essas economias, de moedas pouco

convertíveis, no mercado mundial estarem sujeitas às variações da moeda (quase) universal que era o dólar, agora sem os entraves de uma paridade dólar-ouro pelo FED. A partir de 1979, com a escalada dos juros internacionais propagada pelo choque Volcker de 1979, instalava-se o regime de câmbio flutuante e foi por isso que Chesnais (2003) sinalizou que a mundialização do capital bancário deveria ser mundializada de forma desigual e combinada, a decisão do banco central estadunidense representava uma retomada da sua hegemonia e integrou, de maneira subordinada, a América Latina ao sistema financeiro internacional.

Por fim, devemos mencionar que as crises no capitalismo contemporâneo tendem a ser mais frequentes e seus efeitos mais graves. O capital fictício tende a potencializar os efeitos da crise, pois, caso as especulações acerca dos lucros não se concretizem, o valor dos ativos financeiros se desvalorizará. Assim haverá reverberações sobre o lado real da economia e normalmente os custos são repassados em forma de maior exploração sobre a classe trabalhadora (Chesnais, 2013). Os anos seguintes da década de 1980 foram de grande oscilação para economia mundial e mais aguda ainda sentiram os países dependentes. A crise da dívida externa na América Latina só se resolveu em 1990 com a volta da liquidez internacional e possibilidade da aplicação de planos de estabilização, que foram exitosos. Contudo, não demorou para que no final da década de 1990, houvesse uma crise de fuga de capitais estrangeiros, iniciada primeiro na Rússia e alguns países do leste asiáticos, e que se contamina a região e produziu o mesmo efeito dos outros países periféricos. Os capitais estrangeiros ao pressentirem um aumento da incerteza procuram a moeda mais conversível, no caso o dólar.

3. A SIMBIOSE ENTRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A FINANCEIRIZAÇÃO

Das seções anteriores tratamos de, em primeiro lugar, concluir que a desindustrialização é um aspecto do atual padrão exportador de especialização produtiva, porém o que parece não ser tratado por Osorio (2012b) é a financeirização como fonte do fenômeno desindustrializante e reprimarização. Sendo a financeirização o traço fundamental do capitalismo atual, na segunda discussão, resgatamos uma determinação histórica combinada com aspectos teóricos para explicar o capitalismo financeirizado e a configuração da nova DIT. A nova dinâmica do imperialismo deslocou parte da produção manufatureira para o leste asiático, sobretudo, aproveitando dos menores custos com a força de trabalho, enquanto que a América Latina retornava à sua vocação primário exportadora. Neste momento buscamos contribuir para a qualificação do atual PRC de Jaime Osorio (2012b) a partir de contribuições

atualmente existentes, sobretudo da de Raposo (2018), e qualificar mais desdobramento da atual fase da dependência.

Seguindo o argumento de Amaral (2012), se é necessário a atualização das teorias de imperialismo, também se faz necessário a atualização da dependência. A atual fase pode ser nomeada de dependência neoliberal financeira-tecnológica. Segundo Amaral (2012, p. 135),

[...] a natureza atual de nossa condição dependente: ela não passa mais pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que nunca presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas produzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez efêmeros de produção que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta.

Dada a integração monopólica ocorrida em fins da segunda guerra, a formação de grandes oligopólios do capitalismo contemporâneo seria mais um desdobramento de algo que já vinha ocorrendo. Acontece que a tecnologia antes, que já era de difícil propagação para periferia, atualmente encontra-se inviabilizada, restando aos países dependentes se comportarem como meros importadores das tecnologias geradas nos centros. Ainda segundo Amaral (2012) A superexploração continua sendo o fundamento da dependência latino-americana, inclusive o deslocamento de segmentos da cadeia produtiva das grandes frações do capital produtivo se desloca para a periferia em busca de baixos custos. Em segundo, as transferências de valor estão cada vez intangíveis em termos de preços, cada vez mais difícil estabelecer um preço sobre o conhecimento tecnológico, sendo muitas vezes uma precificação muito alta (bom exemplo disso são as patentes).

Visto sob essa ótica, fica evidente que a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora aparecem como fenômenos típicos da nova situação dependente. Em uma visão complementar, Sotelo Valencia (2004) havia salientado que, na nova dependência, a desindustrialização seria o traço distintivo do atual divórcio da estrutura produtiva das necessidades da maioria da população. Também num esforço de caracterização, Raposo (2018) ponderou sobre a dimensão fictícia no atual PRC. Segundo a autora, as economias latino-americanas constituem-se como plataformas de especulação financeira e fictícia e, por sua vez, afetam o desenrolar do ciclo do capital industrial na economia dependente. E além disso, o lado fictício no atual padrão influência em cada etapa do ciclo do capital.

Existe na literatura econômica uma explicação para essa relação entre os dois fenômenos. Segundo Bruno (2020) visto que a esfera da produção proporciona uma obtenção

de lucros sem ter de passar pelo processo produtivo, os ganhos da esfera financeira são mais atrativos em relação à esfera produtiva. Em outras palavras, nas economias financeirizadas há um estímulo a uma diminuição da formação bruta de capital em favor da especulação. Assim, possui implicação sobre a relação entre capital e trabalho, existe uma tendência para rebaixamento salarial e a adoção de medidas por parte do Estado para reduzir o salário indireto (precarização da saúde e educação públicas, previdência e etc.), isso ocorre devido às pressões do setor financeiro para ganhos de curto e médio prazo. Nesse sentido, os processos de desindustrialização, reprimarização e, conseqüentemente, o baixo dinamismo econômico aparecem como desdobramentos da financeirização subordinada.

Em parte, concordamos com esse argumento, resumidamente, a esfera produtiva deixa de ser rentável quando comparada à esfera financeira, fazendo com que os capitais migrem da produção para a especulação. Entretanto, como vimos em discussões anteriores, as empresas localizadas no capital produtivo também são regidas pela lógica fictícia, muitas delas operam no mercado acionário através de ações (Lapavitsas, 2011). O ciclo do capital deve ser visto dentro de seus movimentos tanto da ótica do capital dinheiro, produtivo e mercadoria e como esses três estão integrados na totalidade do capital industrial. Agora, concordamos que a desindustrialização potencializa a piora para o trabalho em sua relação com capital, muito mais pela tendência de aumento da composição orgânica do capital, principalmente no setor produtor de commodities e serviços, onde começa a se formar um contingente de exército industrial de reserva. Logo, reverberando sobre a compressão dos salários.

Demarcado em nossa posição teórica, vamos partir para mediações através dos desdobramentos históricos do atual padrão de reprodução do capital. A integração subordinada das economias latino-americanas se deu após a contração dos empréstimos oriundos dos petrodólares, esses capitais sobressalentes em praças financeiras destinaram-se à periferia rumo a especulação fictícia. A crise da dívida externa da década de 1980 foi uma consequência de uma mudança do capitalismo global, juntamente com a decisão política econômica dos países dependentes na década de 1970 para os mais variados motivos. Fato é que a retomada da hegemonia estadunidense com choque Volcker levou ao aumento gigantesco da dívida externa e levando a grande instabilidade nessas economias, somado ao fato de que os governos dos países efetuaram antecipadamente a chamada “estatização da dívida pública”, na qual piorou ainda mais o cenário econômico ao permitir que agentes privados tomassem dívidas em dólar e pagassem os juros em moeda nacional, repassando ao Estado a responsabilidade de pagar os compromissos externos (RAPOSO, 2018).

Faz sentido quando Chesnais (2003), por exemplo, afirma a centralidade das instituições como FMI, Banco Mundial e outras agências multilaterais na imposição, sob o comando dos EUA, de medidas neoliberais na finalidade de garantir a instalação da lógica da valorização fictícia na periferia. Dos Santos (2021) explica que a dependência consiste numa relação dialética entre o que externo e se internaliza e o interno que se externaliza, neste caso as mudanças externas impactaram na condução política econômica, neste caso do Brasil, mas serve para toda a América Latina. A década de 1980 perpassou por uma turbulência de fatores, primeiro que a insustentabilidade do governo militar brasileiro cedeu lugar para uma democracia ainda frágil na qual herdou do antigo regime autoritário a armadilha do binômio da crise da dívida externa-hiperinflação.

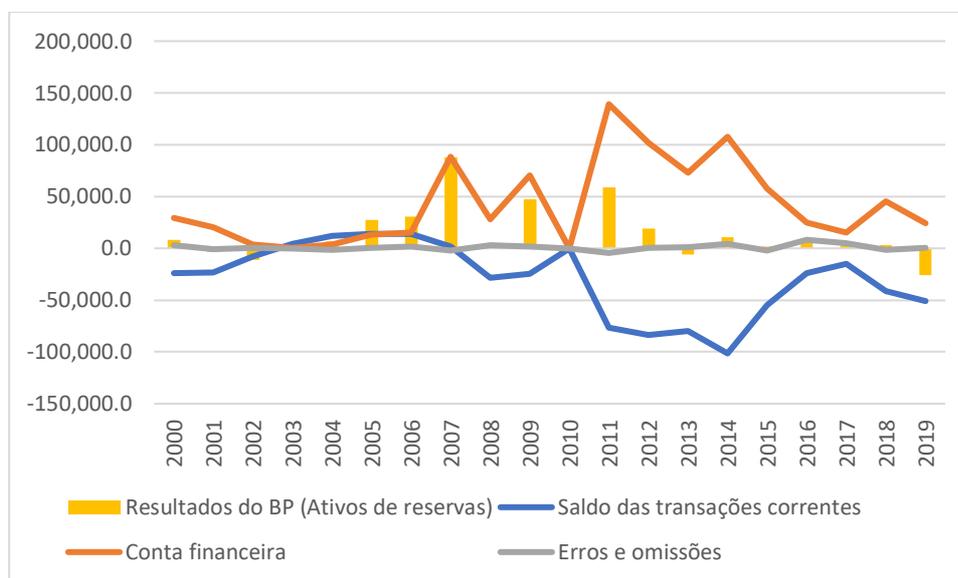
E foi durante essa mesma década que ficaram conhecidas as inúmeras tentativas de estabilização da economia através dos planos de estabilização. A situação da dívida apenas começou a melhorar quando os Estados Unidos intervieram com uma proposta de renovação da dívida externa com termos mais consideráveis ao pagamento do principal da dívida e da rolagem de juros. Pois, o governo estadunidense estava preocupado com a seguridade do sistema financeiro mundial, depois do caso de moratória da dívida do México em 1982 e da quase moratória do Brasil em 1987. Porém, a alta da inflação persistia e só seria resolvida com a volta da liquidez internacional e a adoção de medidas neoliberais preconizadas no consenso de Washington por parte de dos governos latino-americanos (PAULANI, 2012). Amaral (2012), em acordo com Paulani (2012), denomina de inserção passiva das economias dependentes no circuito financeiro correspondente à década de 1980, onde os governos se agiram passivamente aos ditames do imperialismo.

A década de 1980 pode ser compreendida como uma transição do padrão industrializante para o atual padrão exportador, especializado primário e financeirizado. As políticas adotadas por governos, sobretudo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), focaram na viabilização da inserção ativa da economia brasileira na financeirização. As medidas de abertura comercial, liberalização financeira, reformas institucionais iniciadas no governo Collor (1990-1992) fizeram parte do programa de governo de FHC e eram necessárias para o compromisso do país com as agências credoras internacionais. Em outras palavras, o compromisso de inserção subordinada do país ao novo padrão de acumulação necessitava da livre circulação do capital em busca de autovalorização, o pano de fundo da cena política da época consistia em garantir isso. O sucesso do plano real era essencial para a credibilidade do país nas agências internacionais, de maneira a conferir uma estabilidade para especulação

financeira (PAULANI, 2012). O segundo governo de FHC (1999-2002) passou por uma crise das moedas dos países menos desenvolvidos com fuga de capitais da periferia para o centro, a crise de natureza financeira ameaçou a sustentabilidade do plano Real e o câmbio, antes fixo, passou para flutuante e adotou-se o regime de metas inflacionárias, com austeridade nas políticas fiscal e monetária. A crise de fuga de capitais demonstrou que a política econômica deveria caminhar para uma contínua manutenção das reservas internacionais em dólar.

Fica nítido nesse período a característica citada por Amaral (2012), na nova etapa da dependência, e por Raposo (2018), acerca do atual padrão de reprodução do capital, na identificação da mudança de importância para equilíbrio da balança de pagamentos da conta comercial para a financeira. A economia brasileira (e a América Latina) passou a ser uma plataforma de valorização financeira e fictícia, cujo a política de juros interna alta se tornou um atrativo à entrada de capitais em procura de ganhos com a diferenciação de juros interna e externa, por exemplo, as operações de *carry trade*, onde investidores estrangeiros obtêm ganhos na contração de empréstimos em moedas com baixas taxas de juros e investem no mercado especulativo de moedas de alta taxas de juros.

Gráfico 2 – Evolução do saldo da balança de pagamentos brasileira em milhões (\$)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do FMI (2021).

O gráfico anterior nos mostra a tendência iniciada no final do governo FHC e continuada nos governos petistas de Lula (2003- 2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016) de consolidação da financeirização subordinada juntamente com a reprimarização

da pauta exportadora, um fenômeno como contraface do outro. Nota-se a trajetória deficitária do saldo de transações correntes, com exceção do período de crescimento do *quantum* e dos preços das commodities de 2002 até 2005, o que confirma a nossa tese de perda de importância da balança comercial. O saldo financeiro mostra-se tímido ainda no começo da década de 2000, porém tem sua explosão durante a década de 2010, com um brusco, mas pequeno, refluxo em 2008 no decorrer da crise do *subprime*. Tendo em vista as diferenças entre FHC e Lula, o neoliberalismo desenfreado de FHC cedeu lugar para um governo de conciliação de classes calcado no neodesenvolvimentismo. Apesar das diferenças, os governos petistas assumiram o compromisso firmado pelo seu antecessor e aprofundaram a economia brasileira na financeirização através de mais reformas institucionais (por exemplo, a reforma da previdência) e abertura financeira, ao mesmo tempo em que estimulavam a especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira.

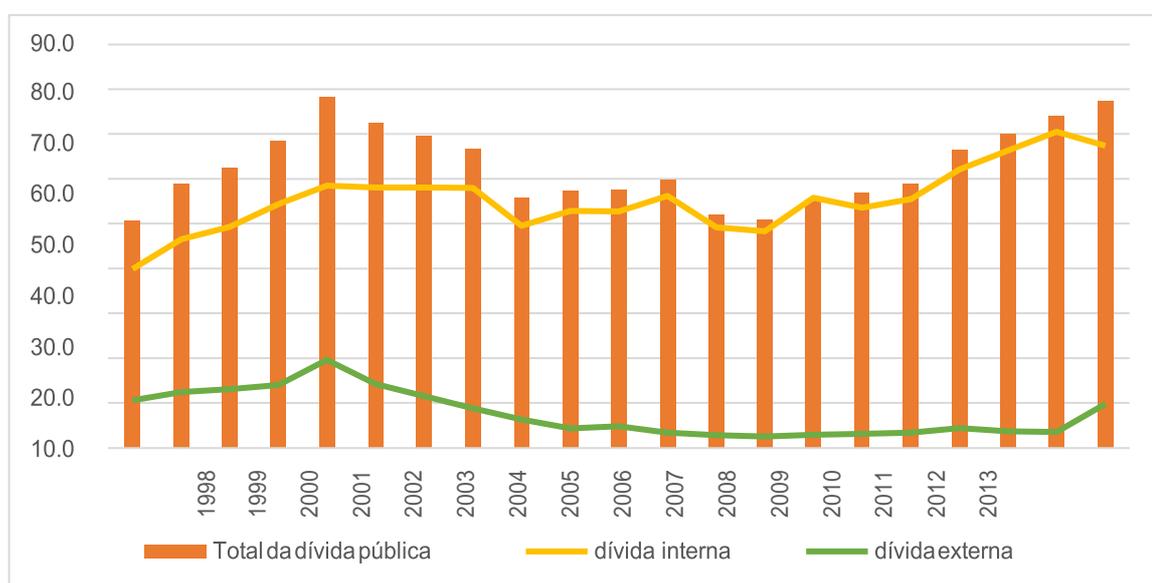
No cenário internacional temos a partir de 2008 um conjunto de políticas anticíclicas nos centros, com a finalidade de estimular o consumo e o investimento. Logo, a política monetária dos principais bancos centrais do mundo foi de reduzir a taxa básica de juros (MARQUES e NAKATANI, 2013). Antes, vale lembrar que as altas taxas de crescimento do PIB na América Latina, motivadas pelo *boom* exportações de commodities, aumentou o “apetite pelo risco” desses países, essas economias possuíam uma capacidade de solvência que asseguravam os investimentos estrangeiros. Na economia brasileira notamos maior ingresso do capital, tanto em investimento em carteira, quanto em investimento direto, pois o país possui a maior estrutura financeira da região (SOUZA, 2017). Assim, para lidar com a crise, o Banco Central estadunidense operou uma política *quantitative easing*, medida prevista para o relaxamento de ativos monetários. Assim, mesmo com uma curta retração dos capitais nos anos de pico da crise em direção a moedas mais seguras, rapidamente, devido ao excesso de capitais, eles se direcionam a periferia que, por sua vez, oferecia ganhos na especulação com altas taxas de juros.

Nessa perspectiva, o que se vê no final de 2009 para início de 2010 é uma entrada massiva de dólar nessas economias. Paulani (2012), ao se referir à inserção brasileira no circuito financeiro mundial, pontua que a sobrevalorização cambial levou a uma acentuação de uma tendência que vinha se consolidando de desindustrialização, ou seja, a desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora são consequência da sobrevalorização do dólar. Em outras palavras, para o capital o importante é a sua valorização, caso ele não precise assumir a forma de capital produtivo para atingir seu objetivo e se “autovalorizar” haverá uma fuga de capitais

da esfera produtiva para a financeira. A produção de valores de uso recai sobre a produção de bens primários, esta, por sua vez, é dinâmica devido ao papel atribuído aos países latino-americanos como fornecedores primários exportadores na nova DIT.

O Estado assume uma posição central na reprodução do capital financeirizado, principalmente quando nos referimos à dívida pública (RAPOSO, 2018). Ao contrário do discurso neoliberal que defende um *Estado mínimo*, o Estado, como já mencionado, é máximo ao capital e mínimo ao trabalho. O Estado prioriza o pagamento e compromisso do orçamento com gastos financeiros para depois, do que restar, gastar nos demais gastos e sendo uma parcela cada vez menor para áreas que afetem a melhoria da maior parte da população. No Brasil em que dos 2,8 trilhões de reais estimados para orçamento público de 2020, 1.927 bilhões são despesas financeiras (ORÇAMENTO CIDADÃO, 2020). Dentre essas despesas majoritariamente temos: 1.004, 6 bilhões para refinanciamento da dívida; 649,8 bilhões para juros e amortizações da dívida e para demais despesas financeiras 273,3 bilhões.

Gráfico 3 – Evolução do Saldo da dívida pública brasileira por participação percentual no PIB



Fonte: elaboração a partir do banco de dados da CEPAL (cepalstat).

O gráfico 3 nos evidencia a explosão da dívida interna⁹ notada principalmente a partir de 2010. Então, temos dos movimentos a entrada massiva de capitais estrangeiros via conta

⁹ Podemos notar a redução da dívida externa nos anos recentes, dívida esta que foi um problema durante a década de 1980. A partir dos anos 2000 a dívida interna passa a crescer mais do que a externa. Ocorre, pois, que os credores não são unicamente os residentes no país, bancos estrangeiros podem comprar títulos da dívida interna.

financeira a partir de 2010 e a também explosão da dívida interna nesse mesmo período. Importante destacar o cenário político por trás dessa movimentação. A sucessora de Lula, Dilma Roussef, iniciou seu mandato em 2011 e parecia ensaiar uma tentativa de um novo rumo para a economia brasileira, com uma rápida diminuição nas taxas de juros internas visando o aumento do investimento privado, ao mesmo tempo em que concedia incentivos para o empresariado brasileiro ao investimento. O plano Brasil maior foi um retumbante fracasso e a política econômica a partir de então seguiu com uma forte retórica de ajuste fiscal na finalidade da presidenta amenizar os ânimos do bloco no poder. O discurso midiático em torno da responsabilidade do governo com crescimento da dívida pública recrudescceu, então a gestão da petista cedia cada vez mais aos ditames das classes dominantes para tomada de políticas de austeridade.

Estava nítido o fim do padrão de reprodução do capital baseado na conciliação de classes, a queda na taxa de lucro aprofundava a crise com reverberações sobre o cenário político. Entrávamos na guerra de todos contra todos (PINTO *et al*, 2019), diante de uma queda da taxa de lucro, as classes dominantes planejaram repassar as perdas consequentes da crise de 2008 para a classe trabalhadora. O PT, por sua vez, perdia sua funcionalidade perante o controle das massas, como ficou nítido nas jornadas de 2013. O desenrolar do cenário político pós 2013 foram sucessivos fracassos da classe dominada, mesmo que a presidenta Dilma tenha ganhado as eleições 2014, o projeto neoliberal de seu adversário ganhou e, quando assumiu o segundo mandato, anunciou um pacote de austeridade fiscal. Mesmo assim, não parecia ser suficiente, o golpe de 2016 e início do governo Temer vieram para aprofundar o neoliberalismo com o apoio oportunista do imperialismo, onde se aproveitou do caos institucional para interferir em seu favor. Sobre o governo Bolsonaro (2019- 2022), uma brevíssima consideração, o capitão do exército continua com as reformas pretendidas por Temer lideradas pelo seu ministro da economia Paulo Guedes, o governo trabalha para o desmonte dos direitos dos trabalhadores, humanos, da população LGBTQ+, negros, mulheres e todas as minorias sociais e da classe dominada. Bolsonaro foi o último recurso usado pelo bloco no poder para garantir sua sustentação diante uma crise estrutural do capitalismo.

CONCLUSÕES E ALGUNS APONTAMENTOS

Primeiramente, concluímos, a partir do nosso arsenal teórico, que diferentemente das visões heterodoxas sobre o tema, não há como muitos teóricos sugerem uma regressão

enquanto formações econômico sociais pelo fato das economias latino-americanas se desindustrializarem. O que estamos tratando é do desenvolvimento do capitalismo que inaugurou uma nova etapa neoliberal-financeirizada da dependência. Assim, dentro da dialética entre externo-interno, se estamos tratando de uma nova etapa do capitalismo, falamos de uma nova etapa do imperialismo e, conseqüentemente, da dependência. Se existe uma mudança externa, essa transformação é internalizada, modifica o tipo de padrão de reprodução de capital aqui existente para um novo e externaliza sua inserção no mercado internacional cumprindo um determinado papel. Nesse caso, é o de exportador primário e como uma plataforma de valorização financeira e fictícia. A desindustrialização periférica nada mais é do que a expressão da acumulação de capital na estrutura produtiva dos países dependentes.

A financeirização é uma das fontes da desindustrialização e reprimarização, pois afeta o preço do dólar nas economias dependentes. Como mencionado, a conta financeira ganha o protagonismo da balança de pagamentos ao garantir seu equilíbrio, os governos agem constantemente no sentido de garantir a manutenção de reservas. Para tal, a taxa de juros em países de moeda pouco conversível, caso das economias dependentes, precisa ser alta para atrair o capital estrangeiro. Conseqüentemente ganha espaço a narrativa do bloco do poder, que também faz parte do jogo especulativo, de responsabilidade fiscal na finalidade de conter o aumento da dívida interna, cujo aumento é oriundo das altas taxas de juros. Isso não exclui a outra fonte de desindustrialização oriunda da posição que o Brasil (e por extensão a América Latina) ocupa no mercado mundial na nova DIT, cujo a sua inserção ou é como exportadora primária ou como fornecedora de força de trabalho a baixos custos.

Os dois componentes explicam o processo desindustrializante brasileiro. Acertadamente, Sotelo Valencia (2004) argumentou que a desindustrialização é o traço fundamental da atual cisão do ciclo do capital, nosso objetivo no trabalho foi mostrar as variantes explicativas do fenômeno de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora intermediada pela categoria de padrão de reprodução do capital. Primeiramente com a qualificação feita por Osorio (2012b) em seu lado da esfera produtiva e depois com a contribuição de Raposo (2018). O pano de fundo da questão é a dependência e isso não anula os postulados dos primeiros autores da TMD, mas põe o objeto de estudo sob novas determinações do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, visto o exposto, podemos fazer um apontamento de que a transferência de valor via preços – leia-se diferencial de apropriação entre capitais de distintas composições

orgânicas- não é fundamentalmente a principal maneira de se transferir valor, sendo a remessa de formas de remuneração do capital fictício que entram através da conta financeira a predominante na atual fase da dependência. Pela aparente ausência de limites para especular, as transferências tendem a ser mais acentuadas e, por isso, nos permite fazer outro apontamento: a superexploração é mais intensa. O que é nítido quando vemos a desregulamentação das leis trabalhistas e precarização do trabalho (uberização¹⁰), além do aumento da desigualdade.

Com isso, as crises no PRC atual tendem a ser frequentes e agudas (RAPOSO, 2018). A crise estrutural da qual passa o capitalismo atualmente¹¹, principalmente neste período de crise sanitária, demonstra a ofensiva do capital sobre o trabalho. As contradições estão expostas mais do que antes na história recente, sobretudo nas periferias. O número de bilionários aumentou juntamente com o número de pessoas em extrema pobreza durante a pandemia de covid-19 (OXFAM, 2022). Não seria absurdo supor que os mecanismos de superexploração estão sendo aprofundados no objetivo de frear a tendência de queda da taxa de lucro. Além disso, a outra contradição latente é o crescente divórcio da estrutura produtiva com as necessidades da população, o Brasil, mesmo tendo um dos maiores parques industriais do planeta, não foi capaz de produzir, por exemplo, uma vacina totalmente nacional contra a covid-19 ou o mesmo vale para o alto preço dos alimentos ao mesmo tempo que um elevado número de pessoas passam fome, isso num dos países que mais produzem alimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. The pattern of capital reproduction in Brazil. **World Review of Political Economy**, v. 6, p. 320-340, 2015.

AMARAL, M. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. 2018. v. 1 n. 1 (2018): **Anais** do Encontro Internacional e Nacional de Política Social.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

¹⁰ O nome uberização é em referência à empresa UBER, cujo a plataforma digital foi um dos casos mais conhecidos de precarização do trabalho pelas plataformas digitais. Os avanços tecnológicos combinados com a financeirização expandem cada vez mais as possibilidades de aumento da massa de mais-valor, o que significa o maior aumento da exploração da força de trabalho. Indicamos a leitura do artigo de Traspadini e Amaral (2021).

¹¹ Compartilhamos da tese de Miranda e Carcanholo (2020) de que a atual crise chamada pela mídia burguesa de “crise do covid-19” faz parte de uma crise estrutural do capital iniciada antes da pandemia e acentuada durante a crise sanitária.

AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho.** In: A. B. Calixtre; A. M. Biancarelli; M. A. M. Cintra. – Brasília: IPEA, 2014.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2013.

BRUNO, M. **La financiación y las reformas neoliberales del Estado em Brasil:** impactos distributivos y nuevos limites estructurales para el desarrollo. In: Tercer Seminario de Política Económica y Distribución del Ingreso, 2020, Ciudad de Mexico. El papel de la política macroeconómica y de la integración económica em los processos distributivos em América Latina, 2020.

CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista:** caráter e contradições. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.21, n. 1, jul-dez. 2011.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário uma Precisão Teórica Sobre o Capital financeiro, Característico da Globalização. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios:** Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed. P. 55, São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital Fictício e Lucro Fictícios. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios:** Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CHESNAIS, F. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios:** Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CHESNAIS, F. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. Al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DOS SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil:** da colônia à crise da nova república. – 1ed.- São Paulo: Expressão popular, 2021.

DOS SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, n. 2, p. 231-236, may. 1970.

GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial:** da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Caderno Metropolitano, maio, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, may 2009.

LAPAVITSAS, C. “Theorising Financialisation”. In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n.4, p. 618, dez, 2011.

LUCE, M. **Teoria Marxista da dependência**: problemas e categoria- uma visão histórica. – 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinária y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, p. 18-39, abr-jun, 1979.

MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. **Cuadernos de Cidamo**, Cidade do México, n. 7, 1982.

MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P.(org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a., p.134-135.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2016, p.824-825.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno CRH**, 26(67), 2013.

MIRANDA, F.; CARCANHOLO, M. D. (2020). **As “saídas” do capital para a crise do capital** (ou, o que devemos enfrentar). Mimeo.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. de Economia Política**, São Paulo, Vol.30, n.2. 2010.

OXFAM BRASIL. **Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos**. Brasil, janeiro de 2022.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, jun. 2012.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P. SCHONERWALD.; BARUCO, G. **A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Bolsonaro**. Revista da sociedade brasileira de economia política, Rio de Janeiro, v.54, setembro de 2019.

RAPOSO, B. F. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Uberlândia, 2018.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2020**. Brasília, 2019. 54 p.

SOUZA, H. **Análise dos fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e a dinâmica especulativa dos investimentos diretos (período 2000-2016)**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2017.

TRASPADINI, R.; AMARAL, M. S. . **Uber e a superexploração do trabalho**. Outras Palavras, São Paulo, 02 fev. 2021

VALENCIA, A. S. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2004.

5. O NEO-DESENVOLVIMENTISMO É UMA ALTERNATIVA PARA OS TRABALHADORES NA ARGENTINA? APONTAMENTOS SOBRE A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS GOVERNOS KIRCHNER (2003 – 2015)

Ricardo Grião da Silva¹

INTRODUÇÃO

A teoria Marxista da dependência é uma teoria econômica e política fundamental para compreender a América Latina em sua totalidade na Divisão Internacional do Trabalho. Os autores Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos tentaram compreender a realidade do continente de forma crítica. O artigo se divide em uma pequena exposição histórica da teoria, seguida pela conceituação da exploração da força de trabalho em Karl Marx e a superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini, posteriormente o artigo segue para uma breve exposição dos governos argentinos de Nestor e Cristina Kirchner (2003-2015) que são declarados geralmente como adeptos do “neo-desenvolvimentismo”, finalizando com alguns dados práticos da taxa de desemprego e da taxa de trabalhadores informais em empresas privadas de forma breve e resumida, demonstrando a validade da teoria da superexploração da força de trabalho.

A origem da Teoria Marxista da dependência está associada ao fracasso das teses sobre desenvolvimento encabeçadas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). As propostas “cepalinas” não foram capazes de levar os países latino-americanos a um grau de desenvolvimento e qualidade de vida presentes nos países centrais. Para entender esse fracasso os autores da Teoria Marxista da dependência se voltaram para o estudo da análise concreta da região.

A atuação do desenvolvimento do capitalismo na região tem uma lógica de atuação própria, ele surge da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, e sua principal função era servir como fornecedor de matérias primas para o comércio mundial (DOS SANTOS, 2000, p.24). A ideologia econômica vigente era a ideologia da teoria neoclássica,

¹ Mestrando de Pós-Graduação em Economia Política Internacional – PEPI da UFRJ.

que proclamava a existência de benefícios econômicos na divisão internacional do trabalho, segundo seus ideólogos, o progresso técnico levaria a uma divisão de maneira equitativa para todos os países, seja por meio da queda dos preços ou por meio do aumento da renda, os países deveriam apenas se especializarem na mercadoria que apresentassem melhores vantagens comparativas (PREBISCH, 1949, p. 71).

Porém, os episódios do século XXI levantaram dúvidas sobre as vantagens comparativas, durante os anos 1914-1945 ocorreram à Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial impossibilitou os investimentos diretos vindos da Europa, reduziu também a exportação de produtos primários para o mercado externo, levando a uma crise econômica para os países da América latina, e a ocorrência da grande crise de 1929 agravou ainda mais essa situação (BICHIR, 2008, p.3).

Havia a necessidade então de uma mudança na estrutura das economias da região. Não podendo ter o crescimento econômico orientado para o exterior, os países da região passaram a voltar-se para o desenvolvimento interno de suas economias. Isso vai se consolidar com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1948 (BICHIR, 2008, p.3).

O texto primordial da CEPAL é o texto de Raúl Prebisch, de 1949, chamado “O Desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais” em que o autor rompe com o pensamento neoclássico demonstrando, em linhas gerais, que existia uma tendência à deterioração dos meios de troca, entre os produtos comercializados entre os países do centro e da periferia, resultando na redução dos preços dos produtos primários exportados pela periferia, enquanto que se mantinham os preços dos produtos manufaturados importados dos países centrais, desta forma, os países latino americanos ficavam em posições muito desiguais no comércio mundial (PREBISCH, 1949, p.72; BICHIR; LAISNER, 2007, p.4).

Segundo a teoria cepalina, para romper com a dependência era necessário um projeto de desenvolvimento baseado na industrialização, a partir da substituição dos produtos industrializados importados pela produção nacional, tendo uma forte participação do Estado e das burguesias nacionais (PRADO; GOUVEA, 2014, p.2). Apesar do crescimento industrial nas décadas seguintes, a industrialização não foi capaz de romper com o subdesenvolvimento, os países desenvolvidos continuavam inalcançáveis e os países da região cada vez mais dependentes, e com isso as teses da CEPAL passaram a ser questionadas.

O pensamento político e econômico da época se debruçou para tentar compreender esse fracasso, baseando-se na realidade social e econômica da América latina, na tese de centro-

periferia da CEPAL, além da influência da revolução cubana de 1959, evento que demonstrou outros horizontes possíveis (BICHIR; LAISNER, 2007, p. 5).

A teoria da dependência surge dessas discussões, seus autores chegaram à conclusão de que nos países latino-americanos não havia uma “falta de capitalismo”, mas sim que a região estava inserida no comércio mundial em uma forma de dependência. O subdesenvolvimento não seria uma etapa do desenvolvimento, mas sim, uma parte constituinte da Divisão Internacional do Trabalho, e que são vantajosos para os países desenvolvidos. Havia então, uma divisão entre os países periféricos e os países centrais, ficando claro quando se analisava as estruturas internas, sociais, políticas e ideológicas dos países (DOS SANTOS, 2000, 27).

Segundo DOS SANTOS (2000), conforme citado por BICHIR; LAISNER (2007) O desenvolvimento dos países latino-americanos é barrado pela dependência econômica e política com os países centrais, ao mesmo tempo em que ajuda o crescimento das economias dos países desenvolvidos, enquanto que nos países dependentes da região latino americana aprofundam-se a miséria, o analfabetismo e o crescimento da desigualdade de renda.

A teoria da dependência tem duas divisões, a Teoria Marxista da Dependência composta principalmente pelos autores Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotonio dos Santos, que apresentavam ter grande influência da obra marxista; e o grupo formado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que tiveram grande popularidade e que consideravam ser possível haver algo de positivo na dependência além de não ser necessário romper com a dependência. O presente artigo pretende focar na corrente da Teoria Marxista da Dependência.

Um dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência era o economista Ruy Mauro Marini, que afirmava entre tantas coisas, que o capitalismo na região não podia ser visto como algo ainda não concretizado, mas sim, como uma parte constitutiva de uma determinada fase do capitalismo mundial; e que na região apresentava um funcionamento particular, baseado na reprodução ampliada capitalista, tanto internamente como externamente; além da incapacidade de um pacto de classes entre os trabalhadores e a burguesia, a única forma de por fim a dependência seria com uma revolução (PRADO; GOUVEA, 2014, p.3-4).

1. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1.1 A exploração da força de trabalho em Karl Marx

Para entender como o capitalismo atua na região dependente, primeiro é preciso compreender alguns conceitos importantes da teoria de Karl Marx, o artigo não se pretende fazer um amplo estudo da obra de Karl Marx, mas sim de forma sintética e resumida dos pontos mais importantes para a discussão.

O capitalismo tem como particularidade a separação dos meios de produção do trabalhador, essa separação tem origem no período nascente do capitalismo, no qual Marx chamou de acumulação primitiva, em que os trabalhadores foram separados dos seus instrumentos de trabalho, e impossibilitados de sobreviver de outras formas. Para sobreviver, restou vender a sua única mercadoria própria, que é a sua força de trabalho.

O sistema capitalista se estabeleceu na divisão entre os trabalhadores que não possuem os meios de produção e os capitalistas que são os proprietários dos meios de produção. O trabalhador vende a sua força de trabalho, que é transformada em mercadoria, comprada pelo capitalista, e que é aplicada por uma determinada quantidade de horas, resultando em novas mercadorias.

Marx destrinchou todo o processo de produção de uma mercadoria de forma metódica, o processo de produção é resultado da junção entre o capital variável (salário pago ao trabalhador) e o capital constante (meios de produção, como matérias-primas e maquinário) pago pelo capitalista, a partir disso, o processo passa pela sua fase produção, e resulta em mercadorias com características diferentes das anteriores, e que serão negociadas por capital-dinheiro em uma fatia superior da fatia inicial do processo, repondo o capital inicial despendido ao processo produtivo e resultando em um excedente que vai propiciar a possibilidade de reinício do processo em uma escala maior.

A mercadoria apresenta duas características segundo Karl Marx: a primeira é valor-de-uso, que é definida pelas diferentes propriedades de uma mercadoria; a segunda é o valor-de-troca, que é determinada pela quantidade de horas necessárias de trabalho dispendida para a sua produção. O gerador da mercadoria em valor-de-uso e valor-de-troca é a força de trabalho, só ela tem a capacidade de transformar bens naturais em produtos próprios. Entretanto, a própria força de trabalho também é uma mercadoria, e seu valor é o tempo de trabalho necessário para sua reprodução, que seria os meios de garantir sua subsistência, porém o trabalhador sempre

trabalha por um tempo muito acima do valor necessário para sua subsistência, esse excedente é apropriado pelo capitalista e é o que define a exploração. Essa diferença é a taxa de mais-valia.

A taxa de mais-valia pode ser fracionada em diferentes graus de exploração: a mais-valia absoluta que é definida pela apropriação de um total de horas de trabalho sem mudança no preço da força de trabalho, isso é conseguido a partir do rebaixamento dos salários ou prolongando a jornada de trabalho; já a mais-valia relativa é definida a partir da redução do valor das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, os exemplos principais é a redução dos preços da cesta básica, que afetam o preço da força de trabalho ou aumento do capital constante (COSTA, 2013, p.22-23). Sinteticamente, a mais-valia Absoluta esta associada ao aumento do ritmo de trabalho, a partir da diminuição dos salários ou pelo aumento da jornada de trabalho, e a mais-valia relativa que esta associada com desenvolvimento científico tecnológico.

Outro fator importante para compreender a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini é o conceito de exército industrial de reserva, que corresponde ao desemprego estrutural, isto é, a força de trabalho que ultrapassa a necessidade da produção, esses trabalhadores permanecem desempregados, e acaba por gerar uma dificuldade de reivindicações dos trabalhadores empregados, resultando no rebaixamento de salário dos trabalhadores.

1.2 A superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini

A América latina entra no comércio mundial em posição de colônia exportadora de metais preciosos e produtos exóticos, essa produção vai contribuir para que a revolução industrial surja na Inglaterra, e vai fazer com que o comércio se grave em volta desse país. É nesse momento que se constitui a Divisão Internacional do Trabalho e a dependência como uma relação de subordinação de uma nação com outra, em que sua produção é modificada ou recriada para garantir a reprodução ampliada da dependência com uma nação central (MARINI, 2000, P.4).

Para compreender essa posição da América latina na Divisão Internacional do Trabalho é preciso analisar as mudanças que ocorreram nos países centrais. A exportação de metais preciosos e matérias primas vão contribuir para a acumulação das economias industriais centrais passassem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, a acumulação passou a se basear na capacidade produtiva do trabalho ao invés da exploração do

trabalhador nos países centrais (MARINI, 2000, p.5). Porém, essa mudança tem a contradição de que não é o aumento da capacidade produtiva do trabalho que gera valor, isso acaba resultando apenas em uma maior quantidade de mercadorias produzidas, é apenas com a intensificação do grau de exploração do trabalho que se gera mais valor (MARINI, 2000, p.6).

Marini (2000) esclarece essa dinâmica como:

Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens salário (MARINI, 2000, p. 6).

Com isso, para permitir que o capitalismo nos países centrais passasse a aumentar seu capital constante e não pressionassem a taxa de lucros para baixo, foi necessária a importação de alimentos e matérias primas dos países latino-americanos, contribuindo para a redução do valor do capital variável, que são os gastos com salários pagos aos trabalhadores e reduziu também o valor do capital constante que são as matérias primas nos países centrais (MARINI, 2000, apud SOBRINHO, 2017, p.555). Na América latina o resultado foi exatamente o contrário, o baixo nível da capacidade produtiva do trabalho continuou, com o emprego extensivo e intensivo da força de trabalho, além da produção de produtos agropecuários e extrativistas, voltados para a exportação.

Entretanto, como isso se conforma internamente na economia latino-americana? Na economia latino-americana, Isso acabou levando que, ao invés de tentarem romper com essa diferença na troca desigual, se tentou compensar essa diferença com uma maior exploração do trabalhador na região (MARINI, 2000, p.11).

Há três mecanismos de exploração do trabalhador na região segundo MARINI (2000):

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de

acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000, p.11).

Então, a superexploração nos países dependentes é baseada na intensidade do trabalho, na prolongação da jornada de trabalho e na expropriação de um valor maior que o trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho. Resulta também, na falta de intensão de desenvolver as capacidades produtivas na região, que acaba por se pautar na maior exploração do trabalhador, isso é visto na forma da produção da agricultura e da indústria extrativista, em que a ação do trabalho pode aumentar a riqueza produzida sem o capitalista aumentar o capital investido (MARINI, 2000, p.12).

Nas três formas, as condições para o trabalhador repor sua força de trabalho são negadas, a intensidade e o prolongamento da jornada de trabalho faz com que uma quantidade maior de força de trabalho seja usada, podendo levar a exaustão; e a expropriação de um valor acima do trabalho necessário para repor sua força de trabalho, faz com que seja suprimido o consumo até um nível menor que o mínimo aceitável para manter e reproduzir a força de trabalho dos trabalhadores (MARINI, 2000, p.13).

Para compreender o ciclo do capital na economia dependente é preciso analisar as partes constituintes do processo de produção de uma mercadoria, que são as partes da primeira circulação, a produção e da segunda circulação de Marx, e relacioná-la com a sua atuação na América latina, realizada por Ruy Mauro Marini.

Primeiramente, na primeira fase de circulação na economia dependente, a origem do capital dinheiro pode vir de três formas: pelo capital privado interno, pelo investimento estatal e pelo capital estrangeiro, este último tem a característica de não se mover apenas para o sentido interno da economia, no final do processo produtivo ele passa a ter o sentido inverso, fazendo com que parte da mais-valia seja enviada para o exterior, isto acaba por influenciar a economia dependente nos períodos de expansão ou recessão, resultando em uma maior submissão ao mercado exterior (MARINI, 1979, p.40-41). Ocorre também no processo de compra da força de trabalho e dos meios de produção, o fato de que boa parte dos meios de produção é proveniente do estrangeiro como máquinas e equipamentos, além do pagamento de assistência técnica e royalties, fazendo com que parte dos investimentos seja vinculado com o mercado internacional (MARINI, 1979, p.46-47).

Em seguida, na fase de produção, as empresas estrangeiras ou vinculadas com o capital estrangeiro apresentam maior facilidade para conseguir maquinário com tecnologias mais avançadas, que fazem com que se reduzam os custos de produção, porém, realiza a venda em

um preço igual à de uma mercadoria de uma empresa nacional que não possui tal vantagem, isto resulta em uma mais-valia extraordinária para as empresas vinculadas ao capital estrangeiro além de que essas empresas reinvestem cada vez mais na economia dependente, atingindo posições de dominância (MARINI, 1979, p.48).

Para as empresas pequenas e médias, incapazes de competir, foi necessário transferir parte de sua mais-valia para as empresas monopolistas, necessitando buscar uma contraparte para compensar essa perda, no seu processo produtivo.

MARINI (1979) explica isso como:

Esta reação consiste em que, dada a crescente drenagem da sua mais-valia, e face ao sempre aumento da produtividade, se aumenta a impossibilidade de tê-la mediante aumento da produtividade do trabalho, estas empresas médias e pequenas tentarão recompor a sua quota de lucro pelo aumento da parcela da mais-valia, obtida à custa de — sem variação significativa da produtividade— extrair mais trabalho não remunerado de seus trabalhadores. Isto só é possível se (excluída a intensidade do trabalho, a jornada de trabalho for prolongada e / ou o salário do trabalhador for simplesmente rebaixado à força, sem que esta redução salarial corresponda a um rebaixamento real da força de trabalho. Em todos estes casos, a mão-de-obra está sendo paga abaixo do seu valor e, conseqüentemente, há uma superexploração dos trabalhadores (MARINI, 1979, p.49).

Como as empresas monopolísticas realizam a venda em um preço igual ao das empresas nacionais, elas também remuneram a força de trabalho abaixo de seu nível.

Para que se possa sustentar a superexploração dos trabalhadores, foi necessário para o capitalismo dependente, que a classe trabalhadora estivesse em uma situação de extrema desvantagem, dificultando a possibilidade de reivindicações para que compensem o desgaste de sua força de trabalho. Neste caso, os capitalistas contam com o exército industrial de reserva, que são trabalhadores em condições de trabalhar, mas que não estão empregados no processo produtivo, seja de forma permanente ou temporária, isto resulta em uma imposição sobre o mercado de trabalho, ameaçando os trabalhadores que estão empregados e que temem perder seus empregos (MARINI, 1979, p.50).

O exército industrial de reserva nos países dependentes tem um efeito acentuado, pois os países dependentes apresentam taxas populacionais maiores, além da utilização de novas técnicas de produção, que são baseadas para países de mão de obra relativamente escassa e que apresentam níveis de maior produtividade, nos países dependentes, as novas tecnologias fazem com que a capacidade de empregar mais mão de obra seja reduzida (MARINI, 1979, p.51).

Por último, a segunda fase de circulação, na qual a mercadoria é vendida no mercado para se converter em capital dinheiro, as mercadorias resultantes do processo produtivo podem

ser divididas em três funções, sendo elas: os bens de consumo necessário, os bens de consumo suntuário e os bens de capital. Os bens de consumo necessário são os bens consumidos pelos trabalhadores e capitalista, e que são fundamentais para reposição da força de trabalho e por isso também definem o valor da força de trabalho; os bens de consumo suntuários são bens que não são frequentemente consumidos pelos trabalhadores, o principal exemplo são os automóveis; e os bens de capital, que são as matérias primas, os bens intermediários e as máquinas, que apresentam a característica de serem mercadorias que suprem a produção de outros bens de capital mais avançados, e que não são para o consumo dos trabalhadores. A superexploração na fase de produção faz com que os trabalhadores sejam remunerados em um nível abaixo do mínimo necessário para recompor sua força de trabalho, resultando em um mercado consumidor interno da economia dependente muito limitado para consumir a produção interna, além de que os trabalhadores que geralmente ganham salários maiores (trabalhadores qualificados, técnicos, etc...) tenham os seus salários frequentemente pressionados para baixo (MARINI, 1979, p.52).

Do lado do lucro, uma parte é destinada ao exterior a partir de variados mecanismos de transferência de mais-valia. Enquanto que, a mais valia que fica no país dependente se divide em dois destinos: uma parte depois de passar pelas conversões de lucro, juros entre outras coisas, e regressa ao processo produtivo; e a outra parte é destinada para o consumo improdutivo dos capitalistas e da classe média do país dependente (MARINI, 1979, p.53).

Essa segunda fase de circulação faz com que na economia dependente a produção se oriente para se separar das necessidades do consumo da massa de trabalhadores, isto fica evidente na falta de dinamismo das empresas que produzem para consumo popular internamente, enquanto que as empresas de produtos de luxo ou de bens de capital apresentam grande dinamismo (MARINI, 1979, p.53). Essa limitação do mercado interno, em que não é tão importante o consumo dos trabalhadores dos países dependentes, resulta em uma situação que exportar a produção se torne a aspiração dos capitalistas, que progressivamente procura realizar a circulação fora do país dependente.

MARINI (2000) explica a dicotomia entre a produção e a circulação nos países dependentes em:

[...] Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. [...]

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de maisvalia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2000, p.17).

Deste modo, nos países dependentes, há uma separação entre a esfera de produção e a esfera de circulação, as mercadorias produzidas internamente no país dependente tem a exportação como propósito, não sendo necessário para o capitalista no capitalismo dependente romper com a superexploração, o que resultaria em remunerar os trabalhadores com o mínimo necessário para reproduzir a sua força de trabalho e por consequência, criar um mercado consumidor, o capitalista nos países dependentes opta pelo sacrifício do consumo individual dos trabalhadores e o aprofundamento da superexploração.

2. O NEO-DESENVOLVIMENTISMO NA ARGENTINA

No final do século XX, ocorreram eventos que alteraram drasticamente o sistema internacional. Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, e a propagação do “Consenso” de Washington encabeçada pelos Estados Unidos, há uma nova configuração da ideologia dominante, agora chamada de neoliberalismo, essa nova ideologia propagava uma cartilha de abertura comercial, redução de gastos públicos, destruição dos direitos trabalhistas, privatização de empresas estatais e austeridade fiscal.

Essa cartilha foi seguida pelos países da região latino-americana, colocando-se como o único caminho a seguir, principalmente na Argentina, aonde era vista como indiscutível, apesar de grandes manifestações dos trabalhadores durante o período. Entretanto, com as crises financeiras consecutivas no final dos anos 90, esse modelo neoliberal foi confrontado (COLOMBINI NETO, 2016, p.401).

Nesse período surge dentro dos partidos de centro-esquerda, a ideia de pôr em prática um projeto que tentava resgatar a teoria do desenvolvimento como uma alternativa ao neoliberalismo, baseada em partes na teoria do desenvolvimento anterior de base “cepalina”, mas com algumas atualizações, autoproclamada de “Neo-desenvolvimentismo”. Os governos que mais foram influenciados foram os governos de Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, entre 2003 e 2015, que tentaram pôr em prática essa nova estratégia para o desenvolvimento. O artigo

se propõe a comentar brevemente sobre a aplicação do “neo-desenvolvimentismo”, não esgotando o debate sobre, que pode ser bastante prolífico.

KATZ (2016) explica como se deu na prática o “neo-desenvolvimentismo” nos governos Kirchner, dividindo em períodos, com o primeiro (2003-2007), atingindo melhorias substanciais:

Os esquemas tentados na Argentina conseguiu certa efetividade na fase inicial do governo kirchnerista. Durante esse período (2003-2007), foram reunidas as condições para conseguir alto crescimento com baixa inflação e recuperação do emprego. As políticas neodesenvolvimentistas introduziram um terceiro ingrediente aos fundamentos objetivos desse ciclo. O primeiro determinante, legado pela crise de 2001, foi a desvalorização dos salários e a consequente recomposição da rentabilidade. O segundo motor da expansão foi a valorização internacional das agroexportações. As iniciativas neodesenvolvimentistas introduziram mudanças na administração do Estado e uma nova arbitragem entre grupos dominantes. (KATZ, 2016, p.185).

Este esquema conseguiu fazer com que houvesse superávit fiscal primário, altas taxas de câmbio, políticas assistencialistas e expansão do consumo dos trabalhadores, todavia, manteve boa parte das políticas econômicas do esquema anterior, submeteu-a reindustrialização a lógica imperante da exportação de matérias-primas, além de atender aos setores capitalistas mais internacionalizados (KATZ, 2016, p.2016).

Porém, a partir de 2007 esse plano econômico passa a se deteriorar, o governo tenta a partir de políticas econômicas para manter o crescimento, porém não foi suficiente, como demonstra KATZ (2016):

Em 2007-2010, começou a inflação e o crescimento estancou. O modelo persistiu com os novos estímulos proporcionados pela introdução de uma renda mínima universal e a estatização dos fundos de pensão. Com essas medidas tentou-se sustentar um esquema já ameaçado pelo desgaste de suas principais variáveis. Esses desequilíbrios emergiram com força a partir de 2011. A inflação intensificou-se, a produção estagnou, o déficit fiscal reapareceu e falharam todas as iniciativas postas em prática para reverter a queda. O controle de câmbios, a pesificação e a expansão da emissão de moedas não atenuaram a ruptura do modelo. No início de 2014, ressurgiram finalmente as tensões clássicas da economia argentina que conduziram a repetidas debacles do passado (KATZ, 2016, p.186).

Com a crise que se intensificou, o “novo-desenvolvimentismo” na Argentina se exauriu, pois não foi capaz de solucionar o motivo que gerava o subdesenvolvimento, não se rompeu com a superexploração. Além disso, os governos Kirchner passaram a aplicar políticas de austeridade para tentar conter a crise inflacionária, que evaporava os salários, as aposentadorias e os programas de gasto social. Durante os últimos anos, o governo argentino

tentou várias medidas econômicas restritivas, como corte de subsídios de transporte e energia que impactou diretamente a população mais pobre; elevou-se a taxa de juros e encareceu o crédito que resultaram no estrangulamento do consumo, resultando também no estancamento na geração de empregos (KATZ, 2016, p.190).

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO NA ARGENTINA

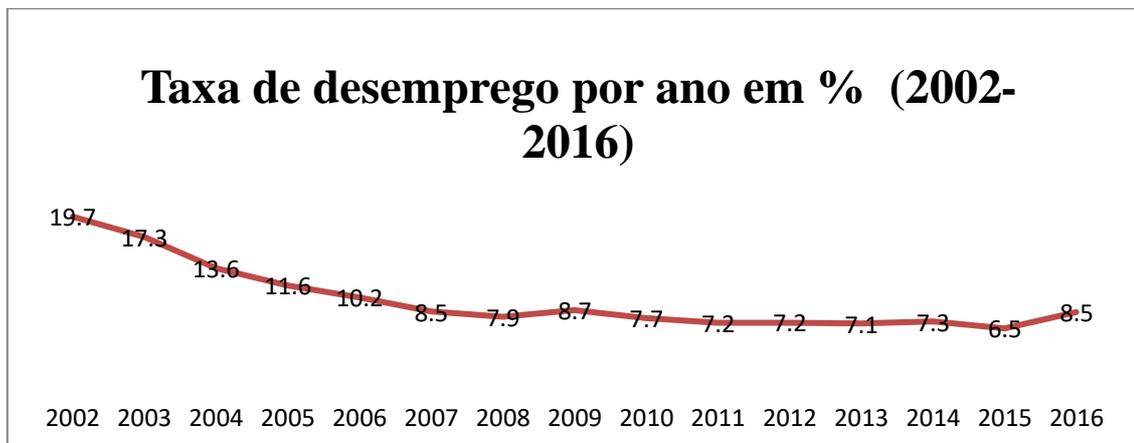
A intenção final desse artigo é analisar empiricamente a situação do trabalho dos trabalhadores argentinos durante os governos Kirchner, de 2003 até 2015. Não será possível uma análise completa que esgote totalmente o debate sobre os governos Kirchner, a intenção é apresentar alguns apontamentos de forma breve para que possam ser analisados.

Para tentar mensurar a superexploração, principalmente o efeito no exército industrial de reserva, serão usados dados da evolução da taxa de desemprego e a informalidade, essa última auxilia a estimar o número de trabalhadores precarizados, e que são conseqüentemente mais superexplorados.

O exército industrial de reserva é uma das peças primordiais do sistema capitalista, tendo a função de pressionar o mercado de trabalho e por conseqüência, os trabalhadores, para que não reivindiquem melhores remunerações ou melhores condições de trabalho.

O gráfico 1 demonstra que os governos “neo-desenvolvimentistas” de Nestor e Cristina Kirchner conseguiram diminuir a taxa de desemprego, que no período anterior marcado pelo auge da ideologia neoliberal, e com as crises econômicas, estava em 19,7 % em 2002 até o nível próximo de 7%, e conseguiu manter essa média de 2008 até 2015, entretanto, em 2016 já em um governo diferente (no caso o governo de Mauricio Macri) a taxa de emprego começa a subir.

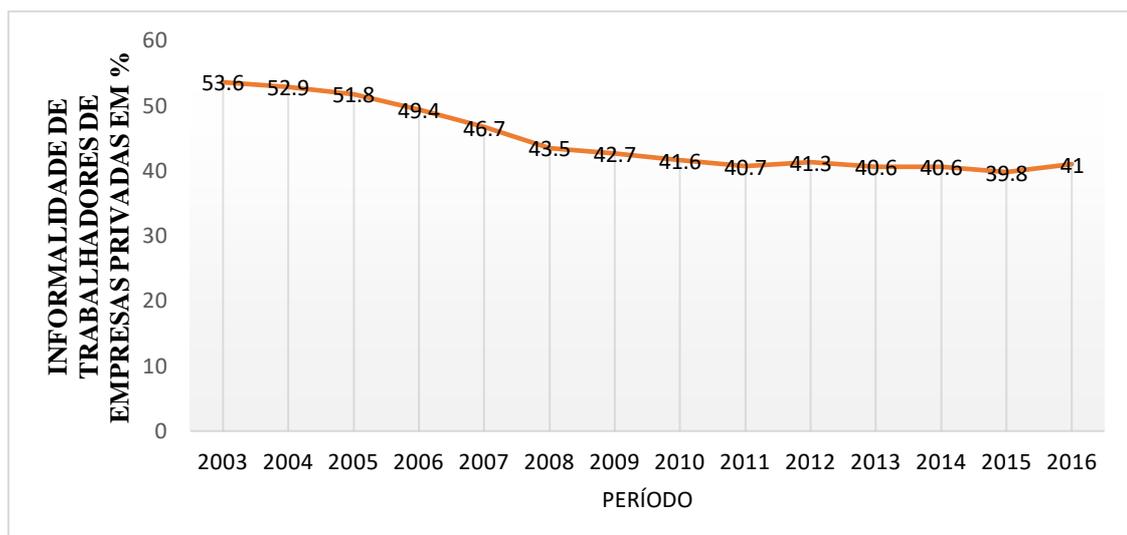
Gráfico 1 – Taxa de desemprego por ano na Argentina (2002-2016).



Fonte: CEPALSTAT - Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas, autoria própria, 2022.

Já o gráfico 2 podemos conferir o número de trabalhadores sem carteira assinada em empresas privadas, na informalidade, em que o período anterior de 2002 era bastante alto com 53,6% de trabalhadores na informalidade, e com os governos Kirchner apresentou uma queda até 41,6% em 2010, e ficar próximo dessa média percentual até o final do governo. É curioso notar que apesar da queda, essa taxa continua bastante alta, basicamente a cada 10 trabalhadores, 4 seriam informais.

Gráfico 2 – Informalidade dos trabalhadores na Argentina (2002-2016).



Fonte: FIGURAS - Informalidad laboral en Argentina, autoria própria, 2022.

Os trabalhadores na informalidade estão sujeitos a uma situação ainda mais crítica, até os poucos direitos trabalhistas lhe são negados, como a probabilidade de receberem salários

menores que o salário mínimo, não ter pagamento de férias e não ter nenhum resguardo para acidentes de trabalho, enquanto que o empregador não tem que contribuir com a previdência ou assumir custos em uma demissão. É importante frisar que apesar do emprego formal não garantirem uma vida aceitável nos países dependentes, ainda é uma condição melhor do que o mercado informal ou o desemprego.

Por último, é importante destacar que apesar de uma melhora relativa na condição dos trabalhadores durante os governos Kirchner, as taxas de desemprego e principalmente a alta taxa de trabalho informal continuaram altas, demonstrando a incapacidade do modelo “neo-desenvolvimentista” de resolver a posição da economia dependente, e que esses dados são expressões da condição estrutural da superexploração da força de trabalho na Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria marxista da dependência é uma teoria fundamental para entender a realidade argentina, é preciso resgatar os seus autores, estes que se debruçaram sobre a realidade latino-americana. Resgatá-los não significa analisar de forma dogmática, mas sim, de forma crítica e reflexiva sobre a realidade atual.

Na Argentina, país dependente, que se localiza na periferia do mundo, a validade da teoria marxista da dependência é tamanha que a superexploração estrutural se evidencia no reduzido salário dos trabalhadores e no enorme exército industrial de reserva. Durante os governos Kirchner, não se rompeu com a dependência e a superexploração, nem era a escolha programática do governo, buscou-se tentar amenizar os efeitos do capitalismo dependente com a redução do desemprego e com o aumento do número de trabalhadores empregados com carteira assinada. Estes fatos criaram uma ideia de que seria possível uma visão social em um país dependente, entretanto se mantiveram políticas macroeconômicas dos períodos neoliberais, além da regressão de sua pauta exportadora, entre outras coisas.

Podemos concluir que a tentativa daquilo que foi chamado de “neo-desenvolvimentista” para se definir as políticas econômicas do governo Kirchner falharam, e que o desenvolvimento do subdesenvolvimento continuou avançando, mesmo um governo com um projeto com teor social não é capaz de romper com a dependência e a superexploração.

REFERÊNCIAS

BICHIR, Maíra Machado; LAISNER, Regina C. **O subdesenvolvimento econômico da América Latina Sob a perspectiva da Teoria da Dependência**. Projeto de pesquisa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2007.

CEPALSTAT. **Pesquisa de taxa de desemprego de Argentina**. Disponível em <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

COLOMBINI NETO, Iderley. Auge e declínio do "neodesarrollismo" argentino. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 2, 2016.

COSTA, Arland Tássio de Brichard. **A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

DO NASCIMENTO, Carlos Alves; DILLENBURG, Fernando; SOBRAL, Fábio Maia. **A (super)exploração da força de trabalho em Marx e Marini**. 2012.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Editora Insular, 2020.

FIGUERAS, Alberto et al. **Informalidad laboral en Argentina: el rol de aspectos jurisdiccionales sobre la persistencia de la problemática**.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **El ciclo del capital en la economía dependiente**. Mercado y dependencia, 1979.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Editora Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Pensata**, Dossiê o papel da teoria marxista da dependência no pensamento social latinoamericano, vol. 3, no 1, 2013.

PRADO, Fernando Correa; GOUVEA, Marina Machado. “Dependência (verbete)”. **Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. Expressão Popular, 2014.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. CEPAL, 1949.

SOBRINHO, Maria Goreti Juvencio. O mecanismo da superexploração da força de trabalho e a crise estrutural do capital. **Rebela**, v. 7, n. 3, 2017.

6. ENTRE FRAGILIDADES E VIABILIDADES: A INSERÇÃO DE CABO VERDE NO SISTEMA-MUNDO

Mariana Herreira Gonçalves Pertile¹

INTRODUÇÃO

No presente século XXI, observa-se uma constante reconfiguração das relações nas mais diversas escalas. Elas são invadidas pelas estratégias econômicas que varrem suas tessituras, lhe atribuindo novos significados conforme sua demanda. Essa característica representa o sistema capitalista vigente em sua mais genuína essência, com orientação para seu interesse: dinheiro gerando dinheiro (HARVEY, 2013).

O espaço geográfico, nesse sentido, é base material da realização dessas transformações. É a partir dele e de sua (re)produção que o sistema conseguirá enfrentar momentos de crises, estabelecendo “nova base material para o próximo ciclo de circulação” (MARX apud HARVEY, 2013, p. 340). Sua manifestação reside no que Neil Smith (1988) chama de “movimento em vaivém”. Nele, o capital vai em direção onde terá a maior taxa de lucro, e simultaneamente provoca o subdesenvolvimento de áreas para as quais não se direciona. Contudo, seu caráter cíclico aduz a diminuição dessa taxa, expressando a necessidade de se voltar para uma área subdesenvolvida, para mais tarde retornar a área inicial e assim sucessivamente.

O debate levantado promove o interesse de como os Estados respondem frente a essa lógica. Por certo, suas (re)ações dispõe das mais diversas estratégias buscando uma inserção nesse sistema. Nesse sentido, o presente trabalho coloca no centro Cabo Verde. Sendo este um país insular, localizado na costa ocidental do continente africano, Cabo Verde teve sua independência tardia em 1975, e com isso, teve que buscar por alternativas para superar suas limitações físicas. Com esse contexto, a política externa, entendida como o conjunto de ações postas frente a outros Estados, visando o alcance de interesses nacionais (WILHELMY, 1988), se demonstra um conceito chave para a compreensão dessa inserção. Isso ocorre frente ao estabelecimento de uma imagem de credibilidade, a partir de um posicionamento diplomático,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: mariana.herreira@gmail.com

que visa a atração de investimentos que beneficiem o desenvolvimento do país.

Assim, visando atender a esse objetivo, a primeira parte do presente artigo visa contextualizar o surgimento de Cabo Verde, enquanto nação, no Sistema-Mundo. Para isso, é feito um breve resgate histórico, com maior enfoque sobre o momento de sua independência e seus debates internos. Já na segunda parte, é feita uma análise das formas de integração a esse sistema adotadas por Cabo Verde. Para respaldar essa análise, dispõe-se de dados levantados no Instituto Nacional de Estatística e no Banco de Cabo Verde, relacionados a comércio exterior e investimento direto estrangeiro. A partir disso, são identificados três caminhos de integração adotados: Europa, CEDEAO e PALOP.

1. A COMPOSIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA TARDIA CABO-VERDIANA

Cabo Verde é um país localizado na costa ocidental do continente africano constituído por 10 ilhas e 5 ilhéus principais. Sua localização no Atlântico Sul permitiu com que se estabelecesse enquanto um ponto de interseção entre os continentes europeu, americano e africano. É atribuída a António da Noli e Diogo Afonso a sua descoberta e o início de sua ocupação em 1462 na Ilha de Santiago² – sendo dividida em duas capitânias. Assim, o interesse em sua posição estratégica para as rotas ultramarinas permitiu o processo de povoamento através da concessão de privilégios (sobretudo incentivos comerciais) de forma a atrair colonos (BRITO e SEMEDO, 1995). Ainda assim, internamente aplicava-se a pastagem e a exportação de pele (sendo a posse das terras destinadas aos colonos portugueses), porém sua economia era dependente de recursos externos. Dessa forma, foi necessário levar pessoas da costa vizinha para o trabalho nas terras. Sendo um ponto de interseção de rotas marítimas, o fluxo de pessoas de diferentes lugares permitiu o contato com diferentes costumes e culturas, o que influenciou também aqueles que residiam nas ilhas. Dessa forma, a constituição de seu povoamento pode ser posta em três principais grupos: africanos livres, africanos escravizados e europeus (COSTA, 2018).

Contudo, a presença europeia em Cabo Verde sofreu uma queda no século XVII com a Crise Geral que assolou a Europa em transição da economia feudalista para a economia capitalista. Com a “fuga dos homens brancos e da moeda” (BRITO e SEMEDO, 1995, p. 75),

² Autores como Brito e Semedo (1995), Madeira (2015) manifestam a possibilidade de ter comunidade instaurada antes da chegada dos portugueses. Os Jalofos seriam uma comunidade que teria fugido do continente e se instalado na ilha.

as funções administrativas eram assumidas pelos mulatos.

Por outro lado, ainda que possua localização oceânica, seu clima tropical característico é seco (árido e semiárido), apresentando chuvas irregulares e concentradas, o que acaba influenciando economicamente a partir do condicionamento da agricultura (BRITO e SEMEDO, 1995). Tais fatores contribuíram para a situação de pobreza e crises de fomes que sucediam nas ilhas. Com essa situação, muitos residentes emigraram (a princípio para a América do Norte devido a oportunidade de contratação em navios baleeiros), compondo uma comunidade da diáspora que prosseguiu ao longo dos anos.

No século XX, a emigração de cabo-verdianos para Lisboa e outras capitais europeias ganha maior expressão, principalmente dentre a parcela intelectual nativa. Isto promoveu a renovação de conteúdos e técnicas que chegam ao território cabo-verdiano. Desse modo, desponta as bases do nacionalismo que confronta e denuncia a situação de abandono, pobreza e injustiça vivenciada nas colônias.

A formação da identidade de Cabo Verde possui então em sua gênese a característica de miscigenação, não se distanciando por completo do colonizador. Sua luta por independência é marcada pelo contexto português de isolamento, como aponta Ribeiro (2003, p. 20):

“O Estado Novo, instalado no poder na sequência do golpe militar de 1926, vai dar corpo político, social e económico ao movimento de regresso a um universo português ruralista e socialmente arcaico, determinando uma política nacionalista (apelativa da tradição, da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional) e opondo-se a movimentos internacionais, o que justificava o afastamento sucessivo de Portugal dos centros europeus de decisão política.”

Tal situação foi agravada com a Guerra Colonial, considerada como “epicentro do abalo” (SECCO, 2004, p.8), – travada a fim de evitar a independência de suas colônias –, com os primeiros episódios despontando na década de 60 em Angola. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, o movimento de libertação foi liderado por Amílcar Cabral (líder do PAIGC - movimento partidário binacional). Este cenário acabou mobilizando desvio do orçamento português para o seu combate, que por conseguinte agravou a crise política e social, culminando nos eventos do dia 25 de Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Nela, oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) tomaram o poder, e puseram fim ao regime ditatorial, bem como acarretou em uma mudança na visão portuguesa enquanto um Império Colonial a “país criador de novas nações” (LOURENÇO, 1984, p. 26 apud RIBEIRO, 2003, p. 27).

Nesse contexto, o movimento de independência de Cabo Verde se deu em um campo plural de projetos políticos. Destacam-se o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) e União Democrática Cabo-verdiana (UDC). O primeiro detinha reconhecimento pela ONU como representantes legítimos de Cabo Verde, além do apoio do MFA e do PS (Partido Social Português – compôs o governo pós-Revolução dos Cravos) para a transição de poder (PEREIRA, 2013). A interlocução com Portugal somado ao apoio social levaram o PAIGC a assumir, assim os dirigentes da UPICV e UDC deixaram as ilhas antes mesmo do fim da negociação com Portugal, reaparecendo décadas mais tarde com seus ideais, influenciando novos partidos e organizações (FURTADO, 2016). Em 05 de Julho de 1975, foi publicado em seu primeiro Boletim a proclamação da independência de Cabo Verde com a Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE):

“Artigo 1º. A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente na nossa Sociedade.”

Assim houve a determinação do monopartidarismo, bem como as funções e a organização jurídico-política. Para além do fim do colonialismo, esperava-se que a independência permitisse o desenvolvimento de autonomia e cidadania, diferente do cenário marcado pela colonização.

Dois anos após a independência, instaura-se uma crise interna no PAIGC colocando em conflito duas alas: “trotskistas” (defendia um regime político pluralista) e “combatentes” (atuantes na direção do partido e do Governo). Embora o marxismo tenha sido a corrente predominante no partido, havia ideologias divergentes que foram postas em segundo plano em prol da luta pela libertação. Porém, com a inviabilização de contestações dentro e fora partido, muitos acabaram abandonando o partido, tendo os “combatentes” ganhado a disputa política interna.

Para mais, as divergências não se restringiram à ala cabo-verdiana, mas atingiu também a relação com os guineenses. Logo, mesmo com o falecimento de seu líder Amílcar Cabral em 1973, buscou-se manter um sentido de unidade política binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Contudo, os conflitos e desconfianças foram intensificados à medida que Cabo Verde assumia uma posição mais favorável devido à formação superior de seus dirigentes e administradores – isso promoveu sua visibilidade dentro do partido e no exterior. Em

novembro de 1980, a Guiné-Bissau sofreu um golpe de estado, visando o reajuste na luta pela libertação e pondo fim a união binacional (PEREIRA, 2013). Assim em janeiro de 1981, o PAIGC transformou-se em Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

A reivindicação pelo fim do regime monopartidário reuniu críticos do regime político vigente, grupo composto das comunidades cabo-verdianas presentes no exterior (principalmente em Portugal), sobretudo dos intelectuais que estudaram e se formaram no exterior, antigos militantes do PAIGC. A década de 80 foi marcada por ações e denúncias em contestação ao regime vigente em Cabo Verde. Com oposição crescente e o fraco desenvolvimento econômico, o regime adotou algumas reformas políticas de forma a tentar conter os movimentos.

Entretanto, na década de 90, as mudanças no cenário internacional em defesa da abertura não somente partidária, mas também econômica, pressionaram o regime cabo-verdiano que, com sua economia dependente de ajuda externa, não conseguiu outra saída a não ser iniciar a instalação de um regime político multipartidário. Assim, já nas eleições de 1990 houve adesão de outros partidos nas eleições legislativas. Em vista disso, os "trotskistas" reaparecem na cena política através do Movimento Para a Democracia (MPD), e mesmo com sua fundação meses antes das eleições, conseguiram derrubar o PAICV nas eleições.

Dentre os principais objetivos, encontrava-se a democratização e o desenvolvimento do país, para isso houve a elaboração de uma nova Constituição sob princípios de “soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos – art. 2º, ponto 1” (PEREIRA, 2013, p. 74). O projeto social cabo-verdiano, sobretudo a sua identidade nacional, foi uma questão central no panorama político interno. Não obstante, percebe-se uma ambiguidade em sua prática – um dilema entre aproximação e distanciamento – pois, se por um lado há uma vertente significativa no tocante emocional da população, há por outro lado, um apelo cultural ao ocidente (principalmente a Europa). Essa visão acaba por ser incluída nas estratégias de sua política externa, o que será explorado a seguir.

2. AS ABORDAGENS DE INTEGRAÇÃO AO SISTEMA-MUNDO

Mediante a história de ocupação e independência de Cabo Verde, percebe-se que a característica marcante em sua formação é o contato com os mais diversos povos e culturas. Ao se deparar com limitações no que tange à disposição de recursos naturais e às condições

favoráveis à desertificação, a comunidade que em seu território permaneceu passou por um processo de compartilhamento de técnicas e conhecimentos, aplicando-as e pelejando por sua sobrevivência. Assim, a origem de sua identidade é

“imbuída de significados simbólicos, instituidora de uma identidade peculiar que tem origem na adaptação e assimilação de elementos europeus e africanos. O facto de o cabo-verdiano não “ser europeu, nem africano”, constitui a base da identidade cabo-verdiana que recebeu os elementos, mas não os copiou.” (MADEIRA, 2015, p. 58-59)

Para mais, sua originalidade reside no processo gradual de assimilação e adaptação de culturas e conhecimentos diferentes, mas que no decorrer dos anos convergiram e resultaram na cultura cabo-verdiana. Tal encontro entre “dois mundos” (Europa e África) presente em Cabo Verde acaba moldando como o país estabelece suas relações na contemporaneidade. Nesse sentido, é importante primeiro desenvolver as condições em que elas ocorrem, para isso têm-se a concepção de Sistema-Mundo concebida por Immanuel Wallerstein. Para o autor, o Sistema-Mundo abarca uma esfera a qual sua expansão econômica se dá de maneira constante, porém produz resultados que não são redistribuídos de forma equilibrada (WALLERSTEIN, 2002). Sua organização ocorre de forma hierárquica na qual os objetos não são independentes uns dos outros – sendo assim não podem ser dissociados –, garantindo assim a exploração de um grupo sobre o outro. Sobre os grupos presentes nessa relação depara-se com: o centro, periferia e semiperiferia. A sua diferenciação, ainda que não seja fixa – mediante as constantes modificações – possui uma base territorial, de maneira que as relações não somente na escala entre países, mas também entre homem e meio, funcionam sob o ponto de vista sistêmico. O interesse reside no atendimento à demanda e ao ritmo que é posto, o que por sua vez instaura um cenário de competitividade e busca por inovações. Enfrentando uma corrida contra o tempo, o processo é de movimento contínuo de acumulação e reinvestimento do capital, buscando criar condições para a sua (re)produção (SMITH, 1988). Quer dizer que a todo momento há a desvalorização de elementos para que ocorra a valorização de novos. E dessa forma também estão inseridas as crises que ao mesmo tempo que provocam falências, fusões, elas preparam o terreno para que novos investimentos e uma nova fase de expansão do capital possa ser colocada em prática.

Ao se encontrar na periferia do Sistema-Mundo, Cabo Verde teve que recorrer aos instrumentos disponíveis em seu horizonte. Frente às limitações apresentadas no início, a

atuação e desenvolvimento de sua política externa tornou-se fundamental para sua articulação com o sistema internacional ao privilegiar a diplomacia:

“La diplomacia es el conjunto de interacciones internacionales de carácter pacífico, conducidas por agentes oficiales de los estados y de organizaciones intergubernamentales.

Por medio de los procesos diplomáticos, los estados y organizaciones intergubernamentales se informan, mantienen comunicaciones y realizan negociaciones tendientes a promover sus objetivos e intereses externos.”
(WILHEMY, 1988, p.230)

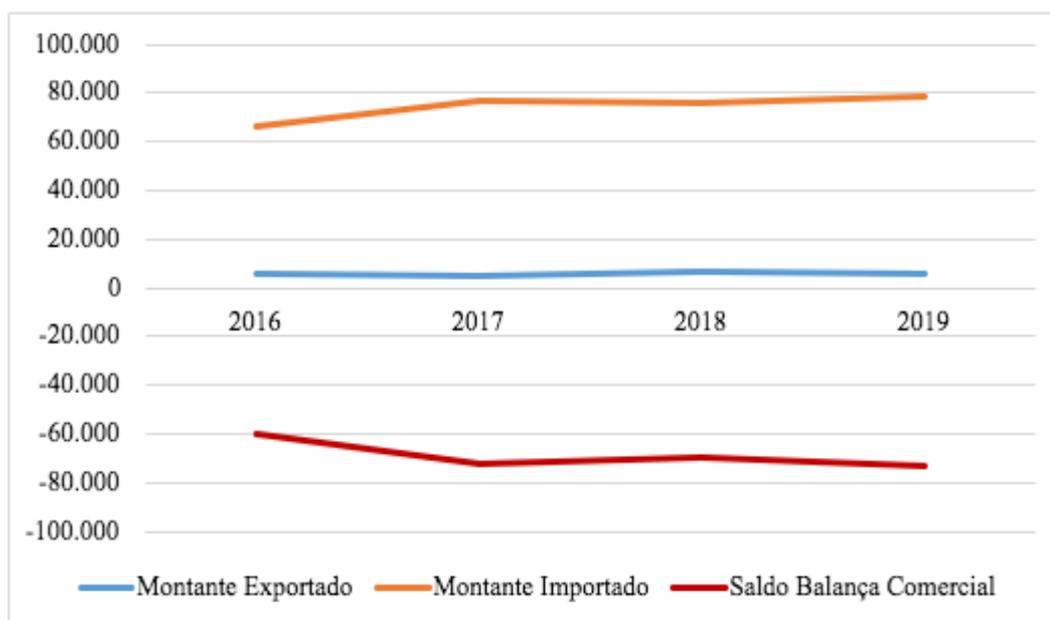
Dessa forma, a diplomacia é indispensável para compreender as colocações no sistema internacional atualmente, pois ao adotar um posicionamento neutro – sobretudo de não-intervenção em questões internas de outros países –, sua credibilidade amplia de forma a atrair investimentos e obter empréstimos.

De forma a compor a análise proposta, dispõe-se de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e do Banco de Cabo Verde (BCV). O Gráfico 1 apresenta o saldo da balança comercial entre 2016 e 2019. A partir dele observa-se que nos últimos anos ele tem sido negativo, representando um déficit comercial. Ao comparar esse contexto com outros indicadores do setor externo (Gráfico 2), percebe-se que há dois elementos centrais na receita de Cabo Verde: o turismo e o investimento direto estrangeiro.

Isto corrobora com a proposta afirmada por Madeira (2019, p. 98) de que:

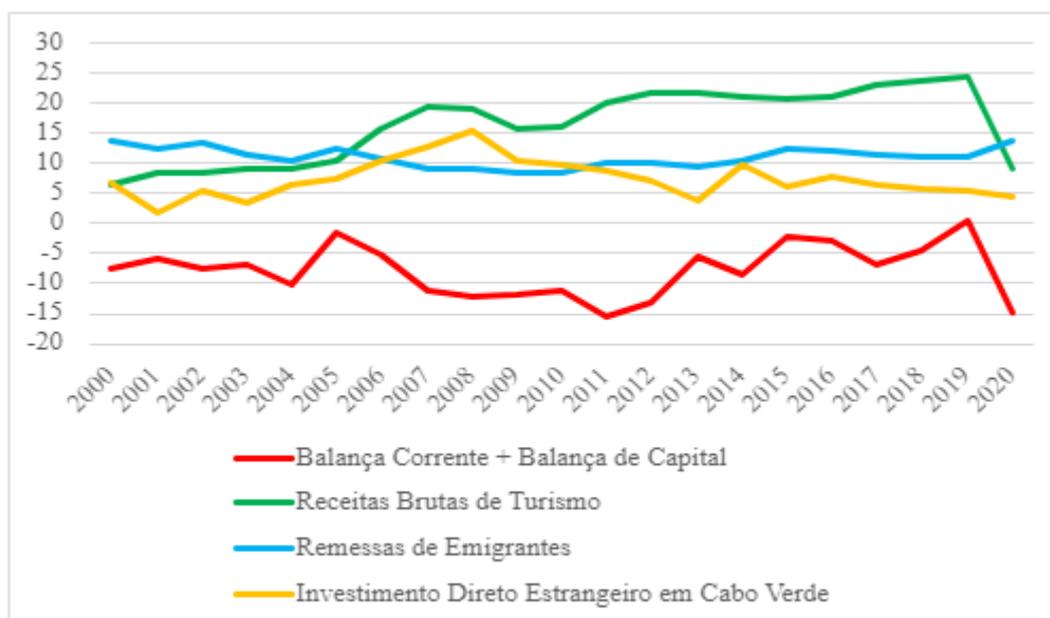
“Estes aspectos chamam implicitamente a atenção para o investimento e a aposta em outros setores como o do turismo, a cultura e o mar, que contribuem para proporcionar uma outra dimensão à diplomacia económica com o propósito de se ampliar sinergias e potencializar a sua atuação no mercado, com a meta principal de atrair o IDE e incrementar as exportações.”

Gráfico 1 – Saldo da Balança Comercial, em milhões de CVE



Fonte: Elaborado pela autora com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

Gráfico 2 – Principais indicadores macroeconômicos do setor externo, em % do PIB



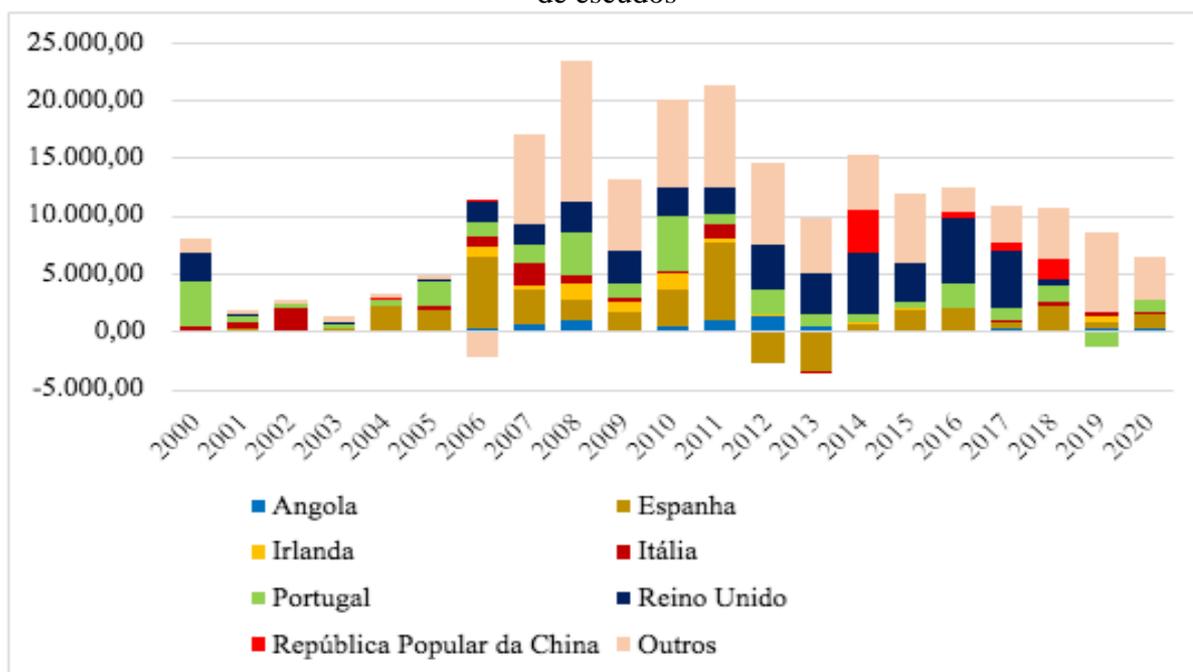
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Ainda sobre essa questão, destaca-se a proposta das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) que são espaços delimitados visando o desenvolvimento de atividades/empreendimentos – tal aspecto corrobora com a centralidade do território discutida acima. De acordo com o Artigo

6º, as zonas têm como intuito “a) Promover o desenvolvimento de Cabo Verde, da ilha ou da região a que se refere, orientado para o melhor aproveitamento das potencialidades do respetivo território” (Lei nº 91/IX/2020 de 19 de junho³). Elas atuam em 3 grandes áreas: o turismo, indústria e negócios voltados ao comércio internacional. Uma problemática desse modelo é que alguns terrenos voltados para a Zona Turística Especial acabaram sendo utilizados para fins especulativos, com efeitos negativos para a competitividade do turismo nacional.

Ao olhar para as origens dos investimentos tem-se o Gráfico 3. É possível verificar que nos anos iniciais do século XXI, há participação majoritária da Europa. Entre os anos de 2007 e 2008 percebe-se uma mudança nesse cenário na qual a categoria “Outros” apresenta expressivo aumento em sua participação. Ainda que não seja especificado, há dois elementos que devem ser considerados. O primeiro é a crise econômica de 2008, caracterizada pela crise econômica provocada pela eclosão da bolha imobiliária, o que provocou uma redução dos investimentos e créditos. O segundo elemento parte da projeção chinesa na África com maior intensidade nesse período. Porém, a investigação desse elemento deve ser realizada de forma aprofundada em trabalhos futuros.

Gráfico 3 – Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde por país de origem, em milhões de escudos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Banco de Cabo Verde⁴.

³ Lei nº 91/IX/2020 de 19 de junho. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/cvi196016.pdf>>.

⁴ Total de IDE em Cabo Verde, inclui Participações e Lucros Reinvestidos e Outro Capital. Os valores negativos correspondem a desinvestimentos.

Além disso, a aproximação com a Europa também é reforçada com os dados de trocas comerciais (importação e exportação), vide Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Importação por grandes categorias económicas, em milhões de CVE

		2016		2017		2018		2019	
Região económica		Valores	% Total						
União Europeia									
		51.566,98	65,50	59.437,84	77,00	58.930,44	77,40	62.338,90	79,10
CEDEAO									
		1.864,71	2,80	2.402,11	3,10	2.201,31	2,90	693,35	0,90
Outros									
		12.918,83	19,50	15.327,73	19,90	15.054,12	19,80	15.744,35	20,00
Total		66.350,51	-	77.167,69	-	76.185,87	-	78.776,60	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

Tabela 2 – Exportação por grandes categorias económicas, em milhões de CVE

		2016		2017		2018		2019	
Região económica		Valores	% Total						
União Europeia									
		5.804,89	93,0%	4.705,43	96,2%	6.758,95	95,7%	5.587,89	96,3%
CEDEAO									
		10,75	0,2%	3,54	0,1%	0,95	0,0%	18,17	0,3%
Outros									
		427,69	6,9%	184,73	3,8%	304,79	4,3%	196,11	3,4%
Total		6.243	-	4.894	-	7.065	-	5.802	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em DGA (SYDONIA) e cálculo da equipa.

Outro ponto relevante é a proposta de integração regional presente a partir da CEDEAO⁵. Esta foi criada em 1975 com intuito de promover integração e cooperação económica, enquanto “um espaço de livre comércio, deve primar pela aproximação entre os seus membros, consciente de que é possível constituir um espaço de convergência política e diplomática, pensando no desenvolvimento conjunto.” (MADEIRA, 2019, p.100). Contudo, o bloco possui pouca representação em questão de fluxos comerciais. Para Madeira (2015, p. 185), a CEDEAO

“[...] depara-se com grandes constrangimentos decorrentes da participação ineficiente dos Estados membros. Entende-se que o funcionamento das instituições de uma

⁵ CEDEAO – Comunidade dos Estados da África do Oeste. Originalmente formado por: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A Mauritânia se retirou em dezembro de 2000.

Comunidade será apenas o reflexo da vontade e consciência de pertença dos seus membros às mesmas. Se medirmos essas duas componentes pela participação nas actividades da CEDEAO, pelo nível de representação nas suas reuniões e pelo pagamento das contribuições necessárias para o seu funcionamento, pode dizer-se que essa vontade e consciência se situam a níveis muito baixos.”

Por outro lado, há um vínculo linguístico forte que promove aproximação entre os países ao abrir oportunidades de desenvolvimento de projetos que visam melhoria em domínios sociais. Nesse sentido, os PALOP⁶ também representam uma proposta de integração regional. Interligados pelo colonizador em comum, tais países são objetos da influência portuguesa, mas também brasileira – frente ao histórico que compartilham. Assim, tal proposta consegue ser estendida a uma escala maior ao levantar a herança cultural deixada por seu colonizador – a língua portuguesa –, além de verificar sua relação com os países que têm este aspecto em comum. Dessa forma, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) enquanto um foro multilateral tem como base a atuação na cooperação. Ela consegue reunir países de diferentes continentes, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Entretanto, tal ação levanta a questão se esta seria uma outra forma de se aproximar de seu colonizador, reforçando estruturas da relação entre centro e periferia, ainda mais ao pensar nas desigualdades presentes na Cooperação Norte-Sul. Para mais, a relação da CPLP possui como contexto a revalorização da região do Atlântico Sul, mediante a descoberta de jazidas de gás natural e petróleo. Dessa forma, a região é recolocada em pauta (uma vez que durante a colonização abarcou importante rotas para o fluxo comercial) como objeto de interesse para os Estados costeiros, viabilizando sua articulação em forma de cooperação para a defesa da região (PENHA, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao debate acerca da inserção cabo-verdiana no Sistema-Mundo, depara-se com um contexto sistêmico estruturado, no qual há três grupos principais: centro, periferia e semiperiferia. Cabe ressaltar, que tal classificação não é rígida, mediante a possibilidade de reprodução de lógicas relacionais em diferentes escalas, sendo assim fundamental a identificação dos atores envolvidos (WALLERSTEIN, 2002). Para mais, um aspecto presente em sua interpretação situa-se na divisão internacional do trabalho que possui sua expressão

⁶ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - composto por Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

espacial, como afirma Smith (1988, p. 175) “a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. Isto exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção”.

Nesse sentido, no centro há produção de alto valor tecnológico empregado e mão-de-obra qualificada; a periferia é caracterizada pela produção de produtos primários. Contudo, Cabo Verde dispõe de limitação no sentido de reduzida extensão territorial e disponibilização de recursos naturais para compor o mercado. Faz-se necessário então a busca por estratégias que agreguem a sua inserção no cenário internacional e que contrabalançam tais limitações. Logo, a política externa demonstra-se ser primordial para atingir tal objetivo.

A política externa de Cabo Verde exerce papel fundamental no lançamento de sua reputação e credibilidade, promovendo a atração de investimentos e créditos que beneficiam o país. Dessa forma, observa-se a adoção de estratégias que visam atrair progressivamente mais investimentos, como é o caso das Zonas Econômicas Especiais. Para mais, a análise conjunta dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Cabo Verde, permitiu a verificação da importância e dependência externa – principalmente do investimento direto estrangeiro – no seu desenvolvimento. A origem desses investimentos revela ainda a preponderância da ligação com o continente europeu, marcando também sua atuação no comércio exterior cabo-verdiano.

Além do mais, ainda que essa ligação com a Europa possa ser compreendida também pela influência histórica na formação da sua identidade cultural, vale ressaltar que esta também é constituída pelos seus pares do continente africano. Por esse motivo, a questão da integração regional deve ser levantada com a devida notoriedade.

Tendo em vista os dados apresentados, é possível apontar dois caminhos que evidenciam diferentes propostas de integração, são eles: os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Comunidade dos Estados da África do Oeste (CEDEAO). No que tange a questão da integração com os PALOP, esta possui uma aproximação por meio da cooperação levando em conta a identificação cultural que se tem através da língua portuguesa. É válido mencionar a sua participação na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), pois ela abrange também o Brasil, Timor Leste e principalmente Portugal, então há o questionamento de integração entre si ou com o seu antigo colonizador. Por outro lado, há a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, uma proposta de integração regional com maior enfoque ao viés econômico, porém constata-se pouca expressividade.

Portanto, percebe-se que Cabo Verde busca aproveitar de seu posicionamento – tanto geográfico quanto cultural – entre Europa e África. Tal proposta demanda um gerenciamento eficaz de forma a manter boas relações com ambos sem implicar em afastamento.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. SEMEDO, J. M. **Nossa terra, nossa gente**. Introdução à geografia de Cabo Verde. PFIE: Praia. 1995.

CABO VERDE. **Lei Sobre a Organização Política do Estado**. Lei nº 1/75 de 05 de Julho de 1975.

COSTA, Pollyana dos Santos Silva. **A formada identidade cabo-verdiana na obra de Germano Almeida**. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) - Universidade de Brasília. 2018.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 855-887, 2016.

HARVEY, David. Capital Fixo. In: _____. **Limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982]. p. 322–367.

MADEIRA, J. P. C. B. **Nação e identidade: a singularidade de Cabo Verde**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa. 2015.

MADEIRA, João Paulo. Política Externa Cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 7, n. 1, p. 87-109, 2019.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Ludemila Cardoso. **Cabo Verde: da descolonização à abertura democrática**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2013.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. **Oficina do CES**, v. 188, p. 1-40, 2003.

SECCO, Lincoln. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**, n. 33, p. 6-12, 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WALLERSTEIN Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: Gentili P, organizador. **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova**

ordem mundial. Petrópolis: Editora Vozes; 2002. P. 223-250.

WILHELMY, Manfred. **Política internacional: enfoques y realidades.** Buenos Aires: GEL, 1988.

7. A REVOLUÇÃO IRAQUIANA DE 1958: A ALIANÇA ENTRE O MOVIMENTO DOS OFICIAIS LIVRES E O PARTIDO COMUNISTA IRAQUIANO

Paulo Barata Gondim¹

INTRODUÇÃO

O estudo das Revoluções ainda carece de uma maior atenção no campo das Relações Internacionais (HALLIDAY, 2007). Tendo como ponto de partida a concepção de Marx (1973) sobre a revolução como “a sexta grande potência” da era moderna, Halliday (1990) discute o papel das revoluções nas Relações Internacionais. Para contribuir com essa discussão teórica, este capítulo tem como objetivo analisar a Revolução Iraquiana de 1958, por representar algo singular no Oriente Médio, qual seja, uma revolução que contou com a ascensão Partido Comunista Iraquiano ao aparato estatal em plena Guerra Fria.

Dentro de um contexto histórico, a Revolução Iraquiana de 1958 insere-se nas lutas do terceiro mundo contra o imperialismo britânico no Oriente Médio, como a ocorrida em 1952 no Egito (FREIBERGER, 2007). As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelos processos de descolonização afro-asiáticos, como a realização da Conferência de Bandung em 1955, e, pelo surgimento do Movimento dos Não Alinhados em 1961 (DINKEL, 2018). Dentro desse processo de descolonização, as ideias marxistas foram instrumentalizadas como uma forma de resistência e enfrentamento ao imperialismo (MOLYNEUX; HALLIDAY, 1984).

Para compreender esse processo histórico, é necessário analisar antes as características do imperialismo britânico no Iraque (LOUIS, 1984). Os hachemitas foram escolhidos pelos britânicos para governar o recém-criado Reino do Iraque no contexto das negociações da Conferência do Cairo em 1921 (LOUIS, 1984; EPPEL, 2004; SLUGLETT, 2007). Com o poder concentrado em Bagdá, os hachemitas fizeram alianças com líderes tribais xiitas, com o objetivo de manter-se no poder, controlar a economia Iraquiana e atender aos interesses britânicos (POOL, 1980). O domínio britânico sobre a economia Iraquiana prejudicou o

¹ Mestre em Relações Internacionais (Universidade de Coimbra). Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP).

desenvolvimento do país, principalmente por conta do controle dos recursos petrolíferos pela Companhia de Petróleo do Iraque (AL-NASRAWI, 1994; EPPEL, 2004). Portanto, a economia do Iraque foi estruturada por meio da concentração de poder político e econômico dentro de uma relação de dependência com a Grã-Bretanha (BROMLEY, 1994; AL-NASRAWI, 2004).

Halliday (1984) argumenta que a Guerra Fria impactava nas dinâmicas do Oriente Médio e o Oriente Médio também impactava nas dinâmicas da Guerra Fria, constituindo uma via de mão dupla. Nesse sentido, a decisão do primeiro-ministro da monarquia iraquiana, Nuri al-Said, de aderir ao Pacto de Bagdá foi um claro exemplo do envolvimento do Iraque nas dinâmicas da Guerra Fria e que também tinha o objetivo de conter ameaças no plano regional como o Irã e a Turquia (TRIPP, 1997). O Pacto de Bagdá, formalmente intitulado de Organização do Tratado Central, foi instituído em 1955 como uma aliança de defesa e segurança no Oriente Médio e contou com a participação do Reino do Iraque, da República da Turquia, do Reino Unido, do Paquistão e do Reino do Irã. Destaca-se também a implementação da Doutrina Eisenhower, por meio da intervenção norte-americana no Líbano em 1958, com o objetivo de conter o avanço do comunismo na região (DANN, 1971; YAQUB, 2004).

Do ponto de vista socioeconômico, grande parte da população Iraquiana vivia na pobreza e esperava por mudanças na política do país e que contemplassem uma verdadeira independência com autonomia (KHADDURI, 1969; EPPEL, 2004). As piores condições de vida fizeram com que grande parte do povo Iraquiano apoiasse a revolução de 1958, com grandes celebrações populares pelas ruas de Bagdá e pelo interior do país com a derrubada da monarquia hachemita (ROMERO, 2008). Esse contexto de deterioração socioeconômica foi aproveitado pelo Movimento dos Oficiais Livres, liderado pelos generais Abdul Karim Kassem e Abd al-Salam Arif, que tinha como objetivo chegar ao governo e promover uma revolução no Iraque (ROMERO, 2008; HADDAD; ROSTAM-KOLAYI, 2013).

O evento histórico de 14 de julho de 1958 no Iraque representou, na verdade, a fase inicial de uma revolução social, econômica e política (ROMERO, 2008). As dimensões social e econômica da revolução são explicadas pelas reformas implementadas pelo novo governo a partir de 1958 como a reforma agrária, programas de distribuição de renda e construção de moradias para as classes mais pobres (ROMERO, 2008; BATATU, 2012). Portanto, é necessário identificar quais foram as forças sociais que atuaram nesse processo e quais eram as suas motivações políticas e econômicas.

As forças políticas que atuaram na Revolução de 1958 estavam organizadas no âmbito da Frente Nacional Unida, formada pelos seguintes partidos políticos: o Partido Nacional

Democrático, o Partido Comunista Iraquiano, o Partido Istiqlal e o Partido Baath. Já o Partido da Unidade Democrática do Curdistão Iraquiano passou a integrar a Frente Nacional Unida após a revolução de 1958 (DANN, 1971). Esses partidos tinham em comum a luta contra o imperialismo britânico e o desejo por autonomia política e econômica do país.

1. ESTADO DA ARTE

A revolução iraquiana de 1958 é analisada neste capítulo por meio de uma abordagem histórica sobre as revoluções nas Relações Internacionais (HALLIDAY, 1990). Nesse contexto, é destacada primeiramente a abordagem histórica sobre a Revolução de 1958 (TRIPP, 2002; BATATU, 2012; DAWISHA, 2009; MARR, 2018; ROMERO, 2008). Do ponto de vista teórico, este capítulo tem como base as abordagens sociológicas e estruturalistas de Halliday (1990), Moore (1973) e Skocpol (2015) sobre as revoluções nas relações internacionais. Nesse sentido, a revolução iraquiana é compreendida neste capítulo como um processo histórico marcado pelas lutas de classe no Iraque entre 1921 e 1958, conforme é demonstrado por Batatu (2012).

Por um lado, há autores que não abordam a dimensão social da revolução Iraquiana de 1958, sustentando que, na verdade, houve um golpe militar nacionalista que ameaçou destruir o sistema de controle ocidental sobre o petróleo no Oriente Médio (SHLAIM, 2001). Por outro lado, há autores que defendem o evento de 1958 no Iraque como uma revolução que tinha como objetivo promover uma transformação estrutural e social no país (ROMERO, 2008; BATATU, 2012). Destaca-se que a concepção de revolução social é compreendida, neste capítulo, com base na definição de Skocpol (2015):

Como transformações básicas e rápidas das estruturas estatais de classe, acompanhadas em parte por revoltas populares vindas de baixo. As revoluções sociais distinguem-se de outros tipos de conflitos e processos transformadores sobretudo pela combinação de duas coincidências: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a sublevação de classes; e a coincidência da transformação política com a social (SKOCPOL, 2015, p.4).²

Nesse contexto, a revolução iraquiana transformou a estrutura política e econômica do país, dando lugar a um novo regime, no qual a monarquia foi transformada em república. Esse processo foi implementado sob o controle político do Movimento dos Oficiais Livres e reformas

² Tradução livre.

de cunho social foram implementadas no país a partir de 14 de julho 1958 (DANN, 1971; ROMERO, 2020). Nesse sentido, é necessário compreender os atores, as forças sociais e as mudanças estruturais ocorridas no processo revolucionário do Iraque (BATATU, 2012). Esse processo de transformação estrutural é analisado neste capítulo pela análise das questões materiais presentes no Iraque entre 1921 e 1958.

Nesse contexto, os seguintes aspectos teóricos da corrente marxista são fundamentais para a análise da Revolução Iraquiana de 1958: (1) a determinação material dos fatores socioeconômicos; (2) a influência da história no comportamento presente (determinação histórica); (3) a centralidade das classes como atores na vida política doméstica e internacional e (4) o conflito e o seu apogeu, a revolução (HALLIDAY, 2007). O processo histórico de formação das classes sociais é um ponto fundamental para compreender as causas da Revolução de 1958 no Iraque (BATATU, 2012).

As revoluções surgem em um determinado contexto geopolítico e que é moldado por fatores internacionais (TESCHKE, 2005). Esse caráter internacional das revoluções é caracterizado por meio de quatro aspectos teóricos: (1) como os fatores internacionais produzem as revoluções; (2) como os Estados revolucionários conduzem suas políticas externas; (3) como os outros Estados reagem às revoluções e (4) como o sistema internacional constrange o desenvolvimento interno pós-revolucionário estatal e moldam sua evolução política, social e econômica (HALLIDAY, 1990). Destaca-se, portanto, que esses quatro fatores estão presentes no processo histórico da revolução iraquiana de 1958.

Um outro elemento teórico importante é a contribuição de Moore (1973) sobre o papel dos camponeses na história dos processos revolucionários. Essa abordagem é relevante, tendo em vista a integração da economia iraquiana ao circuito capitalista mundial, via Grã-Bretanha, a partir do fim do século XIX, o que alterou a estrutura social do campesinato iraquiano. Nas décadas de 1940 e 1950, os camponeses sofreram com a alta do custo de vida no Iraque, causada, entre outros fatores, pelo aumento dos preços dos alimentos. Essa deterioração socioeconômica tinha, entre outras causas, o direcionamento das exportações de grãos para atender o mercado britânico. Nesse contexto, destaca-se o argumento de Moore (1973):

O primeiro que um investigador moderno pode escolher é uma interpretação econômica simples em termos de deterioração da situação dos camponeses sob o impacto do comércio e da indústria. Onde tal deterioração ocorreu em escala acentuada, parece plausível esperar surtos revolucionários (MOORE, 1973, p.453-454).³

³ Tradução livre.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

O período monárquico no Iraque, compreendido entre 1921 e 1958, foi marcado por uma grande instabilidade política em um país etnicamente fragmentado (LOUIS, 1984; BATATU, 2012). Nesse sentido, a fragmentação entre sunitas, xiitas e curdos contribuiu diretamente para a eclosão da revolta de 1920 no sul do Iraque (DANN, 1971; DAWISHA, 2009). Desta forma, os períodos do Mandato Britânico (1920-1932) e do Iraque independente (1932-1958) são fundamentais para compreender as causas da Revolução de 1958 (SLUGLETT, 2007; MARR, 2018).

Os oficiais britânicos estabeleceram alianças com líderes tribais, sobretudo xiitas, e proprietários de terras com o objetivo de contrapor o poder das elites urbanas iraquianas (POOL, 1980). Esse processo de cooptação das forças políticas culminou na independência “negociada” em 1932, com a manutenção de bases da Força Aérea Britânica e da Missão Militar Britânica, além do emprego de vários oficiais britânicos em postos da administração civil iraquiana (KHADDURI, 1969; FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 1983).

A revolução iraquiana gerou reações externas, como as dos EUA, que enviaram fuzileiros navais para o Líbano em julho de 1958, com receio de que a revolução pudesse se espalhar pelo Oriente Médio (DANN, 1971; YAQUB, 2004). Os governos dos EUA e da Grã-Bretanha tinham conhecimento da instabilidade política no Iraque, porém, ambos foram surpreendidos quanto ao desencadeamento da revolução de 1958 (ROMERO, 2008). Dentre os principais objetivos da revolução, era fundamental derrubar a estrutura política e econômica da monarquia hachemita no âmbito da dominação britânica sobre o Iraque (NASSER; AMARAL, 2020).

A revolução foi um golpe devastador para o imperialismo britânico no Oriente Médio por conta do controle exercido pela Grã-Bretanha sobre o petróleo Iraquiano (MACNAMARA, 2020). Para os britânicos, o ano de 1958 também foi o ponto alto do “Nasserismo”⁴ no Oriente Médio, o que poderia agravar as tensões nacionalistas no Iraque (FREIBERGER, 2007; MCNAMARA, 2020). Esse cenário foi agravado pela criação da República Árabe Unida em 1958, integrada por Egito e Síria, e que representou uma ameaça real aos interesses britânicos no Oriente Médio, principalmente pela possibilidade de inclusão do Iraque no novo agrupamento regional.

⁴ Termo utilizado para descrever à influência política do pan-arabismo de Gamal Abdel Nasser.

As principais forças políticas iraquianas tinham o objetivo de acabar com o imperialismo britânico e o feudalismo no país (DANN, 1971). Essa luta contra um inimigo comum foi um elemento de convergência entre parcelas da burguesia nacional desvinculada do imperialismo britânico ao lado os oficiais livres e dos comunistas na década de 1950 (DANN, 1971). Uma ampla frente nacional foi estabelecida com diversos atores políticos, sendo o Partido Comunista Iraquiano o partido mais bem estruturado e com maior apelo junto às classes trabalhadoras (DAMM, 1971; BATATU, 2012). Os comunistas foram, portanto, os atores de vanguarda do processo revolucionário em 1958, disseminando o projeto da revolução entre os movimentos estudantis, intelectuais e as classes trabalhadoras organizadas nos movimentos sindicais (DANN, 1971; BATATU, 2012).

No processo de criação do Reino do Iraque em 1921, constituiu-se uma burguesia colonial dependente do imperialismo britânico (POOL, 1980). Representadas por um grupo de oficiais britânicos e pelo grupo político do rei Faisal I, essa burguesia operava por meio do aparato estatal, constituindo um estado patrimonialista e que se desenvolveu com base nos recursos petrolíferos (TRIPP, 1997; DAWISHA, 2009). A principal característica desse setor da burguesia era o grande entrelaçamento entre seus vários estratos, gerando interesses comuns (HASAN, 1970). Por mais que não houvesse uma identidade de classe definida a burguesia localizada em Bagdá representava os interesses das classes dominantes e aliadas ao imperialismo britânico no Iraque (EPPEL, 2004; BATATU, 2012).

2.1 Ideologias pré-revolucionárias

Determinadas ideologias políticas foram catalisadores importantes do processo revolucionário de 1958. Os nacionalismos e suas distintas correntes foram peças importantes no enfrentamento ao imperialismo britânico e à monarquia hachemita no Iraque (SLUGLETT, 2005; FRANZÉN, 2011). Ressalta-se que não havia apenas um nacionalismo no Iraque, mas vários movimentos que defendiam um nacionalismo de acordo com as disputas pela liderança regional no Oriente Médio (KEDOURIE, 1962).

Nos anos 1930, houve uma cisão no movimento nacionalista Iraquiano entre os defensores da ideia de *qawmiyya*, associado ao pan-arabismo e ao nacionalismo árabe com uma primazia regional sobre o nacionalismo Iraquiano, e *wataniyya*, que enfatizava a importância do nacionalismo Iraquiano sobre o pan-arabismo (EPPEL, 1998; ROMERO, 2008; BATATU, 2012). A revolta militar de caráter nacionalista liderada por Rashid Ali Gaylani em 1941 é uma

das demonstrações da força política do nacionalismo no Iraque no decorrer da Segunda Guerra Mundial (HALLIDAY, 2005). Entre os oficiais livres, destaca-se que Kassem era defensor da ideia de *wataniyya*, enquanto Arif defendia a ideia de *qawmiyya*. Essa diferença ideológica foi uma das causas do afastamento entre os dois oficiais após 1958.

Outro elemento ideológico que caracterizou o processo revolucionário foi a introdução de ideias marxistas no Iraque. Esse processo teve início na década de 1920 com a atuação de intelectuais, movimentos estudantis e seus jornais panfletários marxistas (ISMAEL, 2008; BATATU, 2012). O primeiro inimigo escolhido para ser combatido pelos marxistas Iraquianos foi o Islamismo, o que não obteve êxito, e fez com que passassem a enfrentar um inimigo externo, o imperialismo britânico (BATATU, 2012; FRANZÉN, 2011). Essa nova estratégia estava em linha com o enfrentamento ao imperialismo defendido pelo líder comunista sírio, Khaled Bekdash, que tinha uma grande influência sobre grupos marxistas no Oriente Médio (BAGLEY, 1959). Nos anos 1930 e 1940, as ideias marxistas passaram a ser disseminadas de forma mais ampla no Iraque, por meio de advogados, clérigos e funcionários públicos descontentes com a deterioração socioeconômica no país (BATATU, 2012).

2.2 O Partido Comunista Iraquiano

O Partido Comunista Iraquiano foi fundado em 1934 em um período de pouca liberdade de ação política. Nos anos 1940, após um breve período de relaxamento do regime político, o Partido Comunista Iraquiano passou a ter uma grande influência entre os trabalhadores no setor industrial, como o porto de Basra e a Companhia de Petróleo do Iraque (SLUGLETT, 2005; FRANZÉN, 2011). O jornal *Al-Qaeda*, criado em 1943 e organizado pelo líder comunista Yusuf Salman Yusuf, foi um importante instrumento de propagação do marxismo no Iraque nos anos 1940 e 1950 (FRANZÉN, 2011; BATATU, 2012).

A influência soviética é um fator importante para explicar a ascensão do Partido Comunista Iraquiano no processo revolucionário de 1958 (LAQUEUR, 2016). A URSS, por meio de Pyotr Vasili, membro do *Comintern*, levou jovens Iraquianos, entre eles Yusuf Salman Yusuf, para estudar na *KUTV*, Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente⁵ (ISMAEL, 2008; FRANZÉN, 2011). Esse processo foi planejado de forma pragmática pela URSS, sem a intenção de instalar governos comunistas no Oriente Médio (HOBSBAWM,

⁵ *University of the Toilers of the East* (KUTV).

1995). O Vigésimo Congresso do Partido Comunista Soviético, realizado em 1956, havia definido que nos países subdesenvolvidos, como o Iraque, poderia haver uma conciliação entre os partidos comunistas e setores da burguesia nacional, estabelecendo uma frente comum contra o imperialismo (DANN, 1971).

Embora o Partido Comunista Iraquiano não tenha participado formalmente do primeiro gabinete do governo revolucionário, Abdul Karim Kassem utilizava, de forma pragmática, a base de apoio dos comunistas para contrapor a ala nacionalista pan-arabista (FRANZÉN, 2011; SCHAYEGH, 2013). Em 1959, os comunistas representavam a principal base de apoio popular a Kassem, o que o levou a admiti-los em cargos do governo e que era resultado de um acordo realizado secretamente com a URSS. A inclusão dos comunistas no governo fez com que vários membros pan-arabistas ligados ao Partido Baath pedissem demissão e se afastassem do grupo de Kassem (HUNT, 2005).

Os sindicatos também foram atores importantes no contexto revolucionário entre os anos 1940 e 1950 (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 1983). Entre 1944 e 1946, do total dos dezesseis sindicatos trabalhistas no Iraque, doze eram controlados pelo Partido Comunista Iraquiano (SLUGLETT, 2005). Portanto, é importante ressaltar que a luta por mudanças estruturais defendida pelos comunistas na revolução de 1958 têm suas origens no movimento sindicalista no Iraque (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 1983). Entre as revoltas sindicais, a considerada mais importante na época foi a *al-Wathba*⁶ de 1948, que teve como causa imediata a insatisfação popular contra as negociações do Tratado de *Portsmouth* entre o Iraque e a Grã-Bretanha e a elevação do custo de vida ao nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial.

2.3 O Movimento dos Oficiais Livres

O exército foi um ator importante na formação estatal do Iraque e, sobretudo, na revolução de 1958. Os militares que haviam lutado ao lado dos britânicos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) retornaram ao Iraque e foram integrados ao grupo político do rei Faisal I (POOL, 1980). Entre as décadas de 1930 e 1950, os militares atuaram na política iraquiana como oficiais no governo ou intervindo por meio de tentativa de golpes de estado (TARBUSH, 1982). Para se ter uma ideia, entre 1934 e 1936, houve uma série de revoltas contra os governos

⁶ O termo “*al-Wathba*” significa “o salto”.

de Jamil al-Midfa'i, Ali Jawdat e Yasin al-Hashimi que foram reprimidas pelo exército iraquiano. (FAROUK-SLUGLETT; SLUGLETT, 1983).

Os militares que chegaram ao governo no Oriente Médio nos anos 1950 e 1960 eram nacionalistas e anti-imperialistas, lutavam pela independência de seus países, embora não fossem comunistas (SLUGLETT, 2005). Nesse contexto, surgiu, a partir de 1956, o Movimento dos Oficiais Livres no Iraque, que foi inspirado pelo Movimento dos Oficiais Livres de Gamal Abdel Nasser na Revolução de 1952 no Egito (TRIPP, 2002; ROMERO, 2020). A influência e a liderança regional de Nasser foram elementos fundamentais na geopolítica do Oriente Médio nos anos 1950, e, principalmente no Iraque ao longo da década de 1950.

O Movimento dos Oficiais Livres no Iraque, liderado por Abdul Karim Kassem e Abd al-Salam Arif, contou com amplo apoio popular e, ao chegar ao poder, implementou medidas como a reforma agrária e melhorias na distribuição de renda, processo caracterizado como uma revolução social (ROMERO, 2020). Kassem também alterou os rumos da política externa Iraquiana implementada pelos governos anteriores, sobretudo os de Nuri al-Said, ao promover uma dimensão terceiro-mundista, aproximando-se do bloco socialista (ROMERO, 2008). Entre as medidas do governo revolucionário, destaca-se também uma constituição provisória que veio a público em 27 de julho de 1958 (DANN, 1971).

2.4 A Economia Iraquiana pré-Revolução

No plano econômico, o Iraque passava por uma recuperação no fim dos anos 1940, com uma crescente dependência do setor petrolífero (BROMLEY, 1994; EPPEL, 2004). Em 1949, os royalties do petróleo alcançaram 4,38 milhões de libras esterlinas (representando 11,8% da renda nacional), com uma alta elevação nos anos 1950, atingindo 84,6 milhões de libras esterlinas em 1958 (EPPEL, 2004). O aumento na demanda mundial por petróleo e os novos acordos realizados entre o governo iraquiano e a Companhia de Petróleo do Iraque geraram maiores recursos para a economia do país, tendo em conta que as exportações respondiam por 70% do produto nacional em 1957 (HASAN, 1970).

A questão do acesso à terra é um outro aspecto importante para compreender a economia do Iraque antes da Revolução de 1958 (POOL, 1980; BROMLEY, 1994). A transformação de uma elite agrária feudal em uma classe capitalista centralizada em Bagdá desmobilizou a estrutura social Iraquiana (POOL, 1980; BATATU, 2012). Esse processo de transformação estrutural acentuou a concentração agrária no país, enriquecendo as classes

dominantes e deteriorando a condição socioeconômica da maioria da população (BROMLEY, 1994; EPPEL, 2004). Para se ter uma ideia do nível de desigualdade existente no país, nos anos 1950, apenas 1% dos proprietários agrícolas concentravam 50% das terras aráveis, enquanto que somente 6% dessas terras eram destinadas aos 73% dos camponeses (EPPEL, 2004). Essa desigualdade no acesso à terra foi um elemento de grande insatisfação popular e que gerou um grande apoio dos trabalhadores camponeses ao processo revolucionário (ROMERO, 2008).

Em 1958, o governo de Kassem implementou reformas no setor agrícola, ao abolir as jurisdições tribais sobre a terra, o que pôs fim ao sistema jurídico do feudalismo no Iraque, e, ainda aprovou a Lei da Reforma Agrária (DANN, 1971). O governo revolucionário também tinha como objetivo implementar as seguintes reformas: (1) uma reforma tributária com o objetivo de reduzir a carga tributária para as classes mais pobres, com aumento da taxa para os mais ricos; (2) o estabelecimento de uma política de proteção à indústria nacional por meio de substituição de importações; (3) o controle e direcionamento do capital estrangeiro para o setor produtivo; (4) uma política de expansão de gastos públicos no longo prazo e (5) o incentivo às exportações, sobretudo com a venda de grãos e petróleo (DANN, 1971).

CONCLUSÃO

O propósito deste capítulo foi analisar a revolução iraquiana de 1958 por meio de uma abordagem histórica. A caracterização do processo revolucionário foi realizada por meio da abordagem dos principais atores políticos que atuaram no Iraque entre 1921 e 1958. Desta forma, foi dada ênfase aos dois principais atores da revolução: o Partido Comunista Iraquiano e o Movimento dos Oficiais Livres. A aliança pragmática estabelecida entre eles deu força popular e institucional à revolução que derrubou a monarquia hachemita em 14 de julho de 1958.

A instrumentalização de ideologias políticas, como o marxismo e o nacionalismo, foi fundamental para unir o povo iraquiano contra o imperialismo britânico ao longo das décadas de 1940 e 1950. Isso ocorreu, sobretudo, por meio da influência do Partido Comunista Iraquiano nos movimentos estudantis e nas classes trabalhadoras, além do apoio recebido pelas classes médias urbanas. Já o Movimento dos Oficiais Livres foi um defensor das ideias nacionalistas, nas vertentes ligadas mais ao nacionalismo iraquiano ou ao pan-arabismo de Nasser. Embora fossem alvos de tensões políticas após 1958, as correntes marxistas e nacionalistas foram importantes para unir o povo iraquiano e dar legitimidade ao processo revolucionário.

O aspecto social da revolução foi destacado neste capítulo por conta das medidas implementadas pelo governo revolucionário. Reformas sociais foram implementadas com o intuito de melhorar as condições de vida do povo iraquiano, principalmente entre os setores mais pobres. No campo econômico, uma política de governo autônoma foi implementada com o objetivo de romper a dependência da Grã-Bretanha e controlar os recursos petrolíferos em prol do desenvolvimento iraquiano.

No plano externo, a revolução iraquiana foi percebida como uma ameaça pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos por conta dos interesses pelo petróleo iraquiano e pelas disputas por áreas de influência da Guerra Fria. O envio de tropas norte-americanas para o Líbano foi um claro indicativo de que a Doutrina Eisenhower já estava sendo posta em prática. Já a URSS tinha como diretriz apoiar movimentos de descolonização afro-asiática, no qual se encaixava o processo revolucionário do Iraque.

REFERÊNCIAS

AL-NASRAWI, Abbas. **The economy of Iraq: Oil, wars, destruction of development and prospects, 1950-2010**. ABC-CLIO, 1994.

BAGLEY, Frank RC. Iraq's Revolution. **International Journal**, v. 14, n. 4, p. 283-295, 1959.

BATATU, Hanna. **The Old Social Classes and the Revolutionary Movements of Iraq: A Study of Iraq's Old Landed and Commercial Classes and of its Communists, Bathists and Free Officers**. Saqi, 2012.

BROMLEY, Simon. **Rethinking middle east politics**. University of Texas Press, 1994.

DANN, Uriel. Iraq Under Qassem. A Political History, 1958-1963. **VRÜ Verfassung und Recht in Übersee**, v. 4, n. 2, p. 227-228, 1971.

DAWISHA, Adeed. **Iraq: A political history**. Princeton University Press, 2009.

DINKEL, Jürgen. **The Non-aligned Movement: Genesis, Organization and Politics (1927-1992)**. Brill, 2018.

EPPEL, Michael. **Iraq from Monarchy to Tyranny: From the Hashemites to the Rise of Saddam**. University Press of Florida, 2004.

EPPEL, Michael. The Elite, the Effendiyya, and the Growth of Nationalism and Pan-Arabism in Hashemite Iraq, 1921-1958. **International Journal of Middle East Studies**, v. 30, n. 2, p. 227-250, 1998.

FAROUK-SLUGLETT, Marion; SLUGLETT, Peter. Labor and National Liberation: The Trade Union Movement in Iraq, 1920-1958. **Arab Studies Quarterly**, p. 139-154, 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41857865?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 26 mai. 2021.

FRANZÉN, Johan. The Iraqi Communist Party. In: **Communist Parties in the Middle East: 100 Years of History**. Routledge/Taylor & Francis Group, 2019. p. 74-90.

FRANZÉN, Johan. **Red star over Iraq: Iraqi communism before Saddam**. Columbia University Press, 2011.

FREIBERGER, Steven Z. **Dawn over Suez: the rise of American power in the Middle East, 1953-1957**. Ivan R. Dee, 2007.

HADDAD, William W.; ROSTAM-KOLAYI, Jasamin. Imperialism and its manifestations in the Middle East. In: **The International Relations of the Contemporary Middle East**. Routledge, 2013. p. 53-84.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. UFRGS Ed., 2007.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations: power, politics and ideology**. Cambridge University Press, 2005.

HALLIDAY, Fred. 'The sixth great power': on the study of revolution and international relations. **Review of International Studies**, v. 16, n. 3, p. 207-221, 1990.

HALLIDAY, Fred. **The making of the second cold war**. Verso, 1984.

HASAN, Mohammad Salman. The role of foreign trade in the economic development of Iraq, 1864-1964: a study in the growth of a dependent economy. **Studies in the economic history of the Middle East: from the rise of Islam to the present day**. Ed. M.A. Cook, Oxford University Press, p. 346-373, 1970.

HUNT, Courtney. **The history of Iraq**. Greenwood Publishing Group, 2005.

ISMAEL, Tareq Y. **The rise and fall of the Communist Party of Iraq**. Cambridge University Press, 2008.

KEDOURIE, Sylvia. **Arab nationalism: An anthology**. University of California Press, 1962.

KHADDURI, Majid. **Independent Iraq, 1932-1958: A Study in Iraqi Politics**. London; New York: Oxford University Press, 1969.

LAQUEUR, Walter. **The Struggle for the Middle East: The Soviet Union and the Middle East, 1958-68**. Routledge, 2016.

LOUIS, William Roger. **The British Empire in the Middle East, 1945-1951: Arab Nationalism, the United States, and Postwar Imperialism**. Oxford University Press, 1984.

MARR, Phebe. **The modern history of Iraq**. Routledge, 2018.

MCNAMARA, Robert. The Point of Departure: The Impact of the Revolutionary Year of 1958 on British Policy em Jeffrey G. (Ed.). **The Middle East in 1958: Reimagining a Revolutionary Year**. Bloomsbury Publishing, 2020.

MOLYNEUX, Maxine; HALLIDAY, Fred. Marxism, the Third World and the Middle East. **MERIP Reports**, n. 120, p. 18-21, 1984. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3011670?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 23 abr. 2021.

MOORE, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Penguin University Books, 1973.

NASSER, R. M.; AMARAL, R. A. D. The End of the Ottoman Empire and the creation of the Iraqi state beyond Sykes-Picot: Between Imperialism and Revolution. **Estudos Internacionais**, v. 8, n. 4, pp. 35-58, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/24397>. Acesso em: 28 abr. 2021.

POOL, David. From Elite to Class: The Transformation of Iraqi Leadership, 1920-1939. **International Journal of Middle East Studies**, v. 12, n. 3, p. 331-350, 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/163005?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 30 abr. 2021.

ROMERO, Juan. The Iraqi Revolution of 1958: Its Historic Significance and Relevance for the Present Jeffrey G. (Ed.). **The Middle East in 1958: Reimagining a Revolutionary Year**. Bloomsbury Publishing, 2020.

ROMERO, Juan Lennart Michel. **The Iraqi revolution of 1958 and the search for security in the Middle East**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/3936>. Acesso em: 8 mai. 2021.

SCHAYEGH, Cyrus. 1958 Reconsidered: State Formation and the Cold War in the Early Postcolonial Arab Middle East. **International Journal of Middle East Studies**, p. 421-443, 2013.

SHLAIM, Avi. **The iron wall: Israel and the Arab world**. WW Norton & Company, 2001.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolution**. Cambridge University Press, 2015.

SLUGLETT, Peter. **Britain in Iraq: contriving king and country, 1914-1932**. Columbia University Press, 2007.

SLUGLETT, Peter. The cold war in the Middle East. FAWCETT, Louise, **International Relations of the Middle East**, p. 41-58, 2005.

TESCHKE, Benno. Bourgeois revolution, state formation and the absence of the international. **Historical Materialism**, v. 13, n. 2, p. 3-26, 2005.

TARBUSH, Mohammad A. **The role of the military in politics: A case study of Iraq to 1941.** Routledge, 1982.

TRIPP, Charles et al. **A history of Iraq.** Cambridge University Press, 2002.

TRIPP, Charles. Iraq. SAYIGH, Yezid; SHLAIM, Avi (Ed.). **The Cold War and the Middle East.** Clarendon Press, 1997.

YAQUB, Salim. **Containing Arab nationalism: the Eisenhower doctrine and the Middle East.** UNC Press Books, 2004.

8. REVOLUÇÕES COLORIDAS À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO¹

Mateus Mendes²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as revoluções coloridas a partir de uma concepção marxista das Relações Internacionais. Uma vez que as revoluções coloridas constituem parte da guerra híbrida, nossa análise começa por recuperar e discutir a guerra em alguns de seus aspectos essenciais e algumas das transformações pelas quais ela passou nas últimas décadas.

Defendemos a tese de que as revoluções coloridas são uma guerra ideológica contrarrevolucionária e imperialista. Nesse sentido, nossa argumentação buscou identificar o contexto geopolítico em que foram desenvolvidas as táticas das revoluções coloridas bem como as inflexões promovidas por esses movimentos.

Há que se fazer uma consideração preliminar. Nossa análise não faz julgamentos morais ou políticos sobre os governos derrubados pelas revoluções coloridas, tampouco desconsidera que esses governos cometeram erros que concorreram para o sucesso do golpe de Estado. Tais reconhecimentos não invalidam o fato de que nesses Estados houve um sistemático trabalho para mobilizar as pessoas a se levantarem contra o governo. Não se deve confundir isso com uma tentativa de simplificar a luta política doméstica, reduzindo-a a decisões tomadas pelos centros imperialistas. Muito pelo contrário: o que se pretende mostrar é que as revoluções coloridas são instrumentos que permitem instrumentalizar a população dos Estados-alvo para submetê-lo aos interesses imperialistas e para fortalecer o neoliberalismo.

¹ Alguns trechos desse trabalho foram adaptados a partir da nossa dissertação de mestrado, na qual analisamos a crise pela qual o Brasil passa desde 2013. No presente capítulo, tivemos a oportunidade de melhor desenvolver o estudo teórico específico sobre as revoluções coloridas como um todo a partir do ferramental teórico do materialismo histórico. Essa abordagem não pôde ser feita plenamente na dissertação devido ao escopo do projeto de mestrado, que impôs aprofundar especificamente vários aspectos da crise brasileira.

² Doutorando em Economia Política Internacional (UFRJ), mestre em Ciência Política / Relações Internacionais (UNIRIO), bacharel em Geografia (UFF). Autor do livro *Guerra híbrida e neogolpismo: Geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018)* (Expressão Popular, 2022). Professor da Rede Municipal de Duque de Caxias. Vencedor da Bolsa-prêmio do Instituto Lula *Temas de fronteira, eixo Influência da tecnologia na soberania moderna*. Pesquisa desenvolvida: *O uso das tecnologias da informação e comunicação a serviço de um Brasil soberano, desenvolvido e igualitário*.

GUERRA E AS “NOVAS GUERRAS”

Ao longo do tempo, a guerra, seja o fenômeno ou o conceito, passou por uma série de transformações. Essas mudanças de deram primeiramente nas estratégias e nas táticas para só depois ocorrerem as mudanças conceituais. Logo, há um descompasso entre o campo de batalha e a academia³.

Há duas dificuldades que as Relações Internacionais enfrentam para analisar a guerra. Normalmente, as definições tratam menos da essência do que da aparência do fenômeno. Além disso, a produção acadêmica sobre o tema é sempre uma atualização, ou seja, busca dar conta da nova praxe bélica. Tal atraso fica evidente quando se pensa na quase exclusividade que as forças armadas possuem nas análises acerca da guerra ou das guerras. Embora a violência armada ainda ocupe lugar de destaque, não se pode ignorar a importância que possuem hoje as armas de natureza econômica, ideológica, psicológica, cultural, midiática etc. (GORI, 2010).⁴

Um olhar histórico de longa duração permite observar que, se a violência acompanha os seres humanos desde sua origem, a guerra enquanto gestão organizada da violência surge junto com o estabelecimento das fronteiras dos primeiros grandes impérios, há aproximadamente cinco mil anos. Além disso, porém, há que observar que foi a partir do último milênio, destacadamente nos últimos quinhentos anos, que ocorreram as mudanças qualitativas mais significativas nas matérias bélicas (FIORI, 2018).

A expansão e a universalização tanto do capitalismo quanto do sistema interestatal europeu estão associadas à relação que se criou a partir do século XVI entre a guerra e o comércio. A partir da disputa entre as principais cidades no norte da Itália renascentista, ocorreu uma inovação: fazer da guerra uma atividade rentável e da acumulação capitalista um meio para obter mais poder (ARRIGHI, 2013; FIORI, 2018).

Ademais, há que se considerar os argumentos e as teses que fundamentam a guerra. José Luís Fiori (2018) os divide em dois grandes grupos, os “clássicos” e os “modernos”, que se subdividem, respectivamente, em “paz”, “guerra justa” e “guerra santa” de um lado e “civilização”, “hegemonia” e “progresso” de outro. Em todos os casos, é possível identificar

³ Está se falando aqui sobre a produção pública. Obviamente, parte das inovações estratégicas e táticas são elaboradas nas academias militares. No entanto, como o elemento surpresa é decisivo para a guerra, compreende-se e aceita-se que essas inovações sejam preservadas em sigilo por algum tempo.

⁴ Como se verá, em verdade, a guerra sempre incluiu essas outras dimensões da política. Contudo, o que a guerra híbrida traz de novidade são o peso conferido a elas e o modo como o uso e a operação nessas dimensões passa a ser sistematizado.

um *leitmotiv*: a guerra é um meio para se construir uma ordem política, social e econômica que atenda a uma visão de mundo específica, visão esta que é tão superior – aos olhos dos combatentes – que autoriza o uso da violência para ser atingido.

A dialética entre a guerra e a paz é um dos principais assuntos das RI, área do conhecimento que Robert Cox (2021) divide em duas. Para ele, uma vez que inexiste teoria divorciada de propósito e perspectiva, ou seja, de ideologia, as teorias podem ser divididas entre as que aceitam a ordem estabelecida e as que questionam essa ordem. As primeiras seriam as teorias de solução de problemas: visam identificar algo que esteja prejudicando o bom funcionamento da ordem internacional e formular soluções que corrijam esse desajuste. As outras seriam as teorias críticas, e estão comprometidas com a transformação da ordem internacional.

Como observa Paulo Visentini (2019), vigora nas Relações Internacionais uma falsa ideia de que a disciplina é dominada por um debate entre dois paradigmas, o realista e o liberal, ambos comprometidos com o *status quo* internacional. Esse equívoco conduz à negativa de validade do que o autor chamou de “terceiro paradigma”, o marxista.

Já Carlos Eduardo Martins (2018b) explica que ambas as escolas pró-*status quo* defendem as práticas imperialistas e a estrutura desigual da ordem capitalista internacional. A diferença é que, enquanto os realistas o fazem de forma clara e sem subterfúgios, os liberais buscam dar às mesmas políticas de poder um verniz humanista e democrático. Porém, nenhum dos dois campos questiona o sistema de acumulação capitalista e a divisão internacional do trabalho, expressão global da divisão de classes.

Feita essa digressão, podemos analisar as considerações acerca de como alguns autores comprometidos com a ordem capitalista internacional enxergam a guerra e a violência na realidade pós-Guerra Fria.

Mary Kaldor (2012) observa que, a partir dos anos 1990, vêm ocorrendo o que ela chama de “novas guerras”: modalidades de violência que transcendem as fronteiras nacionais e que não são alcançadas pela gramática política. Elas seriam marcadas pela indistinção, pela dificuldade em estabelecer seus limites, especialmente no que diz respeito se os atores são estatais ou não, quem são os combatentes e os civis. Segundo a autora, as novas guerras relacionam-se ao enfraquecimento do poder do Estado, cujo monopólio da violência haveria sido erodido com o avanço da globalização.

Kaldor (2012) também frisa a relação entre a tecnologia da informação (TI) e as novas guerras. Em que pese afirmar que se trata mais do que incorporar ao combate a tecnologia de

ponta, ela considera que as mídias eletrônicas potencializam a capacidade de mobilização e ação política.

Finalmente, Kaldor faz uma consideração que é muito importante para a pesquisa em tela. A autora explica que a função de distinguir entre novas e velhas guerras era alterar a percepção dominante sobre as guerras porque há no cenário político novas formas de submeter Estados e populações, formas estas que escapam das caracterizações tradicionais de guerra. Para a autora, a razão dessa inobservância deriva de que, geralmente, o que se entende como guerra é um fenômeno específico, datado e localizado – Europa entre os séculos XV e XVIII (KALDOR, 2012).

Ecoando Kaldor (2012), Mark Duffield (2014) também identifica que desde o fim da Guerra Fria há uma nova forma gerir e praticar a violência, ao que ele também denomina “novas guerras”. No entanto, o autor vai além. A gênese das novas guerras, afirma o autor, é o subdesenvolvimento irradiado desde o Sul Global. Assim, a solução seria uma articulação entre governos, ONGs, forças armadas e empresariado em prol de uma “governança liberal global”: um esforço internacional para o fortalecimento da democracia representativa e dos fundamentos da economia de mercado.

Em que pese o fato de que realmente há hoje mais guerras civis do que guerras entre Estados – inflexão observada ao longo da Guerra Fria e que se reforçou desde o fim desta –, frise-se que não há novidade genuína na indistinção entre combatentes e não combatentes e entre a violência praticada por forças estatais e não estatais. Afinal, não há registro de que o colonialismo e o imperialismo houvessem poupado mulheres, crianças ou idosos dos povos ameríndios, africanos, aborígenes ou asiáticos. Além disso, a colonização e o imperialismo sempre contaram com forças públicas (estatais) e privadas, como bem ilustram as entradas e bandeiras no Brasil, a iniciativa dos colonos estadunidenses na expansão a oeste e a empresa colonial de Cecil Rhodes na África Meridional.

No entanto, a crítica mais contundente deve ser feita especificamente a Duffield (2014). Seu diagnóstico é frágil por ao menos duas razões: ignora o nexos entre esses conflitos e a incorporação dos territórios conflagrados às redes de acumulação dos Estados centrais e o fato de que os países centrais são grandes fabricantes e vendedores de armamentos. Porém, o mais problemático diz respeito ao prognóstico porque não só não há uma relação obrigatória entre economia de mercado e democracia, como na periferia do sistema elas costumam ser antitéticas.

Historicamente, nos países periféricos a classe trabalhadora vive uma condição de superexploração devida à condição subordinada mediante a qual os Estados de capitalismo dependente se inserem na economia política internacional. Essa superexploração se caracteriza pela extração do mais-valor extraordinário, que é enviado para os países centrais, ou seja, é uma manifestação do imperialismo. Além disso, como sua realização se dá pelo rebaixamento do preço da força de trabalho e pelo desemprego, a superexploração exige uma redução da atividade democrática (MARTINS, 2018a).

Sem embargo, a falsa identidade entre economia de mercado e democracia não apenas foi a peça central da luta ideológica nos anos finais da Guerra Fria e na ascensão da hegemonia neoliberal, como ainda está no núcleo da retórica da política externa dos EUA, servindo, portanto, de biombo para as práticas imperialistas. Não à toa, as revoluções coloridas têm como bandeira o tripé democracia liberal-neoliberalismo-hegemonia estadunidense.

GUERRA HÍBRIDA E REVOLUÇÕES COLORIDAS

Quatro aspectos da realidade pós-1945 impuseram nova dinâmica à geopolítica. O primeiro deles é o princípio da autodeterminação dos povos. Conquanto já tivesse sido anunciado no pós-Primeira Guerra Mundial, só agora ele passava a ser um fundamento da ordem internacional.

Ademais, a Carta da ONU sacramentou o princípio da igualdade soberana dos Estados e proscreeu a guerra de conquista. Destarte, a colonização como ocorria até 1939 e a anexação de territórios deixaram de ser aceitáveis. Apesar de esses valores serem mais de direito do que de fato e de que muitas vezes as potências agem ao arrepio da lei, deve-se reconhecer que eles criaram constrangimentos às práticas imperialistas “clássicas”. Prova disso é que desde 1945 o imperialismo privilegia a interferência indireta – seja por golpe ou apoio a uma facção cliente – do que a ocupação militar.

Finalmente, a bomba atômica. Face à possibilidade de que um conflito entre as (super) potências possa evoluir para uma guerra nuclear, esses Estados passaram a enfatizar as formas não violentas e indiretas de conflito, com vistas a minar a capacidade de coesão e erodir a liderança do inimigo, dando origem a uma série de novas doutrinas (KORYBKO, 2018b).

Guerra de quarta geração, ameaça híbrida e guerra híbrida

O conceito de guerra de quarta geração foi desenvolvido pelo estadunidense William Lind em dois artigos (1989 e 2004). As quatro gerações da guerra moderna seriam as seguintes: a primeira (1648-1860): linhas e colunas fixas e grandes contingentes; a segunda (1860-1918): guerra de atrito com linhas e colunas fixas; a terceira (1918 em diante): guerra de movimento, com elevado poder de fogo articulado a velozes deslocamentos de tropas e algum grau de descentralização das operações táticas; quarta (1945 em diante), elevado grau de descentralização, conflitos focais e abordagem indireta, indistinção entre militares e civis. Para ele, desde 1945, os elementos da guerra de quarta geração foram sendo introduzidos de forma complementar até o fim da Guerra Fria, quando os conflitos de quarta geração se tornaram predominantes (LIND, 2004).

Já o termo “guerra híbrida” surge em 2002 em artigo do australiano Alan Dupont. Porém, foi a partir de 2004, pelas mãos de Frank Hoffman, tenente-coronel dos fuzileiros navais dos EUA, que o conceito foi elaborado e ganhou notoriedade. Hoffman (2007) identificou que parte das dificuldades que as forças dos EUA enfrentavam no Afeganistão e no Iraque decorria de uma nova modalidade de combate. Tratava-se da sistematização de táticas de conflito irregular, descentralizado e assimétrico que reduziam a vantagem estadunidense no tocante ao poder de fogo e à inteligência.

Embora ratifique a tese da guerra de quarta geração, Hoffman (2007) lembra que as guerras sempre possuíram uma dimensão regular e outra irregular. Para ele, o hibridismo se expressa pela combinação da letalidade da violência estatal com o intenso e resistente engajamento insurgente; de uma estrutura hierarquizada com redes descentralizadas de células táticas; do emprego de meios modernos – como comunicação encriptada e orientação por satélite – com meios arcaicos – como bombas caseiras.

Em 2010, o Departamento de Defesa dos EUA emitiu a *Training Circular 18-01* (TC 18-01). O documento será analisado na próxima seção, porém, cumpre aqui fazer duas observações. A primeira é que sua função é instruir as forças especiais dos EUA em relação a guerras não convencionais. A segunda é que as doutrinas estadunidense e russa divergem quanto à aceção do termo “guerra não convencional”.

Em 2015, Andrew Korybko publicou *Hybrid wars: the indirect adaptive approach*.⁵ Trata-se de uma iniciativa do *think tank* do qual Korybko é um dos conselheiros, o *Institute for Strategic Studies and Predictions*, cuja missão é “promover o fortalecimento da posição internacional da Federação Russa, a formação de uma imagem positiva do país no exterior”.⁶

Korybko (2018) recupera as teses de guerra de quarta geração, guerra híbrida e guerra não convencional. Para ele, as guerras híbridas são um novo método de ação indireta usado pelos EUA e constituem a própria expressão da guerra de quarta geração no sentido de que enfatizam a abordagem indireta e dissimulada. Segundo ele, a guerra híbrida possui duas etapas: a revolução colorida – um golpe brando, com aparência de insurreição – e a guerra não convencional – conflito armado perpetrado por forças não oficiais ou não regulares e não necessariamente profissionais.

Aqui é necessária uma observação. No livro, o autor frisa que a revolução colorida e a guerra não convencional são etapas ou fases da guerra híbrida. A crise criada pela revolução colorida escalaria para o conflito armado quando as mobilizações não fossem suficientes para promover a mudança de governo (KORYBKO, 2018b). Dessa forma, pode-se supor que a revolução colorida só faria sentido se já houvesse segmentos domésticos predispostos a pegar em armas. Portanto, a princípio, os casos do Brasil e de Hong-Kong não seriam alcançados. No entanto, o próprio Korybko (2018a) considera ter havido no Brasil uma guerra híbrida.

Não obstante, essa discussão acerca de haver ou não duas fases é secundária porque, como se verá, a doutrina estadunidense não faz essa distinção. Para ela, a guerra não convencional é um esforço que pressupõe ações não armadas. Por ora, é importante explicar sobre a revolução colorida, o aspecto mais relevante para a análise em tela.

Revoluções coloridas

A revolução colorida é um tipo de golpe por meio de abordagem indireta que interfere no que os militares chamam de ciclo OODA (observação, orientação, decisão e ação), indispensável para responder a um ataque. A forma dissimulada pela qual o golpe é desfechado lhe confere aspectos de manifestação repentina, espontânea e descentralizada, dificultando assim a reação política e militar (KORYBKO, 2018b).

⁵ No Brasil, *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes* (2018).

⁶ Sobre o ISIP. Disponível em: <http://isip.su/ru/about>. Acesso: 05.fev.2022.

Segundo Ieva Berzina (2014), da Academia de Defesa da Letônia, uma revolução colorida possui cinco etapas: i) protestos pacíficos massivos; ii) provocação e campanha para desacreditar o governo; iii) neutralização da capacidade de ação do governo; iv) caos político e social; v) tomada do poder. Para ela, uma revolução colorida leva à mudança de governo ou, caso este não ceda, a um caos social e político.

Korybko (2018b) explica que a revolução colorida é estruturada de forma a parecer espontânea: a partir de uma sistemática campanha de informação e propaganda, as pessoas atingidas passam a considerar que sua ação é movida por uma volição genuína e se tornam militantes de uma causa. Trata-se de uma operação de guerra ideológica cujos valores são sintetizados no tripé neoliberalismo-democracia liberal-hegemonia estadunidense.

A estrutura de uma revolução colorida deita raízes no exterior e se ramifica nos Estados-alvos. ONGs e think tanks com atuação na escala internacional articulam, de um lado, agências estadunidenses, do outro, ONGs, think tanks e movimentos sociais de abrangência nacional. As principais lideranças nacionais transitam nas duas esferas. No entorno dessas lideranças, vão-se criando redes, em cuja extremidade estão os simpatizantes (KORYBKO, 2018).

Uma vez montada, a estrutura permanece de prontidão à espera de um “acontecimento”. Esse evento “deve ser controverso e polarizador (ou ao menos retratado dessa maneira) e liberar toda a energia acumulada do movimento. [...] É o ‘chamado público’ do movimento e gatilho da revolução colorida” (KORYBKO, 2018, p. 125).

Quando iniciada, a revolução colorida adota a tática “enxame e mente de colmeia”. Essa tática consiste em induzir os militantes e simpatizantes a promoverem ataques de maneira aparentemente caótica, embora direcionados especificamente a símbolos e instâncias de poder. É nesse momento que as mídias sociais assumem papel fundamental. Apesar de elas serem também importantes nos momentos preparatórios, é a partir do acontecimento que elas se tornam centrais, impulsionando e divulgando os atos (KORYBKO, 2018).

Revoluções coloridas: história e desenvolvimento

As revoluções coloridas possuem uma espécie de “manual de campo”, o livro *Da ditadura à democracia* (1993), do cientista político estadunidense Gene Sharp (KORYBKO, 2018b; MONIZ BANDEIRA, 2013). Em 1983 Sharp criou o *Programa sobre Ações Não Violentas*, no Centro de Assuntos Internacionais de Harvard, e a Albert Einstein Institution,

dedicada ao estudo e à promoção dos métodos não violentos de ação política. Sharp possuía relação com grupos anticomunistas em Taiwan, Tibete, Iugoslávia e Myanmar, entre outros (SHARP, 2010).

A obra foi idealizada e publicada durante a afirmação da hegemonia neoliberal, ideologia que tem como estratégia discursiva forjar uma identidade entre democracia e livre mercado. Logo, a forma como Sharp mobiliza os conceitos ditadura e democracia partem desse pressuposto ideológico.

Da ditadura... é dedicado à luta não violenta, tipo de ação política através de armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas mobilizadas pela população contra as autoridades e que visa conduzir o governante a erros de julgamento. Segundo Sharp (2010, p. 41), na luta não violenta, “os estrategistas devem escolher um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar”.

Não obstante, o livro não contém nada que seja alheio à dinâmica social e política experimentada em Estados onde vigore a democracia liberal e o Estado de direito, mesmo onde esses sejam bastante relativizados, como na América Latina. Porém, em arranjos não ocidentais ou não ocidentalizados, o livro pode representar formas de luta política com as quais nem as autoridades nem a sociedade estejam familiarizados. Foi o que aconteceu quando, no final da década de 1990, um grupo de jovens sérvios teve contato com ele. Segundo o próprio Sharp (2010), esse contato mudou o patamar da luta não violenta.

De acordo com a narrativa da mídia e dos governos do Ocidente, a Iugoslávia vivia sob uma tirania. Nada obstante, sob o governo de Slobodan Milosevic (1997-2000) os partidos políticos faziam suas manifestações massivas legalmente e a imprensa gozava de total liberdade para fazer cerrada oposição ao governo (MACKINNON, 2010).

Por outro lado, USAID, NED, NDI, IRI⁷ e instituições privadas, como a Open Society Foundation (OSF) e a Freedom House, há muito operavam financiando ONGs e veículos de mídia e davam formação política para ativistas sérvios. O discurso de defesa dos direitos humanos, das liberdades individuais e da liberdade de imprensa era o biombo da guerra ideológica estadunidense (MACKINNON, 2010).

Entre os ativistas que receberam recursos e treinamento do sistema de guerra ideológica estadunidense, destacam-se Srda Popovic e Ivan Marovic. Em 1998, eles criaram o movimento Otpor! (Resistência!), que se tornou o principal beneficiário dos recursos que

⁷ Essas instituições serão caracterizadas e analisadas em tópico à frente.

USAID, NED, OSF, Freedom House, NDI e IRI distribuíram à oposição sérvia. Assim, o Otpor! liderou a Revolução Bulldozer (29.set.-05.out.2000), que culminou com a derrubada de Milosevic (MACKINNON, 2010).

A Revolução Bulldozer resulta da comunhão de interesses e a afinidade ideológica entre, de um lado, segmentos iugoslavos e, de outro, burguesia e Estados ocidentais – EUA à proa. Foram forças domésticas, insatisfeitas com o governo Milosevic, que a promoveram, mas o fizeram com decisivo apoio dos EUA e seus aliados europeus, interessados em demover um aliado da Rússia, de modo a enfraquecê-la geopoliticamente. Assim, os EUA, se apoiando na oposição sérvia, puseram sua estrutura de guerra ideológica – USAID, NED, NDI, IRI, *tink tanks* e ONGs – para alimentar ainda mais a cizânia na Iugoslávia.

A Revolução Bulldozer foi um evento que propiciou enorme aprendizado, razão pela qual se buscou replicá-lo. Viabilizou-se, então, um intercâmbio entre os militantes de Otpor! e ativistas de outros países do antigo bloco socialista (MACKINNON, 2010). Nesse período, o número de traduções de *Da ditadura...* mais do que quadruplicou, passando de seis em 2003 para 28 em 2010 (SHARP, 2010). Em 2003 ocorreu a Revolução Rosa (Geórgia), a primeira a mimetizar a Revolução Bulldozer. Depois disso, as revoluções coloridas espalharam-se. Ucrânia (2004/2005 e 2013/2014), Quirguistão (2005), a assim chamada Primavera Árabe (MONIZ BANDEIRA, 2013; O NEGÓCIO DA REVOLUÇÃO, 2011; VISENTINI, 2014), Brasil (2013) (MENDES, 2022) e Hong-Kong (2014-presente) (PENIDO; STÉDILE, 2021) são só alguns dos exemplos que ilustram a dimensão fenômeno.

REVOLUÇÕES COLORIDAS, IDEOLOGIA E OS ENSINAMENTOS DE SUN TZU, MAQUIAVEL E CLAUSEWITZ

O centro da guerra híbrida e da revolução colorida é a guerra ideológica. Nesse sentido, esta seção busca mostrar como os fundamentos da guerra ideológica e da importância da ideologia na guerra podem ser observados em alguns dos principais teóricos da guerra propriamente dita e da política *latu senso*.

Sun Tzu, Nicolau Maquiavel e Carl von Clausewitz já indicavam a importância da ideologia para a realização de objetivos militares – não obstante nenhum deles tenha usado o termo “ideologia”, inclusive porque os dois primeiros escreveram quando o conceito ainda não havia sido formulado. Além disso, o TC 18-01 ecoa os ensinamentos desses autores justamente no que concerne a importância da ideologia para a estratégia militar.

Nesse sentido, a primeira tarefa é fazer algumas considerações sobre o conceito de ideologia, para, a seguir, destacar trechos dos referidos autores nos quais a ideologia aparece de forma implícita. Subsequentemente, traremos os trechos do TC 18-01 que ecoam Sun, Maquiavel e Clausewitz. Finalmente, faremos uma recapitulação para alinhar todas essas relações.

Ideologia

A ideologia está na base da ação política. Como observamos com Marcia Dias (2022, p. 58),

Ideologia é o conjunto ou sistema de ideias, valores e crenças acerca da sociedade. É o programa e a estratégia destinados a dar sentido à ação política do indivíduo, do coletivo ou da classe social. A ideologia pode servir tanto para preservar como para alterar uma dada ordem política, portanto, é possível dizer que inexistente ação política desprovida de ideologia.

Acrescente-se a isso que na democracia liberal, a ideologia simplifica a escolha do eleitor. A tomada de decisão em uma eleição embute uma complexa análise das informações sobre os candidatos, partidos, propostas e programas. Essa complexidade se deve pelo grande volume de informações e pela imperfeição com a qual elas circulam. Destarte, a identificação ideológica reduz o campo de pesquisa do eleitor (DOWNS, 1999).

Na teoria marxista, a ideologia surge como algo irrelevante e depois passa a ser considerada um elemento crucial na luta política. Com efeito, Karl Marx e Friedrich Engels definem-na como “falsa consciência”. Para eles, as ideias são tributárias das relações econômicas, portanto, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Entre os marxistas, foi Vladimir Lenin quem primeiro alertou para a importância da luta ideológica na organização da classe trabalhadora. Para ele, os sindicatos e partidos operários deveria empenhar-se no debate e na divulgação do socialismo. Depois, foi a vez de Antonio Gramsci esclarecer a relação entre ideologia e hegemonia. O autor explica que, a despeito de a hegemonia se apoiar em um delicado equilíbrio entre força e consentimento, uma hegemonia é tão mais desenvolvida quanto mais se legitimar pelo consentimento, e que esse é obtido por meio da ideologia (MENDES; DIAS, 2022).

Já na segunda metade do século XX, Louis Althusser identifica duas teorias acerca da ideologia. Na teoria geral, a ideologia serve para criar e manter a coesão social. Na teoria

específica, além das finalidades gerais, a ideologia serve para manter a dominação de classe (MENDES; DIAS, 2022). Finalmente, Terry Eagleton (2019) identifica seis definições de ideologias: (i) crenças e valores na vida social; (ii) ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico; (iii) promoção e legitimação dos interesses de um grupo em oposição aos interesses de outro grupo; (iv) ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante; (v) ideias e crenças que ajudam, através da distorção e da dissimulação, a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante; e (vi) ideias e crenças ilusórias ou falsas não necessariamente ligadas aos interesses da classe dominante, mas à estrutura material da sociedade.

Essa discussão acerca do conceito de ideologia nos ajuda a identificar sua função nos conflitos internacionais. Como se verá nos próximos tópicos, ainda que o termo “ideologia” não esteja explícito, é possível vê-lo nos ensinamentos de Sun, Maquiavel e Clausewitz. Ensinamentos esses que são recuperados pela TC 18-01. De forma específica, pretendemos mostrar como os fundamentos estratégicos das revoluções coloridas deitam raízes em obras que secularmente são referências para a busca da realização dos objetivos militares dos Estados.

Sun Tzu

Em *A arte da guerra*, o general Sun (2007, p. 19) defende “a melhor política guerreira é tomar um Estado intacto; uma política inferior consiste em arruiná-lo”. Como corolário, ele afirma que “um general hábil [...] conhece a arte de humilhar os seus inimigos sem travar batalhas. Sem derramar uma gota de sangue, sem mesmo desembainhar a espada, consegue tomar as cidades” (SUN, 2007, p. 21).

Para tanto, Sun (2007) destaca a importância de sabotar o Estado inimigo por meio da cizânia em suas fileiras e assim dificultar que seus governantes tenham capacidade de tomar decisões. Por outro lado, pontua, o zelo para com a coesão interna (“harmonia nas relações humanas”) possui mais relevância que o senso de oportunidade (tempo) ou o conhecimento do terreno (espaço).

Finalmente, o autor conclui com o que chamou de “da arte de semear a discórdia”. Para isso, deve investir em espionagem, cuja função se divide em duas. A mais óbvia é a de obter informações acerca do alvo. A outra é a de insuflar divisões, no que consiste o segredo de todo o sucesso. Explica ainda que a criação da discórdia deve operar de forma segmentada, de acordo com nichos específicos.

O grande segredo para vencer sempre consiste na arte de semear a divisão [...] [Através da divisão] se consegue conquistar os habitantes das cidades e das aldeias que estão sob dominação inimiga, envolvendo-os para que possam ser usados com segurança, em caso de necessidade. [...] aliciar os oficiais que servem no exército inimigo. [Através da divisão, é possível ficar] em condições de aproveitar a dissensão que semeamos entre os aliados, entre as diferentes guarnições, ou entre os oficiais dos diversos escalões do exército inimigo. [...] Se souberes infiltrar traidores nas cidades e nos vilarejos inimigos, em breve terás ali muitas pessoas inteiramente devotadas (SUN, 2007, p. 75–76).

Maquiavel

Há dois ensinamentos de Maquiavel sobre a conquista de territórios que corroboram nossos argumentos. O primeiro refere-se ao momento para empreender uma campanha de conquista. Nesse sentido, o conquistador deve manter as tropas de prontidão, aguardando a melhor oportunidade e não agir de forma açodada (MAQUIAVEL, 2015). O segundo é que para dominar de forma mais segura um Estado, primeiro há que se prover a subversão da ordem dentro dele. A explicação é que, “por mais poderoso que seja o próprio exército, necessita-se sempre da ajuda da gente local para o ingresso nas suas terras” (MAQUIAVEL, 2013, p. 9).

Adicionalmente, o autor sugere que, uma vez conquistado um Estado soberano, será mais fácil dominá-lo “através de seus próprios cidadãos do que por outros meios” e que um dos modos de manter tal domínio é “recolhendo um tributo e criando em seu interior um governo oligárquico que lhes coíba todo amotinamento” (MAQUIAVEL, 2013, p. 24).

Clausewitz

Clausewitz (2005, p. 31) sublinha o fato de que, para além da destreza militar, na execução do combate propriamente dito, o sucesso de uma campanha depende de conquistar o que hoje chamaríamos de “corações e mentes” do inimigo: “mesmo que esses objetivos [militar e territorial] estejam conquistados, ainda assim, a guerra, ou seja, os sentimentos e atividades ameaçadoras de grupos hostis não poder ser julgados como findos, enquanto a vontade do inimigo também não for dominada”.

Clausewitz (2005) enxerga a estratégia como o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da campanha e que possui cinco categorias: moral, física (capacidade militar), matemática (ângulos das linhas de combate), geográficos e estatísticos. O autor destaca que, dentre elas, a mais importante diz respeito às forças morais. Por sua vez, uma das principais

armas contra as forças morais do inimigo é o elemento surpresa, devido à sua capacidade de confundir e reduzir a coragem do inimigo.

Nada obstante, o autor frisa que a surpresa está condicionada à existência da oportunidade, uma variável sobre a qual o comandante não tem controle. O sucesso do elemento surpresa “está relacionado com a imprescindível presença de circunstâncias favoráveis, que, obviamente, não acontecem com muita frequência e que raramente podem ser provocadas pelo próprio comandante” (CLAUSEWITZ, 2005, p. 164).

Training Circular (TC) 18-01

A *National Defense Strategy* de 2005 elencou, dentre os cenários possíveis de atuação das Forças Armadas dos EUA, a guerra irregular, situação em que o excedente de força estadunidense é desafiado por métodos não convencionais de combate (HOFFMAN, 2007). Em 2010, o Departamento de Defesa dos EUA emitiu a *Training Circular (TC) 18-01*, que instrui as forças especiais sobre guerras não convencionais, afinal, “em um futuro previsível, as forças dos EUA se envolverão predominantemente em operações de guerra irregular” (U.S., 2010, p. iv), embora recorde que esse tipo de operação já fora experimentado na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), na Guerra da Coreia (1951-1953), no teatro europeu durante a Guerra Fria (1952-1989), na Guatemala (1954), em Cuba (1960) e na Nicarágua (nos anos 1980) (U.S., 2010).

Para o Departamento de Defesa dos EUA, guerras não convencionais constituem-se em “atividades realizadas para permitir que um movimento de resistência ou insurgência possa coagir, interromper ou derrubar um governo ou poder de ocupação operando através ou com uma força subterrânea, auxiliar e guerrilheira”. O Departamento afirma que “a intenção dos esforços de guerra não convencionais dos EUA é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de uma potência hostil, desenvolvendo e sustentando forças de resistência para cumprir os objetivos estratégicos dos EUA” (U.S., 2010, p. 1.1).

Como informa o documento, um elemento importante em uma campanha de guerra não convencional é a subversão: “ações destinadas a minar a força ou moral militar, econômica, psicológica ou política de uma autoridade governante” e cuja função é “dilapidar o poder do governo ou elemento de ocupação, retratando-o como incapaz de atender às demandas da população” (U.S., 2010, p. 1.6-1.7).

O documento dedica ainda uma seção à “viabilidade para o patrocínio dos Estados Unidos”. Nela, os EUA reconhecem seus limites para interferir no quadro político da “nação hostil”: “embora forças externas possam alterar e moldar o ambiente existente em algum grau, elas não podem fabricá-lo ou transplantá-lo artificialmente” (U.S., 2010, p. 1.3). Nesse sentido, o TC 18-01 destaca que essas operações excedem a capacidade de ação do Departamento de Defesa dos EUA e que, por isso, exigem cooperação interagências para assim melhor explorar as condições favoráveis.

O sucesso de desse tipo de operação está condicionado a circunstâncias gerais e específicas. Em geral, uma população dividida é mais vulnerável. Por outro lado, entre as condições específicas que facilitam uma campanha de guerra não convencional, uma relaciona-se mais à nossa pesquisa: a existência de segmentos nacionais dispostos a colaborar com os EUA (U.S., 2010).

Revoluções coloridas como o ápice do pensamento de Sun, Maquiavel e Clausewitz

Como visto na seção anterior, a doutrina russa entende a guerra híbrida como uma modalidade de conflito que possui uma dimensão não armada (revolução colorida) e outra armada (guerra não convencional). Na revolução colorida ocorre a captura dos corações e das mentes de nacionais do Estado-alvo. Com isso, arregimenta-se o contingente que deve desestabilizar o governo e defender os valores do neoliberalismo, da democracia liberal e da hegemonia dos EUA. Nesse sentido, a revolução colorida é uma expressão, uma modalidade da guerra ideológica, tema do próximo item.

Nesta seção, por outro lado, mostramos que a doutrina estadunidense não distingue etapas e métodos não armados daqueles armados: tudo faz parte do esforço multiagências da guerra não convencional.

Adicionalmente, mostramos que o manual de guerra não convencional dos EUA é tributário dos ensinamentos formulados por Sun, Maquiavel e Clausewitz. Mais do que isso, os trechos da TC 18-01 aqui destacados evidenciam que a doutrina estadunidense não apenas se inspirou naqueles autores, como também normatizou suas teorias. É o que se percebe quando o documento discorre acerca dos limites à interferência estrangeira e das condições nas quais ela é mais viável, ou quando ele trata da importância de se criar discórdia, de cominar a vontade do inimigo e de se estar de prontidão, à espera da melhor oportunidade para desfechar o ataque.

Não obstante, mostramos também que esses pontos de contato entre a doutrina estadunidense e as formulações de Sun, Maquiavel e Clausewitz se dá justamente no que hoje podemos chamar de guerra ideológica. Como se pôde ver, ainda que nenhum dos três autores tenha usado o termo, a ideologia está presente nas suas análises.

Finalmente, em que pese não haver inovações genuínas na doutrina da guerra não convencional, o fato de só agora o DOD lançar um manual concentrado nessas técnicas indica que houve uma mudança no grau de importância que elas adquiriram para os estrategistas em Washington. Não apenas eles reconhecem que o ambiente em que os conflitos se desenrolam é distinto, como eles vêm se dedicando a formular estratégias e táticas para operar nesse novo ambiente.

O que a guerra híbrida traz de novidade são a sistematização dos métodos de guerra ideológica e a centralidade que eles passam a ter. Nesse sentido, é oportuno recuperar a noção de guerra ideológica e mostrar como a guerra híbrida é essencialmente uma guerra ideológica a serviço da contrarrevolução e do imperialismo estadunidense.

REVOLUÇÕES COLORIDAS COMO GUERRA IDEOLÓGICA CONTRARREVOLUCIONÁRIA E IMPERIALISTA

As revoluções coloridas constituem-se num conjunto de táticas que objetivam destituir um governo – ou, no mínimo promover elevada instabilidade. Além disso, a despeito das reivindicações específicas, elas defendem três pautas gerais: a democracia liberal, o neoliberalismo e a hegemonia dos EUA. Por isso, argumentamos que elas são uma guerra ideológica contrarrevolucionária – defesa do neoliberalismo – e imperialista – defesa da hegemonia dos EUA.

Em que pesem as dificuldades em torno da definição de guerra, esta serve, no limite, para conquistar ou dominar territórios. A Geografia Política ensina que território é um espaço determinado por relações de poder. Já o Direito Internacional elenca o território, junto com povo e governo, como uma das três dimensões essenciais de um Estado. Ademais, há uma relação biunívoca entre Estado e território. Por um lado, o território é a base material e indica os limites jurisdicionais de um Estado. Por outro, não há sobreposições entre autoridades estatais, ou seja, cada território está sujeito às leis de apenas um Estado, que vai determinar como os recursos naturais e sociais daquele território serão explorados.

Uma vez que ao longo da primeira metade do século XX consagraram-se a autodeterminação dos povos e a proscricção da guerra de conquistas, para se acessar os recursos (econômicos, sociais e políticos) de um território fora de sua jurisdição, os Estados precisam do aval do governo que detém jurisdição sobre aquele território. O que nos remete à ideia gramsciana de que a hegemonia é um *continuum* força-consentimento, sendo que ela é tão mais desenvolvida quanto mais se apoiar no consentimento, para o que a ideologia é essencial. Assim, a guerra ideológica assume a centralidade nas disputas por poder e riqueza em escala internacional.

Como observado, há autores, como Kaldor e Duffield, que indicam que há atualmente formas de guerra que escapam da gramática política já estabelecida. Porém, entre os socialistas, também há os que identificam mudanças na forma de fazer a guerra. Diferentemente de Kaldor e Duffield, que localizam essa mudança no pós-Guerra Fria, Domenico Losurdo (2004) identifica a própria Guerra Fria como uma experiência bélica nova. Para ele, desde então, a guerra assumiu uma nova face, tornando-se uma “mistura mortal”, com dimensões diplomático-militar, econômica e ideológica.

O autor observa que, conquanto seja citada como a segunda em relevância, a dimensão econômica costuma ser superestimada. Lembra que nos anos 1930 e entre 1945-1950, a URSS já havia demonstrado possuir enorme capacidade de imprimir forte crescimento econômico e capacidade de desenvolvimento. Por outro lado, alerta, não se pode subestimar a frente ideológica da Guerra Fria, inclusive porque uma das primeiras tarefas que a Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA recebeu foi a de organizar uma estrutura de guerra psicológica (LOSURDO, 2004).

Guerra ideológica durante a Guerra Fria

O mentor da estrutura estadunidense de guerra ideológica foi George Kennan. Formulador da estratégia da contenção e do Plano Marshall, ele foi “um dos pais da CIA”, órgão incumbido de promover a guerra cultural. Em 1947, ano de fundação da Agência, suas ideias inspiraram uma diretriz do Conselho de Segurança Nacional que instruiu a CIA “a empreender ‘atividades psicológicas sigilosas’ que apoiassem as políticas anticomunistas norte-americanas” (SAUNDERS, 2008, p. 53). Foi também por sua influência que se criou, em 1951, a Diretoria de Estratégia Psicológica, uma agência independente do Departamento de Estado e da CIA.

Coube à CIA construir consórcio de amplo espectro – abarcando diversos intelectuais e artistas, de forma a dissimular o caráter político-ideológico das operações – cuja dupla tarefa era neutralizar a influência comunista e defender os interesses geopolíticos dos EUA. Uma peça-chave no consórcio foi o Congresso pela Liberdade Cultural (CLC), criado em 1950, na Alemanha Ocidental. Quando, em 1966, veio à tona que a CIA financiava e indicava os executivos do CLC, o Congresso entrou em crise e diversos intelectuais e artistas fizeram questão de dizer que desconheciam a ingerência da CIA. Em 1969, ocorreu sua dissolução (SAUNDERS, 2008).

Nessa estrutura, também merece destaque a Rádio Europa Livre (REL), criada em 1950. Em 1949, Allen Dulles, irmão de John Foster Dulles, chefe da diplomacia estadunidense entre 1953-59, criou o Comitê Nacional por uma Europa Livre, instituição de fachada para operações da CIA e cuja missão era assumidamente combater o comunismo. Para lavar o dinheiro oriundo da CIA, o Comitê criou a Cruzada pela Liberdade, que tinha no jovem ator Ronald Reagan seu garoto propaganda. Em 1950, então, o Comitê criou a REL. Essas três instituições – o Comitê, a Cruzada e a Rádio – eram supervisionadas pela Diretoria de Estratégia Psicológica. Com 29 estações no Leste Europeu e fazendo (re)transmissões em 16 idiomas, a REL teve papel destacado na luta ideológica na Europa Oriental e na própria URSS, tendo contribuído para a agitação que precedeu a revolta na Hungria, em 1956 (SAUNDERS, 2008).

Em 1961, os Estados Unidos fundaram a *United States Agency for International Development* (USAID), órgão do Departamento de Estado dos EUA cuja missão é “apoiar a condução da política externa estadunidense” e promover “a democracia, a paz e a prosperidade mundo afora”.⁸ Para tanto, a USAID estabelece em outros países parcerias com instituições públicas ou privadas.

Em 1983, os EUA criaram o *National Endowment for Democracy* (NED). Apesar de ser uma organização não-governamental, o NED recebe e distribui recursos públicos a organizações privadas a fim de promover os valores da democracia liberal e do livre-mercado.⁹

O NED é um elemento chave na retomada da ofensiva estadunidense. Ele articula a tese falaciosa e propagandística da inseparabilidade entre neoliberalismo e democracia, enunciado central da Doutrina Reagan e replicado por todos os governos estadunidenses que vieram depois. Sua criação foi seguida da de outras três instituições com as quais o fundo

⁸ *Mission, vision and values*. USAID. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/mission-vision-values>. Acesso: 20.jan.2022.

⁹ *History*. NED. Disponível em: <https://www.ned.org/about/history/#1>. Acesso: 20.jan.2022.

trabalha: o *International Republican Institute* (IRI), o *National Democrat Institute* (NDI) e o *Center of Private Enterprise* (CIPE). Os dois primeiros são *think tanks* ligados aos principais partidos estadunidenses. O CIPE é uma entidade vinculada à Câmara de Comércio dos EUA. Essas quatro instituições foram criadas para travar de forma aberta a guerra ideológica que a CIA vinha travando de forma encoberta até o escândalo do CLC (PECK, 2010). Ademais, a relação entre o NED e a CIA fica evidente pelo fato de que pela direção do fundo passaram notáveis ex-agentes de inteligência (MEYSSAN, 2004).

Montado para travar a guerra ideológico contra o socialismo soviético, tal aparato não foi desmobilizado após a vitória na Guerra Fria. A partir dos anos 1990, além de continuar operando nas ex-repúblicas soviéticas, o NED atuou para desestabilizar os governos de Jean-Bertrand Aristide (Haiti), Fidel Castro (Cuba) e Hugo Chávez (Venezuela). O NED distribui recursos para ONGs e *think tanks* liberais cujos militantes recebem formação intelectual – desde teoria liberal até ação política – oferecida direta ou indiretamente por quadros da USAID, do IRI e do NDI (MACKINNON, 2010).

Esses financiamento e treinamento são chave para compreender as revoluções coloridas, porque estas são a expressão contemporânea da guerra ideológica que os EUA promoveram mundo afora para propagar e defender seu estilo de vida, a democracia liberal, o livre mercado e a hegemonia estadunidense.

Guerra híbrida e a contrarrevolução global

Entre os marcos do início do desmoronamento da ordem da Guerra Fria estão a Revolução de Veludo (Tchecoslováquia, 1989) e as manifestações na Alemanha Oriental (1989). Essas duas mudanças de regime podem ser enquadradas no que Sharp (2010) chama de “métodos não violentos de luta política”, estando, inclusive, entre os eventos que o inspiraram para escrever o *Da ditadura...*. Já Luiz Alberto Moniz Bandeira (2013) e Paulo Fagundes Visentini (2014) listam esses dois eventos como revoluções coloridas, sem olvidar da importância do livro *Da ditadura...* para as mudanças de regime que depois consagrariam o termo.

Como já dissemos, as revoluções coloridas são um tipo de golpe de Estado precedido de protestos não violentos, aparentemente espontâneos e desordenados. Conquanto tenham sido as revoluções Rosa (Geórgia, 2003), Laranja (Ucrânia, 2004/2005) e Tulipas (Quirquistão, 2005) que consagraram o termo, todas mimetizaram a Bulldozer (Iugoslávia, 2000), evento no

qual o livro *Da ditadura...* foi fundamental. Agora, mostramos que o livro foi inspirado em experiências como as ocorridas em Praga e Berlim Oriental. Logo, podemos dizer que elas são revoluções coloridas *avant la lettre*.

Losurdo (2010) também vê relação entre a Revolução de Veludo e a Revolução Rosa. O autor observa que foram usados na Tchecoslováquia e na Geórgia um conjunto de ações não violentas que têm como objetivo desacreditar e demonizar os governantes a fim de promover “a excitação das massas”. Tudo isso associado a uma campanha midiática de desinformação e mentira.

Há que se considerar também que os intelectuais da burguesia não veem com bons olhos os processos genuinamente revolucionários, como ilustram suas críticas ao período jacobino da Revolução Francesa, à Revolução Haitiana e a Revolução Russa. Esses intelectuais valorizam apenas as revoluções lideradas por cima, com pouca ou nenhuma participação popular, como a Puritana e a Estadunidense (LOSURDO, 2017).

Logo, o regozijo com o qual a mídia oligopolista e os intelectuais e políticos neoliberais progressistas tratam as revoluções coloridas geraria suspicácia, não fossem as pautas dessas manifestações multitudinárias. As revoluções coloridas costumam ser celebradas no Ocidente porque entre suas bandeiras estão as pautas do que Nancy Fraser (2020) chama de neoliberalismo progressista.

Fraser (2020, p. 104) chama atenção para o fato de que a contrarrevolução neoliberal contou com uma “convergência contraintuitiva”. Mulheres, homossexuais, não-brancos e não-ocidentais não desfrutavam dos mesmos benefícios do Estado de bem-estar social que os homens brancos heterossexuais e ocidentais. Essa desigualdade abriu espaço para que movimentos progressistas emancipacionistas questionassem o sistema a partir da luta inclusiva. Em outra frente, liberais combatiam o movimento sindical e o Estado de bem-estar social, acusando-o de deformar a economia de mercado e restringir a livre iniciativa. O resultado foi o que a autora chama de “neoliberalismo progressista”, “uma nova aliança na qual os defensores da mercantilização recuperam as correntes dominantes dos movimentos pela emancipação para se juntar e, eventualmente, eliminar os partidários da proteção social”.

Como as pautas afirmativas e ambiental não possuem marcadores ideológicos *a priori*, elas podem ser defendidas tanto por liberais quanto por socialistas. Portanto, também não é coincidência que em diversos países USAID, NED, IRI e NDI atuem em parceria com *think tanks*, ONGs e movimentos sociais que defendam essas bandeiras, desde que, claro, eles não tratem da questão de classe.

Com efeito, esses temas foram e têm sido o flanco pelo qual a estrutura de guerra ideológica arregimenta e treina indivíduos das populações locais para serem a infantaria das revoluções coloridas. Foi assim nos países que eram do campo socialista na Guerra Fria (MACKINNON, 2010). Foi assim na dita Primavera Árabe, em países como Tunísia, Líbia, Síria e Egito, onde, inclusive impressões em árabe do *Da ditadura...* foram distribuídos nos protestos da Praça Tahrir (Cairo), e na segunda revolução colorida ocorrida na Ucrânia, em 2013/14, conhecido como Euromaidan (MONIZ BANDEIRA, 2016, 2013). Assim como estão entre as bandeiras da Revolução dos Guarda-Chuvas, em Hong-Kong (PENIDO; STÉDILE, 2021).

Na revolução colorida brasileira (FIORI, 2020; MENDES, 2022; SOUZA, 2020), essas pautas tiveram menos relevância. O movimento ficou por conta dos *think tanks* liberais, vários dos quais próximos à USAID e ao NED, via Atlas Network. As lideranças de alguns dessas instituições contribuíram para o agigantamento dos protestos de 2013, visto por elas como a oportunidade de desestabilizar um governo que não comungava com sua agenda (MENDES, 2022).

Em todos os casos em que a revolução colorida foi bem-sucedida, houve um retrocesso em termos socioeconômicos devido ao avanço da agenda neoliberal. No entanto, no Brasil e na Ucrânia, ele foi acompanhado dum retrocesso civilizacional. Em ambos os casos, as revoluções coloridas se deram na esteira da ascensão do que Fraser (2020) chama de neoliberalismo ultrarreacionário: um neoliberalismo combinado com uma ofensiva contra o aspecto inclusivo do neoliberalismo progressista, ou seja, abertamente racista, machista, homofóbico e com traços de fundamentalismo religioso.

Como observam Mendes e Dias (2022), a eleição de Jair Bolsonaro (2018) resulta do mutualismo entre o liberal-conservadorismo e o bolsonarismo, expressão brasileira do neofascismo. Os autores destacam que a contrarrevolução neoliberal resultou da aproximação entre os defensores do neoliberalismo e do neoconservadorismo, portanto, argumentam, a rigor, o que se convencionou chamar de neoliberalismo é na verdade o liberal-conservadorismo. Desse modo, o que se assiste no Brasil desde 2013 é o aguçamento da disputa ideológica na qual a dimensão neoconservadora da aliança ganhou mais força e visibilidade, conquanto sempre estivesse presente. A síntese desse mutualismo é assim descrita da seguinte forma pelos autores:

Por um lado, o bolsonarismo vem viabilizando a implementação de uma agenda de retirada de direitos – portanto, liberal – por meio de um apelo a valores familiares e religiosos – portanto, conservadora. Por outro lado, essa agenda liberal-conservadora precisou se apoiar em uma ideologia neofascista para ganhar corações e mentes de forma a lhe conferir legitimidade (MENDES; DIAS, 2022, p. 91–92).

Já no caso da Ucrânia, Euromaidan tanto contou com segmentos neonazistas como reforçou esses grupos. A eleição de Viktor Yanukovytych, em 2010, político próximo à Rússia, significou a derrota da Revolução Laranja, ocorrida em 2005. Para desestabilizar seu governo, a estrutura de guerra ideológica passou a trabalhar junto com grupos de extrema direita que veneram a memória de Stepan Bandera, líder do movimento que em 1941 proclamou a independência da Ucrânia em relação à URSS para levá-la a uma aliança com a Alemanha Nazista. Bandera fora alçado à condição de herói nacional pelo presidente Viktor Yushchenko (2005-10), líder da Revolução Laranja. Dentre os grupos neonazistas apoiados pelos governos do Ocidente para desestabilizar o governo Yanukovytych, ganhou notoriedade o Batalhão Azov, milícia que foi fundamental para o sucesso da Euromaidan e que, desde então, foi incorporado às forças de defesa ucranianas (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Sem embargo, outro aspecto contrarrevolucionário das revoluções coloridas diz respeito ao (re)alinhamento aos EUA dos governos que delas emergem. Ou seja, elas são guerras ideológicas a serviço do imperialismo.

Guerra híbrida e imperialismo

Analisando o intervencionismo estadunidense contemporâneo, Fiori (2020, p. 107) pontua que

Num nível mais alto e mais complexo de intervenção [dos Estados Unidos], encontra-se aquilo que os analistas têm chamado de “guerra híbrida” ou “guerra de quarta geração”. Um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário [...] Até o limite da indução e manipulação dos “levantes populares” que foram utilizados em alguns países da Europa Central e do Oriente Médio, e que agora estão sendo utilizados na América Latina. E também no Brasil.

Ao logo do século XIX, um dos argumentos do imperialismo era levar o progresso econômico e os “elevados” valores civilizacionais europeus aos povos atrasados. A partir de 1991, o “fardo do homem branco” assumiu novas vestes. As “intervenções humanitárias” eram anunciadas sob a justificativa de defesa dos direitos humanos – sempre sob a ótica das liberdades individuais, não econômicas – e de promoção da democracia liberal (FIORI, 2018;

LOSURDO, 2017). Nesse sentido, as revoluções coloridas viabilizam a ação imperialista sem a necessidade de uma intervenção armada.

A relação entre as revoluções coloridas e o imperialismo possui quatro aspectos: neoliberalismo, subserviência, desordem e guerra não convencional. Revoluções coloridas bem-sucedidas costumam resultar em governos neoliberais e/ou governos alinhados aos EUA. Nos casos em que elas são parcialmente bem-sucedidas, o mais comum é que Estado passe por longos períodos de instabilidade que muitas vezes evoluem para guerras não convencionais.

Pela caracterização de Korybko (2018b), a guerra híbrida é composta de duas etapas, a revolução colorida e a guerra não convencional. A guerra não convencional inicia quando a revolução colorida, embora não tenha atingido seu intento, conseguiu gerar instabilidade tal que possa desdobrar-se em conflito armado, que assume forma de insurreição ou guerra civil. Os casos paradigmáticos aqui são a Líbia e a Síria.

O livro *Guerras híbridas* foi lançado em 2015 e é centrado no desafio que a guerra híbrida representa para a Rússia. Provavelmente por isso, o livro não trata de Hong-Kong. A região administrativa especial chinesa vive, desde 2014, uma espécie de revolução colorida permanente: a quinta coluna não consegue a independência, nem o conflito evolui para uma fase armada, tampouco Beijing consegue debelar de vez a tensão, que perdura em baixa intensidade, promovendo protestos esporádicos. Frise-se que o aspecto imperialista da Revolta dos Guarda-Chuva resta evidente pelas constantes exibições em seus atos da bandeira da Hong-Kong colonial, quando a península era território britânico.

O caso da Nicarágua também escapou à análise do russo, inclusive porque no país centro-americano a revolução colorida eclodiu em 2018. O processo começou intenso, com tiroteios entre as forças da revolução colorida e as forças policiais. Hoje, porém, ainda que a questão não esteja resolvida, o governo restabeleceu algum controle sobre a situação, tendo o presidente Daniel Ortega (2007-presente) conseguido se reeleger em 2021.

Os casos de Hong-Kong, Nicarágua e Síria, apesar de terem evoluído de forma diferente, podem ser enquadrados como exemplos de desordem e instabilidade que favorecem os EUA porque dificultam a formação de um mundo multipolar e porque criam tensões no entorno da Rússia e da China ou em aliados desses Estados (KORYBKO, 2018b; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Sem embargo, quando as revoluções coloridas são bem-sucedidas elas são um importante instrumento do imperialismo. Aqui, os destaques ficam por conta da Geórgia, Ucrânia e Brasil.

Em 2003, Mikheil Saakashvili liderou a Revolução Rosa. Em 2005, foi nomeado presidente da Geórgia. Pós-graduado nos EUA, em seu discurso de posse sinalizou que promoveria uma inflexão na política externa do país, aproximando-o da Europa e dos EUA. Ademais, implementou uma série de medidas neoliberais país. De então até a crise entre Rússia e Ucrânia (2014-presente), a Geórgia figurava como a mais hostil das ex-repúblicas soviéticas (MONIZ BANDEIRA, 2013).

No caso da Ucrânia, a relação entre as revoluções coloridas e o imperialismo tem nas motivações da Euromaidan e nos governos dela tributários sua manifestação incontestável. Como já dito, o projeto da Revolução Laranja havia sido derrotado em 2010, mas voltou à carga nas manifestações da Euromaidan (2013-2014), que tinham entre suas motivações a resistência de Yanukovych em aderir ao União Europeia. Nos bastidores, a ambição era incluir Kiev na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Com efeito, os governos que se seguiram à resolução colorida de 2013/14 retomaram as negociações nesses dois sentidos (MONIZ BANDEIRA, 2016).¹⁰

No Brasil, o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro são tributários da revolução colorida de 2013. Com efeito, tanto o governo Michel Temer (2016-2018) quanto o governo Bolsonaro (2019-2022) implementaram uma agenda ultraneoliberal e se marcaram por subserviência aos EUA. A eloquência do sucesso da guerra ideológica no Brasil pode ser vista em dois episódios protagonizados por Bolsonaro. Apesar de se anunciar como um nacionalista e de contar com apoio de setores nacionalistas, a exibição do vídeo em que Bolsonaro “batia continência” à bandeira dos EUA não tisonou sua imagem junto ao eleitorado nacionalista. Ademais, mesmo afirmando que os trabalhadores teriam que escolher entre direitos e emprego, Bolsonaro venceu em todas as classes sociais, inclusive junto aos mais pobres.

Finalmente, julgamos interessante dedicar um tópico específico para a relação entre neoliberalismo e imperialismo, não só porque eles são dois dos objetivos das revoluções coloridas, mas também porque há uma estreita relação entre eles.

Imperialismo e neoliberalismo

Analisando as expressões hodiernas do imperialismo, David Harvey (2011) alerta que o imperialismo não pode ser reduzido às intervenções militares, apesar de essas serem sua

¹⁰ Enquanto este trabalho era escrito, a Rússia invadiu a Ucrânia justamente tendo entre as alegações a de que, sob a ótica de Moscou, é inadmissível que Kiev faça parte da Otan.

expressão mais visível e óbvia. Para o autor, o imperialismo é um conjunto de práticas políticas pelo qual um Estado se apropria da riqueza de outro Estado; quando um Estado gera bem-estar em seu território às custas dos recursos naturais e sociais de um território além dos seus domínios. Essa apropriação pode ocorrer de várias maneiras. Atualmente, a principal prática imperialista é a que o autor chama de “acumulação por espoliação”, uma versão contemporânea da acumulação primitiva. Através da acumulação por espoliação ocorre a liberação subvalorizada de um conjunto de ativos. Entre seus principais expedientes estão a privatização, o sistema internacional de crédito, a venda de matéria prima a preços muito baixos e a depreciação da mão de obra. Todos esses elementos são articulados pelo neoliberalismo. Portanto, continua o autor, a adoção do neoliberalismo por parte dos Estados periféricos e semiperiféricos funciona como instrumento do imperialismo, uma vez que permite aos Estados centrais se apropriarem dos recursos de territórios fora de seus domínios.

Portanto, as revoluções coloridas viabilizam que as potências centrais obtenham de forma pacífica o que antes só podia ser obtido por meio da guerra. Mais do que isso, as revoluções coloridas viabilizam que parte da população local se engaje a favor da própria espoliação.

Nesse sentido, cumpre observar que as revoluções coloridas são ainda mais eficientes ao imperialismo que as táticas usadas nos anos 1960 e 1970. Naquela época, as manifestações populares eram um aspecto coadjuvante na estratégia imperialista. Tomando o Brasil como exemplo, a despeito da força da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, às vésperas do golpe, o presidente João Goulart (1961-64) contava com mais de 70% de aprovação. Já em 2013, em três semanas, as manifestações derrubaram em 27pp a aprovação da presidenta Dilma Rousseff (2011-16). Se no primeiro foi necessário a força porque o convencimento era insuficiente, no segundo, o convencimento tornou a força desnecessária.

CONCLUSÃO

Em um mundo onde, ao menos em princípio, a autodeterminação dos povos e a igualdade soberana dos Estados são princípios balizadores das relações internacionais, influenciar a vontade popular adquire relevância inédita na política internacional. Não que outrora fosse irrelevante. Muito pelo contrário. Como mostramos, há séculos, importantes teóricos já apontavam que os estrategistas deveriam atentar-se a essa variável. O que a guerra híbrida e, mais especificamente, a revolução colorida inovam é a ênfase dedicada às táticas de

influenciar a opinião pública do território a ser conquistado e a sistematização das operações para ganhar corações e mentes.

Como mostramos, as revoluções coloridas ocorrem em países onde está/estão presente(s) ao menos uma das seguintes condições: as políticas neoliberais encontram resistência; estão nas zonas de influência da China e da Rússia (potências que desafiam a hegemonia dos EUA); são aliados desses países. Não à toa, quando bem-sucedidos, esses golpes resultam na implementação de políticas neoliberais e na subserviência dos Estados aos interesses dos EUA.

Através das revoluções coloridas, os EUA e seus aliados têm conseguido levar milhares de pessoas para as ruas para derrubar governos e pôr em seu lugar governos que elevam o grau de exploração ao qual serão submetidos esses mesmos manifestantes e que alienam sua soberania. Portanto, analisando as revoluções coloridas à luz do materialismo histórico, concluímos que essas manifestações são a expressão da guerra ideológica contrarrevolucionária e imperialista.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2013.

CLAUSEWITZ, C. **Da guerra: a arte da estratégia**. São Paulo: Tahyu, 2005.

COX, R. W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: para além da teoria de Relações Internacionais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10–37, 2021.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUFFIELD, M. **Global governance and the new wars: the merging of development and security**. London ; New York : New York: Zed Books ; Distributed in the USA exclusively by Palgrave, 2014.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FIORI, José Luís. A dialética da guerra e da paz. *In*: FIORI, José Luís (org.). **Sobre a guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis: Vozes, 2020.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GORI, U. Guerra. (N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, org.) *In*: Dicionário de política. 13. ed Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 2010. p. 571–577.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2011.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21th Century: the rise of the hybrid wars**. Arlington (Virgínia): Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

KALDOR, M. **New and old wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 2012.

KORYBKO, A. **Brasil é alvo de guerra híbrida, diz analista**. 18 out. 2018a. **Tutameia**. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018b.

LIND, W. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**, [S. l.], v. 84, n. 5, p. 12–16, 2004.

LOSURDO, D. **Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LOSURDO, D. **Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 2017**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, D. Resistência falsa e manipulações verdadeiras: a geopolítica da internet. 22 set. 2010. **Arquivo marxista da internet**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2010/09/22.htm>. Acesso em: 9 mar. 2022.

MACKINNON, M. **The new cold war: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former soviet union**. Toronto: Vintage Canada, 2010.

MAQUIAVEL, N. **Da arte da guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L & PM, 2013.

MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463–481, dez. 2018a. . Acesso em: 30 set. 2020.

MARTINS, C. E. Guerra e violência na teoria marxista. *In*: FIORI, José Luiz (org.). **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018b.

MENDES, M. **Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018)**. 1a edição. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2022.

MENDES, M.; DIAS, M. R. O mutualismo entre liberal-conservadorismo e fascismo: disputa ideológica e cenário político do Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais – Dossiê Burguesia e extrema-direita no Brasil**, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 57–95, jun. 2022.

MEYSSAN, T. Las redes de la injerencia «democrática». 2004. **Red Voltaire**. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article122880.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 1a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

O NEGÓCIO DA REVOLUÇÃO. [S. l.]: Journeyman Pictures, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U7PD05rFD_I. Acesso em: 20 jan. 2021.

PECK, J. **Ideal illusions: how the U.S. government co-opted human rights**. 1st ed. New York: Metropolitan Books, 2010(American empire project).

PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América: Guerras Híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. v. (no prelo), .

SAUNDERS, F. S. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SHARP, G. **Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação**. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.

SOUZA, J. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SUN, T. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L & PM, 2007.

U.S., D. of the A. **Training Circular 18-01**. [S. l.: s. n.], 30 nov. 2010. Disponível em: <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

VISENTINI, P. G. F. **O Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VISENTINI, P. G. F. O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 40–56, 2019.

9. GUERRA NA UCRÂNIA: CONFLITO INTER-IMPERIALISTA?

Chantal Liégeois¹

INTRODUÇÃO

Desde 24 de fevereiro de 2022, o mundo vive abalado pela guerra na Ucrânia. O povo ucraniano se encontra em uma situação catastrófica de sobrevivência e uma disjuntiva: fugir da guerra ou ficar tentando resistir para defender sua terra? Esta guerra não é só local, alterou todo o cenário político europeu e inclusive mundial. Como chegamos a esta situação? Que tipo de conflito é esse? Para quem se propõe ir além da avassaladora propaganda unilateral da mídia *mainstream*, controlada pelos Estados Unidos e dirigida para satanizar Putin e justificar a posição da OTAN, é preciso perguntar sobre as determinações do sistema imperialista sobre o conflito.

As teorias sobre o imperialismo, sua história e suas diferentes facetas, a partir de textos clássicos da tradição marxista permitem avançar na compreensão **das questões em jogo por trás desta guerra**, os objetivos ocultos e as responsabilidades dos atores no conflito. Na época imperialista, a guerra – que é a prolongação da política por outros meios – serve aos interesses de diferentes setores imperialistas que tentam superar suas crises de hegemonia (econômica, política e militar) e se reposicionar no sistema internacional de Estados.

A escalada crescente da guerra na Ucrânia, as decisões sobre sanções que a acompanham e o pouco avanço das negociações, revelam o papel da **Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN** como **principal representante** dos interesses do imperialismo estadunidense nesta guerra. Desde o fim da guerra fria, a OTAN se converteu na maior organização militar mundial e um dos principais instrumentos do imperialismo norte-americano. Na verdade, esta guerra é entre Rússia e Estados Unidos e pode ser chamada de guerra inter-imperialista.

¹ Assistente Social, mestranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social, Universidade Federal de Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq. Email: chantal.liegeois@gmail.com

Porém, a guerra na Ucrânia tem um duplo caráter: é também uma guerra de independência nacional para Ucrânia, historicamente fragilizada por sua posição geopolítica entre a Europa e a Rússia. E o povo ucraniano está tentando resistir à invasão russa². Por este caráter duplo, a guerra na Ucrânia é ainda mais preocupante, provoca um quadro de grande instabilidade econômica e política, ou seja, uma séria ameaça à Europa e ao mundo.

O tema do imperialismo e seu desenvolvimento histórico foi tratado por numerosos autores ao longo do século XX. Neste texto, intenta-se enriquecer a reflexão sobre a atualidade com alguns aportes conceituais de autores clássicos da tradição marxista, como Lenin, Trotsky e Mandel. Os debates e opiniões de autores mais contemporâneos, como David Harvey, Atílio Boron, Perry Anderson e Rolando Astarita, confirmam que a discussão sobre o imperialismo segue pertinente para debater a guerra na Ucrânia.

Este texto é resultado inicial de um trabalho de estudo sobre a questão do imperialismo no capitalismo contemporâneo e suas diretas implicações na guerra na Ucrânia, busca-se desvelar e aprofundar o papel preocupante da OTAN no presente conflito.

1. O IMPERIALISMO E A GUERRA IMPERIALISTA

Para avançar na compreensão dos riscos em questão na situação bélica atual, é pertinente apresentar aportes bibliográficos sobre o imperialismo contemporâneo. Uma definição geral comum entre autores da tradição marxista é que o imperialismo se refere ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista. No início do século XX, em base à teoria da acumulação de Marx, Lenin (1917) vai desenvolver a teoria do imperialismo no seu livro “*O imperialismo: fase superior do capitalismo*”.

O autor relaciona as características centrais do imperialismo: 1) a exportação do capital adquire uma importância primordial, lado a lado com a exportação de mercadorias; 2) A produção e a distribuição passam a ser centralizadas por grandes trustes ou cartéis; 3) os capitais bancários e industriais se fundem; 4) as potências capitalistas dividem o mundo em esferas de influência; 5) essa divisão é concluída, abrindo a possibilidade de uma futura luta intercapitalista para redividir o mundo.

² Ver o relato descritivo da resistência contra os ataques russos nas cidades do país, pela intelectual marxista ucraniana Daria Saburova em: *La guerre en Ukraine et les dilemmes de la gauche occidentale*. Acesso em dia 14 março de 2022. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/guerre-ukraine-dilemmes-gauche-occidentale/>.

Luiz Felipe Osorio (2018) sintetiza esse panorama geral, colocando que

“O imperialismo não se apresenta como um mero desdobramento econômico ou político, mas é a materialização da forma política do capitalismo, como desdobramento das relações sociais concretas no terreno mundial do capital. (...) o imperialismo somente pode ser debatido por um viés atento à estrutura e à dinâmica do capitalismo global e do sistema de Estados. (...) É nessa concepção materialista que se pode derivar as categorias que são próprias e inerentes ao âmbito internacional, como seus dois elementos estruturais: **a acumulação capitalista**, portadora de crises e contradições; e a forma política específica do capitalismo, **a organização política** em uma coletividade de Estados, individualizados e particularizados, que se põem em relação de concorrência permanente.

Sobre a guerra imperialista, Lenin (1917) vai afirmar que a guerra imperialista é uma guerra entre as potências capitalistas com o objetivo de apropriar-se das colônias e arruinar as nações concorrentes. Ele também sustenta que o objetivo da guerra era consolidar e ampliar os domínios coloniais, oprimir pequenas nações e saquear territórios estrangeiros: “a divisão do globo nos força a passar de uma expansão pacífica para uma luta armada por uma nova distribuição de colônias e esferas de influência”. Em outro texto, ele afirma que a guerra é “decidir que burguesia nacional terá o privilégio de desapossar outros países” (LENIN, 2016).

Já Ernest Mandel (1985), em seu livro *O capitalismo tardio*, escrito em 1972, fez uma síntese do desenvolvimento histórico do imperialismo e menciona uma periodização da época imperialista constituída por duas fases: uma fase de capitalismo concorrencial (antes de 1930) e uma fase de capitalismo monopolista ou imperialismo que também se divide numa subfase clássica e a subfase do capitalismo tardio, que se inicia somente a partir da terceira revolução tecnológica, em 1940/45. Mandel define a época do capitalismo contemporâneo, chamado por ele como tardio como “o desenvolvimento ulterior da época imperialista, do capitalismo monopolista”. Não se trata de uma época nova do capitalismo, mas a continuidade do capitalismo monopolista, na sua fase de declínio.

No capítulo 10 do mesmo livro, Mandel (1985) analisa e desenvolve um elemento central para a análise da estrutura do capitalismo monopolista como sendo a concentração e centralização internacional do capital e os conflitos decorrentes desses processos. O autor nos ajuda a entender a permanente necessidade do capitalismo de expandir-se, não só economicamente como também politicamente e, nesta última fase do imperialismo pós segunda guerra mundial, também militarmente. Mandel defende a perspectiva de que há uma intensificação de todas as contradições inerentes ao imperialismo na era do capitalismo tardio – como antagonismo entre capital e trabalho nas metrópoles e nos países semicoloniais, o

antagonismo entre Estados imperialistas e nações semicoloniais e a intensificação da rivalidade inter-imperialista:

A divisão completa do mundo, efetivada pelas grandes forças imperialistas, resultantes das mesmas da contração da concorrência capitalista no mercado interno, levou a uma **intensificação da concorrência capitalista internacional no mercado mundial**, à **rivalidade inter-imperialista** e à tendência à redistribuição periódica do mercado mundial, inclusive por meio das forças armadas- em síntese, por meio das **guerras imperialistas** (MANDEL, 1985, p.220- grifo nosso).

O autor ainda destaca que nesse período do imperialismo,

o controle militar e político sobre zonas geográficas (o mercado interno mais as colônias) **proporcionava a base para a defesa da expansão de sua fatia do mercado mundial**. Exatamente por essa razão, a concentração internacional do capital não assumiu apenas a forma de uma centralização internacional de capital, colocou os monopólios imperialistas nacionais como antagonistas no mercado mundial de mercadorias, matérias primas e capital (MANDEL, 1985, p.221, grifo nosso).

Mandel, mais à frente no mesmo capítulo, ainda faz uma observação que enquadra de maneira adequada o conflito na Ucrânia – a guerra “por procuração”:

As guerras mundiais inter-imperialistas tornaram-se extremamente improváveis, se não impossíveis. Isso não exclui, na verdade, as **guerras locais inter-imperialistas** (por procuração por assim dizer, as novas guerras coloniais de pilhagem nem as guerras anti-revolucionárias contra os movimentos de liberação nacional – não mencionando o perigo de uma guerra nuclear mundial contra os estados socialistas burocratizados (MANDEL, 1985, p. 234. grifo nosso).

Ele conclui que a concorrência inter-imperialista vai se dando progressivamente sob a forma de maior oposição entre diversas formações imperialistas e sob a forma das empresas capitalistas internacionais, a dinâmica de fusões nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, com os acirramentos próprios do movimento de centralização do capital (1985, p. 238).

Mandel conclui sua análise com essa frase:

“Quando mais feroz a concorrência internacional do capital, tanto mais essas contradições sociais serão aguçadas, e com elas as tentativas de cada classe imperialista individual de resolver suas contradições e dificuldades particulares às expensas de seus próprios trabalhadores e de seus rivais- em outras palavras tentarão **exportar suas contradições e dificuldades para a pátria de suas concorrências**. O resultado da intensificação da luta de classe nos próximos anos co-determinará os ritmos e formas de centralização internacional do capital.” (MANDEL, 1985, p.240)

Em seu livro *Imperialismo, Estado e relações internacionais*, Luiz Felipe Osorio

(2018) apresenta que o imperialismo constitui e é constituído pelo sistema de Estados, na conjunção de dinâmicas particulares de valorização do capital e da luta de classes.

Já em *A questão do imperialismo* de Atilio Borón (2006) desenvolve a história da **nova fase do imperialismo, a partir dos anos de 1990**, a problemática do imperialismo reaparece na esfera política depois de uma prolongada ausência de trinta anos, em sintonia com o debilitamento da hegemonia ideológica e política do neoliberalismo. Com a **desaparição da União Soviética e o colapso da ordem mundial do pós-guerra**, ressurge a discussão sobre a natureza imperialista dos Estados Unidos e do sistema internacional. Segundo esse autor, o imperialismo assume com **um novo rosto**, aparecendo como

um tipo de império benévolo que corta os sete mares para libertar os povos das correntes do atraso e da opressão e para semear o livre comércio e a democracia [...] um benévolo imperialismo cuja função messiânica o impulsiona a deflagrar **“guerras humanitárias”** para derrotar os malvados, levar a chama da democracia aos mais apartados rincões do mundo (BORON, 2006, p.503, grifo nosso).

Este novo rosto do imperialismo vem acompanhado de uma expansão sem precedentes do capitalismo ao longo do planeta, depois da implosão da URSS e das transformações ocorridas na China, que abriram novos horizontes territoriais e ambos vão ser disputados pelos Estados Unidos. Assim, também do novo fenômeno da financeirização da economia mundial e uma intensificação da exploração dentro do mundo colonial e neocolonial. Na avaliação de Atilio Borón (2006), **“Hoje em dia, o imperialismo é mais que nunca o imperialismo norte-americano**, devido a capacidade manifestada para subordinar sob a sua hegemonia, de maneira clara e contundente, os possíveis rivais que poderiam se interpor em seu caminho” (BORON, 2006, p. 510). Segundo Brzezinski (1988, em *The grand Chessboard*, apud Boron, 2006.) traz uma polêmica sobre a total hegemonia do imperialismo americano. Ele afirma:

Os Estados Unidos tem a supremacia nos quatro âmbitos decisivos do poder global: no militar, seu alcance global é inigualável; no econômico, continuam sendo a principal locomotiva do crescimento global, pese a que em alguns aspectos Japão e Alemanha (que não desfrutam do resto dos atributos do poder global) se aproximam; no tecnológico, mantêm uma posição de liderança global nos setores de ponta de inovação; e no cultural, em que pese a certo grau de rusticidade, desfrutam de um atrativo que não tem rival, especialmente na juventude mundial. Tudo isso dá aos Estados Unidos uma influência política que nenhum outro Estado se aproxima. A combinação dos quatro âmbitos é o que faz dos Estados Unidos a única superpotência global extensa (BRZEZINSKI, 1998, p. 33).

Borón por sua vez conclui seu artigo enfatizando dois aspectos que são centrais do imperialismo contemporâneo, sua agressividade e sua voracidade, que levam inevitavelmente a maiores conflitos e uma militarização crescente da cena internacional:

O imperialismo de hoje deu mostras de uma **extraordinária agressividade** e cresceu em proporção a sua desorbitada e **insaciável voracidade** que já não repara em limite algum, sejam estes de caráter social, ecológico, jurídico ou militar (...) A ordem jurídica internacional, laboriosamente construída depois da Segunda Guerra Mundial jaz despedaçada ante a prepotência imperialista, e a **militarização da cena internacional** preanunciam novos e **mais letais conflitos**. Este é o necessário pano de fundo de qualquer discussão séria sobre o tema do imperialismo hoje (BORON, 2006, p. 519. grifo nosso).

O historiador marxista Perry Anderson, citado no artigo de Carlos Azevedo (2017), estudou o imperialismo norte-americano e seu fortalecimento depois da segunda guerra mundial, comparando com as outras potências e colocando já a importância das instituições internacionais criadas para garantir a sua hegemonia:

Em 1945, com seu território intocado pela guerra, os EUA tinham uma economia três vezes maior que a da URSS e cinco vezes maior que a do Reino Unido, controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos de suas reservas de ouro. A paz deveria refletir essa predominância. Na conferência de Bretton Woods, berço do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Reino Unido teve de renunciar à política da preferência imperial e o dólar tornou-se o mestre do sistema monetário internacional...” Continua: “Os **EUA já não contam com a hegemonia absoluta que vivenciaram após o fim da URSS**, mas continuam a predominar graças ao controle da economia, que mantêm, e às novas armas de alta tecnologia que estão desenvolvendo. (ANDERSON, 2015, grifo nosso)

Tomando por base essas referências, tem-se que o imperialismo atualmente, para satisfazer suas necessidades intrínsecas de apropriação e acumulação crescente e, portanto, de expansão constante, justifica a intensificação das contradições e das rivalidades entre blocos imperialistas, com maior controle político e militar até exportar as contradições para a pátria de seus concorrentes, inclusive sob o manto de “guerras humanitárias”.

Assim, a guerra inter-imperialista torna-se uma necessidade para o imperialismo americano, haja vista sua crise e seu declínio frente a outras potências em crescimento como a China e sua aliada, a Rússia, as quais procuram assentar ou ganhar novos espaços de poder. Esses diferentes autores confirmam a decadência geral do capitalismo contemporâneo e o fato de que esse modo de produção para sobreviver precisa que empreender guerras para queimar grande quantidade das forças produtivas (inclusive a morte de milhões de pessoas da classe

trabalhadora), e assim permitir imensos lucros e ganhar com a indústria armamentista, para correr atrás da reconstrução logo após a guerra.

2. O PAPEL DA OTAN NO IMPERIALISMO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO, sigla em inglês) foi fundada em abril de 1949 em Washington, quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. A OTAN foi criada no contexto da guerra fria e **seu objetivo inicial** declarado seria conter o avanço do “comunismo” no mundo e defender os interesses dos países capitalistas dirigidos pelo imperialismo norte americano a fim de garantir a integração dos países da Europa ocidental contra uma “iminente” terceira guerra mundial. Mas os interesses do imperialismo americano pós segunda guerra mundial eram outros, como detalha David Harvey:

Depois há a questão da OTAN. Originalmente concebida em termos de defesa e colaboração interestatal, **logo se tornou uma organização pró-guerra** dedicada a conter a disseminação do comunismo e impedir a competição entre os estados da Europa Ocidental de entrar no reino militar. [...] Há **um mito** de que a paz reina no mundo desde 1945 e que a ordem mundial que emergiu da hegemonia estadunidense serviu, em grande medida, para conter os impulsos bélicos entre os Estados capitalistas que historicamente competiram entre si. [...] **A fim de mitigar a concorrência**, foram criadas na Europa instituições colaborativas como o mercado comum, a União Europeia, a OTAN e logo será o euro. [...] Até 1991, a ordem mundial era mais ou menos constantemente colocada contra o pano de fundo da Guerra Fria. Era uma estrutura que as empresas estadunidenses muitas vezes exploravam a seu favor, constituindo o que Eisenhower definiu na época como o “complexo industrial militar”. O cultivo do medo, tanto fictício quanto real, dos soviéticos e do comunismo foi um elemento-chave desta política.” (HARVEY, 2022, grifo nosso)

No início, a OTAN foi integrada por 12 países, todos aliados durante a Segunda Guerra Mundial (Inglaterra, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, França, Islândia, Noruega, Dinamarca, Itália, Portugal, Estados Unidos e Canadá). Nos anos seguintes, entraram Grécia e Turquia (1955) e Espanha (1982). Em contrapartida, em maio de 1955, nasce o **Pacto de Varsóvia**, acordo militar entre a União Soviética (URSS), Albânia, a República de Alemanha do Leste, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.

Durante 35 anos, se desenvolveram relações tensas entre Ocidente e Oriente, conhecido como a guerra fria. Entre 1989 e 1991, ocorreu a queda do muro de Berlim, a dissolução do Pacto de Varsóvia, a reunificação da Alemanha e em 1990, a dissolução da União Soviética (URSS) e sua divisão em 15 repúblicas diferentes, com supremacia da Rússia.

Logicamente, a extinção da URSS e do perigo da guerra fria teria que ter dado fim a OTAN, mas ela foi mantida. Em 1990, o então Secretário de Estado norte-americano James Baker prometeu ao líder soviético Mikhail Gorbachev que a OTAN não avançaria "nem um centímetro para o leste" se a Alemanha se reunificasse, mas a coalizão atlântica fez exatamente o contrário. No seu livro, *La diplomatie sur le vif*, o ex-ministro de Assuntos Exteriores da França, Roland Dumas (2015), menciona o discurso do Presidente dos EUA, George Bush (pai), ante as Nações Unidas, em novembro de 1991, em que afirmou que “é preciso adaptar a OTAN aos problemas do mundo e consolidá-la para novas tarefas”.

Na nova estratégia da OTAN (2010), que começou a ser implementada a partir da queda do muro de Berlim, os objetivos vão sendo ampliados em nível global, além de garantir a segurança militar dos países membros, com a defesa e ajuda mútua quando estes se sentirem ameaçados (artigo 5º do Tratado). Os três eixos de ação passam a ser a gestão de crises, a segurança cooperativa e a defesa coletiva no mundo todo. Sob o manto de defender a democracia, esse “novo começo” como falou seu secretário-geral, o neoliberal dinamarquês Anders Fogh Rasmussen, na reunião de cúpula em Lisboa em 2010, (em notícia publicada no site oficial da OTAN), amplia o âmbito de suas missões, incluindo temas como energia, meio ambiente, migrações e questões de segurança interna dos países, reafirma-se como bloco militar nuclear, impulsiona o desenvolvimento do complexo industrial militar e exige dos países membros o aumento dos orçamentos militares.

Essa nova estratégia vai levar a duas consequências imediatas: uma série de novas intervenções da OTAN fora de seu território e a expansão geográfica da OTAN segundo os interesses geopolíticos do imperialismo norte-americano. Com relação à primeira, a OTAN interveio diretamente em uma série de conflitos a nível global: guerra na ex-Iugoslávia e Bósnia em 1994-95; ocupação do Kosovo e Balcãs em 1999-2001; guerra no Afeganistão em 2001; guerra contra a pirataria no Oceano Índico em 2009; guerra na Líbia em 2011 e a participação na guerra do Iraque (2004-2011); apoio logístico na região do Darfour na África (2005-2007). Demonstrou assim ser instrumento a serviço da agressão imperialista. Na guerra do Kosovo, por exemplo, cometeu crimes contra a humanidade ao bombardear durante 78 dias o território sérvio, deixando mais de 3.500 mortos e ferindo mais de 10 mil com armas ultra letais, como bombas de fragmentação e de urânio empobrecido cujos efeitos persistem.

A OTAN é hoje uma instituição muito poderosa, **a maior organização militar do mundo**, com orçamento global³ (civil e militar e segurança) de cerca de 2,5 bilhões de euros para 2022, sendo financiado 70 % pelos EUA, se transformando assim numa verdadeira máquina de guerra. Assim, **de aliança defensiva passou a ser um instrumento central da estratégia ofensiva** dos EUA para manter sua hegemonia, sob o manto oficial da defesa dos valores da democracia em nível global, com um discurso de proteção e defesa da segurança e estabilidade dos países membros.

Com sua expansão acelerada para o Leste europeu, a OTAN duplicou o número de membros. Em 1990, com a extinção da União Soviética, os países membros da OTAN se comprometeram com a Rússia a não expandir a OTAN a novos territórios. Mas a OTAN nunca cumpriu essa promessa e a expansão territorial para os países do Leste europeu nunca parou: **em 1990**, Alemanha entrou na OTAN pouco depois de sua reunificação, levando a OTAN a 16 países. **Em 1999**, são incorporados três países: a República Checa, Hungria e Polônia, seguidos **em 2004** por outros 7 países: Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia, proveniente todos eles da esfera de influência da ex-União Soviética, que ao chegar a integrar a União Europeia, foram levados a ser parte da OTAN. **Em 2006**, é a vez de Albânia, Croácia e Montenegro em 2017 e logo em 2020, Macedônia do Norte, pequenos países dos Balcãs que foram ocupados militarmente pela OTAN, a aderir à “Aliança pela Paz” que reúne agora **30 países membros** e 21 sócios (com diferentes programas de apoio), resultando na **maior aliança militar global** com 49 países.

Essa grande aliança é o instrumento construído desde várias décadas a serviço dos interesses geopolíticos do imperialismo norte-americano, o que ficou nitidamente demonstrado com sua ativa participação nos conflitos mencionados, em apoio sistemático às políticas agressivas de Estados Unidos. Por exemplo na guerra do Afeganistão, a OTAN vai assumir a direção da força de ocupação e das operações militares até o momento sob direção dos americanos. Esta expansão da influência militar transatlântica tem sido associada à ampliação da União Europeia e à cooperação econômica com seus vizinhos mais próximos. Hoje, 21 países membros da OTAN são parte da União Europeia, ela mesma sendo uma estrutura supranacional, como foi nomeada por Mandel, e que está ao serviço dos interesses imperialistas

³ Dados do orçamento da OTAN são disponíveis no seu site oficial, em: https://www.nato.int/cps/fr/natohq/topics_67655.htm

européus, liderados pela Alemanha e França. A OTAN sintetiza a aliança militar do imperialismo norte-americano e europeu, sob o comando dos Estados Unidos.

3. A GUERRA NA UCRÂNIA

Com certeza, há muito que estudar e aprofundar sobre os problemas que traz a guerra na Ucrânia para o mundo, além de ser um processo vivo e em curso. A começar por uma análise da Rússia, como potência imperialista que procura se realocar no sistema internacional de países e recuperar seu poder histórico, com sucessivas agressões bélicas e intervenções nos ex-países da União Soviética. Será necessário estudá-los em toda sua complexidade, iluminando o passado com as experiências (EXPERIÊNCIAS) do presente, como nos ensinaram os autores da tradição marxista. Este trabalho inicial sobre imperialismo não pretende fazer isso, só assinalar alguns aspectos que poderiam marcar um caminho futuro de estudo, no entanto, há aspectos essenciais para entender o papel da OTAN e da Rússia nesta guerra.

Trata-se de **uma invasão pela segunda potência militar mundial**, Rússia, a um país historicamente oprimido. A Rússia quer recuperar o controle sobre um território rico em recursos naturais (terra fértil, terra negra⁴). A Ucrânia é um território geopoliticamente situado entre Oriente e Ocidente, **entre dois blocos imperialistas** em conflitos por interesses políticos, econômicos e militares desde muitos anos. De fato, o conflito vai além da Ucrânia, é um enfrentamento entre o imperialismo russo e a OTAN, representando o imperialismo norte-americano e europeu. E a Rússia é aliada privilegiada da China, a grande potência em concorrência direta com EEUU pela hegemonia global. Neste sentido, é uma **guerra inter-imperialista**, com as características do conflito detalhado por Mandel.

A Ucrânia foi **parte do bloco de influência da URSS** durante mais de 50 anos, adquiriu sua independência atual em 1991, após a desapareção da URSS. Ucrânios e russos são povos irmãos, com muitos laços culturais e históricos. Hoje, é um **país economicamente dependente**, que sofreu duramente da “terapia de choque” da restauração capitalista na Europa Oriental e na própria Rússia e está submerso numa profunda crise econômica. Desde os anos

⁴ As terras agrícolas representam mais de 70% da superfície do país, ou seja, 42 milhões de hectares, quase o dobro da área cultivável da França. Além disso, o chernoziom ("terra preta" em russo) é um dos melhores solos do mundo. Este solo contém de 3 a 15% de húmus e tem de 1 a 6 metros de profundidade. É tão rico em potássio, fósforo e oligoelementos que é fácil trabalhar o solo sem fertilizantes nitrogenados. É por isso que o país é já vítima de apropriação de terras pelo agronegócio europeu, e sua terra se torna uma joia cobiçada.

1990, a situação econômica da Ucrânia, embora rica em recursos naturais e o maior produtor mundial de óleo de girassol e quarto produtor mundial de milho, se degradou e piorou depois de 2014, devido a ruptura com a vizinha Rússia. Teve, portanto, que recorrer à União Europeia e entrar numa espiral de dependência dos financiamentos e condições do FMI (planos de austeridade). A Ucrânia está agora fortemente endividada com a Rússia, o FMI e os países europeus. Pela sua **localização geopolítica** no centro de Europa, a guerra provocou uma enorme crise não só local, mas regional e possivelmente mundial.

Como menciona Luiz Felipe Osorio,

[...] todos os Estados que compõem o sistema capitalista estão imersos na mesma dinâmica do imperialismo. O que os difere é a intensidade e a margem de liberdade que têm para impor seus interesses (ou das frações de seus capitais). Os Estados centrais destacam-se tanto na violência quanto na economia política por deterem a dianteira do processo histórico do desenvolvimento econômico, destacando-se nas práticas que conformam o imperialismo. (OSORIO, 2018)

Como explica o Professor de história, Valério Arcary, “*a guerra na Ucrânia tem uma dupla natureza,*” por uma parte é uma invasão da Rússia, mas também é um conflito regional entre duas potências, OTAN e Rússia, no solo ucraniano:

A Otan não tem compromisso com a defesa dos interesses da Ucrânia. Os EUA não respeitam os direitos nacionais de nações soberanas, nem agora, nem nunca. A estratégia da Otan responde a um projeto da Tríade, liderada pelos EUA, que precipita uma ofensiva de pressão sobre a Rússia, mas até agora não declarou, formalmente, estar em guerra com a Rússia.

[...]Não é uma guerra de defesa da Rússia contra os EUA. Trata-se, neste momento, de uma luta de libertação nacional da Ucrânia contra a Rússia. Mas começou, também, ainda que por procuração, uma guerra indireta da Otan contra a Rússia. A ausência de tropas da Otan no terreno é importante, mas não anula a intervenção. (ARCARY, 2022)

3.1 O tema das armas nucleares

Esta guerra coloca de novo em foco a questão do controle sobre a perigosa energia nuclear civil e militar. Nesta época de profunda crise do capitalismo, o negócio do armamento é fonte segura de lucros, para o qual é preciso **manter a qualquer custo a corrida armamentista e assim** um ambiente de tensão sobre o tema, deixando latente o perigo de possíveis novas guerras.

Dentro da OTAN, três países detêm armas nucleares: EUA, Reino Unido e França. De acordo com as estatísticas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), há 126

reatores nucleares operando na Europa, 56 dos quais estão na França. A Espanha e a Bélgica estão em segundo lugar, com 7 reatores, à frente da Suécia, com 6 reatores. Deve-se observar que a Alemanha, em sua política de redução da energia nuclear, tinha apenas 3 reatores em funcionamento em janeiro de 2022, em comparação com 6 em 2018. No território ucraniano, há quinze reatores nucleares instalados em quatro usinas diferentes, duas das quais já estão sob controle russo, incluindo Chernobyl no extremo norte do país, que sofreu, em 1986 (quando ainda fazia parte da URSS), o pior acidente nuclear do mundo ocorrido após a Segunda Guerra Mundial. A outra é em Zaporozhia, no sul do país, a maior usina nuclear da Europa atualmente e a nona maior do mundo. Ela possui 6 reatores, com um potencial de produção total de 5.700 MW. Depois de meses de guerra, uma questão de importância estratégica, porém ausente do debate público na mídia, é compreender como a possível adesão da Ucrânia à OTAN poderia mudar qualitativamente o equilíbrio de poder nuclear global, questão agravada pelo contexto de crise energética na União Europeia.

No documento de concepção estratégica da OTAN de 2010, a organização defendeu a manutenção das armas nucleares americanas na Europa. Há alguns meses, a Ucrânia ameaçou permitir que a aliança da OTAN instalasse mísseis nucleares em seu território, o que também provocou a fúria da Rússia, que se considera ameaçada. No comunicado da reunião de cúpula da OTAN realizada em junho de 2021, se pode ler a seguinte posição com o tema das armas nucleares:

Enquanto houver armas nucleares, a OTAN continuará sendo uma aliança nuclear [...] A postura de dissuasão nuclear da OTAN também depende das armas nucleares dos Estados Unidos, que são utilizadas na Europa, bem como das capacidades e infraestrutura disponibilizadas pelos Aliados envolvidos (OTAN, 2021, ponto 40).

Também é notável a aceleração na **remilitarização da Europa** neste contexto. “O ataque russo na Ucrânia marca uma nova era para a Europa”, clamam os deputados reunidos no Parlamento europeu no 01 de março de 2022. A Presidente da Comissão da União Europeia (2022), Ursula von der Leyen, disse na mesma ocasião que “Este é um momento de verdade para a Europa. É um choque entre o Estado de direito e as armas, entre uma ordem baseada em regras e uma agressão direta. Não podemos **tomar nossa segurança** como garantida, devemos **investir nela**”. De outro lado, o chefe da política externa da UE, Josep Borrell, afirmou que “precisamos **reforçar** significativamente **nossa capacidade de dissuasão**, a fim de evitar a guerra”.

A declaração do Parlamento europeu (2022), do 01 de março, no artigo 24, lembra que a OTAN é a base para a defesa coletiva dos Estados-Membros aliados da OTAN e, entre outras recomendações, “salienta a necessidade de **reforçar a presença reforçada da OTAN nos Estados membros geograficamente mais próximos do agressor russo e do conflito**; enfatiza as cláusulas de assistência mútua e solidariedade da UE e apela para o **lançamento de exercícios militares conjuntos**. Esclarece mais detalhadamente que

com a ativação dos planos de defesa da OTAN e com a ativação e o **destacamento parcial das Forças de Reação da OTAN**, além dos destacamentos de tropas dos aliados da OTAN, incluindo o Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá, a fim de fortalecer o flanco oriental e impedir novas agressões da Rússia. Reitera seu apelo aos Estados-Membros para que **auumentem suas despesas de defesa, garantam capacidades mais eficazes** e aproveitem plenamente os esforços conjuntos de defesa no âmbito europeu, incluindo a Cooperação Estruturada Permanente (CPS) e o Fundo Europeu de Defesa, a fim de fortalecer o pilar europeu no âmbito da OTAN, aumentando assim a segurança tanto dos países da OTAN quanto dos Estados-Membros. (PARLAMENTO EUROPEU, 2022, ponto 25)

No ponto 28 do documento citado, “a OTAN exorta os Estados-Membros a acelerar o fornecimento de **armas defensivas à Ucrânia** em resposta a necessidades claramente identificadas”. Este conjunto de proposições permitem afirmar o plano do imperialismo europeu de **reforçar o processo de remilitarização** da região da Europa ocidental. A agressão russa é, desta forma, aproveitada pelos países da UE e da OTAN para militarizar os seus estados e disciplinar a sociedade civil, ultrapassando, a cada dia, barreiras que seriam, em tempo de paz, intransponíveis.

Lembrando a análise de Mandel sobre as rivalidades inter-imperialistas e a necessidade de exportar suas contradições para a pátria de seus concorrentes, é interessante ressaltar que já em junho de 2021, no comunicado de conceitos estratégicos da OTAN, afirma-se: “A crescente influência da China e as políticas internacionais podem apresentar desafios, que devemos enfrentar juntos como uma aliança. Interagimos com a China para **fazer avançar os interesses de segurança da Aliança**”. Relacionado com o anterior, o ponto 13 do mesmo documento da OTAN (2022) se refere à Rússia, que é considerada perigosa:

A Rússia continuou a diversificar seu arsenal nuclear, incluindo a implantação de uma série de sistemas de mísseis de curto e médio alcance **destinados a coagir a OTAN**. Ela recapitalizou cerca de 80% de suas forças nucleares estratégicas (...) A Rússia continua a se envolver em **retórica nuclear agressiva e irresponsável**, e tem aumentado sua já forte ênfase em exercícios de desestabilização convencionais envolvendo sistemas de dupla capacidade. A estratégia nuclear russa e seu programa abrangente para modernizar, diversificar e expandir seus sistemas de armas nucleares

contribuem ainda mais para uma **postura mais agressiva de intimidação estratégica**. Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração para enfrentar toda a gama de **ameaças e desafios colocados pela Rússia**. (OTAN, 2022, ponto 13)

Em relação a Ucrânia, o documento da OTAN de junho de 2021 já declarava:

Reiteramos nosso apoio à integridade territorial e à soberania da Ucrânia, Geórgia e República da Moldávia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Exortamos a Rússia a retirar, de acordo com seus compromissos internacionais, as forças que estacionou nestes três países sem seu consentimento. Condenamos fortemente, e **não reconheceremos, a anexação ilegal e ilegítima da Crimeia na Rússia e denunciaremos sua ocupação temporária.**” (ponto 14) “Reiteramos a decisão tomada na Cúpula de Bucareste de 2008 em relação à Ucrânia, que se tornará membro da Aliança, com o Plano de Ação para Membros (MAP) como parte integrante do processo (OTAN, 2021, ponto 69).

Porém na recente Resolução do Parlamento europeu condenando a guerra na Ucrânia, do 1 de março de 2022, com 637 votos a favor, 13 em contra e 26 abstenções, além de declaração de apoio à Ucrânia, a instituição europeia “apela às instituições da União Europeia (responsáveis pelo trâmite político) para desenvolver esforços no sentido de conceder à Ucrânia o estatuto de país candidato à adesão à União Europeia (UE)”. Disso se pode entender que a União Europeia não tem a decisão de uma integração imediata da Ucrânia, mas destaca a necessidade dos Estados-membros do bloco acelerarem o fornecimento de armas à Ucrânia e apoio aos serviços ucranianos de inteligência.

Esta guerra levanta grandes questões energéticas e pode torna-se essencialmente uma guerra da energia, pelo controle sobre as reservas energéticas do mundo que estão se esgotando devido ao efeito destrutivo do capitalismo sobre o meio ambiente natural e o ecossistema. A Rússia possui imensos recursos de petróleo e gás e podem aumentar ainda mais. Também detém a segunda maior reserva mundial de petróleo identificada, atrás da Arábia Saudita. A Rússia fornece 30% do petróleo dos europeus e cerca de 40% de seu gás, tornando a UE dependente dele. O continente europeu está à beira de uma grave crise energética. No documento da reunião de cúpula da OTAN de junho de 2021 já citado, se pode ler:

A segurança energética desempenha um papel importante em nossa segurança comum. O fornecimento estável e confiável de energia, a diversificação das rotas, fornecedores e recursos energéticos, incluindo a integração de fontes de energia sustentáveis, e a interconexão das redes de energia são de importância crítica para aumentar nossa resiliência às pressões políticas e econômicas. É essencial assegurar que os países membros da Aliança não sejam vulneráveis à manipulação dos recursos energéticos para fins políticos ou coercitivos, o que constitui uma ameaça potencial. (OTAN, 2021, ponto 58)

A Ucrânia é uma zona crucial de passagem dos oleodutos russos para Europa. A guerra no seu território não é casual. Os vencedores da guerra também ganharão o direito de decidir sobre as futuras rotas de fornecimento de gás para os países europeus e os fluxos dentro dos gasodutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que o marxismo científico politicamente interessado contribua para fazer cessar mortes, bombardeios, refugiados e sofrimentos ao redor do planeta. Chegamos a esta situação porque, como explica Mandel, a acumulação, concentração e centralização internacional do capital leva à uma intensificação de todas as contradições inerentes ao imperialismo e às guerras imperialistas. Não existem “guerras humanitárias”; apenas a concorrência capitalista acirrada, que alimenta o antagonismo histórico entre capital e trabalho e a corrida armamentista para justificar a destruição massiva de forças produtivas numa escalada militarista.

Neste marco, os diferentes blocos imperialistas em disputa no sistema internacional de países com uma extraordinária agressividade e insaciável voracidade, como sublinha Atilio Boron, não apontam, por meio das relações internacionais, para uma nova ordem mundial de paz, só maior militarização e mais letais conflitos. O imperialismo norte-americano já não conta com a hegemonia que vivenciaram após o fim da URSS, como analisa Anderson, e novos blocos imperialistas regionais se colocam neste jogo em detrimento do planeta e da humanidade, procurando expropriar sempre mais recursos e matérias primas, o que submete o mundo a graves crises ambiental e energética, já em curso. O instrumento militar do imperialismo norte-americano e europeu, a OTAN, maior organização militar global, por trás da cortina de fumaça das bombas e mísseis russos no solo ucraniano, é participe ativo dessa espiral de violência que explode num enfrentamento nada imprevisto, mas bem fomentado há anos.

Essas são as questões em jogo por trás desta guerra inter-imperialista, com a responsabilidade diretamente imputável à Rússia, que invadiu um país soberano, e indiretamente à OTAN, que instiga a escalada do conflito. O povo ucraniano fica preso entre interesses alheios, assim como os milhares de soldados russos, envolvidos forçadamente numa guerra contra um povo irmão com quem convive desde séculos. Para concluir, oportunas se fazem as palavras de Leon Trotsky:

Devemos empreender esta luta pela paz, pela paz sem anexações nem compensações de guerra. Mas tal paz só é possível com a condição de que sejam condenados todos os projetos que violem os direitos e as liberdades dos povos. Essa paz não deve levar nem à ocupação de países inteiros nem a anexações parciais. Sem anexações, nem reconhecidas nem ocultas, e menos ainda subordinações econômicas que, pela perda de autonomia política que acarretam, são ainda mais intoleráveis se possível. O direito dos povos de disporem de si mesmos deve ser o fundamento inabalável na ordem das relações de nação para nação. (ARCARY, 2022)

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **“A política externa americana e seus teóricos”**. Editora Boitempo, 2015. (Resenha publicada originalmente por Retrato do Brasil em 2016). Disponível em: (<https://vermelho.org.br/2017/01/13/a-politica-externa-norte-americana-e-seus-teoricos/>)

ARCARY, Valerio. **“A dupla natureza da guerra na Ucrânia”**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/05/artigo-a-dupla-natureza-da-guerra-na-ucrania>

AZEVEDO Carlos. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. 2017.

VERMELHO. Disponível em: < <https://vermelho.org.br/2017/01/13/a-politica-externa-norte-americana-e-seus-teoricos/> > Acesso 13/03/2022.

BORÓN, Atílio. **“A Questão do Imperialismo”**. Tradução de Simone Rezende da Silva e Rodrigo Rodrigues. IN: BORON, Atílio, AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A Teoria Marxista Hoje*. Problemas e Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BRZEZINSKI, Zbigniew. 1988. **“El Gran Tablero Mundial: la superioridad norteamericana y los imperativos geoestratégicos”**. (Buenos Aires: Paidós).

DUMAS, Roland. « **La diplomatie sur le vif. Dialogues avec Bertrand Badie et Gïdz Minassian.** » Paris: Presses de Sciences Po, 2013. Disponível em: (<https://www.cairn.info/diplomatie-sur-le-vif--9782724612820-page-47.htm>).

HARVEY, David. **“Sobre os recentes desenvolvimentos na Ucrânia.”** 2022. Site > Racismo Ambiental. Disponível em: < <https://racismoambiental.net.br/2022/03/07/sobre-os-recentes-desenvolvimentos-na-ucrania-por-david-harvey> > Acesso em 14/03/2022

LENIN, V. **Sobre o Programa de Paz** (1916). Site: Rolando Astarita.blog. Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2022/03/05/guerras-imperialistas-y-autodeterminacion-nacional-segun-lenin/>. Acesso em 13/03/2022.

LENIN, Vladimir Illitch. **“O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”**. 1917. disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo>

MANDEL. Ernest. **“O Capitalismo Tardio”**. São Paulo: Nova Cultura. 1985.

OSORIO, Luiz Felipe. **“Imperialismo, Estado e Relações Internacionais”**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2018/08/25/osorio->

luiz-felipe-brandao-imperialismo-estado-e-relacoes-internacionais-sao-paulo-editora-ideias-
letras-2018/

OTAN: o braço armado do imperialismo quer agir em todo o planeta. (2010). Em site: VERMELHO. Disponível em: <https://vermelho.org.br/editoriais/otan-o-braco-armado-do-imperialismo-quer-agir-em-todo-o-planeta/>.

OTAN. **Communiqué du Sommet de Bruxelles.** 14 Juin 2021. Disponível em:
https://www.nato.int/cps/fr/natohq/news_185000.htm.

OTAN. **Conceptos estratégicos.** Site oficial, 2022. disponível em:
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf
Financiamento da OTAN < [https:// www.nato.int/cps/fr/natohq/topics_67655.htm](https://www.nato.int/cps/fr/natohq/topics_67655.htm). >

PARLAMENTO EUROPEU. **Résolution du 01/03/2022.** disponível em:
https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0052_FR.html

UNIAO EUROPEIA- **Déclaration à la presse Présidente Von der Leyen-** 04/03/2022.
Disponível em : https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/STATEMENT22_1560

10. A PAZ ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A “COMUNIDADE DE SEGURANÇA” EM ROBERT JERVIS

Ricardo Gomes¹

INTRODUÇÃO

A liderança dos EUA desde 1945 é de fundamental importância para entendermos a estabilidade do sistema capitalista do pós guerra, apesar de várias crises recorrentes. Bretton Woods foi o resultado da capacidade política e econômica dos EUA em reconciliar os seus compromissos com uma economia global aberta e com as novas prioridades domésticas do pós guerra, como combater o desemprego, promover o bem estar social e conter o avanço da URSS.

Dada as suas capacidades políticas, econômicas e militares, os EUA institucionalizaram e reorganizaram a nova ordem internacional capitalista mediante a criação de diversas entidades políticas (ONU) e econômicas (FMI, BM) assim como o seu braço militar (OTAN). A estabilidade financeira e monetária do sistema foi sustentada pelo forte dólar indexado ao ouro. O sucesso do sistema estava ligado ao comprometimento do *hegemon* com os princípios acordados em Bretton Woods e a capacidade do mesmo em consolidar uma vasta aliança duradoura com a maioria dos países fora da órbita Soviética.

Para manter o sistema funcionando os EUA usaram as suas capacidades econômicas e políticas ao máximo. Convidaram vários Estados para compartilhar da sua hegemonia e abriram mão de usufruir de várias vantagens estratégicas (*strategic restraint*) (IKENBERRY), construindo uma aliança sólida e duradoura. Essa postura impôs sacrifícios profundos a sua economia. Os anos 1960-1970 foram responsáveis pelo boom da expansão do capital privado, porém, foram anos de queda relativa da robusta economia americana. Os gastos com a Guerra do Vietnã, a sustentação do sistema, os distúrbios sociais domésticos, a pressão da contracultura e da opinião pública contribuíram para uma reorientação do papel do *hegemon*. A grave crise do petróleo no início da década de 1970 apressou a decisão unilateral de Washington em não

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ.

mais bancar o padrão dólar-ouro, a coluna vertebral dos acordos estabelecidos em Bretton Woods desde 1944.

Por outro lado, num contexto de estabilidade financeira (Bretton Woods), pressões políticas para o afrouxamento das restrições financeiras impostas pelo acordo de 1944 foram cruciais para a reformulação do sistema como um todo.

Como resultado, as mudanças estruturais do sistema foram inevitáveis. Acreditamos que as ideias que orientaram a construção da agenda de Bretton Woods perderam folego político e sustentação filosófica a partir dos anos de 1970. Helleiner (1994) analisa tal momento como o retorno dos grandes grupos financeiros e de bancos privados ao comando do sistema financeiro internacional, relembrando o papel cumprido por esses atores no mundo pré 1931, para restaurar a ordem anterior a 1914. Entretanto, nada disso seria possível se não fosse a ação contundente do Estado americano do Departamento do Tesouro (assim como em 1944), a manifestação pura do poder estrutural dos EUA (STRANGE).

A partir dos anos 1970, com o fim do padrão dólar-ouro e a flexibilização do câmbio no contexto internacional, testemunha-se uma transformação profunda no sistema financeiro internacional. Os ajustes foram relevantes e demorados.

A década de 1970 testemunhou a expansão exponencial do capital privado em termos globais. O avanço tecnológico na área das telecomunicações teve um papel importante nesse contexto pós Bretton Woods. Os fluxos de capitais financeiros privados foram beneficiados e incentivados naquele momento. O setor foi orientado a diversificar os seus ativos no nível internacional, pois a flexibilização cambial instigava ainda mais a competição. Os custos das transações externas diminuiriam também por inovações no mercado.

Ademais, é necessário salientar que essa nova fase de expansão capitalista é o produto direto de escolhas dos governos, portanto escolhas políticas em prol de uma fase de acumulação mais liberal, diferente de Bretton Woods. É importante também destacar a participação central e efetiva dos EUA e dos seus agentes privados na transformação das relações econômicas daquele momento. As instituições políticas e econômicas de Bretton Woods permaneceram, porém, exercendo papéis diferentes e totalmente compromissadas com a nova ordem neoliberal em consolidação.

Com Ronald Reagan, Margareth Thatcher e Helmut Kohl o novo paradigma ganharia o mundo na década de 1980. A legitimação dessa nova ordem provocou um processo de desregulação profunda no sistema financeiro internacional, na santificação do mercado autorregulável e uma reorientação no papel do Estado sem precedentes.

A queda do mundo socialista no final da década de 1980 reforçou mais ainda esse paradigma. Essa relativa vitória inaugurou uma nova era na política internacional liderada, é claro, pela potência do Norte. Essa nova reorganização protagonizada pelos EUA consolidou um projeto de poder de longa duração compartilhado com o mundo industrializado e com a sua periferia. A ‘Nova Ordem Mundial’ (1990) foi estabelecida para consolidar uma nova fase do projeto de poder norte-americano.

Em um período de 75 anos, sob a liderança dos EUA, o sistema político e econômico internacional estabeleceu uma ampla ‘comunidade de segurança’ (JERVIS, 2011) e um sistema econômico-financeiro integrado e global. Esse edifício estratégico permanece até os dias de hoje comprovando a solidez de tal empreendimento.

Muitos construíram cenários prospectivos ameaçadores a ordem internacional pós Guerra Fria (MEARSHEIMER, 2001) dada a natureza anárquica do sistema interestatal e pelas crises financeiras inerentes ao sistema capitalista. Robert Jervis, um “realista defensivo” e outros acadêmicos liberais, questionam essas perspectivas, pois para eles essa aliança entre os EUA e as outras potências industrializadas é bastante sólida. É o resultado de anos de reformulações, de concessões, de respeito mútuo, de restrições estratégicas (IKENBERRY, 2001) e do compartilhamento de princípios e ideais, além das conquistas materiais e políticas. O fim do projeto socialista liderado pela URSS não provocou alterações graves a ordem política-capitalista internacional. Para muitos a existência dessa última produziu uma aliança ainda mais sólida contra o inimigo em comum. Esse cenário positivo alimentou a asserção de Jervis:

“... but I would argue that war among leading great powers – the most developed states of the United States, West Europe, and Japan – will not occur in the future, and indeed is no longer a source of concern for them.” (JERVIS, 2011, p. 373)

Não obstante, a liderança dos EUA vem passando por momentos de instabilidade e questionamento. Esse cenário ameaça a solidez dessa comunidade. A consolidação das novas potências não Ocidentais no plano econômico-político global, o eixo asiático da nova fase de acumulação capitalista e o desequilíbrio sistêmico causado por decisões políticas da potência do Norte nas últimas décadas, a saber: a Doutrina Bush, a intervenção e ocupação do Iraque, a não assinatura de tratados internacionais importantes, a Grande Recessão de 2007, o distanciamento dos EUA dos seus aliados tradicionais e a eleição surpreendente de Donald

Trump, são elementos fundamentais para um melhor entendimento das transformações profundas em andamento e que colocam em risco a perpetuação dessa comunidade.

Diante desse cenário, esse artigo será dividido em três seções, a saber: na primeira faremos uma breve análise dos argumentos centrais de Robert Jervis acerca da solidez e infalibilidade da “comunidade de segurança”. Na segunda, faremos uma análise teórica, crítica e metodológica sobre essas perspectivas “conservadoras” pela lente da teoria crítica das Relações Internacionais, salientando as contribuições de Robert Cox e na última faremos as nossas considerações finais.

1. A COMUNIDADE DE SEGURANÇA

Robert Jervis (2011) em seu artigo/capítulo analisa a paz duradoura entre as grandes potências do sistema interestatal capitalista. Desde 1945 não houve confrontos diretos entre os mesmos apesar de ameaças constantes, de um ambiente de grande tensão e de incertezas. Essa configuração sem precedentes nas relações políticas internacionais só é possível pela característica singular de uma comunidade de segurança construída e consolidada pelos EUA no pós guerra.

Comunidades de segurança foram construídas em vários momentos na história da política internacional. Porém, o ineditismo da atual configuração comporta “Estados que são fortes protagonistas do sistema e conseqüentemente rivais e que no passado essa rivalidade era central para os conflitos violentos em busca da segurança, poder e valores contestados” (JERVIS, 2011, p. 374). O que Jervis chama a nossa atenção é que essa comunidade de segurança é composta pelos Estados mais desenvolvidos do sistema internacional. No passado isso era o ingrediente fundamental para a escalada de conflitos entre as potências. Dada a recorrência das guerras entre esses atores ao longo de vários séculos esse hiato ou mudança de proporções espetaculares talvez seja o maior exemplo de descontinuidade nas relações políticas internacionais.

A estabilidade do sistema provoca algumas perguntas importantes, a saber: a presença dessa comunidade significa o final das ameaças à segurança internacional? A comunidade vai durar? E quais as causas da sua construção e manutenção?

Para responder essas questões Jervis destaca o papel central dos EUA. As ameaças internacionais como o terrorismo internacional, a China, a Rússia não são suficientes para desafiar os interesses vitais de Washington.

A duração dessa comunidade é difícil de prever. Porém, para Jervis desde o fim da Guerra Fria nada foi capaz de abalar a estrutura dessa comunidade. É claro que houve momentos de disputa entre os EUA e seus principais aliados na Europa (a criação da União Europeia e do Euro) por exemplo. Mesmo se a dinâmica interna da Europa desafiasse os interesses dos EUA ou se o mundo retornasse a estrutura bipolar da Guerra Fria ou medo sobre o futuro ou os conflitos de interesse não seriam capazes quebrar a comunidade.

Para o autor o verdadeiro desafio para a Comunidade seria o fracasso da Europa em se unir ou se manter unida e a retirada militar dos EUA da região. Ambas as situações seriam catastróficas para a manutenção da comunidade. Entretanto, esses fatores são pouco plausíveis.

Mais adiante Jervis apresenta vários argumentos teóricos para debater a existência e permanência dessa comunidade. Os liberais citam a democracia e a interdependência como elementos centrais para a sustentação da comunidade de segurança. No ponto de vista da democracia ela funciona como um sistema de poder disperso e isso significa pontos de veto ou de grupos que podem bloquear a guerra (JERVIS, 2011, p. 378). As democracias tendem a funcionar por acordos, “a não-violência” e o respeito as leis (esses argumentos são discutíveis historicamente).

Ademais, um elemento central para as democracias, segundo vários teóricos liberais, é o fluxo livre de informações. Essa fluidez beneficia a troca de conhecimento que enfatiza o debate, as democracias em geral tendem a não cometerem erros flagrantes na estimativa de escolhas para manter a paz. A transparência das democracias é de fundamental importância para evitar leituras incorretas de crenças e ideias ou até mesmo a prática do blefe.

Outro ponto importante é a interdependência econômica entre as democracias, principalmente a partir do final da Segunda Guerra. Um ambiente de intercâmbio econômico extensivo permite aos Estados membros um ganho maior com as transações comerciais, um aumento exponencial de riqueza sem os percalços terríveis de uma guerra para obter a mesma. Essa interdependência também favorece grupos e indivíduos que conduzem essas relações econômicas, permite aos mesmos uma voz poderosa para a manutenção da paz e por boas relações externas. A comunidade de segurança, segundo o credo liberal, engloba todos esses pontos, pois todos os seus membros são democracias.

Entretanto, sabemos do grau de assimetria entre essas democracias, principalmente se fizermos uma comparação com a potência central, os EUA. A interdependência econômica entre as democracias pode aumentar o conflito, pois os Estados envolvidos podem aumentar o poder de barganha, exacerbando um ambiente de disputa e de

medo. A história comprova isso, pois o alto nível de integração econômico pré 1914 não evitou a hecatombe da Primeira Guerra Mundial.

Já o realismo salienta que a criação da comunidade de segurança veio mediante uma transformação profunda na política internacional – o domínio dos EUA sobre a mesma. A indústria da guerra dos EUA é maior do que os 8 países seguintes (hierarquicamente falando). A estrutura militar construída desde 1949 (OTAN) e a constituição japonesa deram aos aliados da potência do Norte na Europa a segurança de que não haverá uma guerra entre elas, pois as suas forças militares estão tão truncadas (especialmente a alemã) que as mesmas não poderiam lutar em um conflito de grandes proporções, como era habitual no passado.

O poder americano é tão grande dentro da comunidade que os avanços territoriais da OTAN, as ações em Kosovo, a Guerra do Golfo, as invasões e ocupações do Afeganistão e do Iraque seguiram adiante, mesmo com alguma resistência, atendendo as preferências geopolíticas de Washington.

As armas nucleares também são importantes para a perspectiva realista. Como o próprio autor afirma “nuclear weapons by themselves would be sufficient to keep the great powers at peace” (JERVIS, 2011, p. 381). Isso é um argumento importante, porém insuficiente. Esse tipo de dissuasão só pode ser percebido em um ambiente de guerra, pode desenhar um ambiente de paz, mas não de uma comunidade de segurança. Ademais, Estados nucleares em determinadas circunstâncias podem usar esses atributos para explorar ou ameaçar outros Estados não nucleares – simplesmente pelo medo de uma confrontação desse tipo. Esse estado de tensão não retrata o ambiente de uma comunidade de segurança – principalmente essa comunidade em questão.

Todos esses argumentos teóricos são importantes. Porém, percebemos uma simbiose entre essas perspectivas clássicas das Relações Internacionais. Desde a publicação de **Theory of International Politics** de Kenneth Waltz (1979), obra central e que deu origem ao realismo estrutural (neorealismo), o debate teórico no campo ganhou uma dinâmica instigante. Por um lado, desafiou de maneira irreversível a perspectiva liberal (naquele momento conhecida como neoliberalismo), pois a atenção dada a medição do poder, da importância dos Estados e o reconhecimento da estrutura anárquica do sistema interestatal capitalista passaram a ser fundamentais para a sua análise.

Por outro lado, a publicação da obra de Waltz provocou um debate crítico que enriqueceu ainda mais o campo das Relações Internacionais. Os anos de 1980 e de 1990

testemunharam a consolidação de algumas perspectivas teóricas de peso, a saber o construtivismo social e a Teoria Crítica. Essa última será tratada na próxima seção.

2. UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A COMUNIDADE DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

Robert W. Cox (1926-2018) foi um intelectual canadense e uma das vozes mais importantes do campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional. Teórico crítico influenciado pelo marxismo de Gramsci e pelo realismo, Cox sempre enfatizou a necessidade de romper as fronteiras da teorização convencional. Para o autor de diversos trabalhos, a política e a economia não devem ser analisadas separadamente, que a teoria está enraizada na prática e que as relações materiais e as ideias estão entrelaçadas para coproduzir as ordens internacionais.

Antes de continuarmos a analisar as contribuições de Cox, faremos uma pequena análise teórica e metodológica importante para o campo das Relações Internacionais. O “Segundo Grande Debate” nas RIs (1950-1960) foi em torno da discussão metodológica. Nesse debate o discurso retórico sobre a ciência da política internacional (ênfático no primeiro debate) foi substituído por uma abordagem metodológica com maior substância lógica, ou seja, a cientificação formal das Relações Internacionais. Esse movimento ficou conhecido como o “behaviorismo” que influenciou muito as Ciências Sociais em geral, principalmente a academia norte-americana.

Para os adeptos desse movimento o campo das Relações Internacionais só poderia progredir se englobasse os métodos científicos das ciências naturais. Os behavioristas abraçaram o modelo científico do positivismo. Esse último sugere que o conhecimento só pode emergir mediante a observação de dados científicos. A coleção suficiente desses dados observáveis nos leva a padrões que conseqüentemente nos permite elaborar leis. Acadêmicos que aderiram a essa metodologia formaram um grupo crítico em relação ao idealismo liberal (Wilson) e do realismo clássico (Carr, Morgenthau), acusando ambos de não praticarem a verdadeira ciência, ficando reféns de abordagens ingênuas, abstratas e longe da verdade. O observador precisa se distanciar do seu objeto de análise.

Esse movimento produziu efeitos importantes para os liberais e para os realistas. Os primeiros, sob a influência importante dos trabalhos de Keohane e Nye (1970) revisaram o liberalismo (neoliberalismo), dando ao mesmo uma análise mais econômica da política

internacional, desvencilhando-o das conjecturas utópicas do passado. Já o realismo, mais precisamente nas obras de Waltz (já mencionado acima) e de Robert Gilpin, entre outros, sofreu profundas modificações metodológicas (neorealismo). Waltz (1979) vai incorporar a análise da microeconomia para construir a sua estrutura da política internacional, por exemplo.

Já Gilpin (1982) usará a multidisciplinaridade para justificar o caráter de mudanças no contexto internacional. O debate neo x neo marcou os anos 1970 e o início dos anos 1980, porém será fundamental para a reação teórica dos anos seguintes.

Cox publicou um artigo seminal *Social Forces, States, and World Orders* em 1981. Como teórico crítico, o autor expõe a sua insatisfação com as teorias dominantes, pois para o mesmo elas demonstram evidentes limitações no entendimento e análise das mudanças constantes na política internacional. A Teoria Crítica das Relações Internacionais nasce em um momento histórico de turbulências, a saber: um acirramento na Guerra Fria, o aumento das desigualdades, o terrorismo, o problema do meio ambiente, entre outros. O contexto demandava uma perspectiva alternativa que pudesse incorporar essa miríade de temas relevantes que eram tratados superficialmente pelas teorias dominantes.

Primeiramente, Cox critica abertamente o behaviorismo do realismo e do liberalismo ao afirmar que “toda teoria é para algo e para alguém”. Na verdade, o que ele está afirmando é que toda teoria é interessada em um estado de coisa, seja político, econômico ou social. A influência da Escola de Frankfurt fica clara aqui, pois sustentavam e Cox também, que toda teoria é pertencente ao seu tempo e espaço e por esse motivo ela não pode ser transformada em uma verdade absoluta, aplicável a qualquer momento.

As teorias têm sempre o seu olhar próprio e próximo da realidade, podendo assim influenciar e ser influenciada pela mesma. É impossível para Cox um distanciamento dos modelos científicos das teorias normativas. É claro que toda boa teoria deve incluir uma metodologia consistente e uma lógica robusta. Entretanto, toda teoria reflete sim um olhar sobre o seu tempo.

Isso tudo permite ao observador um olhar mais fidedigno da realidade. Podemos perceber as transformações, interpretá-las e principalmente transformar essa realidade. Cox enfatiza que as teorias são emancipatórias e é o dever do intelectual difundi-las – essa é uma influência marxista do autor.

O neorealismo e o neoliberalismo não permitem essa transformação, essa emancipação, pois são conservadoras, aliadas ao status quo. Para essas perspectivas a ordem

internacional só pode ser explanada pela lente e interesses das grandes potências, são teorias de solução de problemas (COX 1986) para as mesmas.

Cox vai mais adiante, para ele o realismo não pode ser neutro. O realismo trata o mundo como anárquico e a política de poder como natural – elementos dados e inquestionáveis. Não existem alternativas? Então não estamos fazendo ciência. Não poderemos dessa forma interpretar e compreender a realidade a nossa volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de segurança realmente produziu um sistema de paz prolongado. É de fundamental importância destacar o papel dos EUA e a sua capacidade em organizar um grupo de potências desenvolvidas sob um guarda-chuva de uma hegemonia “benigna” e nas palavras G. John Ikenberry acima citadas “o resultado de anos de reformulações, de concessões, de respeito mútuo, de restrições estratégicas e do compartilhamento de princípios e ideais, além das conquistas materiais e políticas” (IKENBERRY, 2001).

Entretanto, Cox afirma, via a concepção gramsciana da hegemonia, que as relações verticais de poder no sistema interestatal capitalista formam relações hierárquicas que não precisam ser imperialistas e sim relações de consenso e de coerção. A hegemonia não é exercida apenas pelo exercício físico do poder e sim por camadas de recursos materiais, por ideias e também por instituições que tem a capacidade do convencimento, atraindo os outros Estados a fazerem parte dessa ordem, pois é mais vantajosa. Isso nos dá uma ideia da assimetria e das insatisfações que permeiam o sistema internacional. Resta saber até que ponto essa estrutura permanecerá inabalável.

Porém, a reflexão histórica nos permite analisar os acontecimentos do passado. De 1815 a 1914 testemunhamos praticamente 100 anos de relativa paz. Sob a liderança da Grã Bretanha, a Pax Britânica reordenou as relações políticas e econômicas ocidentais depois da vitória em Waterloo e do Congresso de Viena. Já no início do Século XX testemunhamos o fim da “civilização liberal” muito bem analisada por Karl Polanyi em **A Grande Transformação**. A Primeira Guerra Mundial jogou por terra o sonho da globalização liberal de então, de uma comunidade de segurança ocidental - levando o mundo a trinta e um anos de incertezas, de um colapso financeiro sem precedentes, a ascensão de regimes totalitários e de duas guerras marcantes.

REFERÊNCIAS

COX, Robert W. (1986). Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory, em KEOHANE, Robert O. (ed) **Neorealism and Its Critics**. Columbia University Press, New York.

COX, Robert W. (1996). **Approaches to World Order**. Cambridge University Press. New York.

HELLEINER, Eric (1994). **States and Markets and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to Global Finance**. Cornell University Press.

IKENBERRY, G. John. (2001). **After Victory: institutions, strategic restraint and the rebuilding of order after major wars**. Princeton University Press. New Jersey.

JERVIS, Robert (2011). The Era of Leading Power Peace, em JERVIS, Robert e ART, Robert J. **International Politics: enduring concepts and contemporary issues**. Longman, New York.

MEARSHEIMER, John J. (2001). **The Tragedy of Great Power Politics**. Norton, New York.

STRANGE, Susan (1988). **States and Markets**. Blackwell. New York.

POSFÁCIO

Maria Beatriz Oliveira da Silva¹

Com o objetivo de conseguir manter sua expansão e tentar superar suas crises o capitalismo está em permanente metamorfose. Para compreender este processo e (re)pensar as relações internacionais é preciso lançar mão de um referencial teórico crítico. Ousamos dizer que o mais crítico de todos os referenciais é o marxista, como propõe esta obra, na qual, um dos capítulos é dedicado justo a apontar quais são os interesses por trás da exclusão das teorias marxistas da disciplina de Relações Internacionais.

Afirmar que as relações internacionais se dão com base na dominação dos Estados do centro econômico mundial é praticamente uma banalidade. Compreender as engrenagens dessa dominação e suas origens não é assim tão evidente. É um trabalho permanente a ser desenvolvido pela teoria crítica para destacar, em qualquer que seja a temática abordada, o processo de articulação contraditório entre a dimensão global e nacional e entender as relações internacionais em um sistema que pode ser chamado de sistema capitalista global.

Temáticas ligadas à guerra, à paz, às revoluções (coloridas ou não), ao imperialismo, à Teoria da Dependência, à (des)industrialização periférica, entre outras, são aqui abordadas de um ponto de vista materialista e histórico. De outra parte, alguns caminhos e soluções são apontados visto que a teoria marxista não pode ser jamais pura teoria, mas, ao contrário, deve ser concebida como um guia de ações táticas, estratégicas e políticas na busca de solução de problemas – sem perder o horizonte de chegada a um lugar onde, como diz Ferreira Gullar, “coma-se o pão da solidariedade, beba-se o vinho do socialismo!”.

Paraíso do Sul, janeiro de 2023.

¹ Bia Oliveira, como é conhecida, é Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora da RedeMarx (Rede de Pesquisadores Marxistas). Doutora em Direito pelo Crideau (Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo) da Universidade de Limoges, França.

Apoio:



**Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico**



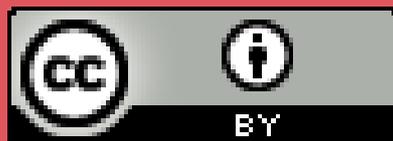
**Pós-Graduação em
Economia Política
Internacional**



Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade | UFRRJ

**Publicação apoiada pelo CNPq através de financiamento
obtido por meio da Chamada Universal - Edital
CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021**

redemarx.org
REDE DE PESQUISADORES MARXISTAS



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons –
Atribuição 4.0 Internacional
ISBN: 978-65-00-67621-1